

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO
DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
EXERCÍCIO DE 2008

Março de 2009
Brasília – DF

Sumário

1. DADOS IDENTIFICADORES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	5
1.1. SECRETARIA EXECUTIVA	5
1.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA	5
1.3. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO	6
1.4. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	6
1.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	6
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS POR SECRETARIA	7
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS – PAPEL DE CADA SECRETARIA NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	7
2.1.1. SECRETARIA EXECUTIVA	7
2.1.2. GABINETE DO MINISTRO – GM	10
2.1.3. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE	11
2.1.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE	32
2.1.5. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG	33
2.1.6. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM.....	33
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	37
2.2.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE	37
A. REALIZAÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA.....	38
B. REALIZAÇÕES DA ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA (AEGE).....	47
C. REALIZAÇÕES DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA.....	48
D. REALIZAÇÕES DOS PROJETOS ESTAL E PNUD	80
2.2.2. REALIZAÇÕES DO GABINETE DO MINISTRO – GM.....	118
2.2.3. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA	134
2.2.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE	134
2.2.5. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG	136
2.2.6. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM.....	139
2.3. PROGRAMAS POR SECRETARIA	142
2.3.1. PROGRAMAS E AÇÕES MAIS RELEVANTES	142
2.3.1.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE	142
2.3.1.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE	142
2.3.1.3. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE	164
2.3.1.4. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG.....	194
2.3.1.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM.....	197
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	235
I. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE.....	235
II. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE.....	241
III. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG.....	241
IV. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM	266

2.4.1. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS	268
I. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	268
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	269
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	269
4.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	269
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	270
5.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	270
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	277
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	277
7.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE.....	277
7.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE.....	278
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	279
9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	279
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	279
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	279
11.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	279
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	280
12.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE	280
12.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE	280
12.3. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	293
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU	301
13.1. SECRETARIA EXECUTIVA – SE.....	301
13.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE	301
13.3. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG.....	302
13.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE.....	302
13.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM.....	302
13.6. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	302
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO	309
14.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	309
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO	309
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	309
16.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA.....	309
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	311
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	311
ANEXO	312

Apresentação

O presente Relatório de Gestão Consolidado do Ministério de Minas e Energia se refere ao exercício de 2008, e foi elaborado em cumprimento às disposições da Decisão Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União e da Norma de Execução nº 3, de 19 de dezembro de 2008 da Controladoria Geral da União (CGU), que trata dos procedimentos de apresentação dos Relatórios de Gestão e dos Processos Anuais de Contas. Consolida as parcelas do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, do Gabinete do Ministro, da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), da Secretaria de Energia Elétrica (SEE), da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis (SPG), da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), do Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético (ESTAL), do Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil (PNUD/BRA 99-011) e do Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético (PNUD/BRA 01-39).

Esse Relatório de Gestão de 2008 apresenta uma modificação significativa, em relação ao do ano anterior, em sua formatação. No Relatório ora apresentado, cada Secretaria, apresentada pelos seus Departamentos, inseriu os textos correspondentes aos itens definidos na Norma de Execução nº 3 da CGU- anexo V, diferentemente do ano anterior, no qual cada Secretaria apresentou seu Relatório de Gestão, de forma independente.

1. Dados Identificadores das Unidades Jurisdicionadas do Ministério de Minas e Energia

1.1. SECRETARIA EXECUTIVA -SE

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Executiva - SE	
CNPJ	37.115.383/0001-53	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal	
Vinculação ministerial	Ministério de Minas e Energia	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília DF CEP 70.065-900, telefone: 3319-5555 fac-símile: 3319-5627	
Endereço da página institucional na internet	http://www.mme.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Dec.. Nº 5.267, de 09/11/2004; DOU de 10/11/2004 e republicado em 17/11/2004 e Port. nº 144, de 26/06/2006;. DOU de 26/06/2006.	
Nome e código no SIAFI	UG: 320011 - Secretaria-Executiva (SE) UG: 320006 (contábil) 20002 (executora) - Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF) 20005 (executora) - Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) 20004 (executora) - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)	
Código da UJ titular do relatório	320011	
Códigos das UJ abrangidas	320015- BIRD	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Energia e Mineração	
Tipo de atividade		
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome SEC. EXEC. /MME	
		Código 320011

1.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA - SEE

Nome completo da unidade e sigla	SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE	
Código da UJ titular do relatório	320013	
Códigos das UJ abrangidas	-----	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Energia	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome: SEE/MME	Código: 320013

1.3. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - SPE

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE	
Código da UJ titular do relatório	320010	
Códigos das UJ abrangidas	320010	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Energia	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE	320010

1.4. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

Nome Completo da Unidade e sigla	Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG.	
Código da UJ titular do relatório		
Códigos das UJ abrangidas	320017 – Executora	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Energia	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome SPG/MME	Código 320017

1.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL - SGM

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM	
Nome e código no SIAFI	UG: 320012	
Código da UJ titular do relatório		
Códigos das UJ abrangidas		
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Mineração	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UG:320012	

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos por Secretaria

2.1. Responsabilidades Institucionais – Papel de cada Secretaria na Execução das Políticas Públicas

2.1.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE

O Ministério de Minas e Energia - MME, como órgão setorial da União, tem suas competências voltadas para a aplicação das políticas e diretrizes de governo nas áreas de recursos minerais e energéticos, envolvendo o planejamento, a prospecção e o aproveitamento dos potenciais existentes.

No campo da energia, em suas diversas formas, o MME desenvolve suas atividades com foco no abastecimento dos respectivos mercados, buscando garantir o desenvolvimento econômico e social do país, atuando na organização dos interesses públicos e privados para a exploração dos recursos naturais, de forma sincronizada com sustentabilidade ambiental.

Nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, o MME tem focado sua ação na formulação, implementação, e avaliação de políticas públicas setoriais objetivando a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral brasileiro, que é importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de emprego e de novos investimentos produtivos.

As ações do MME, dada a horizontalidade do tema, buscam-se integradas com as de outros órgãos setoriais, a exemplo dos que atuam nas áreas de transporte, agricultura, indústria e comércio, integração nacional, ciência e tecnologia, além de meio ambiente. Neste sentido espera-se produzir uma ação pública organizada e coordenada com o poder público e com os desejos da sociedade.

A estrutura organizacional do MME foi atualizada pelo Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, para ajustar-se inclusive ao Novo Modelo Setorial, implantado pela Lei 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.163, de 30 de julho de 2004.

As Responsabilidades Institucionais da Secretaria Executiva são as seguintes:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das entidades vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério;

III - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de administração de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

IV - coordenar, orientar, supervisionar e consolidar o processo de elaboração do orçamento de investimento e do programa de dispêndios globais das entidades vinculadas, promovendo a articulação desses agentes com o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

V - prestar assistência ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; e

VI - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Papel da Secretaria Executiva na Execução das Políticas Públicas

As políticas públicas estão sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME e, por via de consequência, compete à Secretaria Executiva auxiliar o Ministro de Estado na implementação de suas ações na área de competência do Ministério, coordenando e supervisionando as Secretarias Finalísticas. Essas políticas foram definidas na elaboração do Plano Plurianual, período 2008~2011, sob a forma de dez Objetivos de Governo. Dentre aqueles, pode-se selecionar os seguintes, como os mais ajustados às funções desempenhadas pelo MME:

- a) Promover a inclusão social, o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda;
- b) Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do território brasileiro;
- c) Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- d) Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

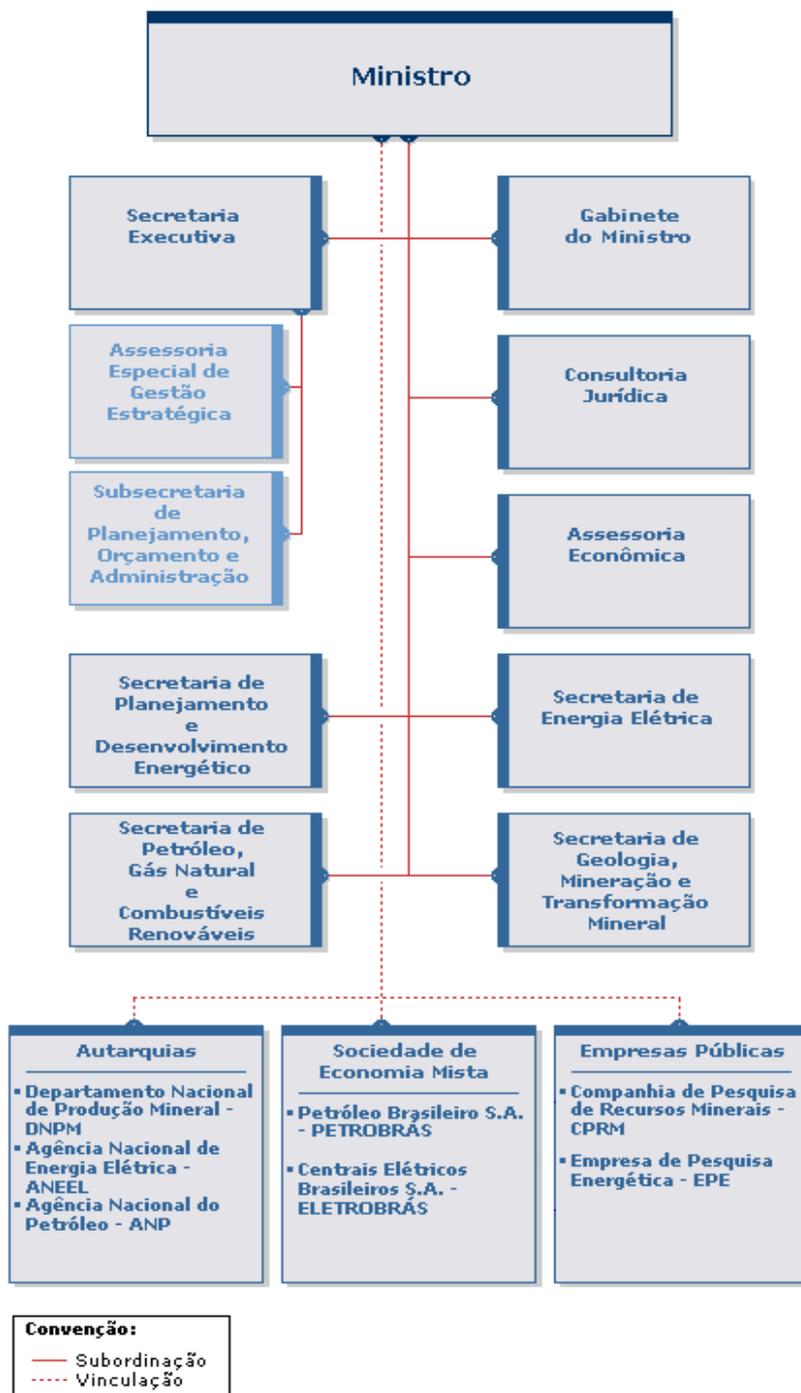
Desses objetivos do Governo, derivam metas setoriais para o MME, também colocadas no Plano Plurianual. São as seguintes:

- Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países;
- Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária;
- Promover a adequação à demanda da produção de derivados de petróleo e outros combustíveis líquidos;
- Promover o aumento da produção nacional, da oferta e da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural;
- Estimular as atividades de pesquisa geológica, a exploração e produção de hidrocarbonetos e recursos minerais e difundir o conhecimento geológico.

Considerando que a política energética e de mineração devem estar alinhadas com essas metas setoriais, é indispensável que as ações do Ministério de Minas e Energia atendam essas orientações. Desta forma, o MME assume dois grandes desafios: impulsionar os investimentos em infraestrutura, de forma coordenada e sustentável e promover o acesso dos cidadãos brasileiros à energia elétrica.

As metas setoriais se desdobram em programas e ações (Plano Plurianual), gerenciados ou executados pelas Secretarias do MME.

Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia



2.1.2. GABINETE DO MINISTRO – GM

O Gabinete do Ministro – GM é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado que, além de outras atribuições, por intermédio das Unidades que compõem a sua estrutura reúne as seguintes competências:

- Assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
- Manter permanente articulação com os órgãos da administração direta e entidades vinculadas ao Ministério, no sentido de solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro de Estado;
- Exercer o controle sobre as correspondências, documentos e os processos destinados ao Ministro de Estado;
- Organizar e acompanhar a agenda diária de compromissos do Ministro de Estado, bem como assisti-lo no desempenho de suas funções como membro de órgãos colegiados de deliberação superior;
- Preparar e promover a divulgação de matérias e notícias de interesse do Ministério de Minas e Energia – MME e das suas entidades vinculadas junto à mídia, incluindo jornais, rádios, televisões, agências noticiosas e revistas do Brasil e do exterior, bem como relacionar-se com jornalistas e a imprensa credenciada, inclusive no tocante à coordenação de entrevistas, coletivas ou exclusivas, de autoridades do Ministério junto aos veículos de comunicação;
- Exercer controle e orientar a divulgação de material jornalístico e publicitário, produzido pelos órgãos e entidades do Ministério, bem como acompanhar o noticiário escrito e falado de veículos de divulgação, destacando e distribuindo aos órgãos e entidades do Ministério matérias de seu interesse;
- Elaborar e promover a execução de planos e campanhas de relações públicas do Ministério, em nível interno e externo, bem como organizar e participar de promoções, eventos e cerimônias, no âmbito do Ministério;
- Organizar a recepção de autoridades visitantes ao Ministério, manter controle dos compromissos político-sociais do Ministro de Estado e elaborar a respectiva programação e correspondências pertinentes;
- Atender às necessidades de assessoramento e informação do Ministro de Estado e de dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, bem como acompanhar, junto àquela Casa, a tramitação de projetos de interesse do Ministério de Minas e Energia e providenciar o atendimento às solicitações, às interpelações e aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo;
- Articular-se com as esferas federal, estadual, municipal e entidades de classe, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e fazer o acompanhamento das ações do Poder Legislativo relativas à área de atuação do Ministério, com vistas a subsidiar as providências requeridas em cada assunto específico;
- Assistir ao Ministro de Estado e às demais autoridades do Ministério e das entidades vinculadas, quando em missões junto ao Congresso Nacional, assim como zelar pelo acompanhamento e atendimento das demandas relativas à elaboração de pareceres sobre projetos em tramitação naquela Casa, no sentido de, a partir das informações prestadas pelos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, assegurar o adequado e tempestivo encaminhamento das questões dessa natureza;

- Providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
- Coordenar, promover, orientar e supervisionar a execução das atividades de redação, composição, edição, revisão, expedição e arquivamento de correspondências, atos e demais documentos, assim como o registro de documentos, correspondências e processos destinados ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como sua tramitação e guarda, consoante as normas específicas;
- Assistir ao Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais, promovendo articulação com o Ministério das Relações Exteriores, visando o relacionamento harmônico entre as instâncias, inclusive na análise e proposição de ações para a promoção comercial externa de produtos e serviços dos setores energético e de minas, por determinação do Ministro de Estado;
- Assistir ao Ministro de Estado e aos dirigentes dos órgãos e entidades do Ministério na coordenação e supervisão dos assuntos internacionais, bilaterais e multilaterais, nos segmentos de atuação do MME;
- Orientar e subsidiar as ações de integração energética, no âmbito internacional, assim como prestar apoio às missões estrangeiras, visando dar o suporte que se fizer necessário para concretizar ações relacionadas com as áreas específicas do Ministério;
- Organizar, orientar e subsidiar a participação do Ministro de Estado ou de seu representante em foros e reuniões internacionais relacionados à área de atuação do Ministério; e
- Promover a condução de atividades de ouvidoria-geral, oferecendo aos cidadãos, que apresentam solicitações ao Ministério, auxílio na tramitação de suas demandas de modo a buscar as soluções necessárias, bem como permitir às áreas do MME aprimoramento dos seus processos de trabalho a partir da natureza das demandas recebidas.

2.1.3. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

A missão institucional da SEE é coordenar, orientar e controlar as ações do Ministério de Minas e Energia relacionadas com as políticas do setor de energia elétrica. Dessa forma, busca-se garantir o suprimento a todos os consumidores do território nacional, com desempenho adequado da operação do sistema elétrico, sob os requisitos de qualidade, continuidade e segurança operacional e tarifas justas para a sociedade e para o estímulo aos investimentos, observando premissas de sustentabilidade sócio-ambiental, de inclusão social e de integração energética nacional e com os países vizinhos.

Tendo como referência o Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, que estabelece a estrutura regimental do MME, compete à SEE, resumidamente: monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos visando assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda; acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos; participar da formulação de política tarifária, bem como acompanhar sua implementação, tendo como referência a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes sociais; coordenar as ações de comercialização de energia elétrica no território nacional e nas relações com os países vizinhos; coordenar as ações de políticas sociais e de acesso e uso da energia elétrica; prestar assistência técnica ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE e ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Para executar essas competências, a SEE tem uma estrutura organizacional baseada em três departamentos:

- **Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico – DMSE:** agrupa as competências relacionadas com a área de segurança do suprimento de energia elétrica, monitoramento das atividades de expansão da geração e transmissão e operação e manutenção do sistema elétrico brasileiro. O departamento é base operacional para o funcionamento do CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, importante órgão do setor que atua na preservação do equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica.
- **Departamento de Gestão do Setor Elétrico – DGSE:** agrupa, fundamentalmente, as competências de comercialização e tarifas de energia elétrica.
- **Departamento de Políticas Sociais e Universalização do Acesso à Energia – DPUE:** atua no processo de garantir o acesso à energia a todos os cidadãos brasileiros. O Departamento tem como principal atribuição coordenar o Programa Luz para Todos, importante ação de universalização do Governo Federal. Paralelamente, promove ações integradas com outros programas sociais do Governo.

No exercício de 2008, a SEE atuou firmemente no sentido de consolidar a implementação dessas funções e, assim, cumprir suas responsabilidades institucionais. Os resultados desse trabalho são apresentados a seguir:

Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico - DMSE

O lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC pelo Governo Federal, no ano de 2007, proporcionou uma grande movimentação no setor de infra-estrutura.

Na área de energia elétrica, vários empreendimentos de geração e transmissão foram contemplados no Programa. Além da expansão da oferta, necessária para atendimento da taxa de crescimento, o PAC promoveu, indiretamente, uma ampla reformulação nos procedimentos de acompanhamento dos projetos. Essa alteração foi fundamental para permitir um estreito relacionamento entre os agentes setoriais e os órgãos públicos, de forma a viabilizar a construção desses empreendimentos nos prazos estabelecidos.

Nesse sentido, em consonância com as competências legais, o DMSE desempenhou um papel fundamental, desenvolvendo e incorporando novas rotinas de monitoramento dos projetos.

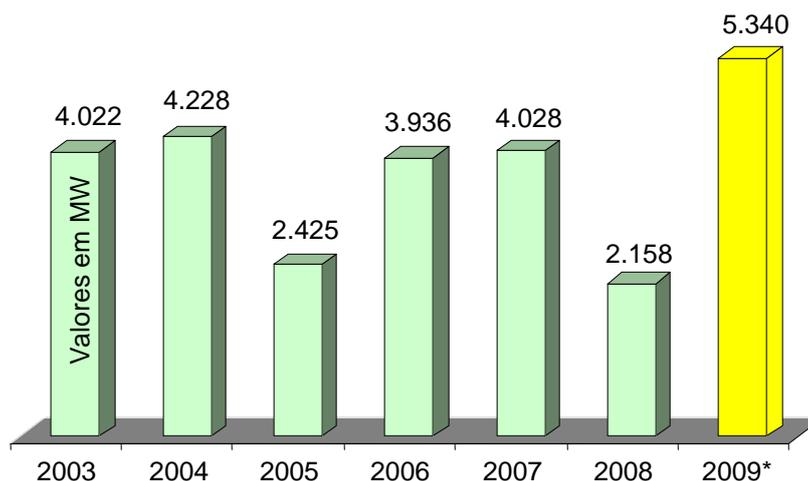
As reuniões inaugurais com os empreendedores vencedores dos leilões, as reuniões mensais de monitoramento e as inspeções técnicas em campo dos projetos foram atividades criadas e/ou aperfeiçoadas que permitiram um controle e acompanhamento da implementação dos empreendimentos. A identificação antecipada de óbices durante o desenvolvimento dos projetos e a troca de experiências entre os agentes e os órgãos públicos facilitaram a viabilização das obras.

A experiência adquirida ao longo de 2008 pelo DMSE no monitoramento das obras de geração e transmissão contribuirá para a sua atuação junto aos empreendedores, visando o cumprimento dos objetivos e metas do PAC para os próximos anos.

Geração de Energia Elétrica

A potência instalada das usinas geradoras de energia elétrica totalizou, ao final de 2008, 102.253 MW. Neste último ano, a matriz de energia elétrica cresceu 2.257 MW (ANEEL, 31/12/2008) –

2.158 MW de novas fontes de geração (Figura 1) e 99 MW de regularização de usinas, o que representa um aumento de 2,2% em relação ao ano de 2007.



*Figura 1: Ampliação da Capacidade Instalada (MW) - Novas Fontes
(*) Meta 2009*

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

As principais realizações na expansão da geração foram a implantação da UHE Castro Alves com três unidades geradoras de 43,3 MW, a primeira unidade geradora de 50 MW da UHE 14 de Julho, a instalação da UTE Jesus S. Pereira (Vale do Açu) com duas unidades geradoras que totalizam 367,9 MW, movida a gás natural, a implantação das usinas à biomassa UTE Costa Pinto com 75 MW, a implantação da UTE Rafard com 50 MW, a implantação da UTE Boa Vista com 40 MW e a implantação de 592,05 MW em usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA.

Para o desenvolvimento das tarefas de monitoramento foram realizadas, no ano de 2008, doze reuniões mensais com a participação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e da Câmara Comercializadora de Energia Elétrica - CCEE. Adicionalmente, foram realizadas reuniões com órgãos de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover óbices à realização das obras. Para aferição das informações prestadas por meio de intercâmbio documental foram realizadas reuniões com os empreendedores bem como inspeções nas obras em andamento.

A Figura 2 apresenta os números associados aos empreendimentos monitorados em dezembro de 2008.

EMPREENHIMENTOS MONITORADOS PELA SEE			
Situação	Quantidade	Potência (MW)	Investimento (2009-2016) (R\$ milhões)
UHE	40	14.023,3	33.990,0
PCH	14	253,8	170,6
UTE	112	17.589,4	28.841,4
PROINFA	69	1.616,8	6.767,8
Total Geral	235	33.483,3	69.775,3

Figura 2: Empreendimentos de geração monitorados

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

Com relação à geração de energia elétrica, foram contemplados no PAC aqueles empreendimentos que dentro do monitoramento são de considerável relevância para a matriz de geração do país. Dos 235 empreendimentos monitorados pela SEE, 27 hidrelétricas e 109 termelétricas fazem parte do PAC, pois estão em processo de implantação adequados. Além desses, 69 empreendimentos do PROINFA também constam do PAC em função da importância desse programa. Os demais dizem respeito a empreendimentos sem previsão para início de operação, cujo monitoramento tem identificado dificuldades para viabilização.

A primeira usina do PAC que entrou em operação em 2008 foi a UHE Castro Alves (RS), com uma unidade geradora de 43,3 MW, em seguida da UTE São João Biogás (SP), 21,6 MW.

No que se refere aos investimentos, em 2008 foram realizados um total de R\$ 15,6 bilhões, sendo R\$ 5,6 bilhões em UHEs, R\$ 9,3 bilhões em UTEs e R\$ 0,7 bilhão em PCHs.

A seguir, nas figuras de 3 a 7, são apresentadas as localizações das usinas hidrelétricas e termelétricas em implantação no âmbito do PAC.

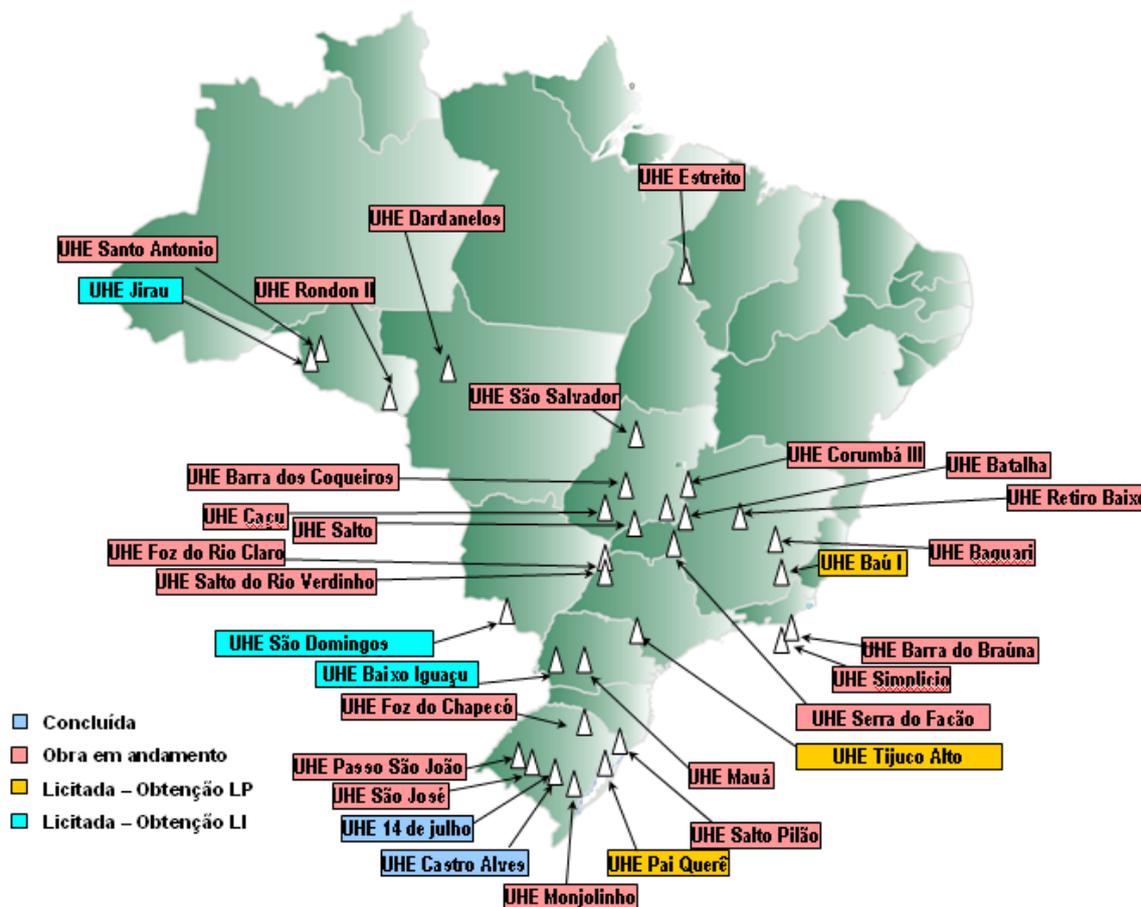


Figura 3: Empreendimentos de Geração Hidrelétrica em implantação no PAC
Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

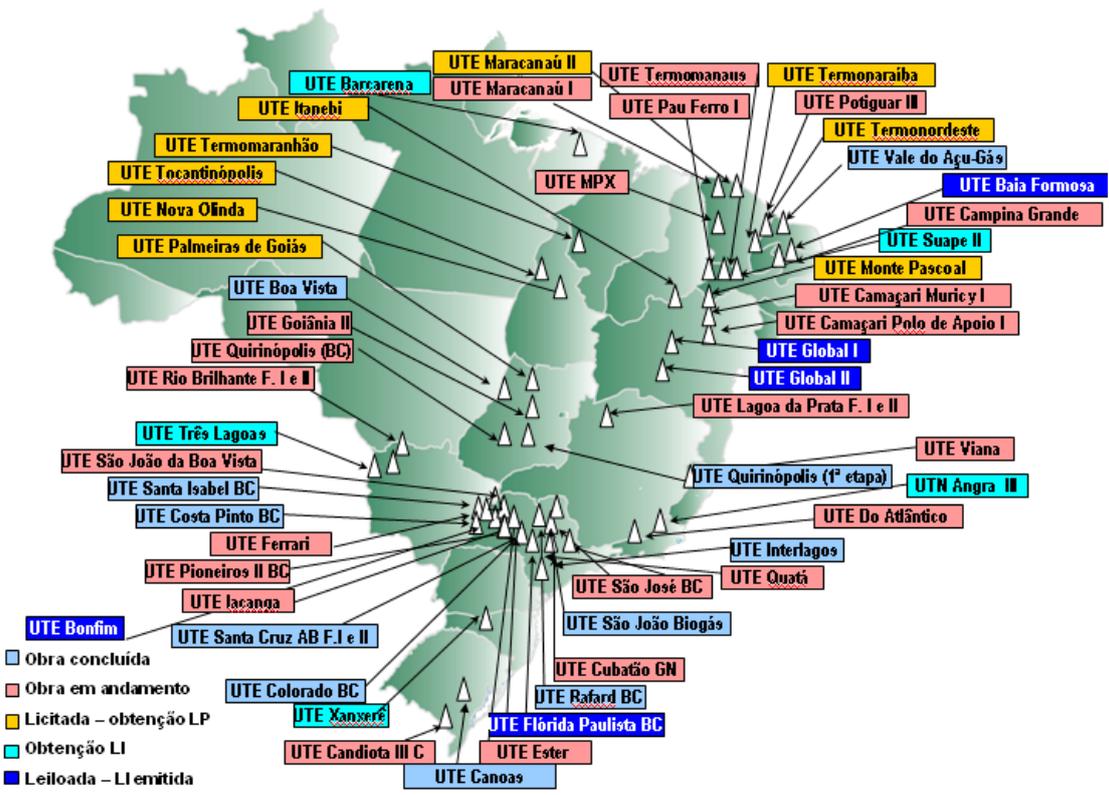


Figura 4: Empreendimentos de Geração Termelétrica em implantação no PAC
Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

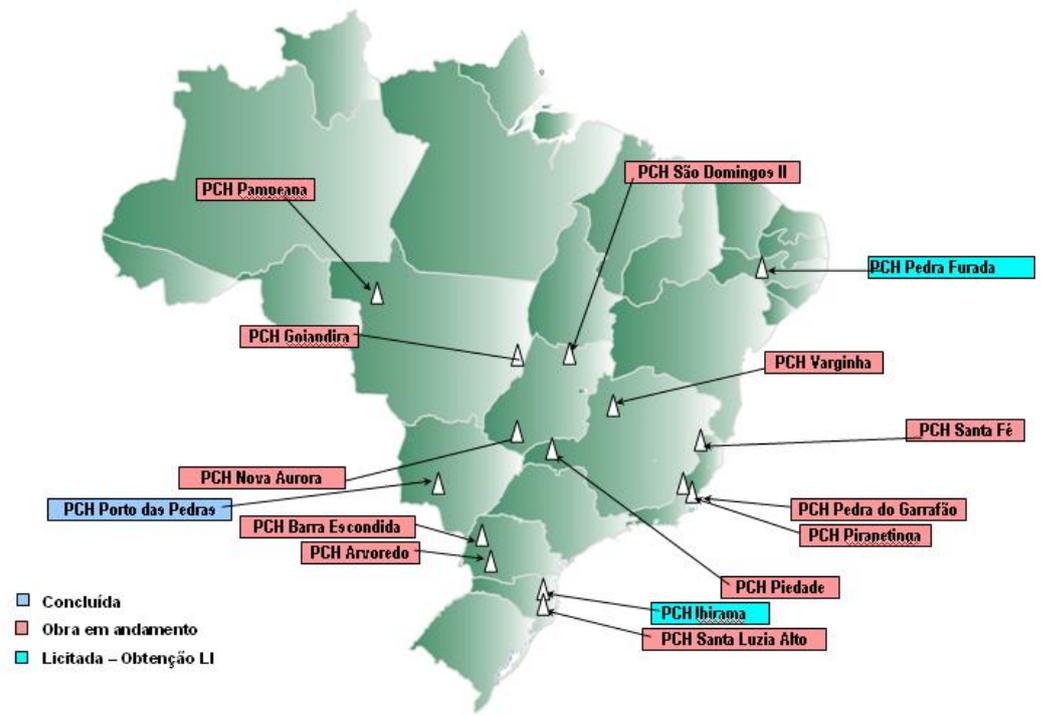


Figura 5: Empreendimentos de Geração Hidrelétrica (PCH) em implantação no PAC
Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

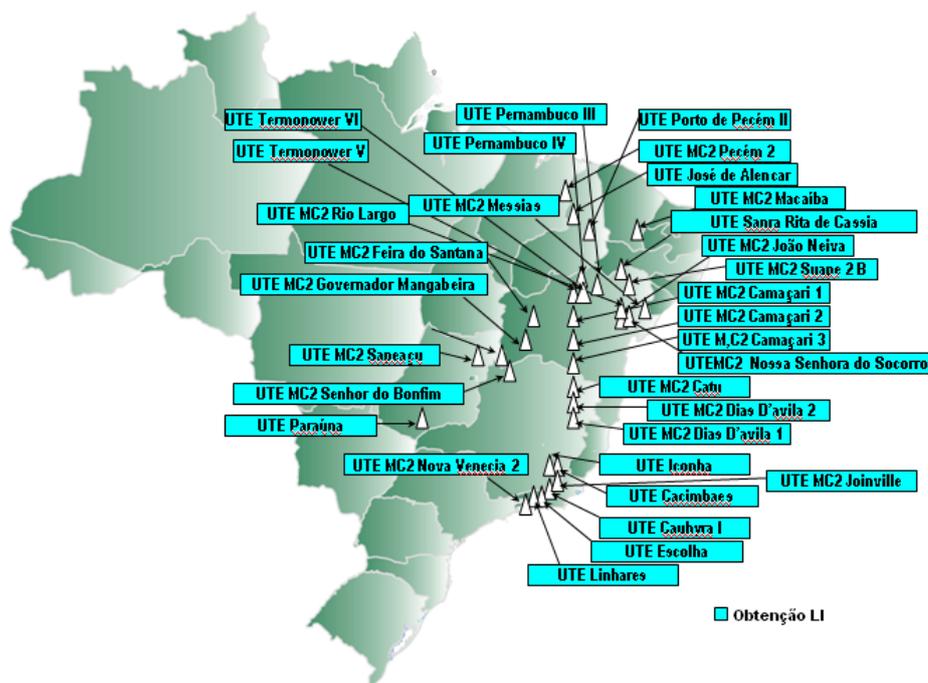


Figura 6: Empreendimentos de Geração Termelétrica em implantação no PAC - Leilões A-3 e A-5 2008

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

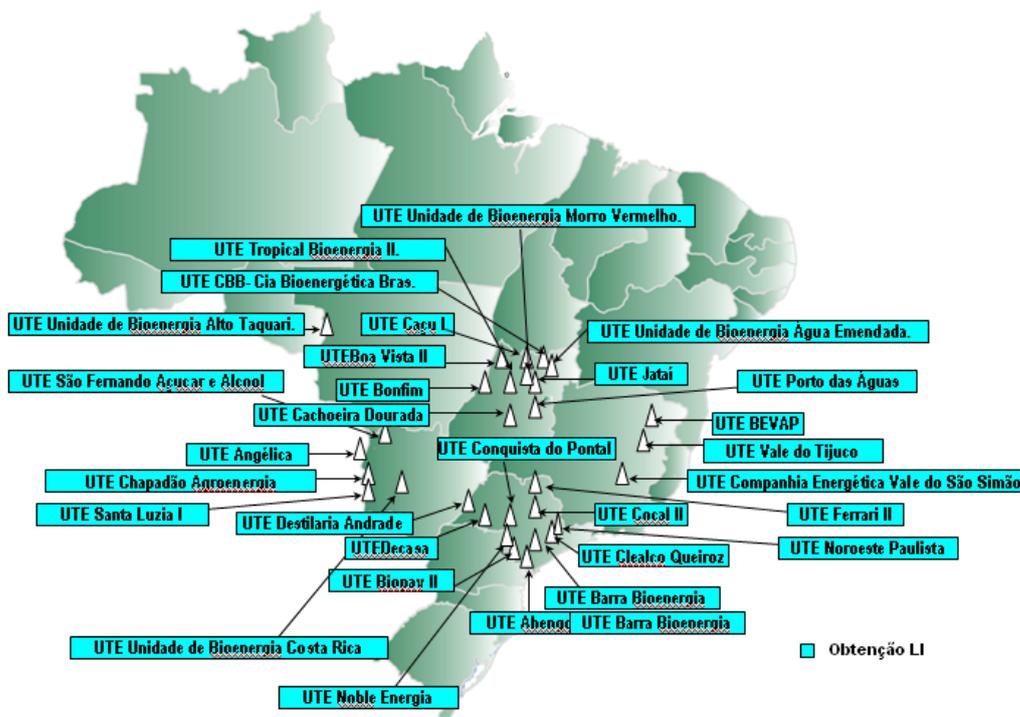


Figura 7: Empreendimentos de Geração Termelétrica em implantação no PAC - Leilão Reserva 2008

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

Transmissão de Energia Elétrica

A extensão total do sistema de transmissão de energia elétrica alcançou, no final do ano de 2008, a marca de 90.672 km. Foram construídos 3.438 km de linhas de transmissão, um incremento de 3,8% em relação a 2007 (Figura 8). Foram também implantados 8.641 MVA de potência de transformação, em 44 subestações distribuídas em todo o território brasileiro.

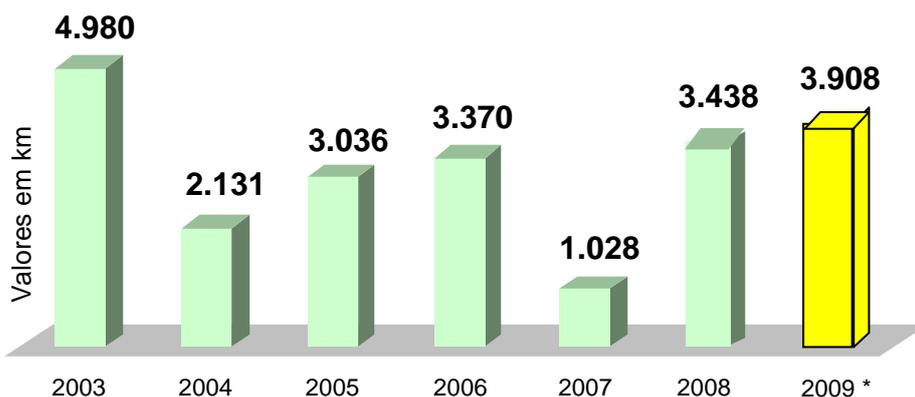


Figura 8: Ampliação da Transmissão – Novas Linhas

(*) Meta 2009

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008(7)

DESTAQUES

Interligação Norte - Sul III (Marabá - Samambaia)

Energizada em 23/05/2008 - Aumento do intercâmbio entre os subsistemas N-NE e SE/CO.

LT 230 kV Desterro - Palhoça C.1

Energizada em 29/12/2008 - Aumenta a capacidade e a confiabilidade de suprimento à cidade de Florianópolis e melhora o perfil de tensão na área leste de Santa Catarina.

LT 500 kV Neves 1 - Mesquita C.1

Energizada em 19/12/2008 - Redução da geração térmica na área leste de Minas Gerais e evita corte de carga nas contingências da LT 500 kV Neves 1 - Vespasiano ou LT 500 kV Vespasiano - Mesquita.

INTERLIGAÇÃO TUCURUI – MANAUS – MACAPÁ

Empreendimento leilado em 2008, com início de obras previsto para outubro de 2009, entrada em operação prevista para outubro de 2011 - Interliga os sistemas isolados Manaus e Macapá ao Sistema Interligado – SIN

INTERLIGAÇÃO MADEIRA – PORTO VELHO – ARARAQUARA

Empreendimento leilado em 2008, com início das obras previsto para fevereiro de 2010, entrada em operação prevista para fev/2012 (circuito 1) e fev/2013 (circuito 2) – Permite o escoamento da energia das usinas do Rio Madeira.

INSTALAÇÕES COMPARTILHADAS DE GERAÇÃO – ICG E INSTALAÇÕES DE USO EXCLUSIVO DA GERAÇÃO

Em 2008 foi realizado o primeiro leilão de ICG, 930 km e IEG, 868 km - com prazos de construção de 18 meses após a assinatura dos contratos de concessão – Estas instalações permitirão a geração de energia nas usinas a biomassa no sudeste de Goiás.

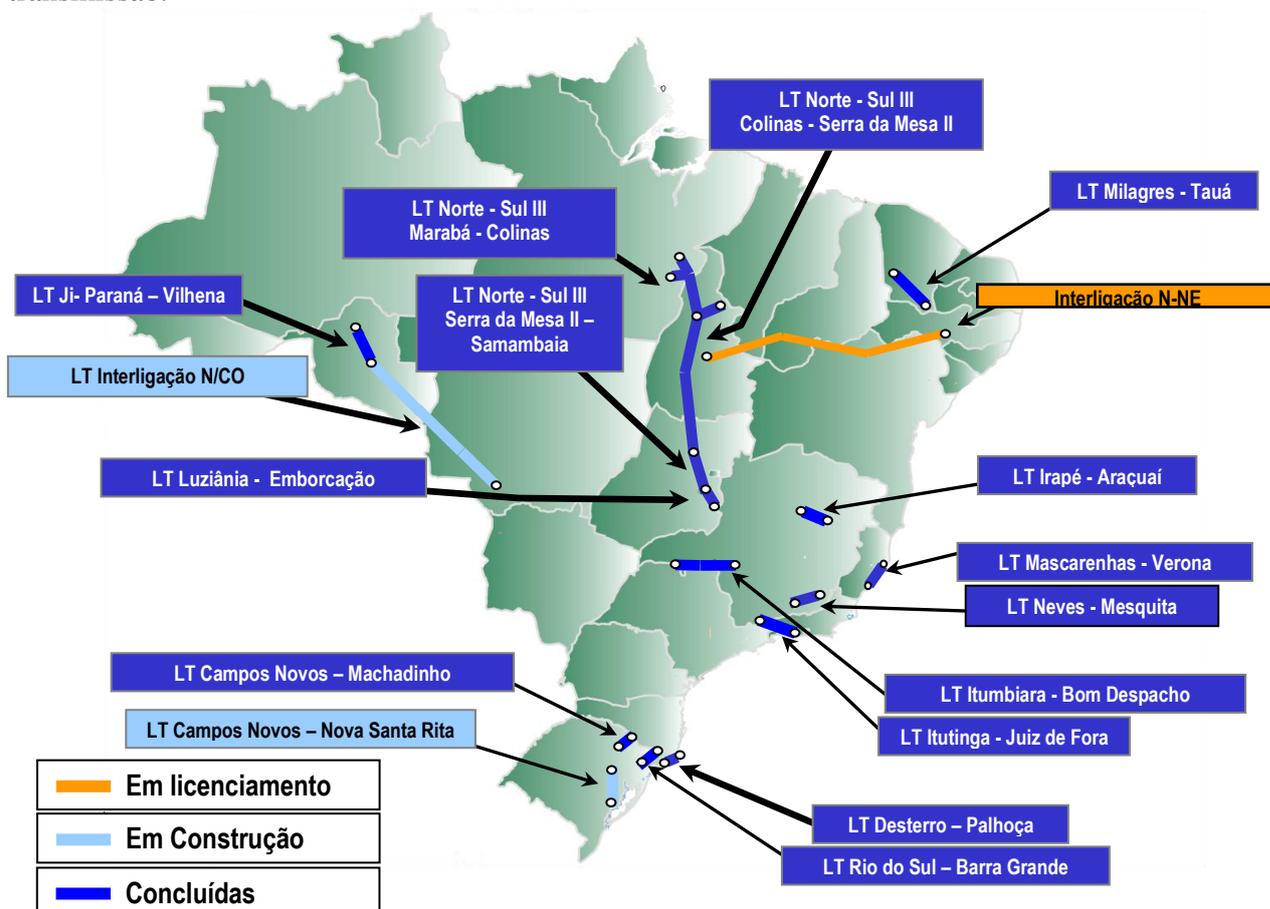
A exemplo das obras de geração, para o desenvolvimento das tarefas de monitoramento foram realizadas, durante o ano de 2008, onze reuniões mensais com a participação da ANEEL, ONS, EPE, NESA/MME e SPE/MME. Adicionalmente, foram realizadas reuniões com o Órgão de Licenciamento Ambiental com o intuito de remover os possíveis óbices a realização das obras. Para aferição das informações prestadas através de intercâmbio documental foram realizadas reuniões e videoconferências com os empreendedores, bem como inspeções *in loco* das instalações em obras.

Empreendimentos Monitorados	Período			
	dez-07		dez-08	
	nº	Meta física	nº	Meta física
Linha de Transmissão [km]	96	9.125,3	143	12.800,3
Transformação [MVA]	85	19.012,0	99	24.271,5
Compensação Reativa [MVar]	50	6.433,5	51	9.684,8
Total	231		293	

Figura 9: Empreendimentos de transmissão monitorados

Fonte: SEE/DMSE/Dez. 2008

A Figura 10 apresenta a localização das principais ações do PAC no segmento de linhas de transmissão.



Cabe destacar que o sistema de transmissão brasileiro apresenta atualmente grande capacidade de intercâmbio de energia elétrica. A estrutura da rede básica atualmente proporciona integração dos subsistemas elétricos, ampliando a capacidade de transferência de energia elétrica entre as regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do país, garantindo as condições necessárias para o suprimento de energia com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

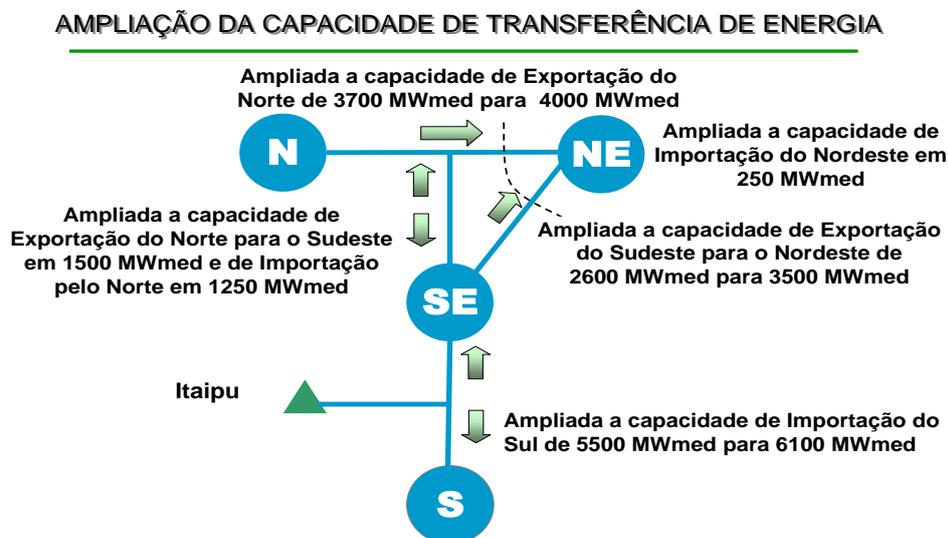


Figura 11: Evolução da capacidade de intercâmbio da rede básica em 2008.

Fonte: ONS - 2008

Desempenho dos Sistemas Elétricos Brasileiros

- Completando toda a etapa de monitoramento, da construção dos empreendimentos à operação e manutenção, durante o ano de 2008 foram desenvolvidas várias atividades para avaliar o desempenho dos sistemas elétricos, dentre as quais destacam-se:
- Identificação de limitações nos sistemas elétricos que impedem o suprimento e a otimização eletroenergética;
- Avaliação de obras prioritárias para atender a expansão regional dos sistemas, permitindo a eliminação de pontos críticos nas redes das concessionárias, de forma a acelerar os processos de outorga, garantindo assim a manutenção da qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços;
- Acompanhamento das ocorrências nos sistemas elétricos com o intuito de melhorar os processos de análise das perturbações. Nesse ponto, a Secretaria participou diretamente de 11 das 19 reuniões de avaliação das ocorrências, onde são identificadas as causas e as ações de melhoria da operação;
- Acompanhamento diário das informações de operação, especialmente o Informativo Diário de Operação (IPDO), objetivando avaliar o desempenho da operação, e o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica nos subsistemas. Nessa atividade são importantes as informações relativas às previsões de precipitações, níveis dos

reservatórios equivalentes, intercâmbios regionais e internacionais e despacho de usinas termelétricas;

- Acompanhamento do cumprimento do Termo de Compromisso - TC entre PETROBRAS e ANEEL e acompanhamento do despacho de usinas térmicas por garantia de suprimento energético;
- Participação de técnicos em comitês e comissões que demandam informações da área de energia elétrica e que apresentam transversalidade com outros organismos de governo. Entre outros comitês e comissões destacam-se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a Comissão Nacional de Bioeletromagnetismo - CNBem, a Comissão Nacional de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - COPRON e a Comissão Permanente Nacional de Segurança em Energia Elétrica - CPNSEE;
- Viabilização de exportação de energia elétrica na modalidade interruptível, de origem hidráulica, para a Argentina num montante de 731 GWh e para o Uruguai num total de 13 GWh, os quais foram completamente devolvidos. Houve também exportação de energia elétrica, na modalidade interruptível de origem térmica, sob forma de contratação, de 607 GWh para a Argentina e de 119 GWh para o Uruguai, sem comprometimento da segurança do SIN.
- Elaboração de Notas Técnicas visando dar subsídios à Consultoria Jurídica do MME na defesa de ações que impedem a implantação de empreendimentos de geração e transmissão de energia;
- Elaboração de Notas Técnicas visando dar subsídios à Assessoria Parlamentar com sugestões e avaliações dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional que estejam relacionados com o Setor Elétrico Brasileiro;
- Elaboração de Notas Técnicas para atender solicitações de informações da sociedade e de entidades representativas, bem como de empresas, sobre questões relacionadas com o setor elétrico. Nesse caso, o tema que representa a maior demanda é o horário de verão;
- Acompanhamento das reuniões de elaboração do Programa Mensal de Operação - PMO na sede do Operador Nacional do Sistema Elétrico, no Rio de Janeiro. Esse programa estabelece diretrizes eletroenergéticas de curto prazo para otimização dos recursos de geração considerando as restrições de transmissão que possam afetar os intercâmbios entre os subsistemas ou ainda a geração local. Como resultados desse trabalho, realizado no âmbito do ONS, têm-se o Custo Marginal de Operação - CMO, as metas de geração térmica e hidráulica, metas de intercâmbio entre os subsistemas;
- Acompanhamento dos resultados da aplicação do horário de verão 2007/2008, instituído no período de 14 de outubro de 2007 a 17 de fevereiro de 2008, indica que a medida representou uma redução de demanda de 1.557 MW no subsistema Sudeste e de 470 MW no Sul. Em termos de energia a economia resultante foi de 623 GWh. A redução de carregamento nas instalações de transmissão proporcionaram melhoria no controle de tensão e na segurança do atendimento.

A SEE participa ativamente de todas as reuniões do CMSE. O Secretário de Energia Elétrica é um dos quatro representantes do Ministério no Comitê, sendo responsável também pela secretaria executiva.

O CMSE, criado pela Lei nº 10.848/2004 e presidido pelo Ministro de Minas e Energia, tem como finalidade avaliar periodicamente o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica, adotando, quando necessário, ações que garantam a segurança do suprimento e o atendimento a todos os consumidores.

Do lado da oferta, sistematicamente são acompanhados os empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a garantir o cumprimento dos cronogramas das obras previstas nos contratos de concessão. Além das obras, como rotina, também são monitoradas as condições eletroenergéticas, que têm relação com as condições hidrometeorológicas e de operação e manutenção do SIN. Desta forma, pela sistemática implementada, é possível antecipar situações que possam comprometer a segurança operacional do sistema elétrico.

O CMSE realiza reuniões periódicas com agenda que analisa os aspectos operacionais dos sistemas elétricos brasileiros (Sistema Interligado Nacional - SIN e Sistemas Isolados - SI). O tema principal da agenda está relacionado com a avaliação das condições de atendimento eletroenergético do SIN. Na reunião também são monitoradas as principais ocorrências, registradas no Boletim de Interrupção do Setor Elétrico - BISE. Também são apresentados os dados da expansão da geração e transmissão no período. O CMSE, sempre que necessário, trata de outras questões de relevância do setor elétrico.

No decorrer do ano de 2008 foram realizadas dezesseis reuniões do CMSE. As principais decisões do Comitê no ano de 2008 foram:

- Concedida abertura para participações de representantes de associações do setor elétrico e da sociedade civil nas reuniões do Comitê;
- Ampliado o intercâmbio de energia elétrica, aumentado o despacho de geração termelétrica e reduzida a vazão defluente no reservatório da UHE Sobradinho em função do atraso do período úmido, visando garantir a segurança do suprimento;
- Criado novo procedimento operativo que flexibiliza o despacho de geração a partir de um NÍVEL META, elevando o patamar de segurança eletroenergética do SIN;
- Aprovada a manutenção do despacho de geração termelétrica para garantia do suprimento energético, proporcionando ganho de 6% no armazenamento na região Nordeste e 12% na Sudeste/Centro-Oeste;
- Aprovadas obras emergenciais para atendimento à região do município de Joinville;
- Aprovados, no processo de exportação para a Argentina, os valores de energia elétrica de origem hidráulica;
- Aprovada a proposta de Horário de Verão - Ciclo 2008 - 2009;
- Propostas de diretrizes para solução estruturada das falhas recorrentes nos transformadores da SE Tijuco Preto.

Departamento de Gestão do Setor Elétrico - DGSE

Gestão da Política Tarifária

A sistemática de acompanhamento dos processos de reajustes anuais e revisões periódicas das tarifas das concessionárias de distribuição de energia elétrica permitiu analisar a evolução tarifária, bem como sua adequação às políticas públicas setoriais.

Nesse sentido, foram avaliados os resultados dos processos de alterações das tarifas das 63 concessionárias de distribuição, conduzidos pela ANEEL. Ao todo, foram realizados, em 2008, 27 processos de reajustes tarifários anuais e 36 processos de revisão tarifária periódica.

Do total das 63 concessionárias, **27** (reajustes/revisões) apresentaram resultados **negativos**, os quais correspondem a 39% do mercado em MWh e 36 (reajustes/revisões) **positivos**, que correspondem a **61%** do mercado em MWh. A média dos aumentos ficou em **1,71%**, bem abaixo dos principais indicadores econômicos, como por exemplo, **IGP-M = 10,36%** e **IPCA = 5,99%**. Observou-se, por exemplo, redução, em termos médios, de 5,3% nas tarifas da ENERSUL, concessionária que atende o estado do Estado do Mato Grosso do Sul, e acréscimo de 4,7%, em termos médios, nas tarifas da LIGHT, que atende o Estado do Rio de Janeiro.

Em termos globais, aproximadamente, 57,43% das unidades consumidoras obtiveram reajustes médios positivos e 42,57% das unidades consumidoras foram beneficiadas com reajuste médios negativos. Na Figura 12 são apresentados uma amostra dos reajustes médios positivos, enquanto que na Figura 13 são apresentados uma amostra dos reajustes médios negativos.

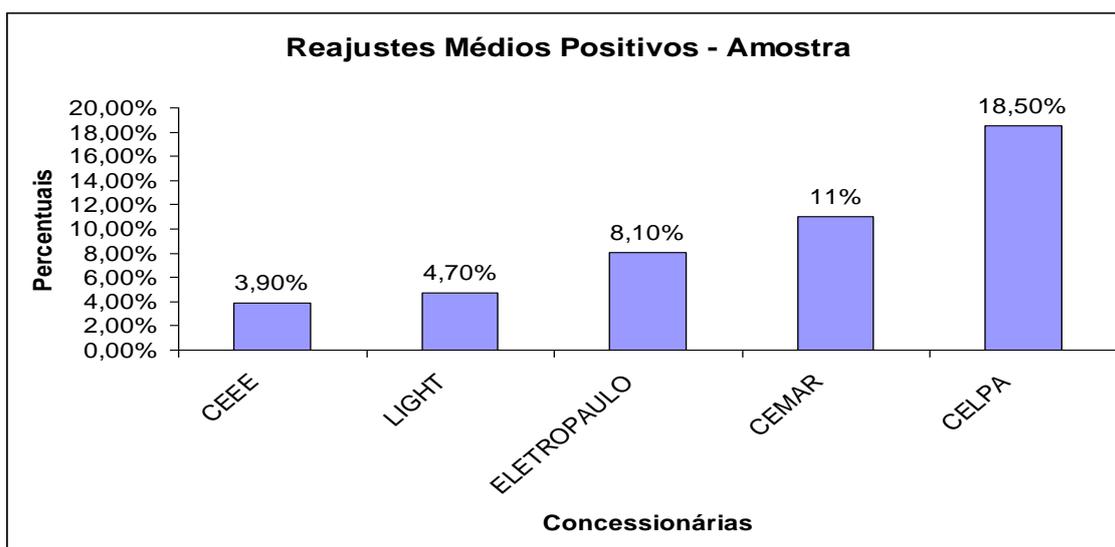


Figura 12. Reajustes Médios Positivos - Amostra

Fonte: ANEEL

Percentuais dos Reajustes Anuais e/ou Revisões Periódicas – representam valores médios percebidos pelos consumidores.

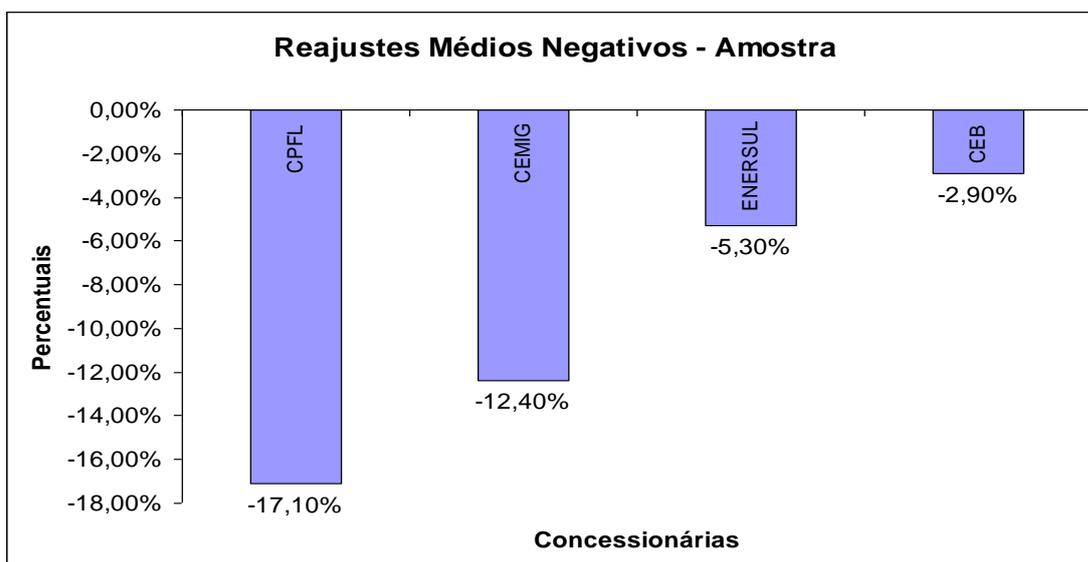


Figura 13. Reajustes Médios Negativos - Amostra

Fonte: ANEEL

Percentuais dos Reajustes Anuais e/ou Revisões Periódicas – representam valores médios percebidos pelos consumidores.

No exercício de 2008, a gestão da política tarifária foi fortemente marcada pela interface com diversas áreas do MME, de forma que vários estudos foram realizados, com simulações de impactos tarifários, objetivando a formulação da política ou o seu aperfeiçoamento. Neste contexto, destacam-se:

- Concessão de subsídios tarifários (às classes rurais, aos residentes de áreas atingidas por barragens, etc);
- Acompanhamento, junto ao Congresso Nacional, da aprovação do Projeto de Lei nº 12 de 2008, que modifica as normas que estabelecem os critérios de classificação das unidades consumidoras de energia elétrica na Subclasse Residencial Baixa Renda;
- Cenários de impactos tarifários decorrentes do cumprimento e ampliação das metas do Programa Luz Para Todos – LPT;
- Impactos tarifários decorrentes da perspectiva de interligação da Manaus Energia ao SIN;
- Acompanhamento dos despachos das térmicas em face da publicação da Resolução nº 8, de 20 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional de Política Energética e, conseqüentemente, seu impacto nas tarifas de energia (aumento do ESS);
- Acompanhamento dos recursos e desembolsos da CDE;
- Simulações diversas do caso Codevasf – alteração do percentual de desconto para o irrigante;
- Simulação do impacto tarifário com a alteração do Custo Unitário do Serviço – CUSE de Itaipu;

- Alteração da Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA.

Gestão da Comercialização de Energia

A gestão da comercialização foi marcada pelas atuações em: *i*) recebimento, consolidação e providências acerca das “Declarações de Necessidades de Compra de Energia nos Leilões”; *ii*) acompanhamento dos processos de contratação e de comercialização de energia elétrica nos leilões; e, *iii*) acompanhamento e desenvolvimento de estudos sobre práticas e processos de comercialização, no que diz respeito às condições gerais de fornecimento de energia elétrica a serem observadas tanto por concessionárias e permissionárias, quanto por consumidores, notadamente as disposições da Resolução da ANEEL nº 456, de 29 de novembro de 2000, dentre outras.

Ao longo do ano de 2008 foram realizados sete leilões de compra de energia, com destaque para o leilão de energia nova do dia 19 de maio, envolvendo a UHE Jirau. Os leilões são regulamentados pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004. Pela regulamentação os agentes devem celebrar Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR para atendimento do mercado. Os leilões são mecanismos transparentes de comercialização de energia e têm contribuído para a modicidade tarifária.

Abaixo a relação dos leilões realizados no ano de 2008 e gráficos com os resultados dos leilões.

Leilão de energia nova “UHE Jirau”, realizado em 19/05/08;

- 7º Leilão de Ajuste, realizado em 19/06/08;
- 1º Leilão de Energia de Reserva, realizado em 14/08/08;
- 6º Leilão de Energia Nova, realizado em 17/09/08 (A-3);
- 8º Leilão de Ajuste, realizado em 23/09/08;
- 7º Leilão de Energia Nova, realizado em 30/09/08 (A-5);
- 7º Leilão de Energia Existente, realizado em 28/11/08.

Nas figuras 14 e 15 a seguir são apresentados os leilões de energia elétrica realizados em 2008 e o preço médio dos leilões de energia nova realizados em 2008, respectivamente.

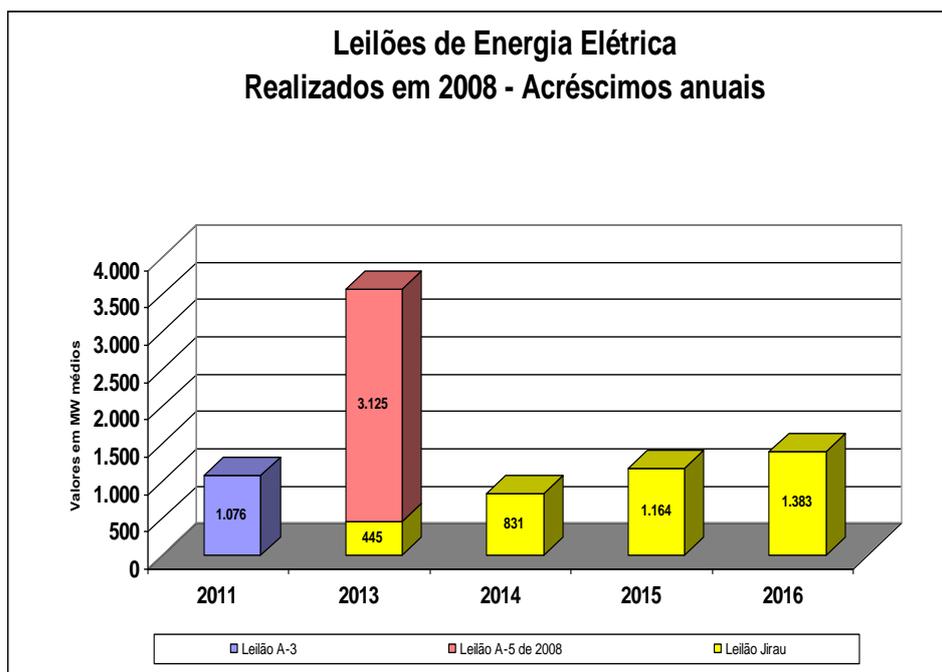


Figura 14: Quantidade física de energia elétrica em MW médios leiloados em 2008

Fonte: SEE/DGSE/Dez. 2008

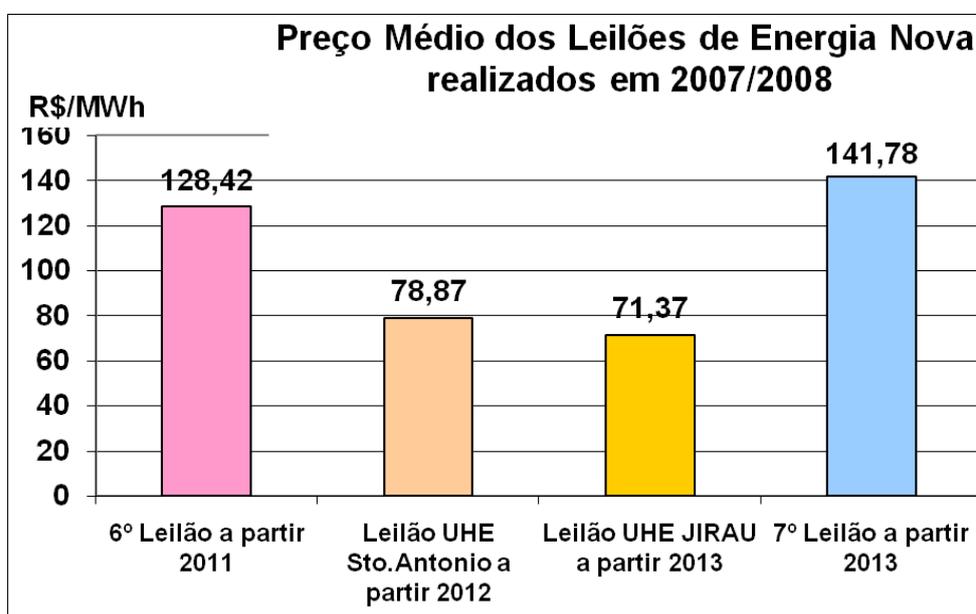


Figura 15: Preço médio da energia negociada nos leilões de 2007/2008

Fonte: SEE/DGSE/Dez. 2008

Gestão de Programas e Regulamentações

A concepção que se impõe é acompanhar a implementação das políticas, diretrizes e orientações emanadas para o setor elétrico, avaliando seus impactos na legislação vigente, o que se faz a partir de estudos, simulações de impactos e proposições, tendo como vetores a modicidade tarifária e o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

O desenvolvimento desta competência é marcado pela participação em audiências junto à ANEEL, Câmara dos Deputados e Senado Federal, articulações com agentes setoriais e áreas afins do MME.

Outro ponto que merece destaque é a forte atuação, por meio de análises de Projetos de Leis, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, objetivando subsidiar a atuação da Assessoria Parlamentar do MME na condução das matérias.

Os temas, em geral, são recorrentes e, em sua maioria, tratam de matéria regulada pela ANEEL ou de solicitação de concessão de subsídios tarifários, tais como: vedação da suspensão do fornecimento de energia elétrica do consumidor inadimplente; suspensão da cobrança do custo de disponibilidade – taxa mínima; emissão de certidão de quitação; vedação da cobrança da taxa de religação; critérios para utilização de medidores de energia elétrica; tarifa especial para desempregados; portadores de deficiências físicas; irrigantes; pequenos produtores rurais; tração elétrica; autoprodutores e produtores independentes; residentes em áreas próximas a usinas nucleares; e diversos segmentos industriais.

A atuação é marcada, também, nas diversas demandas oriundas da Ouvidoria do MME, da Casa Civil da Presidência da República, das Prefeituras dos diversos municípios da federação, de vereadores, associações e concessionárias.

Departamento de Políticas Sociais e de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica

Programa Luz para Todos

O Programa Luz para Todos - LpT, foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, com a meta de levar o acesso à energia elétrica a 2 milhões de domicílios do meio rural, até o ano de 2008.

A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos o que, somado ao crescimento vegetativo, estimulou um grande número de novos pedidos de ligações de energia elétrica, estimado em cerca de 1 milhão de ligações adicionais, provocando a prorrogação do Programa até o ano de 2010.

Em 2008, o Programa promoveu a inclusão de 441 mil famílias, para uma meta estabelecida de 564 mil ligações, cabendo destacar que os resultados alcançados superaram em 10% as ligações realizadas no ano anterior.

Contudo, apesar de a meta global não ter sido alcançada, 05 Estados superaram as metas iniciais previstas, conforme Figura 16 apresentada a seguir:

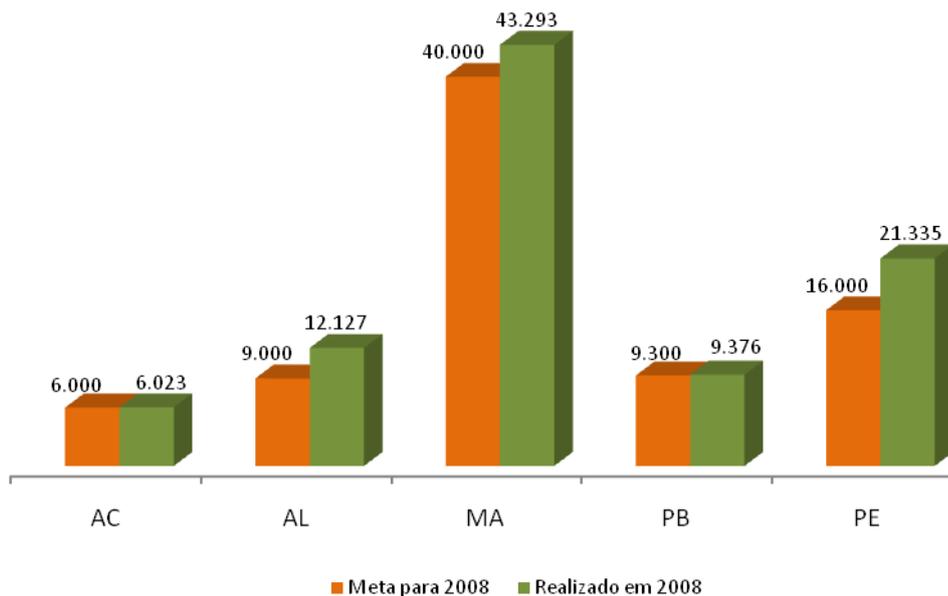


Figura 16: Estados que superaram as metas para 2008

Fonte: SEE/DPUE/Dez. 2008

Os contratos assinados no ano de 2008 foram da ordem de R\$ 3,7 bilhões. Destes, R\$ 2,6 bilhões são participação do Governo Federal, que por intermédio da Eletrobrás, liberou no decorrer do ano R\$ 1,7 bilhão.

Estima-se que a execução das obras em 2008 tenha promovido a inserção de 66 mil pessoas no mercado de trabalho e foram utilizados 1 milhão de postes, 156 mil transformadores e 195 mil km de cabos elétricos.

Sistemas Isolados

No ano de 2008, foi encerrado o processo de descentralização de recursos orçamentários e financeiros em favor do CNPq, que proporcionou a viabilização do Edital conjunto CT-Energ/MME/CNPq, com o objetivo de promover a implantação de projetos demonstrativos e inovadores de sistema de geração elétrica na Amazônia Legal. Os dezessete projetos apoiados estão em fase de avaliação final para serem utilizados como referência.

Ainda neste ano, o MME/PLpT realizou, em parceria com o BID, UNIFEI, UFPA, UFAM e IME, o Curso Avançado de “Soluções Energéticas para a Amazônia - Eletrificação de Comunidades Isoladas” para capacitar profissionais das concessionárias que desenvolverão sistemas de geração com fontes renováveis de energia. Esta iniciativa culminou com a realização de um Seminário sobre o tema, no dia 16 de dezembro de 2008 e o lançamento dos livros:

- Biodiesel e Óleo Vegetal in Natura;
- Combustão e Gaseificação de Biomassa Sólida;
- Pequenos Aproveitamentos Hidrelétricos;
- Sistemas Híbridos e
- Tecnologias de Energias Renováveis.

Encontra-se em andamento o convênio firmado com a Fundação Soudrade e a Universidade Federal do Maranhão. Os sistemas híbridos de geração e distribuição de energia elétrica, previstos no projeto, estão totalmente instalados e em operação desde setembro de 2008 na Ilha de Lençóis

(MA), em regime de 24 horas ininterruptas. Há ainda previsão para instalação de uma fábrica de gelo, com o objetivo de gerar renda para a comunidade.

Em 2008 foi prorrogado o processo de descentralização de recursos orçamentários e financeiros em favor do Comando Militar da Amazônia - CMA, que prevê a implementação de projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica instalada em Pari-Cachoeira, sob jurisdição do CMA. Os equipamentos já foram entregues e as obras de instalação estão em andamento.

Ações Integradas

Visando otimizar as oportunidades geradas pelo acesso à energia elétrica, o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos estabelece como um de seus objetivos integrar-se “aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada.”

Para atingir esse objetivo a Secretaria de Energia Elétrica desenvolve esforço de negociação de parcerias para celebrar diversos instrumentos de transferência voluntária que são, por sua vez, monitorados ao longo de sua implementação pela equipe do LpT.

No exercício de 2008 foram executadas as seguintes atividades:

- Encerramento do convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Estado do Rio de Janeiro – SENAI/DR/RJ, com o objetivo de desenvolver e capacitar multiplicadores em “Gestão de Ações Integradas do Programa Luz para Todos”, tendo seu objeto sido alcançado plenamente. Ao longo do processo, foram capacitados 186 agentes de desenvolvimento na Região Nordeste e 50 agentes no Estado do Amazonas.
- Encerramento do convênio firmado com o Centro de Treinamento do Cidadão, visando a implantação de pequenas produções rurais, para o desenvolvimento sócio-econômico com o uso da energia elétrica na Aldeia Indígena Porquinhos, da etnia Kanela, no município de Fernando Falcão, no Estado do Maranhão. Os equipamentos foram entregues, os indígenas foram capacitados e o processo se encontra em fase final de prestação de contas.
- Encerramento do convênio firmado com a Funarbe em 2004, que teve como objetivo a implantação de Centros Comunitários de Produção – CCPs no estado de Minas Gerais. Como resultado foram concluídos 133 CCPs em 61 municípios, beneficiando cerca de 11.300 famílias.
- Ainda com a Funarbe, encontra-se em andamento convênio iniciado em 2006 que prevê a implantação de 51 CCPs. Destes, 28 estão em operação e 23 em fase final de implementação.
- A descentralização de recursos orçamentários e financeiros firmada em 2007, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, prevê a implantação de aproximadamente 350 tanques de resfriamento de leite na Região Nordeste em

comunidades beneficiadas pelo LpT, juntamente com o Programa de Aquisição de Alimentos. O processo está em fase de regularização dos locais onde serão implantados os CCPs, para início efetivo das obras.

- Foram celebrados novos instrumentos de transferência voluntária que deverão resultar na construção de Centros Comunitários de Produção, bem como capacitação de agentes, com a aplicação de aproximadamente R\$ 3 milhões, beneficiando mais de 2.500 famílias atendidas pelo Programa LpT, as quais poderão contar com meios de viabilizar novas alternativas produtivas objetivando o incremento de renda.

Territórios da Cidadania

O LpT participa também ativamente no Programa Territórios da Cidadania, como uma das ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, para levar o acesso à energia elétrica para cerca de mil e oitocentos Municípios brasileiros, onde se localizam 120 Territórios nas áreas com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do País.

Em 2008, foram atendidas pelo Programa LpT, 93 mil famílias em 60 territórios, com investimento de R\$ 548 milhões.

Programa de Desenvolvimento de Estados e Municípios – PRODEEM

O PRODEEM foi criado em 1994 com o objetivo de prover de energia elétrica às comunidades isoladas sem acesso ao atendimento convencional, ou seja, sem rede elétrica, utilizando fontes renováveis de energia. O Programa enfrentou o desafio de atender localidades com baixo IDH, contemplando centros comunitários, escolas, postos de saúde e enfrentou enormes adversidades para sua implantação e condução, inerentes a um programa dessa magnitude, no contexto da época em que foi concebido.

O MME, considerando a auditoria realizada pelo TCU, desenvolveu Seminário de Reestruturação do PRODEEM, em Brasília, em dezembro de 2002 e a partir da assinatura do Acórdão nº 598/2003-TCU – Plenário, em 2003, lançou o Plano de Revitalização e Capacitação – PRC-PRODEEM, em dezembro de 2004, tendo como objetivos a localização, o diagnóstico, a revitalização ou remoção e o tombamento dos micro sistemas energéticos existentes.

O relatório da CGU n. 208718, de junho de 2008, relativo ao Processo de Tomada de Contas Anual Exercício 2007 indicou três recomendações, que resultaram na estruturação de três ações constantes do Plano de Providências da SEE, quais sejam:

- a) Dar continuidade à execução do Plano de Revitalização e Capacitação - PRC-PRODEEM por meio dos convênios celebrados com as empresas federais.
Para execução do PRC-PRODEEM foram firmados convênios com empresas subsidiárias da ELETROBRÁS, Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte, tendo trabalhado 1.147 sistemas em 2008 e efetuado 775 capacitações, conforme demonstrado na Figura 17 apresentada a seguir:

EXECUÇÃO DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO - PRC DO PRODEEM												
Comparativo dezembro/07 X dezembro/08												
Escopo	Indicadores	Empresas Conveniadas								Total		
		Eletronorte		Chesf		Eletrosul		Furnas				
		dez/07	dez/08	dez/07	dez/08	dez/07	dez/08	dez/07	dez/08	dez/07	dez/08	Var
1. Sistemas Conveniados	1. Quantidade de sistemas conveniados	2043		2578		320		771		5712		%
2. Sistemas Revitalizados/Removidos	2.1 Sistemas em operação	634	752	242	581	32	32	212	206	1120	1571	40
	2.2 Sistemas removidos para almoxarifado	278	262	474	687	222	204	160	160	1134	1313	16
3. Sistemas não localizados	3.1 Sistemas Furtados com BO	171	244	867	1150	63	84	47	50	1148	1528	33
	3.2 Sistemas Furtados sem BO	20	19	0	0	3	0	9	13	32	32	0
	3.3 Sistemas não encontrados	87	87	0	137	0	0	11	11	98	235	140
4. Sistemas a serem trabalhados	4.1 Sistemas a serem revitalizados	853	679	995	23	0	0	325	105	2173	807	(63)
	4.2 Sistemas a serem removidos	0	0	0	0	0	0	7	226	7	226	3129
5. Termo de Responsabilidade e Compromisso	5.1 TRC assinados	606	606	242	581	26	26	166	221	1040	1434	38
	5.2 TRC não assinados	28	146	0	0	6	6	46	46	80	198	148
6. Capacitação	6.1 Multiplicadores capacitados	30	30	10	10	10	10	38	38	88	88	0
	6.2 Executores capacitados	28	28	34	34	23	23	13	13	98	98	0
	6.3 Agentes locais capacitados	391	391	446	1162	29	29	154	154	1020	1736	70
	6.4 Eletricistas locais capacitados	210	210	56	115	17	17	76	76	359	418	16
7. Sistemas Gerencial do PRODEEM	7.1 Sistemas Cadastrados no SGP	636	819	233	2006	260	260	171	317	1300	3402	162

Figura 17: Execução do PRC

Fonte: SEE/DPUE/Dez. 2008

Em decorrência do PRC, os sistemas revitalizados e mantidos em operação em 2008 tiveram um incremento de 40%, bem como os equipamentos armazenados em almoxarifados cresceram 15,78% com relação aos dados apresentados em 2007, em sua maior parte devido à retirada dos mesmos, face às instalações executadas pelo LpT. Na Figura 18 mostrada a seguir é apresentada a evolução do PRODEEM com relação aos anos de 2007 e 2008.

**Evolução do PRC do PRODEEM
dez/07 x dez/08**

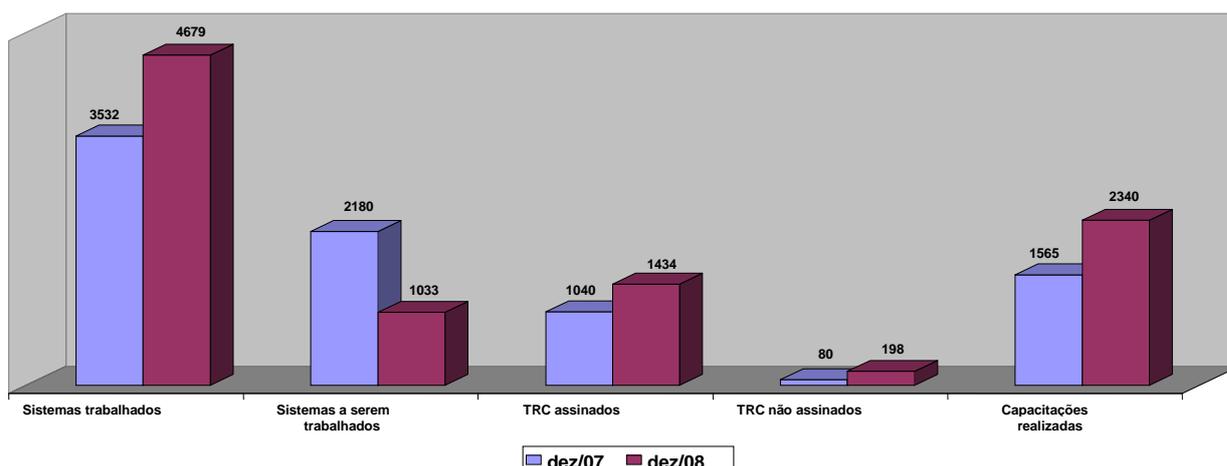


Figura 18: Evolução do PRC

Fonte: SEE/DPUE/ PRODEEM/Dez- 2008

b) Viabilizar os mecanismos legais para a transferência patrimonial dos equipamentos remanescentes do PRODEEM;

A SEE reuniu-se com a ANEEL, nas datas de 06 e 07 de agosto de 2008, buscando orientações quanto aos procedimentos regulatórios que precisam ser adotados de modo a possibilitar a referida transferência patrimonial. Algumas questões foram levantadas pelos técnicos da Agência e dizem respeito à questão legal que envolve a transferência de bem público. Do ponto de vista daquele órgão, a regulamentação do assunto será decorrência do procedimento legal a ser adotado pelo Ministério.

De modo a equacionar a questão no âmbito do MME, a SEE enviou à CONJUR/MME a Nota Técnica nº 04/DPUE/SEE/2008, de 08 de agosto de 2008, encaminhada pelo Memorando nº 239/2008 de 08 de agosto de 2008. Em 23 de setembro de 2008 uma nova Nota Técnica, de nº 05/DPUE/SEE/2008, foi produzida para atender Folha de Despacho da CONJUR de 10 de setembro de 2008, sendo encaminhada pelo Memorando nº 287/2008/SEE, de 24 de setembro de 2008.

O assunto encontra-se sob apreciação da CONJUR.

c) Inspeccionar os sistemas de bombeamento para emissão de relatório técnico sobre eventuais desconformidades de fornecimento.

Os trabalhos para atender esta ação compreendem duas etapas:

- a etapa sob responsabilidade do CEPEL, realizada no período de 13 de julho de 2008 a 02 de agosto de 2008, objetivando a verificação dos níveis de corrosão e travamento. Os dados coletados em vinte poços inspecionados na região geoeletrica da Chesf fundamentaram a análise dos diversos problemas apontados. O relatório conclusivo, previsto para 11 de novembro de 2008, foi entregue ao MPF/DF, em 30 de outubro de 2008, por meio do Ofício nº 189/2008/SEE/MME.

- a etapa de responsabilidade da UFPE/FADE, objetivando a verificação da vazão, encontra-se em desenvolvimento e com previsão para emissão do relatório conclusivo em 30 de abril de 2009.

As atribuições do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações – DOC, estão sendo conduzidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, o que se pretende ajustar em revisão futura do Decreto nº 5267/04.

2.1.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético é parte integrante do MME, e a ela compete coordenar o planejamento e o desenvolvimento energético, em especial nas áreas de geração de energia renovável e de eficiência energética, bem como, e apenas formalmente, a universalização do acesso à energia, já que este assunto está sendo conduzido pela Secretaria de Energia Elétrica do MME, o que se prevê ajustar em revisão futura do Decreto 5.267/04.

Compete à SPE subsidiar o MME na formulação e implementação de políticas para o setor energético, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, criado pela Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000.

Para o segmento de energia, as políticas públicas e diretrizes orientam a identificação das soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País; a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; a revisão da matriz energética nacional; os programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, de outras biomassas, do carvão e da energia termonuclear; a importação e exportação; além de outras correlatas, tais como: promoção da livre concorrência; atração de investimentos na produção de energia; e ampliação da competitividade do País no mercado internacional.

Considerando que CNPE é um órgão com representação interministerial, das unidades federadas e da sociedade civil, garante-se naturalmente uma harmonização das políticas públicas e diretrizes para o setor de energia, bem como o comprometimento destas com o desenvolvimento sustentável, e, conseqüentemente, de seus órgãos internos, em especial da Secretaria de Planejamento Energético - SPE, na execução de suas ações.

Ainda, no âmbito da operacionalização das políticas públicas e diretrizes de governo para o setor de energia elétrica foi criado, na esfera do MME, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, pela lei 10.848, de 2004, regulamentada pelo Decreto 5.175, de 9 de agosto de 2004, com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletro-energético em todo o território nacional.

Além de quatro representantes do MME, dentre eles o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, têm assento no CMSE, titulares da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, ANP - Agência Nacional de Petróleo, CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, EPE - Empresa de Pesquisa Energética e ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, o que confere maior consistência nas tomadas de decisões e minimização de conflitos no exercício das competências de cada uma destas entidades.

Com base nas competências estabelecidas para a SPE no Decreto nº 5.267/04, o rol das principais atividades da Secretaria pode ser assim sintetizado:

- Contribuir com a formulação e garantir a implementação das políticas públicas e diretrizes de governo voltadas para sua área de atuação;
- Coordenar os estudos de planejamento energético e a elaboração de programas de desenvolvimento, inclusive nas áreas de energia renovável, eficiência energética e novas tecnologias;
- Orientar e estimular os negócios sustentáveis de energia;
- Articular-se com a EPE para a prestação de serviços ao MME e ao setor; com a ANEEL nas interfaces das competências legalmente instituídas; com a CCEE para a execução dos

leilões de energia, com o ONS para a definição de parâmetros técnicos indispensáveis à operação dos sistemas interligados e com a Eletrobrás;

- Apontar as potencialidades do setor energético, para o estabelecimento de políticas de concessões e acompanhar a implementação dos procedimentos de concessão pelas secretarias finalísticas e os contratos decorrentes;
- Acompanhar a situação dos empreendimentos quanto aos problemas ambientais visando orientar os procedimentos licitatórios do setor energético e acompanhar as ações decorrentes;
- Promover a integração setorial interna e externamente ao MME;
- Coordenar o sistema de informações energéticas.

2.1.5. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG

Dentre as competências da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG destacam-se: propor diretrizes para a realização das licitações das áreas destinadas à exploração e produção de petróleo e gás natural, monitorar, avaliar e propor medidas preventivas e corretivas, visando garantir a adequada participação dos derivados de petróleo, do gás natural e dos combustíveis renováveis, na matriz energética nacional; interagir com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para assegurar o abastecimento nacional de derivados de petróleo, avaliando e propondo medidas que minimizem o risco de desabastecimento em situações excepcionais; e assistir tecnicamente o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, em assuntos de sua área de atuação.

Além das competências regimentais acima descritas, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis acompanha os programas do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP.

2.1.6. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

A indústria mineral brasileira possui importância fundamental para a economia e o desenvolvimento do País, que é considerado um país minerador (juntamente com países que têm estrutura geológica do território similar como Austrália, África do Sul e Canadá), tendo em sua indústria mineral um importante pilar econômico. Cabe destacar que, no último quadriênio, ocorreu bom momento para indústria mineral brasileira, que face à demanda aquecida pelas commodities minerais, apresentou números significativos, mas, a partir de fins do 3º trimestre de 2008, como resultado da crise financeira internacional, o setor mineral nacional apresentou queda significativa nas exportações. Apesar da situação verificada em fins de 2008, com a crise financeira se instalando no mundo, a mineração sempre será um setor econômico fundamental para o processo de desenvolvimento nacional, dado que a imensa maioria dos bens de consumo, duráveis ou não, utilizam ampla variedade de minerais, tornando o setor fundamental para apoiar a ação da sociedade dos indivíduos em praticamente todas as instâncias da vida moderna.

O marco legal da mineração no Brasil

A estrutura legal do setor mineral nacional deriva da Constituição Federal de 1988-CF88, que determina, no inciso IX do Art. 20 que “São bens da União:”... “os recursos minerais, inclusive os do subsolo”, o que demanda um aparato do Estado para permitir a exploração mineral. “De fato, a CF88 determina no Art. 22, em leitura conjunta e complementar dos incisos XII e XVII que, para a regulação da atividade mineral, “Compete privativamente à União legislar sobre:”...” jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia” e “sistema estatístico, cartográfico e de geologia nacionais”, indicando que à União foi dada competência para se organizar institucionalmente no setor. Adicionalmente, o Art. 176 da CF 88 reforça esta característica de propriedade e da necessidade de ação regulatória determinando que “As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra”. Para que o acesso ao bem mineral se dê de forma institucionalizada, o §1º do Art. 176 da CF88 determina que haja processo de concessão ou licenciamento para a atividade produtiva, literalmente: “§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

É, portanto, uma atividade em que a União deve possuir estrutura formal adequada para operar uma política pública de acesso, de retribuição econômica para a sociedade e de controle da atividade. Assim, ao longo dos anos, vem se constituindo um conjunto legislativo que atualmente determina os regimes de aproveitamento mineral e de compensação pela atividade, em que podem ser citados, a partir do vigente Código Mineral, Decreto-Lei nº 227/67, o Alvará de Pesquisa e de Concessão de Lavra, da Lei 6.567/78, o Licenciamento Mineral, da Lei 7.805/89 a Permissão de Lavra Garimpeira, da Lei 9.827/99 o Registro de Extração, bem como o regime estabelecido para extração de água mineral no Código de Água Mineral, Decreto Lei 7.841 de 1945. Como compensação social pela atividade econômica, temos a Compensação Financeira pela Extração Mineral – CFEM, regulamentada pelas Leis nº 7.990/89 e nº 8.001/90.

Para operar a legislação federal vigente, a União conta com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, órgão da Administração Direta do Poder Executivo pertencente ao Ministério de Minas e Energia, criada pelo Decreto 5.267/04, e com outras duas instituições vinculadas, o Departamento de Produção Mineral – DNPM, autarquia reguladora da produção mineral, e a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais – CPRM, o Serviço Geológico do Brasil, responsável pela atividade de conhecimento geológico.

A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM

Os objetivos da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, do Ministério de Minas e Energia, estão no Decreto n.º 5.267, de 09 de novembro de 2004, publicado no DOU de 10 de Novembro de 2004, determinando-a como o órgão responsável pela gestão da política mineral no País, com a missão básica de formular, implementar, gerenciar e avaliar políticas públicas de geologia, mineração e transformação mineral, sendo, atualmente, a diretriz principal a consolidação do desenvolvimento sustentável do setor mineral.

Com a revisão das competências e da estrutura da SGM em 2004, iniciou-se um importante ciclo de reestruturação da ação do Estado no setor mineral, que ainda se estende, com a SGM atuando no apoio à reestruturação das demais instituições do setor, o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, autarquia responsável pelas ações operacionais de concessão, fiscalização e fomento mineral, e o Serviço Geológico do Brasil - CPRM, responsável pela produção e difusão do conhecimento geológico territorial nacional, sendo a razão básica desta ação a necessidade de uma atuação institucional consistente e tecnicamente coerente com as peculiaridades setoriais. Além disso, o setor, ainda que a situação econômica mundial esteja sofrendo um sério abatimento produtivo em função da crise financeira, há evidente continuidade na recuperação econômica e produtiva do setor mineral, que vem se consolidando como importante segmento exportador e de suporte ao mercado doméstico, com forte geração de emprego e com novos investimentos decorrentes do forte aumento de consumo *por commodities* minerais nos mercados mundial e doméstico.

A ação governamental iniciada em 2004 com a revisão das competências e da estrutura institucional da SGM e a continuidade da ação junto à administração indireta do setor, tem se mostrado uma alternativa eficaz, com o mérito de reverter um quadro anterior que se mostrava notoriamente insuficiente para cumprir as atividades e competências institucionais determinadas ao Estado.

O novo modelo de gestão implantado dá atenção especial às atividades finalísticas, como a sustentabilidade da mineração, dados os reflexos da atividade com o meio ambiente, a transformação mineral, pela sua importância na agregação de valor aos produtos minerais, e as ações de conhecimento geológico, que fundamentam o desenvolvimento produtivo da atividade minerária. Adicionalmente, para ampliar a eficiência e eficácia dos programas desenvolvidos, a SGM agora conta com uma área específica de gestão de programas, ações e projetos.

É inquestionável que a gestão governamental do setor mineral brasileiro adquiriu um olhar mais amplo do setor, o que tem permitido uma avaliação mais perfeita da dimensão das dificuldades que precisam ser enfrentadas, bem como tem facilitado o encontro e a exequibilidade de soluções correspondentes. Para a consecução desta tarefa, a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral atualmente conta com quatro departamentos, a saber: Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Geologia e Produção Mineral, Transformação e Tecnologia Mineral e Desenvolvimento Sustentável na Mineração, além de uma Secretaria Adjunta e Assessoria de Gabinete.

As competências regimentais, derivadas do Decreto n.º 5.267/04, estão explicitas no Art. 1º do Regimento Interno da SGM, publicado pela Portaria MME n.º 144/06, a saber:

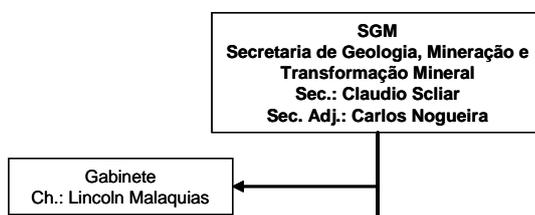
“ ...

Art. 1º À Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, órgão específico singular diretamente subordinado ao Ministro de Estado, compete:

- I - implementar, orientar e coordenar as políticas para geologia, mineração e transformação mineral;
- II - coordenar os estudos de planejamento setoriais, propondo as ações para o desenvolvimento sustentável da mineração e da transformação mineral;
- III - promover e apoiar a articulação dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, incluindo os agentes colegiados, colaboradores e parceiros;
- IV - monitorar e avaliar o funcionamento e desempenho dos setores de geologia, mineração e transformação mineral, bem como das instituições responsáveis por estes setores, promovendo e propondo as revisões, atualizações e correções dos modelos em curso;
- V - formular e articular propostas de planos e programas plurianuais para os setores de geologia e mineração;

- VI - promover e apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos domínios da geologia e da indústria mineral;
- VII - promover e coordenar ações e medidas preventivas e corretivas que objetivem assegurar a racionalidade, o bom desempenho, a atualização tecnológica e a compatibilização com o meio ambiente das atividades realizadas pela indústria da mineração;
- VIII - orientar e propor formas de relacionamento entre os diferentes segmentos sociais e econômicos do setor de mineração e de transformação mineral;
- IX - monitorar e avaliar, em conjunto com órgãos federais e instituições competentes, as condições e a evolução do suprimento de bens minerais, bem como a satisfação dos consumidores;
- X - estabelecer políticas e sistemáticas de concessão para o setor, decidindo sobre sua execução direta ou submetendo ao Ministro de Estado proposta de delegação das atividades de concessão ao órgão regulador do sistema;
- XI - coordenar o processo de concessões de direitos minerários e supervisionar o controle e a fiscalização da exploração e produção dos bens minerais;
- XII - propor políticas públicas voltadas para a maior participação da indústria nacional de bens e serviços no setor de geologia e mineração;
- XIII - promover, acompanhar e avaliar ações, projetos e programas que objetivem o desenvolvimento sustentável da mineração, atuando como facilitador na interação entre setor produtivo e os órgãos de meio ambiente; e
- XIV - funcionar como núcleo de gerenciamento dos programas e projetos em sua área de competência.
- ...”

Para atender às funções e competências regimentais, a estrutura atual da SGM é a seguinte:



A SGM atua institucionalmente com base nos seguintes programas:

- Programa 1069 - Gestão da Política Mineral; e
- Programa 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais.

O primeiro programa tem suas ações, pela própria natureza, executadas diretamente pela estrutura da SGM, o que se dá em articulação ou conveniência com instituições públicas e privadas envolvidas no setor mineral, como fundações universitárias, institutos de pesquisa, outros ministérios e órgãos vinculados ao MME.

É um programa voltado para a coordenação do planejamento setorial e para a formulação de políticas setoriais, bem como a avaliação e o controle dos programas na área de geologia e mineração. Como justificativa para esta ação do Estado, verificou-se que a falta de investimentos para apoio à ação do Estado e a ausência de mecanismos de planejamento estratégico setorial

vinha comprometendo o desenvolvimento do setor mineral, trazendo como consequência pouca contribuição do Estado para a solução de problemas ligados ao desenvolvimento econômico e social do setor. Desta forma, o programa de gestão de políticas públicas foi instituído visando especificamente a enfrentar este desafio, compreendendo um conjunto de ações de planejamento, de formulação de políticas setoriais e de ações especializadas, com a avaliação de resultados, a correção de rumos e, ainda, o apoio à execução das ações finalísticas, de forma harmônica e sinérgica, pelos diversos agentes, sejam eles públicos ou privados.

Há também, em função da competência da União em legislar sobre o setor mineral, um importante componente de produção de normas operacionais para o setor, além da proposição de projetos de lei e de decretos que atendam às necessidades de regulação demandadas pelo setor.

O segundo programa visa dar suporte às articulações institucionais internacionais da SGM em foros políticos e técnicos do setor mineral, sendo a motivação da SGM a ampliação da ação do País tanto no mercado global quanto nas ações políticas bilaterais e multilaterais.

Concluindo, o objetivo fundamental da SGM é promover o desenvolvimento da produção mineral no País.

2.2. Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

2.2.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE

O MME além de indutor e coordenador de todo o processo de planejamento setorial e em estreita articulação com os órgãos vinculados e agentes envolvidos, busca sempre ajustar-se aos interesses da sociedade, ao conjunto das orientações de governo e às questões sócio-ambientais pertinentes, com transparência nas decisões, clareza e democratização do acesso às informações.

Por sua vez, a Secretaria-Executiva para atingir seus objetivos institucionais, supervisiona e coordena as atividades das Secretarias finalísticas do Ministério, quais sejam: Secretaria de Energia Elétrica, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Secretaria de Geologia, Mineração e de Transformação Mineral e Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, órgãos responsáveis pela implementação de programas, ações e projetos da área de competência desta Pasta.

Essa supervisão requer da Secretaria Executiva estreita participação nas reuniões, com efetiva interação com as Secretarias, Órgãos e Empresas Estatais. Dentre essas reuniões, se destacam:

- Análise e acompanhamento da situação dos Projetos do PAC, junto à Casa Civil da Presidência da República;
- Acompanhamento do desempenho do Programa Luz para Todos;
- Acompanhamento do desempenho de Leilões de Energia;
- Acompanhamento dos Programas e Ações específicas;
- Licenciamento Ambiental – Obtenção e acompanhamento dos procedimentos;
- Definição dos Orçamentos das Secretarias e de Acompanhamento da Realização Orçamentária;
- Definição do Calendário Anual de Reuniões;
- Definição e priorização de metas anuais de médio e longo prazo;
- Visitas às principais Obras do PAC, dentre outras.

A seguir, apresenta-se uma síntese das principais realizações, coordenadas pela Secretaria Executiva.

Essa síntese engloba principais realizações do Gabinete da Secretaria Executiva, da Assessoria Especial de Gestão Estratégica – AEGE, os Programas PNUD BRA 01/039, PNUD 01/99 e ESTAL, coordenados diretamente pela Secretaria Executiva. Apresentam-se algumas realizações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e também as atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental – NESA.

Em razão da complexidade dessas atuações, para melhor clareza da apresentação subdividiu-se em:

- A) REALIZAÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA
- B) REALIZAÇÕES DA ASSESSORIA ESPECIAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA (AEGE)
- C) REALIZAÇÕES DA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA
- D) REALIZAÇÕES DOS PROJETOS ESTAL E PNUD

Em seguida (ítem 2.2.2.), estão também inseridos as atividades desenvolvidas em 2008 pelo Gabinete do Senhor Ministro do Estado.

A) Realizações do Gabinete da Secretaria Executiva

A.1) Participação da Secretaria Executiva em Conselhos e Grupos de Trabalho

A Secretaria Executiva do MME, na pessoa do próprio Secretário, passou a integrar juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE o Conselho Nacional Política Energética – CNPE. Participa também do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Além desses, coordena o Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus – GTSEM, dentre outros.

CNPE - Conselho Nacional Política Energética

Fazem parte deste Conselho Nacional além do Ministro de Estado de Minas e Energia que o preside, os Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia, do Planejamento, Orçamento e Gestão; de Estado da Fazenda; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Chefe da Casa Civil da Presidência da República; da Integração Nacional; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; um representante de Governo Estadual e do Distrito Federal; um representante da sociedade civil especialista em matéria de energia; e um representante de universidade brasileira, especialista em matéria de energia.

Em 2008, no CNPE, destacam-se decisões relevantes de interesse nacional, inclusive as de atendimento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o interesse estratégico do rio Xingu para fins de geração de energia hidrelétrica, e sua importância para os Estados banhados por este rio, para a conservação da diversidade biológica e da proteção da cultura indígena, determinando ainda o potencial hidroenergético a ser explorado. A indicação da UHE Jirau no Rio Madeira como projeto de geração com prioridade de licitação. As Resoluções que estabeleceram em caráter excepcional as diretrizes para o suprimento de energia elétrica à República Oriental do Uruguai e à República Argentina, no ano de 2008.

Além dessas decisões, o CNPE determinou a criação de Grupo de Trabalho, pelas Resoluções nºs 4 e 7, de 13 de maio e 22 de julho de 2008, respectivamente, com o objetivo de elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios aplicáveis à situação futura das Centrais de Geração Hidrelétricas, instalações de transmissão e distribuição amortizadas ou depreciadas.

A determinação decorreu do fato de que várias concessões de serviços de energia elétrica já foram objeto de prorrogações, na forma da lei, e têm previsões de término a partir de 2015.

Sobre o tema, 37 reuniões foram realizadas, seis das quais pelo Grupo de Trabalho e doze com as Associações representativas dos agentes do setor elétrico. As demais foram realizadas com a ANEEL e por subgrupos de assuntos econômicos financeiros e jurídicos.

CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

O CMSE, criado pela Lei nº 10.848/2004 e presidido pelo Ministro de Minas e Energia, tem como finalidade preservar o equilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica no país por meio de avaliações periódicas, adotando, quando necessário, ações que garantam a segurança do suprimento e o atendimento a todos os consumidores.

Durante o ano de 2008, no CMSE, os representantes do MME acompanharam o desenvolvimento das atividades de geração transmissão, distribuição, comercialização e exportação de Energia Elétrica, Gás Natural, Petróleo e seus derivados. Além disso, foram acompanhadas e avaliadas permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional, identificando dificuldades e obstáculos de caráter técnico, ambiental, comercial e institucional que podem afetar a regularidade, a segurança de abastecimento e o atendimento à expansão dos setores de energia elétrica, gás natural, petróleo e seus derivados;

GTSEM - Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus

O Grupo de Trabalho do Sistema Elétrico Manaus – GTSEM, coordenado pela Secretaria Executiva, foi criado por meio da Portaria MME nº 280, de 27 de agosto de 2008, com a finalidade de propor e monitorar ações e medidas de forma a assegurar o suprimento de energia ao Sistema Elétrico Isolado de Manaus e ao interior do Estado do Amazonas até a sua interligação com o Sistema Interligado Nacional – SIN, previsto para o final de 2011. Este grupo já se reuniu e deliberou sobre o tema por cinco oportunidades e ainda em 2008, o GTSEM reconheceu, por meio da portaria MME nº 347, de 10 de Outubro de 2008, a capacidade insuficiente de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vivenciada na Região Metropolitana de Manaus - AM e interior do Estado do Amazonas, determinando à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE e à Manaus Energia S.A. a adoção de providências necessárias para garantir de forma sustentada o fornecimento de energia elétrica às referidas localidades.

A.2) Participação da Secretaria Executiva em Eventos Internacionais

Uma das mais importantes iniciativas da Secretaria Executiva junto com outros Ministérios, em 2008, foi a de aprimorar o relacionamento com os investidores internacionais, apresentando em diversas ocasiões os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, nas áreas de geração e transmissão de energia, biodiesel e as reais perspectivas oferecidas. Esse relacionamento

se fortalece por meio de projetos de participação, parcerias e investimentos. Tal assertiva foi medida pela participação do Brasil em *Road Shows* nos Estados Unidos, em junho e em países da Europa, em novembro de 2008. Nestas ocasiões foram despertados interesses decorrentes da divulgação dos planos e projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o modelo brasileiro de Leilões de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e Leilões de Biodiesel, com enfoque no seu panorama econômico, infra-estrutura e matriz energética. A idéia central foi efetivamente atrair interessados em projetos no setor.

Outra importante participação da Secretaria Executiva aconteceu na *International Convention Prospector and Developers Association of Canadá* (PDAC), em março 2008, considerada uma das maiores e mais importantes feiras da indústria mineral. O objetivo foi mostrar que o setor mineral brasileiro é uma área repleta de oportunidades, tanto para as empresas consolidadas, quanto para aquelas que buscam referências, investimentos ou parcerias. Nesse evento pôde-se avaliar tendências e conhecer diretrizes de investimento das melhores corporações da indústria mineral em escala global.

Em abril de 2008, em Londres, foi realizado o *Amazon Private Meeting*, cujo principal tema de debates foi a Amazônia, envolvendo a questão sobre a qualidade de vida da população e meios para que ela se torne “guardiã da floresta”. Deste encontro quatro painéis mereceram destaque: Agricultura, Meio Ambiente, Educação e Saúde. A Secretaria Executiva se fez presente, assim como representantes de governos estaduais, ONGs, Poder Legislativo Federal e Universidades brasileiras.

Em agosto, por ocasião da visita do Presidente da República do Brasil à Argentina, foi apresentada pela Secretaria Executiva do MME e Petrobras, no Espaço Cultural Brasil-Argentina, o fortalecimento das relações entre estas nações, representado pelos principais investimentos do Brasil naquele País, no montante de US\$ 26,5 milhões.

Na Espanha, foi apresentado durante o III Seminário Internacional de Regulação do Setor Elétrico, em outubro, o novo modelo brasileiro de estímulo à livre concorrência no mercado produtivo de energia elétrica, geração e transmissão. Divulgar o formato da regulação econômica, por incentivos, é uma das alternativas para vencer problemas de eficiência alocativa em monopólios naturais e propiciar condições para que o mercado de energia elétrica seja atrativo à iniciativa privada, com ênfase à possibilidade harmônica da transição do modelo estatal para o regime de mercado aberto. Esta abordagem permitiu avaliar os possíveis efeitos da regulação econômica por incentivos no setor elétrico, a qualidade do marco regulatório e o papel das instituições nos resultados pretendidos e alcançados.

Outro evento importante e que contou com a participação de potenciais investidores norte-americanos para o setor de produção, geração e transmissão de energia elétrica no Brasil, foi o seminário *Perspectivas nas relações Brasil-EUA*, realizado em dezembro, no *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, no contexto de nova administração norte-americana. A matriz energética brasileira foi objeto de análise, com ênfase no desenvolvimento interno alcançado pela introdução/associação do etanol, biodiesel e no uso continuado da energia nuclear no País.

Naquela oportunidade foi apresentado e discutido um modelo de “Memorando de Entendimentos” entre os países.

A.3) Participação da Secretaria Executiva em alguns Eventos Nacionais

Em maio de 2008, na cidade de Foz do Iguaçu, foi realizado o Fórum Global de Energias Renováveis, sob a organização da Itaipu Binacional, em parceria com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – ONUDI.

O tema do conclave foi dirigido para o desenvolvimento de novas fontes geradoras sob o contexto das mudanças climáticas, com destaque para atender a urgência exigida da adoção de fontes geradoras limpas. A relevância do Brasil é evidente nesse mercado, considerando a tecnologia adotada em hidroeletricidade e biocombustíveis.

Em 11 e 12 de novembro o MME/Secretaria Executiva participou do Seminário “*A Nova Matriz Energética Brasileira*”, realizado em Brasília, proferindo a palestra: “A Garantia do Atendimento de Fornecimento Energético”

Foram analisadas as políticas e ações para garantir o abastecimento da demanda imposta pelo mercado nacional de energia.

A Conferência Internacional Sobre Biocombustível *como* Vetor do Desenvolvimento Sustentável, aconteceu, em novembro de 2008. O MME/Secretaria Executiva atuou como moderador do tema Biocombustível e Segurança Energética, transição da matriz energética brasileira; diversificação das fontes e universalização de acesso.

Os debates foram desenvolvidos, distribuídos em cinco grandes temas:

- a) Biocombustíveis e Segurança Energética: transição da matriz energética; diversificação das fontes; universalização de acesso;
- b) Biocombustíveis e Mudança do Clima: mitigação das emissões de gases do efeito estufa, mudança de uso da terra; análise comparativa do ciclo de vida;
- c) Biocombustíveis e Sustentabilidade: segurança alimentar; geração de renda, desafios para os ecossistemas;
- d) Biocombustíveis e Inovação: pesquisa e desenvolvimento; biocombustíveis de primeira e segunda geração; oportunidades para a Ciência e Tecnologia; e
- e) Biocombustíveis e Mercado Internacional: regras comerciais; questões técnicas; padrões sócio-ambientais.

A.4) Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Panorama e Resultados de 2008

O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, foi lançado no início do ano de 2007, como plano estratégico do Governo Federal, para num prazo de quatro anos, recuperar a infra-estrutura e aumentar o ritmo de expansão da economia. As ações do PAC estão organizadas em um amplo conjunto de investimentos e um grupo de medidas de incentivo e facilitação de investimento privado. Esse programa completou seu segundo ano com resultados significativos. O PAC é, em síntese, um conjunto pré-definido de obras de infra-estrutura, de relevante importância para o desenvolvimento econômico e social do país, aliado a um elenco de medidas legais e

administrativas, de forma a viabilizar os investimentos necessários e a implantação em prazos compatíveis.

O ano de 2008 foi marcado pela continuidade, avaliação e ampliação dessas ações, sendo removidos obstáculos institucionais e econômico-financeiros para viabilizar parcerias e complementaridades dos investimentos públicos e privados. Em um contexto de crise internacional, no qual se observou uma tendência de movimentos de desaceleração econômica e cautela por parte de segmentos do setor privado, a intensificação dos investimentos em infraestrutura tem representado importante contribuição ao movimento anticíclico da economia, contribuindo para a realimentação do nível de atividade, além de gerar externalidades positivas no âmbito econômico e social.

O Brasil continuou na trajetória de crescimento sustentado, requerendo medidas do Governo no campo da infra-estrutura energética para assegurar o suprimento de energia compatível com o desempenho econômico e social do País.

As ações referentes à área de energia elétrica (Geração e Transmissão) que estão inseridas no PAC são cerca de 418. Elas abrangem os estudos, os licenciamentos ambientais, os leilões e as construções dos empreendimentos, buscando-se, assim, um ambiente de interação e de sinergia dentre as várias esferas do governo e do empresariado nacional. As ações do PAC unificam a atuação dos diversos órgãos do Governo Federal, no sentido de viabilizar os requisitos de oferta de energia elétrica para assegurar as condições necessárias para o atendimento da demanda, dentro de uma ótica de desenvolvimento sustentável. Com os projetos hidrelétricos e as interligações elétricas em andamento, assegura-se a predominância da hidroeletricidade na matriz elétrica nacional, mantendo-a renovável, conforme as diretrizes do Plano Nacional de Energia 2030 e o previsto nas revisões anuais do Plano Decenal de Energia.

A Secretaria Executiva coordena as ações do PAC, no eixo de infra-estrutura energética e no de infra-estrutura social e urbana.

Os resultados apresentados demonstram o efetivo gerenciamento promovido pelos gestores do PAC, de forma a promover a segurança energética do País.

Referente ao eixo de infra-estrutura energética:

Dentre os principais resultados na área de **Energia Elétrica**, destacam-se a celebração dos contratos de concessão das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que representarão juntas um acréscimo de 6.450 MW na capacidade instalada de geração do sistema elétrico e garantirão o fornecimento de energia a partir de 2012 e 2013, respectivamente; a celebração do contrato de concessão da LT Tucuruí – Macapá – Manaus e a realização do leilão da LT Porto Velho – Araraquara, que interligará as usinas do rio Madeira.

Na área de **Petróleo e Gás**, os empreendimentos enquadrados no PAC têm por objetivo assegurar a manutenção da auto-suficiência na produção de petróleo, bem como a redução da dependência externa para o abastecimento doméstico de gás natural.

Merecem destaques nessa área a instalação das plantas de regaseificação de GNL, a implementação do Plangás, a realização da 10ª rodada de licitação de blocos exploratórios, a superação da meta de produção de etanol estabelecida para 2010, atingindo 23,3 bilhões de litros, dentre outros resultados. Em 2008, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória, denominada Pré-sal, que permitirão incluir o Brasil na seleta lista de grandes exportadores de

petróleo e foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o novo marco legal da indústria do gás, o que contribuirá sobremaneira para o aumento dos investimentos no setor.

O desempenho do setor de **Biocombustíveis** consolida a posição de vanguarda do País que, em 2008, sediou a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis reunindo representantes de 92 Países e 26 organismos internacionais para discutir os desafios e oportunidades apresentadas pelos biocombustíveis.

Na área de **Geologia e Mineração**, desde 2007, houve significativo avanço no conhecimento geológico do território nacional. Até o final de 2008, foram investidos mais de R\$ 200 milhões em levantamentos aerogeofísicos, geológicos e hidrogeológicos, que visam à atração de investimentos necessários ao desenvolvimento da indústria extrativa e de transformação mineral e o melhor conhecimento do meio físico, possibilitando o desenvolvimento regional com sustentabilidade. Esses levantamentos estão sendo realizados nos Estados, sob a coordenação do Serviço Geológico do Brasil, com a participação de órgãos estaduais e universidades.

Referente ao eixo de infra-estrutura social e urbana:

O Programa Luz para Todos - LpT, foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, com a meta inicial de levar o acesso à energia elétrica a 2 milhões de domicílios do meio rural, até o ano de 2008.

Por meio do Programa Luz para Todos, no eixo de infra-estrutura social e urbana, , promoveu-se a universalização do acesso e uso da energia elétrica para a população brasileira, numa perspectiva de valorização da cidadania e de ação concreta para a inclusão social de pessoas e comunidades nos processos de desenvolvimento. A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos o que, somado ao crescimento vegetativo, estimulou um grande número de novos pedidos de ligações de energia elétrica, estimado em cerca de 01 milhão de ligações adicionais, provocando a prorrogação do Programa até o ano de 2010.

O realizado total do Programa até 2008 foi de 9,4 milhões de pessoas beneficiadas. Somente em 2008, a energia elétrica foi levada, gratuitamente, para 2,2 milhões de pessoas em todo o País.

Também, como destaque no campo social, o MME deu continuidade às ações dos Programas Nacionais de Cooperativismo na Mineração, de formalização da Produção Mineral, de estruturação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral e a estruturação do Programa Nacional de Extensionismo Mineral. Em 2008, foram incorporados, às políticas de apoio aos pequenos empreendimentos minerais, de interesse direto do PAC, projetos relacionados à produção de areia, brita e argila para cerâmica vermelha voltadas à fabricação de tijolos e telhas, matérias primas essenciais às obras de infra-estrutura e moradia. Foi lançado o Plano Nacional de Agregados Minerais Para Construção Civil – PNACC – e realizados 26 cursos de capacitação para o setor oleiro-cerâmico.

No campo da Saúde e Segurança nas minerações, foi criada pelo DNPM, com participação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM, a Comissão Nacional de Higiene, Saúde e Segurança – CHS e o projeto de capacitação de CIPAMINS. (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes em Mineração).

A.5) O Planejamento Energético

Em consonância com o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, a expansão do sistema energético nacional foi sustentada por um processo de planejamento coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e apoiado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE que, a partir de março de 2008, passou a ser incluída no Orçamento Fiscal da União. Os planos foram adequados às orientações de governo e à realidade vigente, buscando-se a redução do risco de déficit de insumos energéticos, a curto, médio e longo prazo, a diversificação da matriz energética, o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes e a sustentabilidade ambiental.

Em 2008 foi concluído o Plano Decenal de Energia em sua versão 2008-2017 que, atualmente, se encontra em consulta pública. Seu principal objetivo é prover uma visão de futuro que sinalize a necessidade de investimentos em energia no médio e longo prazo de uma forma sem precedentes na história do setor. No citado exercício, também foi feita atualização e aperfeiçoamento do Balanço Energético Nacional, além de terem sido iniciados os estudos para elaboração do Plano de Energia 2025.

A.6) Processo de Inventariança da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE

A Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, criada pelo Decreto nº 3900, de 29 de agosto de 2001, em plena crise de abastecimento de energia elétrica no país, tinha como principais objetivos a viabilização do aumento da capacidade de geração e oferta, a superação da crise e o reequilíbrio da oferta e demanda de energia elétrica. Superada a crise e vencido o período de existência, a empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi extinta em 30 de junho de 2006, sendo sucedida pela União e representada após esta data pelo Ministério de Minas e Energia.

Os trabalhos de inventário da empresa extinta foram concluídos em julho de 2007, mas restaram pendentes alguns pontos de extrema complexidade, dentre eles o encerramento dos registros da pessoa jurídica na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA e na Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB e a devolução dos saldos das contas dos encargos emergenciais aos consumidores de energia.

O processo de encerramento da pessoa jurídica, tanto na JUCERJA quanto na SRFB, já foi iniciado, mas, só poderá prosseguir após a emissão da Certidão Negativa de Débitos – CND, específica para esse fim. Para expedição da referida certidão a Receita Federal desencadeou dois processos de fiscalização na documentação da extinta CBEE, um processo abrangendo as questões previdenciárias e outro abrangendo os demais tributos (PIS, COFINS, IR, etc.)

Em 2008, a Secretaria Executiva do MME trabalhou na restauração do sistema contábil da empresa extinta, dando condições para a conclusão da primeira fase do processo de fiscalização previdenciária, para análise pontual de lançamentos. Essa fase foi concluída com a apresentação de seis autos de infração que foram devidamente impugnados pelo MME; as defesas apresentadas estão, no momento, sob análise da Receita Federal.

A fiscalização na documentação da extinta CBEE sobre os demais tributos (PIS, COFINS, IRPJ, etc.) foi iniciada em 2008, no Rio de Janeiro, e, no momento, a Delegacia da Receita Federal daquela cidade avalia a possibilidade de transferir o processo fiscalizatório para Brasília, de modo a facilitar o acesso aos documentos e/ou informações. Importante lembrar que toda documentação da CBEE encontra-se sob guarda definitiva do Arquivo Nacional em Brasília.

Para abordar a questão relativa à devolução dos saldos de caixa dos encargos emergenciais foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, com prazo determinado e com objetivo principal de

propor a data e a metodologia a ser utilizada na devolução dos créditos aos consumidores finais de energia elétrica. Participam do GTI representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, coordenando o processo, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Advocacia-Geral da União.

Todos os trabalhos em 2008, referentes a esse processo foram supervisionados pela Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia.

A.7) Redistribuição de Limites Orçamentários

Outro destaque da atuação da Secretaria Executiva se refere ao acompanhamento das despesas discricionárias do orçamento fiscal e sua execução financeira. Foi realizada uma redistribuição dos limites orçamentários e financeiros, durante o ano, reequilibrando-os de modo que todos os órgãos tiveram uma realização (relação entre o empenhado e o limite) da ordem de 98,7 %, otimizando-se assim a utilização dos recursos.

A.8) Principais atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria Executiva - NESA

Em 2008 foi instituído, sob a coordenação da Secretaria Executiva, o Comitê Técnico de Gestão Ambiental – CTGA, reunindo representantes das três áreas de atuação do MME - mineração, energia elétrica e petróleo e gás, visando consolidar o posicionamento do MME frente às questões ambientais nos diversos fóruns.

O Núcleo Estratégico de Gestão Sócio-Ambiental da Secretaria Executiva – NESA, unidade ainda informal, vinculada à Secretaria Executiva, coordena esse Comitê e cabe a este articular e promover a integração das ações relacionadas aos empreendimentos do setor energético; coordenar a representação do Ministério em instituições, grupos intersetoriais, Conselhos e Comitês; apoiar a Assessoria Parlamentar no acompanhamento de projetos de lei, e demais atos legais e normativos; bem como participar de articulações político-institucionais e emitir parecer sobre assuntos demandados.

Em 2008, registra-se importante a análise de projetos de lei e decretos legislativos; a análise de criação e ampliação de unidades de conservação; a participação nas discussões de fóruns de debates de zoneamento ecológico e econômico e Planos de Desenvolvimento Regional.

Entre as diversas matérias tratadas, destacam-se aquelas que eram consideradas complexas, e motivadoras de impasse no governo federal, como: os Decretos de cavidades naturais subterrâneas, (Decreto 6640/2008) e de regulamentação da Lei da Mata Atlântica (Decreto 6660/2008). Ocorreu avanço significativo nas discussões técnicas e políticas tanto do Decreto que altera o art. 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC que trata de compensação ambiental, como na proposta de regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que versa sobre a competência dos entes federativos. Tratou-se ainda da regulamentação de artigo constitucional, como o 231 – questão indígena. Estes dispositivos constitucionais receberam propostas do Executivo e tramitam em diferentes âmbitos junto ao Congresso Nacional.

No âmbito das articulações intraministeriais, merece destaque a realização de discussão dos procedimentos para a criação de Unidades de Conservação, bem como do estabelecimento de uma rotina de intercâmbio de informações envolvendo MMA, MME e Casa Civil. Dezenove pedidos de análise de áreas para a constituição de Unidades de Conservação tramitaram neste Ministério.

Dez foram aprovados, três negados, e os demais estão em análise ou aguardando documentação do MMA.

Entre as ações recomendadas, para a representação do MME no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA foram indicados dirigentes das três áreas: mineração; energia; e petróleo e gás. Os principais temas debatidos no Conselho foram:

- a) Moção: arquivamento do processo de licenciamento ambiental da UHE Tijuco Alto; realização de seminário internacional sobre avaliação ambiental estratégica, planejamento territorial e gestão de recursos hídricos na bacia do rio Madeira; recomendação à Petrobras para aplicação dos princípios adotados pela legislação ambiental brasileira em outros países; e licenciamento ambiental da UHE Mauá;
- b) Requerimento de Informação: quanto ao licenciamento ambiental das UHE's Santo Antônio e Jirau; e
- c) Resolução: gestão compartilhada de Unidades de Conservação - UC's com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPS; e fases de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores- PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P-7).

A publicação do estudo do Banco Mundial intitulado *Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil – Uma Contribuição para o Debate* contou com a participação do MME mediante a contratação, via PNUD, do diagnóstico sobre o licenciamento dos empreendimentos hidrelétricos.

O Ministério de Minas e Energia e o Banco Mundial promoveram seminário para discutir a temática e seus encaminhamentos. Várias recomendações apontadas para o setor elétrico estão sendo implementadas, como por exemplo, a contratação de seis projetos, por meio do Projeto PNUD BRA 01/039, com acompanhamento do MME/NESA e apoio da Presidência da República, MMA, IBAMA, ANEEL e FUNAI. Estes projetos visam propor regulamentação socioambiental do setor elétrico, bem como, respaldar a construção da Política Nacional de Energia a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão.

Foram concluídos: (i) Estudos ambientais nos aspectos técnicos e institucionais do setor energético; (ii) Análise dos aspectos jurídicos da antecipação da compensação financeira.

No âmbito das questões sociais, é desenvolvido pelo NESA o acompanhamento do Fundo Social Cana Brava e Serra da Mesa; o Acordo Social do APM de Manso (Aproveitamento de Usos Múltiplos de Manso), como também os trabalhos da Comissão Especial que apura violação de Direitos Humanos por implantação de empreendimentos hidrelétricos.

Acompanhamento e Gestão do Licenciamento Ambiental de Empreendimentos do Setor Elétrico

Foram desenvolvidas atividades técnicas com o objetivo de analisar o cumprimento das obrigações ambientais definidas para os projetos em andamento e a evolução dos estudos ambientais para projetos futuros, consolidando o monitoramento ambiental dos empreendimentos.

Destacam-se os recortes específicos para subsídio ao Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico -DMSE e ao Programa de Aceleração do Crescimento -PAC.

Visando garantir as condições socioambientais de atendimento às metas de geração e transmissão de energia elétrica, são desenvolvidas atividades de articulação com concessionários, órgãos ambientais e demais gestores em questões referentes a Unidades de Conservação, patrimônio cultural, étnico, antropológico e socioambiental (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMbio, Agência Nacional de Águas - ANA, Ministério da Saúde e outros.

No âmbito do PAC, foram realizadas reuniões sistemáticas junto à Casa Civil para a evolução dos projetos de geração e transmissão de energia, com análise e definição de cronograma dos empreendimentos, visando atender as metas definidas pelo programa e reuniões mensais, com as empresas do sistema Eletrobrás. Dentre os empreendimentos licenciados, destaque para o início da construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (3.140MW), emissão da Licença de Instalação parcial para enscadeira da UHE Jirau (3.300MW), confirmação do cronograma para a inclusão da UHE Belo Monte no leilão de 2009; emissão em outubro/2008 do Termo de Referência para elaboração do EIA/RIMA da LT Tucuruí – Macapá - Manaus, início da operação da Linha de Transmissão Norte – Sul III e da LT de Reforço à Ilha de Santa Catarina, emissão de 07 autorizações de acesso à Terra Indígena para estudo de inventário de bacia hidrográfica.

No monitoramento e gestão dos empreendimentos, foram realizadas ações que disponibilizaram as informações ambientais para secretarias do MME, por meio da ferramenta SharePoint, e realizados estudos preliminares para o desenvolvimento do sistema de gerenciamento das informações socioambientais, incluindo questões legais; gestão junto ao MMA e IBAMA, objetivando a retomada dos processos de licenciamento ambiental da UHE Couto Magalhães e Santa Isabel, que ocorreram em junho e agosto de 2008, respectivamente.

Vale ressaltar que o NESA fez o acompanhamento de informações relativas a iniciativas judiciais, fornecendo subsídios técnicos à Advocacia Geral da União referentes às usinas hidrelétricas Dardanelos, Estreito, Pai-Querê, Mauá, Serra do Facão, Foz do Chapecó, Baixo Iguaçu, Santo Antônio e Jirau.

B) Atividades da Assessoria Especial de Gestão Estratégica - AEGE

A Secretaria Executiva, por intermédio da Assessoria Especial de Gestão Estratégica, desenvolveu em 2008 uma série de atividades técnicas. Dentre essas, devem ser destacadas:

B.1) Programa de Dispêndios Globais das Empresas Estatais (PDG) e Orçamento de Investimentos (OI)

- Acompanhamento da execução orçamentária de 2008 das Empresas dos Sistemas PETROBRAS e ELETROBRÁS, monitorando as alterações do PDG (por Decreto) e do OI (por Projetos de Lei, Emendas, etc.);
- Elaboração do PDG e OI para 2009.

B.2) Gestão das Entidades do âmbito do MME, junto ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MP:

- Supervisão e acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da Cia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM);

- Supervisão, acompanhamento e aprovação do Programa de Demissão Voluntária Programada da Cia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF);
- Supervisão e acompanhamento dos Programas de Participação dos Lucros e Resultados da PETROBRAS e da ELETROBRÁS
- Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados a Fundos de Previdência, Aumento de Capital e Descontingenciamento de Crédito, das empresas estatais;
- Ação de fortalecimento da ELETROBRÁS, com a unificação dos benefícios e instituição da Tabela Salarial Única;
- Aprovação dos Estatutos das empresas federalizadas e controladas da ELETROBRÁS;
- Supervisão e acompanhamento de assuntos relacionados aos Quadros de Pessoal, Planos de Cargos e Salários, Programas de Desligamento Incentivado de Pessoal;
- Em 2008, a Secretaria Executiva, de parceria com o DEST/MP e apoio da PETROBRAS, promoveu oficinas temáticas visando a capacitação de técnicos do Governo e de empresas estatais em Programas de Participação de Lucros e Resultados – PLR.

B.3) Outras Atividades da AEGE.

- Gestão e Monitoramento do Plano Plurianual;
- Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro (RESEB): Elaboração do Relatório Final, que reconheceu dívidas do MME à ELETROBRÁS para quitação de empréstimo, nos valores de US\$ 18.408.179,35 e R\$ 389.859,37;
- Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que foi lida durante a abertura da Sessão Legislativa do Congresso Nacional em 2008;
- Coordenação e Consolidação da Mensagem Presidencial que acompanhou o Projeto de Lei do Orçamento Anual – PLOA/2009;
- Coordenação e Consolidação da Prestação de Contas do Senhor Presidente da República, versão 2007;
- Coordenação e montagem do Relatório Anual de Gestão e das etapas de Auditoria Anual de Contas e Planos de Providências das Secretarias do MME, relativas a 2007;
- Reuniões com a ELETROBRÁS sobre Bens da União sob Administração – BUSA;
- Solicitação e Acompanhamento do tema “Obras com Indícios de Irregularidades Graves”, apontado pelo TCU;
- Inclusão da Empresa de Pesquisa Energética- EPE, no Orçamento Fiscal e liberação dos empenhos para ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- Monitoramento do processo entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), referente ao pagamento do Acórdão Judicial com os sindicatos das usinas de álcool dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais.

C) Realizações da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA

A SPOA, órgão integrante da estrutura da Secretaria-Executiva, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.267, de 9 de novembro de 2004, e na Portaria MME nº 144, de 23 de junho de 2006, tem como competência regimental:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relativas à organização e modernização administrativa, assim como as relacionadas com os Sistemas Federais de

Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade, de Administração Financeira, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Administração de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II - orientar e consolidar a formalização das propostas orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas, compreendendo o orçamento fiscal e o da seguridade social, compatibilizando-as com os objetivos, metas e alocação de recursos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

III - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério; e

IV - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Para o desempenho das atividades inerentes à sua área de abrangência, a Subsecretaria conta com a seguinte estrutura organizacional:

- Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF (UG: 320002)
- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL (UG: 320004)
- Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH (UG: 320005)
- Coordenação-Geral de Compras e Contratos – CGCC
- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI
- Coordenação de Modernização Administrativa – CMA

A seguir, as principais ações de 2008, por área de atuação das unidades que integram a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

C.1) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)

À CGOF compete exercer as atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e de Contabilidade, compreendendo: o planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e controle das atividades orçamentárias e de programação financeira relativas aos Orçamentos, Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério; a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros para as demais unidades gestoras; os registros contábeis dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério; e a instrução, com as informações orçamentárias, dos processos de descentralização voluntária de recursos por meio de convênios, efetuando os registros no SIAFI e incumbindo-se do correspondente acompanhamento da execução financeira.

Execução Orçamentária e Financeira 2008
PROGRAMA 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO – SPOA

R\$ 1,00

AÇÃO	GND	LOA	LIMITE	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMP/ LIM
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1	2.727.341	2.727.341	2.708.326	2.708.326	2.708.326	99,3%
1F83 -Modernização das Instalações Elétricas do Edifício Sede do MME	3	6.482.736	5.865.295	5.865.295	-	-	100,0%
2000 - Administração da Unidade	1	49.162.587	49.162.587	49.162.012	48.786.392	48.192.487	100,0%
	3	18.311.700	18.311.700	18.311.259	15.961.799	15.961.705	100,0%
	4	3.400.000	3.400.000	3.370.480	2.257.738	2.257.738	99,1%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3	542.172	431.843	391.809	388.409	388.409	90,7%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	3	1.268.165	1.258.136	1.258.136	1.258.136	1.258.136	100,0%
2012 - Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	3	1.024.127	1.023.550	1.001.927	1.001.927	1.001.927	97,9%
2011 - Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	3	850.834	850.834	754.907	754.907	754.907	88,7%
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	3	72.062	64.000	54.074	54.074	54.074	84,5%
TOTAL SPOA	-	83.841.724	83.095.286	82.878.225	73.171.708	72.577.709	99,7%

Fonte: SIAFI Gerencial (inclui Pessoal e Encargos Sociais)

Obs:

GND 1 = Pessoal e Encargos Sociais

GND 3 = Outras Despesas Correntes

GND 4 = Investimentos

A planilha abaixo demonstra a execução orçamentária das despesas discricionárias do Ministério de Minas e Energia durante o exercício de 2008, por Unidade Orçamentária.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

R\$ 1,00

UNIDADE	LOA	LIMITE	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMP/ LIM
ADM. DIRETA	91.161.316	54.954.555	53.808.117	37.849.142	37.751.936	97,9%
CPRM	64.048.049	58.481.554	57.874.275	50.898.017	50.216.467	99,0%
DNPM	40.610.806	36.419.322	34.454.921	29.408.650	29.145.758	94,6%
ANP	482.311.984	346.617.414	346.501.387	312.972.372	312.922.324	100,0%
ANEEL	95.695.985	79.586.170	78.888.971	58.848.789	58.842.968	99,1%
EPE	39.932.426	25.313.477	22.603.852	20.850.249	20.837.466	89,3%
TOTAL MME	813.760.566	601.372.493	594.131.523	510.827.219	509.716.919	98,8%

Fonte: SIAFI Gerencial (exclui Pessoal, Dívida, Subvenção, Subsídio, Doação, Sentenças Judiciais, Recursos de Convênios, Reserva de Contingência).

As Unidades Orçamentárias vinculadas ao MME são as seguintes: 32101 – Administração Direta do MME; 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); 32263 – Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); 32265 – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); 32266 – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e 32314 – Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Até o exercício de 2007, a EPE fazia parte do Orçamento de Investimento das Estatais, tendo ingressado no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social a partir da publicação da Lei Orçamentária Anual para 2008 (Lei nº 11.647, de 24 de março de 2008). Com isso, como responsável pelas atividades de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade, a CGOF/SPOA precisou orientar essa nova Unidade Orçamentária a atuar de acordo com os princípios do Orçamento, das Finanças e da Contabilidade Pública, bem como a utilizar os sistemas cooperativos relacionados a essas áreas de atuação (SIAFI, SIDOR etc).

O valor total do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do MME, conforme aprovado na LOA 2008, foi de R\$ 6.292.980.844,00. Desse montante, o valor de R\$ 4.880.572.768,00 estava na Reserva de Contingência, e o valor de R\$ 496.049.204,00 era referente a despesas com Pessoal ou Dívidas. **O total das despesas discricionárias era de apenas R\$ 813.760.566,00**, conforme pode ser observado na planilha acima.

Não obstante, o MME não estava autorizado a empenhar a totalidade desse valor, pois, de acordo com a Norma de Programação Orçamentária e Financeira (Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, e alterações posteriores), o limite de movimentação de empenho fixado para o MME era de apenas **R\$ 601.372.493,00**.

Assim, a partir da distribuição dos limites de empenho, a CGOF/SPOA realizou o acompanhamento contínuo da execução orçamentária, por meio de consultas ao SIAFI e de reuniões com representantes das Unidades Orçamentárias e das Secretarias, para verificar a necessidade de ampliação, a capacidade efetiva de execução e a possibilidade de remanejamento interno de limites.

Com isso, **no exercício de 2008**, o percentual de empenho do MME como um todo, considerando as despesas discricionárias (Custeio e Investimento) foi da ordem aproximada de 99% (noventa e nove por cento), conforme demonstram os dados inseridos na planilha acima.

Recolhimento de Recursos para Pesquisa e Desenvolvimento

Além das atribuições regimentais, típicas de um órgão setorial do Sistema Federal de Administração Financeira, a Coordenação de Administração Financeira da CGOF/SPOA, a partir de janeiro de 2007, passou a realizar também atividades relacionadas ao recolhimento dos recursos a que se refere a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que estabelece a obrigatoriedade da aplicação de um percentual da receita operacional líquida das empresas do setor elétrico em pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, por falta de regulamentação, o recolhimento desses recursos para o MME não estava sendo efetuado. A situação só foi normalizada com a publicação do Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006, que regulamentou o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991/2000. Posteriormente, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 233, de 24 de outubro de 2006, estabelecendo os critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos previstos na Lei nº 9.991/2000.

A Resolução entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2007, e, posteriormente, foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008, que aprovou o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, e estabeleceu novos critérios e procedimentos para o cálculo, aplicação e o recolhimento dos recursos para pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, **no exercício de 2008, o valor total do recolhimento foi de aproximadamente R\$ 139 milhões (cento e trinta e nove milhões de reais)**. O valor acumulado desde o início do recolhimento é de cerca de R\$ 553 milhões (quinhentos e cinquenta e três milhões de reais), incluindo os duodécimos referentes aos exercícios de 2007 e 2008 e os valores atrasados devidos de 2004 a 2006.

É importante ressaltar, ainda, que o valor recolhido pelas empresas do setor energético não entra em conta específica do MME e sim na Conta Única do Tesouro Nacional, administrada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

Portanto, o recolhimento dessa receita não gera recursos adicionais para o MME, mas apenas “caixa” para o Tesouro Nacional, possibilita a substituição de outras fontes de receita pela fonte 172. Espera-se que, eventualmente, a SOF e a STN considerem o excesso de arrecadação ou superávit financeiro dessa receita como possíveis fontes de recursos a serem ofertados, como contrapartida, para a obtenção de créditos adicionais para a Pasta de Minas e Energia.

Acompanhamento e Análise de Convênios

Por meio do Relatório nº 190.260, referente ao exercício de 2006, a equipe de Auditoria da CGU, constatou que havia *“atraso na análise das Prestações de Contas Finais de Convênios e deficiência na implementação de recomendações da CGU em exercícios anteriores”* e recomendou *“que o MME elabore e execute um plano de trabalho que estabeleça metas, prazos e responsáveis para a eliminação das deficiências e atendimento da Legislação”*.

A resposta foi apresentada por meio do Plano de Providências da CGOF/SPOA, como segue: *“a solução para o atraso na análise financeira das prestações de contas de convênios é a criação de uma Unidade específica para as atividades relacionadas a convênios, fora da estrutura da SPOA, nos termos da proposta encaminhada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e*

Administração ao Secretário-Executivo do MME, por meio da Nota nº 01/SPOA/2007, de 3 de maio de 2007.

Atualmente, a análise financeira da prestação de contas de convênios e as atividades correlatas continuam sendo desempenhadas pela Coordenação de Contabilidade, subordinada à CGOF/SPOA. Dessa forma, as atividades relacionadas a convênios estão concorrendo com as ações típicas da Coordenação de Contabilidade e prejudicando o seu desempenho. Soma-se a isso o fato de que, além de responder pela contabilidade do MME, essa Coordenação também é responsável pelo acompanhamento da contabilidade das Unidades Vinculadas (CPRM, DNPM, ANP, ANEEL e EPE).

Com a inclusão da EPE no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, conforme mencionado acima, durante o exercício de 2008, a Coordenação de Contabilidade teve que acompanhar e orientar a migração das operações financeiras da EPE para o SIAFI, em conformidade com os princípios da Contabilidade Pública.

Ainda no exercício de 2008, tendo em vista as alterações promovidas na legislação aplicável a convênios por força do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008 (criação do Portal dos Convênios), a CGOF apresentou uma nova proposta para criação de uma Unidade de Gestão de Convênios, no âmbito do MME, por meio da Nota nº 072/CGOF/2008, de 26 de novembro de 2008 (Processo nº 48000.002383/08-42).

C.2) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (CGRL)

À CGRL compete planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e instalações, comunicações administrativas, documentação bibliográfica, transporte, zeladoria, telecomunicações e reprografia, bem como as inerentes à execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à Coordenação-Geral.

Na área de atuação da CGRL foram desenvolvidos os seguintes projetos e atividades relevantes no exercício de 2008:

a) Reforma do Restaurante:

Com intuito de proporcionar aos servidores do MME mais conforto e comodidade no seu ambiente de trabalho, mediante fornecimento de uma alimentação saudável, que atende aos requisitos de qualidade nutricional das principais Organizações de Saúde, assim como aos padrões de higiene exigidos pela Vigilância Sanitária, foi contratada empresa especializada em engenharia civil para promover reforma e adequação de área localizada no 1º subsolo, para instalação do restaurante/lanchonete, projeto que veio ao encontro de antigos anseios e expectativas dos servidores. O local compreende uma área de 400m² e o projeto contempla desde a aquisição e instalação de equipamentos industriais e utilitários modernos para a cozinha até o mobiliário destinado ao refeitório.



b) Reforma das Esquadrias e Brises:

Para sanar os problemas de infiltração provenientes do desgaste da estrutura metálica do edifício, foi contratada uma empresa especializada em engenharia civil para executar serviços de reparação das esquadrias, janelas, portas, portões, basculantes, “brises soleil’s”, recuperação dos revestimentos das fachadas, gressites, empenas, platibandas e infiltrações e impermeabilização das lajes das marquises das entradas privativa e social do edifício do MME.

Esses serviços se revestem de grande importância para o Ministério não apenas por possibilitar a recuperação dos elementos construtivos das fachadas do prédio, mas, sobretudo, por eliminar as inúmeras goteiras responsáveis pelos constrangimentos e transtornos causados aos servidores, no período das chuvas, tais como perdas de documentos e danos em equipamentos elétricos e eletrônicos, diante da ocorrência sistemática de infiltração sobre mesas e estações de trabalho (em todos os andares), decorrente de vazão de água na forma de goteiras. Outro fator, não menos importante, é a segurança física do patrimônio e dos servidores que o contrato proporcionou com a eliminação das goteiras, pois o contato da água com as precárias instalações elétricas do prédio era situação temerária ante a possibilidade de ocorrência de incêndios.



c) Substituição dos Grupos Geradores:

A substituição do sistema de suprimento de energia de emergência (grupos geradores) representou importante mecanismo de proteção do MME contra problemas resultantes da interrupção no fornecimento de energia elétrica por parte da Concessionária.

Dessa forma, o novo grupo gerador fornecerá toda a carga elétrica necessária ao Ministério para suprir a interrupção no fornecimento da energia convencional, ativando o sistema automático para iluminação de emergência em pontos estratégicos dos andares e auditórios, manutenção dos elevadores, das bombas de recalque de água e de esgoto, do CPD e de todas as estações de trabalho. Esse equipamento, não-convencional, foi instalado com revestimento acústico (silenciador de 70 DB), diferentemente do equipamento anterior, o que possibilita a permanência

de pessoas próximas ao sistema em operação sem danos para a saúde. Sua moderna concepção permitirá, ainda, o desenvolvimento de projetos para acompanhamento remoto de seu funcionamento, no modelo de automação predial, mediante interface com a área de informática, bem como para redução do gasto com energia elétrica em horários críticos (de 18h às 21 h).



d) Substituição das Instalações Elétricas:

O edifício possui rede elétrica ultrapassada, em péssimas condições de manutenção e com sobrecarga de energia, situação preocupante e que representa risco iminente de incêndio. Muitas vistorias foram realizadas no decorrer dos últimos anos por técnicos especializados da área elétrica, sempre com indicação para imediata substituição de todo o aparato elétrico do prédio (última reforma data de 1970).

Entretanto, somente em 2008 foi possível obter crédito especial para abarcar despesas com a contratação de serviços especializados em engenharia elétrica, com vista à substituição das atuais instalações elétricas prediais normais, emergenciais e essenciais do MME, cuja execução foi iniciada neste exercício.

Os materiais e equipamentos a serem utilizados são atuais, tecnologicamente, e contempla, por exemplo, a substituição dos antigos cabos elétricos por barras de cobre blindadas (denominadas “busway”), bem como dos antigos quadros elétricos gerais por outros do tipo TTA (Totalmente Testados e Aprovados), para imprimir maior confiabilidade ao novo sistema elétrico do prédio. Além do mais, serão incorporados 2 novos no-breaks ao CPD para suporte e segurança dos investimentos feitos na área de informática.

Outro ponto importante é que as condições de trabalho e de salubridade do prédio serão melhoradas com a presente contratação, devido à troca das luminárias e substituição do atual forro e dos componentes de revestimento acústico (com lã de vidro), material que representa risco para a saúde das pessoas que trabalham no prédio, ante seu desgaste natural e o tempo de uso. Com isso haverá melhorias na qualidade do ar que circula nos aparelhos de ar refrigerado, nas condições de higiene e de iluminação. O término dessa obra está previsto para o final do exercício de 2009.



C.3) Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH)

À CGRH compete planejar, coordenar, acompanhar, orientar, supervisionar e avaliar as atividades pertinentes a recursos humanos, compreendidas as de administração e desenvolvimento de pessoal, de assistência médica, odontológica e psicossocial, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, e, ainda, as de programação e execução orçamentária e financeira dos recursos consignados à Coordenação-Geral.

Metas das Ações Administrativas Previstas na Lei Orçamentária 2008

TÍTULO DA AÇÃO	METAS FÍSICAS		
	Beneficiados	LOA	Realizado
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.	Servidores capacitados	650	645
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.	Servidores beneficiados	443	498
Auxílio-Alimentação dos Servidores e Empregados	Servidores beneficiados	469	546
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.	Crianças de 0 a 6 anos	63	44
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.	Pessoas beneficiadas	2.010	2.014
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis.	Pessoas beneficiadas	1.815	1.874

Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação – PADC 2008

O Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação – PADC 2008, em consonância com o que preceitua o Decreto 5707 de 23 de fevereiro de 2006, contemplou ações voltadas para a busca da melhoria da eficiência e qualidade dos serviços, a adequação das competências requeridas, a partir do que foi mapeado em novembro de 2007 alinhado com o Plano de Gestão do MME, que visa o alcance dos objetivos estratégicos e o fortalecimento institucional.

Portanto, o MME investiu recursos da ordem de R\$ 449.533,00 em 2008, para capacitação de seu efetivo de pessoal, com realização de 91 eventos.

No que se refere aos resultados do Programa Qualidade de Vida do MME, em 2008 foram realizadas 46 ações, a saber: Palestras de Educação para a Saúde, Semana do Servidor Público, Projetos voltados à Valorização do Servidor, Cinema Cultural, Massagem Expressa, Coral de Vozes e Ginástica Laboral, resultando em 12.293 participações.

Assistência Médica e Social

ESTATÍSTICA DA CLÍNICA MÉDICA 2008	
PROCEDIMENTO	QTDE.
Consulta Ativos MME	1.238
Consulta Dependentes MME	321
Consulta Inativos MME	111
Consulta Servidores Mtur	30
Consulta Servidores Outros Ministérios	182
Consulta Servidores Terceirizados	244
Atendimento Domiciliar	2
Atendimento Hospitalar	1
Eletrocardiograma – Laudo	271
Exame Admissional/Demissional	218
Receituário	111
Relatório	19
Solicitação de Exames	22
TOTAL	2.770

ESTATÍSTICA DE ENFERMAGEM 2008	
PROCEDIMENTO	QTDE.
Acompanhamento Paciente	3
Atendimento Telefônico	1
Compressa Calor/Gelo	1
Comunicado Telefônico Familiar	2
Curativo/Retirada de Ponto	77
Eletrocardiograma	290
Encaminhamento Hospitalar	82
Encaminhamento Médico	184
Encaminhamento Psicologia	4
Estatura	2
Glicemia Capilar	94
Medicação Injetável	119
Medicação Oral	72
Nebulização	9
Orientações	286
Outros	4
Peso	828
Pressão Arterial	2.309
Pulso	2.301
Repouso	8
Vacinação Rubéola	192
Temperatura	62
TOTAL	6.930

ESTATÍSTICA DE PSICOLOGIA 2008	
PROCEDIMENTO	QTDE.
Consulta	304
Atendimento Externo	2
Palestra	9
Discussão de casos	52
Orientação à Chefias	15
Ações ligadas à Elaboração de Projetos	111
Reuniões	37
PAS	123
Outros	515
TOTAL	1.168

ESTATÍSTICA DE ODONTOLOGIA/2008	
PROCEDIMENTO	QTDE.
Consulta	272
Emergência	117
Educação em Saúde	76
Evidenciação e Higiene Bucal	99
Profilaxia	204
Aplicação Tópica de Flúor	120
Raspagem	81
Curativo	12
Restauração em Ionômero	9
Restauração em Resina	363
Cirurgia	44
Radiografia	16
Outros	95
TOTAL	1.508

C.4) Coordenação-Geral de Compras e Contratos (CGCC)

À CGCC compete planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades inerentes aos processos de licitação dispensa e inexigibilidade, destinados à aquisição de material e bens patrimoniais, bem como à contratação de obras e serviços, observadas as disposições legais e regulamentares e as normas estabelecidas pelo SISG – Sistema de Serviços Gerais.

Os serviços executados pela CGCC são pautados nas disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes (Lei nº 10.520/2002 e Decretos nºs 3.555/2000 e 5.450/2005), bem como nas Instruções Normativas nºs 05/1995 e 02/2008 e Decretos nºs 2.271/97 e 3.048/99. Afora essas normas indispensáveis para o acompanhamento incondicional da execução dos contratos, também são consultadas outras normas que tratam de tributação e encargos sociais, jurisprudência e Decisões e Acórdãos do Acórdãos do Tribunal de Contas da União.

A referida Coordenação-Geral abrange os processos de Licitações e Compras e de Administração de Contratos.

Integram as ações de Licitações e Compras a instrução e o processamento, em consonância com a legislação vigente, dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços gerais ou de obras/serviços de engenharia, quer seja por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de cotação eletrônica ou por meio da deflagração de certames licitatórios nas modalidades de: convite, Tomada de Preços, Concorrência, Pregão e adesão a Atas de Registro de Preços de outros Órgãos. Cuida também a referida unidade do cadastro de fornecedores, além de prestar apoio administrativo à Comissão Permanente de Licitações do MME (pesquisa de preços, publicação de matérias via SIDEDEC, consultas diversas no COMPRASNET e alimentação de dados no SICAF).

Principais Aquisições e Contratações do MME – Exercício 2008

No exercício de 2008, foram realizados 52 procedimentos licitatórios, no valor acima do limite de R\$ 8.000,00, sendo que 48 foram deflagrados na modalidade de Pregão Eletrônico, dando maior transparência aos processos de compra do MME e considerável economia a favor do erário.

Ainda, foram abertos 44 processos para aquisição de materiais diversos e contratação de serviços, com escopo no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), sendo que todas as aquisições, no total de 27, ocorreram por meio do sistema de Cotação Eletrônica disponibilizado pelo Governo Federal. A esse propósito, vale mencionar que o sistema de cotação eletrônica não permite contratação de serviços com escopo no art. 24, inciso II da LLC.

É de relevo destacar nessa área que sua atuação contribuiu positivamente para redução do custo das contratações do MME, conforme se observa no quadro abaixo, ao se aferir diferencial entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado (houve redução de 22% por cento).

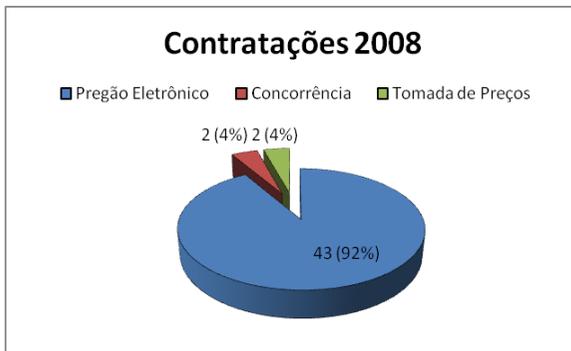
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS

PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS EM 2008						
Núm.	Nº do Processo	Objeto	Solicitante	Valor		Empresa Vencedora
				Estimado	Contratado	
1	48000.002564/07-98	Aquisição de ÁGUA MINERAL	CGRL	62.400,00	24.960,00	MINÁGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA
2	48000.002619/07-60	Fornecimento de COMBUSTÍVEL	CGRL	111.420,00	104.199,80	FEDERAL DIST. PETROLEO LTDA e COMP. PETROLEO IPIRANGA
3	48000.003003/07-14	BRIGADISTA	CGRL	698.891,72	698.500,00	5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA
4	48000.002566/07-87	JORNAIS E REVISTAS	CGRL	51.338,60	39.490,30	JM TORRES JORNAIS E REVISTAS LTDA
5	48000.000278/08-79	MESTRE DE CERIMÔNIA	GM	12.000,00	7.138,00	LUMINA PRODUÇÕES, EVENTOS, CERIMONIAL E TURISMO LTDA
6	48000.000279/08-13	GRAVAÇÃO E DEGRAVAÇÃO	MME	24.000,00	7.200,00	GUERREIRO & COSTA COMUNICAÇÃO LTDA
7	48000.002907/07-14	Materiais diversos	COAGE	12.983,40	5.858,25	DIVERSAS EMPRESAS
8	48000.002709/07-51	Confecções de CARIMBOS	COAGE	9.710,00	5.467,00	NEW SATAR
10	48000.002792/07-68	SERVIÇO MÓVEL Pessoal	CGRL	48.276,00	32.076,00	VIVO S/A
12	48000.002094/07-62	Materiais diversos ÁREA MÉDICA (autoclave e máscara facial)	CGRH	2.350,00	2.350,00	DIVERSAS EMPRESAS
13	48000.000137/08-56	Serviço de RECEPCIONISTA	CGRL	825.435,12	618.095,00	CONTRAT ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA
14	48000.000450/08-94	VACINA antigripal	CGRH	23.028,08	-	LICITAÇÃO DESERTA
15	48000.000475/08-98	Serviço de CHAVEIRO	CGRL	28.865,00	27.000,00	Licitação REVOGADA
16	48000.000904/08-27	Aquisição de VEÍCULO de representação (Ministro)	CGRL	84.500,00	84.500,00	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
17	48000.000248/08-62	Aquisição de Ferramenta Unified Threat Management (UTM)	CGTI	437.500,00	396.599,88	NCT INFORMÁTICA LTDA
18	48000.000543/08-19	Serviços de condução de veículos, executado por MOTORISTAS.	CGRL	187.356,96	154.549,92	MAXXI-SERVICE
19	48000.000243/08-30	Serviços de manutenção, fornecimento e/ou recuperação de PERSIANAS , com o fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários	CGRL	127.750,00	69.950,00	C. DIAS
20	48000.000345/08-55	SERVIÇO TELEFÔNICO Comutado – de Longa Distância Internacional, para Linhas Celulares SMP	CGRL	11.374,59	7.895,40	EMBRATEL S/A
21	48000.001262/08-83	Serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças de 08 ELEVADORES	CGRL	69.229,68	69.118,92	MÓDULO
22	48000.001177/08-15	Aquisição de PNEUS	CGRL	23.464,32	16.494,20	CORINGA DOS PNEUS
24	48000.001423/08-39	IMPRESSÃO DE LIVROS - Plano Nacional de Energia PNE	DPE	47.235,00	42.380,00	QUICKPRESS GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME
25	48000.000330/08-97	PROGRAMAÇÃO VISUAL	COAGE	51.591,00	38.700,00	CAPITALPALC Comércio de Placas Ltda
26	48000.002923/08-15	Fornecimento e Recuperação de PISOS	COAGE	320.750,00	207.000,00	BIG PISOS - PISOS E REVESTIMENTOS LTDA
27	48000.001803/08-73	Manutenção do PABX	CGRL	136.407,34	-	Cancelado
28	48000.002906/07-70	Aquisição de PROJETOR MULTIMÍDIA e Tela Retrátil	Diversos	100.650,00	67.079,99	Diversas empresas

PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS EM 2008						
Núm.	Nº do Processo	Objeto	Solicitante	Valor		Empresa Vencedora
				Estimado	Contratado	
29	48000.002612/07-48	Aquisição de MATERIAIS DIVERSOS (Escada, quadro branco, lanterna, estante e carrinho dobrável)	Diversos	12.805,00	9.818,92	Diversas empresas
30	48000.001089/08-13	Contratação de empresa para fornecimento de VIDROS	CGRL	85.614,60	65.659,00	F.M. DE F FERREIRA COMÉRCIO E MANUTENÇÃO PREDIAL – ME
31	48000.001795/08-65	Contratação de Seguro Total para VEÍCULOS OFICIAIS	CGRL	31.950,71	21.000,00	BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
33	48000.001787/08-19	Serviços de engenharia elétrica, realização de serviços técnicos profissionais. FISCALIZAÇÃO OBRA ELÉTRICA	CGRL	51.538,96	36.590,00	POWER ENGENHARIA COMÉRCIO DE SERVIÇOS LTDA
34	48000.001856/08-94	Contratação de empresa prestadora de serviços para manutenção do sistema de infra-estrutura de CABEAMENTO	CGRL	534.350,00	199.999,92	ENGEMIL- ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA
35	48000.001274/08-16	Solução TRAUMA ZERO – Atualização e Suporte	CGTI	551.489,78	549.000,00	ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA
36	48000.000316/07-93	MATERIAL ODONTOLÓGICO (71 itens)	CGRH	37.403,56	14.229,99	Diversas empresas
37	48000.001118/08-47	MATERIAL DE EXPEDIENTE	CGRL	108.983,90	54.877,60	Diversas empresas
38	48000.001161/08-11	Aquisição de EQUIPAMENTOS PARA O RESTAURANTE	CGRL	473.893,60	347.010,85	Diversas empresas
40	48000.001556/08-13	Contratação de empresa especializada de Engenharia para Operação, MANUTENÇÃO PREVENTIVA e Corretiva	CGRL	303.319,94	246.792,48	ENGEMIL- ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA
41	48000.000558/08-87	Aquisição de Materiais e EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS (211 itens diversos)	CGRH	29.766,37	19.451,13	Diversas empresas
42	48000.001085/08-35	Aquisição de ELETRODOMÉSTICOS (balança, bebedouro, fragmentadora, refrigerador, frigobar, cafeteira, microondas, televisão)	CGRL	58.411,70	35.472,73	Diversas empresas
43	48000.002072/08-83	Serviço de reserva, emissão, marcação e remarcação de PASSAGENS AÉREAS e/ou terrestres, nacionais e internacionais	CGCC	1.355.426,78	1.246.314,92	PARAMOUNT VIAGENS E TURISMO LTDA-EPP
44	48000.001858/08-83	Aquisição do módulo LIN , 40 aparelhos telefônicos digitais para expansão da capacidade do PABX MD 110 – versão BC 12	CGRL	83.790,00	83.790,00	DAMOVO DO BRASIL S.A.
45	48000.002146/08-81	Serviços de Pesquisa e avaliação do PROGRAMA LUZ PARA TODOS	SEE	841.488,75	425.500,00	ZAYTECBRASIL SERVIÇO DE PESQUISA LTDA
46	48000.002047/08-08	Aquisição de ÁGUA MINERAL - 2009	CGRL	89.472,00	20.736,00	MINÁGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA
47	48000.2052/08-11	Manutenção do software de gestão de riscos Módulo RISK MANAGER e ampliação do número de licenças	CGTI	455.504,24	455.000,00	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A
48	48000.2364/08-16	Renovação de solução ANTIVÍRUS	CGTI	1.014.042,40	1.000.000,00	NCT INFORMÁTICA LTDA
Valores Globais				9.735.759,10	7.665.846,20	

Concorrências Realizadas em 2008						
Núm.	Nº do Processo	Objeto	Solicitante	Valor Estimado	Valor Contratado	Empresa Vencedora
01/2007	48000.002346/07-53	Esquadrias e Brises	CGRL	1.949.879,28	1.698.688,30	D & M CONSTRUTORA
01/2008	48000.001192/08-63	Substituição das Instalações Elétricas do edifício sede do MME	CGRL	7.844.438,25	5.865.294,66	DELTA ENGENHARIA INDÚSTRIA E -COMERCIO LIMITADA
Valores Globais				9.794.317,53	7.563.982,96	

Tomada de Preços Realizadas em 2008						
Tomada de Preços nº	Nº Processo 48000	Objeto	Solicitante	Valor Estimado	Valor Contratado	Empresa Vencedora
01/2008	48000.001733/07-72	Grupo GERADOR	CGRL	689.197,54	488.220,06	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA LTDA
02/2008	48000.000777/08-66	Reforma do RESTAURANTE	CGRL	450.306,33	403.110,95	WALMETRA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Valores Globais				1.139.503,87	891.331,01	



Integram as ações de Administração de Contratos a análise e instrução dos processos de pagamento às empresas contratadas para prestação de serviços/fornecimento de materiais, que consiste na verificação do valor contratado e dos valores destinados ao recolhimento das obrigações previdenciárias e trabalhistas assumidas pelas empresas em função dos contratos vigentes e, ainda, análise de pedidos de repactuação e de reajuste, bem como do equilíbrio econômico-financeiro das contratações firmadas pelo MME.

A esse respeito, destaca-se a interação entre as diversas unidades de contrato de outros órgãos públicos, com a troca de informações relativas aos tipos de serviços contratados e respectivos preços praticados no âmbito, principalmente, de outros Ministérios. Isso tem permitido uma melhor avaliação dos contratos vigentes, quando da renovação e repactuação, resultando na manutenção somente das contratações mais vantajosas para a Administração.

Ainda compõem as atividades de Administração de Contratos o acompanhamento do cronograma físico-financeiro dos contratos, disponibilizando-os no módulo SICON/SIASG e a elaboração de atestados de capacidade técnica, nos termos do inciso I do art. 30 da Lei nº 8666/93.

Demonstrativo dos Processos de Contratação do MME por Modalidade - Exercício 2008

TIPO	STATUS	MODALIDADE	QUANTIDADE
LICITAÇÕES	Concluídas	Pregão Eletrônico	43
		Concorrência	02
		Tomada de Preços	02
	Revogadas	Pregão Eletrônico	02
	Cancelada	Pregão Eletrônico	01
	Suspensa	-	-
	Deserta	Pregão Eletrônico	01
Total	-	-	51
DISPENSAS	Concluídas	Processo Tradicional	17
	Concluídas	Cotação Eletrônica	27
Total	-	-	44

Contratos realizados no Exercício de 2008

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
48000.002564/2007-98	Pregão Eletrônico nº 01/2008	01/2008	Fornecimento de água mineral natural não gasosa	MINÁGUA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS LTDA
48000.002618/2007-15	Pregão Eletrônico nº 34/2007	02/2008	Prestação de serviços de Copeiragem e garçom, com fornecimento de material.	VISUAL LOCAÇÃO SERVIÇO CONSTRUÇÃO CIVIL E MINERAÇÃO LTDA.
48000.002619/2007-60	Pregão Eletrônico nº 02/2008	03/2008	Fornecimento de combustível (gasolina automotiva comum)	FEDERAL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO
48000.002619/2007-60	Pregão Eletrônico nº 02/2008	04/2008	Fornecimento de Combustível (álcool etílico hidratado)	ALVO DISTRIBUIDORA

48000.002425/2007-64	Pregão Eletrônico nº 37/2007	05/2008	Manutenção predial, incluindo serviços de serralheria, forros, alvenarias e acabamentos (itens 02, 03, 04 e 05), com o fornecimento de ferramentas, equipamentos e material	MULTIPLANA COMÉRCIO E SERVIÇOS
48000.002425/2007-64	Pregão Eletrônico nº 37/2007	06/2008	Manutenção predial, incluindo serviços de marcenaria e divisórias (item 01), com o fornecimento de ferramentas, equipamentos e material.	APOLLO COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS LTDA
48000.003003/2007-14	Pregão Eletrônico nº 03/2008	07/2008	Serviços de Bombeiro Particular ou Brigadista	5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA
48000.002354/2007-08	Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 08/2008	08/2008	Aquisição de equipamentos de Vídeo Conferência (Item 2).	CIBX TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA
48000.002354/2007-08	Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 08/2008	09/2008	Aquisição de Sistema de Vídeo Conferência (Item 3)	LABORE TECNOLOGIA LTDA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
48000.002566/2007-87	Pregão Eletrônico 04/2008	10/2008	Fornecimento e entrega de jornais e revistas	JM TORRES JORNAIS E REVISTAS
48000.000279/2008-13	Pregão Eletrônico 06/2008	11/2008	Prestação de serviços de gravação e degravação.	GUERREIRO E COSTA COMUNICAÇÃO LTDA
48000.002709/2007-51	Pregão Eletrônico 08/2008	12/2008	Confecção e entrega de carimbos auto-entintados	NEW STAR PLACAS E ADESIVOS LTDA
48000.000278/2008-79	Pregão Eletrônico 05/2008	13/2008	Serviços de "Mestre de Cerimônia" (locutor)	LÚMINA PRODUÇÕES, EVENTOS CERIMONIAL E TURISMO LTDA

48000.002430/2007-77	Pregão Eletrônico 30/2007	14/2008	Aquisição de Veículos	RENAULT DO BRASIL S/A
48000.002792/2007-68	Pregão Eletrônico 10/2008	15/2008	Fornecimento de 33 equipamentos de transmissão de dados, com conexão via placa PCMCIA, em regime de comodato	VIVO S/A
48000.000800/2008-12	Adesão ao Registro de Preços do PRODAM/SP	16/2008	Prestação de serviços de tecnologia da informação para documentação.	DBA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA
48000.000137/2008-56	Pregão Eletrônico nº 13/2008	17/2008	Prestação de serviços de recepcionista para atendimento nas portarias privativa e principal, bem como na recepção dos Gabinetes do Ministro e da Secretaria-Executiva e de outras dependências do Ministério de Minas e Energia.	CONTRAT - ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA
48000.000248/2008-62	Pregão Eletrônico nº 17/2008	18/2008	Aquisição e instalação de solução de segurança de rede e aplicação.	NCT INFORMÁTICA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
48000.000761/2008-53	Pregão nº 42/2007	19/2008	Aquisição de Switches Ethernet para uso na Rede Local	LWS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA
48000.000243/2008-30	Pregão Eletrônico nº 19/2008	20/2008	Contratação de empresa para executar serviços de manutenção, fornecimento e/ou recuperação de persianas.	C DIAS PERSIANAS PLANETA

48000.000543/2008-19	Pregão Eletrônico nº 18/2008	21/2008	Prestação de serviços de transporte na condução de veículos, que serão executados por motoristas para realizar o transporte de autoridades, servidores, documentos e materiais diversos do Ministério de Minas e Energia.	MAXXI-SERVICE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA LTDA
48000.000904/2008-27	Pregão Eletrônico nº 16/2008	22/2008	Aquisição de veículo zero quilômetro de representação para o Ministro de Estado	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
48000.000654/2008-25	Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 12/2007	23/2008	Fornecimento de cadeiras para o Edifício-Sede do Ministério de Minas e Energia	GIROFLEX S/A
48000.001262/2008-83	Pregão Eletrônico nº 21/2008	24/2008	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, continuada, em 8 elevadores	MÓDULO ENG., CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
48000.001156/2008-08	Inexigibilidade de Licitação 02/2008. Fundamento no inciso ii do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	25/2008	Contratação de instituição de ensino superior para ministrar o curso de Pós-Graduação em MBA – Gestão Pública e Relações com o Governo, para servidores do CONTRATANTE.	FUNDAÇÃO UNIVERSA

48000.000878/2008-37	Inexigibilidade de Licitação 02/2008	26/2008	Contratação de serviços especializados em suporte técnico e manutenção/atualização de versões tecnológicas do software ASI WEB.	LINK DATA INFORMÁTICA
48000.000664/2008-61	Contrato de concessão gratuita de uso de bem público	27/2008	Concessão de uso de uma área situada no pavimento térreo, ala norte.	BANCO DO BRASIL S/A
48000.001177/2008-15	Pregão Eletrônico 22/2008	28/2008	Fornecimento e substituição de pneus e bicos, e execução de serviços de alinhamento de direção, balanceamento e desempenho de rodas e cambagem de eixo, para os veículos do Ministério de Minas e Energia.	CURINGA DOS PNEUS LTDA
48000.000777/2008-66	Tomada de Preços 02/2008	29/2008	Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução de reforma e ampliação do restaurante.	WALMETRA PROJETOS E CONSTRUÇÃO LTDA
48000.000345/2008-55	Pregão Eletrônico 20/2008	30/2008	Contratação de empresa concessionária ou autorizada especializada em sistema de telecomunicações.	EMPRESA BRAS. DE TELECOMUNICAÇÕES S/A. - EMBRATEL

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
48000.001141/2008-31	Adesão Pregão Eletrônico nº 46/2007 - JFPE	31/2008	Fornecimento de 300 unidades de Desktop e 50 Notebooks	HEWLETT-PACKARD DO BRASIL LTDA

48000.001733/2007-72	Tomada de Preços 01/2009	32/2008	Fornecimento de sistema de suprimento de energia de emergência (grupo geradores), incluindo todo o material e serviços necessários para sua instalação, para o edifício do Ministério de Minas e Energia.	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
48000.002346/2007-53	Concorrência nº 01/2007	33/2008	Contratação de empresa especializada em engenharia civil para serviços de reparação de esquadrias metálicas: janelas, portas, portões, basculantes, “brises soleil’s”; colocação de drenos de ar condicionado e recuperação dos revestimentos das fachadas.	D & M CONSTRUTORA LTDA
48000.001416/2008-37	Pregão Eletrônico 28/2008	34/2008	Fornecimento de mobiliários, incluindo entrega, montagem, instalação e garantia, em quantidades estimadas para 12 (doze) meses.	GIOM COMÉRCIO DE MOBILIÁRIOS
48000.001853/2008-51	Fundamento no inciso XIII do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	35/2008	Contratação de instituição de ensino para ministrar o curso de Aperfeiçoamento da Liderança para Dirigentes, e demais servidores.	FUNDAÇÃO UNIVERSA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
-----------------	-------------------------	-----------------	--------	--------------------

48000.001902/2008-55	Inexigibilidade de Licitação nº 04/2008 (Inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93).	36/2008	Fornecimento e instalação de uma solução contemplando um ambiente de alta disponibilidade para proteção de informações, equipamentos e sistemas críticos de TI, incorporando infra-estrutura segura (Sala-Cofre certificada em conformidade com a norma ABNT NBR 15247, por entidade devidamente acreditada pelo INMETRO), com sistemas de controle e monitoração do ambiente, compreendendo projeto executivo, serviços de instalação, fornecimento de componentes e subsistemas de segurança, climatização, energia, detecção e combate de incêndio, monitoração remota e treinamento para operação do ambiente – Sala Cofre.	ACECO TI LTDA
48000.000330/2008-97	Pregão Eletrônico nº 25/2008	37/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de programação visual do MME, com fornecimento de placas, textos vinílicos e todos os elementos necessários para a realização do trabalho, incluindo instalação nos locais indicados	CAPITALPLAC COMÉRCIO DE PLACAS LTDA - ME

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
-----------------	-------------------------	-----------------	--------	--------------------

48000.0001467/2008-69	Inexigibilidade de Licitação nº 05/2008 (Caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93).	38/2008	Distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse do MME	EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - EBC
48000.000543/2008-19	Pregão Eletrônico nº 18/2008	39/2008	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte na condução de veículos.	CONTRAT - ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL LTDA
48000.002923/2007-15	Pregão Eletrônico nº 26/2008-MME	40/2008	Prestação de serviços para recuperação, execução e fornecimento de pisos (paviflex, carpetes, decorflex emborrachados e piso elevado) com fornecimento de ferramentas, equipamentos e materiais necessários	BIG PISOS - PISOS E REVESTIMENTOS LTDA
48000.001148/2008-53	Dispensa de Licitação nº 67/2008 (art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.)	41/2008	Locação do imóvel comercial localizado no SCRS, Quadra. 505, Bloco "C", Lotes 01, 02 e 03, em Brasília-DF, composto de 1º e 2º pavimentos, perfazendo uma área total de 1.100 m ² , imóvel este adquirido pela LOCADORA através da Escritura Pública lavrada às folhas 117/118 do Livro nº 106 do Catório do 4º Ofício de Notas de Brasília, em 20.01.1998, devidamente registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis, em 26.03.98, em Livro 2 – Registro Geral, sob o nº R-2, na Matrícula 110.600.	HEIL ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
-----------------	-------------------------	-----------------	--------	--------------------

48000.001603/2008-11	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2008-MMA	42/2008	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo documentos, mobiliários em geral, equipamentos e demais materiais que se fizerem necessários para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia.	JAC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
48000.001603/2008-11	Adesão Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 04/2009-MMA	43/2008	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, local e interestadual, na modalidade porta a porta, compreendendo documentos, mobiliários em geral, equipamentos e demais materiais que se fizerem necessários para atender as necessidades do Ministério de Minas e Energia.	QUAVIS TRANSPORTES MODERNOS LTDA
48000.001795/2008-65	Pregão Eletrônico nº 32/2008	44/2008	Prestação de serviço de "Seguro Total" de 23 (vinte e três) veículos oficiais pertencentes à frota do Ministério de Minas e Energia – MME, em Brasília-DF.	BRASIL VEÍCULOS CIA DE SEGUROS
48000.001089/2008-13	Pregão Eletrônico nº 30/2008	45/2008	Instalação de vidros e correlatos, com fornecimento de todos os materiais necessários, objetivando o fornecimento de molduras, colocação de vidros, espelhos e acessórios, bem como de filmes para controle solar e películas jateadas, nas dependências do Ministério de Minas e Energia – MME, em Brasília-DF..	F.M. DE F. FERREIRA COM. E MANUTENÇÃO PREDIAL

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
-----------------	-------------------------	-----------------	--------	--------------------

48000.001856/2008-94	Pregão Eletrônico nº 34/2008	46/2008	Execução de serviços relacionados à manutenção e adequação por demanda do sistema de Infra-Estrutura de Cabeamento do MME	ENGEMIL, ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA
48000.001556/2008-13	Pregão Eletrônico nº 40/2008	47/2008	Serviços técnicos de engenharia elétrica, e civil, especializada em manutenções prediais preventivas e corretivas, continuadas, dos sistemas e instalações elétricas, (inclusive antenas e som), hidro-sanitárias, águas pluviais e de combate a incêndio para o Edifício do MME	ENGEMIL, ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA
48000.001274/2008-16	Pregão Eletrônico nº 35/2008	48/2008	Fornecimento de 200 (duzentas) novas Licenças da Solução “Trauma Zero”, incluindo licenciamento e instalação de softwares, configuração, suporte e assistência técnica e garantia contra defeitos de fabricação e falhas de qualquer natureza ressalvados os casos de mau uso e/ou negligência; e serviços técnicos para manutenção e atualização de Versões Tecnológicas em 1000 (mil) Licenças “Trauma Zero” do Ministério de Minas e Energia, com Suporte e Assistência Técnica.	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Contratos realizados no Exercício de 2008 (Cont.)

PROCESSO NÚMERO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATO NÚMERO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
-----------------	-------------------------	-----------------	--------	--------------------

48000.002183/2008-90	Adesão Pregão Eletrônico nº 25/2008-TRF 1ª Região	49/2008	Fornecimento e instalação de equipamentos de informática (unidades automatizadas de backup e licenças de uso de backup)	NT SYSTEMS INFORMÁTICA LTDA
48000.002157/2008-61	Adesão Pregão Eletrônico nº 02/2008-Defensoria Pública Geral da União/MJ	53/2008	Aquisição de 04 (quatro) unidades de Switch Departamental, para o MME	REDISUL INFORMÁTICA LTDA

C.5) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)

A CGTI tem como competência planejar, coordenar, promover e acompanhar as atividades, programas e projetos relativos à tecnologia da informação e, especificamente, orientar a formulação de estratégias e diretrizes de planejamento de tecnologia da informação para o Ministério, incluindo a segurança das informações eletrônicas; proporcionar aos órgãos do Ministério meios e recursos técnicos de tecnologia da informação que facilitem o desenvolvimento das atividades, bem como o acesso às informações e base de dados disponíveis; dimensionar e especificar as aquisições de equipamentos de informática, de “software” e de novas tecnologias, bem como aprovar, tecnicamente, os processos pertinentes no âmbito do Ministério; e, promover a manutenção do “site” do Ministério, na Internet e Intranet, em articulação com a Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro.

Principais Projetos e Atividades Desenvolvidos pela CGTI em 2008

Na área de Infra-Estrutura

a) Vídeo Conferência:

Instalação de 06 equipamentos de vídeo conferência nas Secretarias e Gabinete do Ministro, sendo 02 deles da marca TANDEBERG e 04 da marca POLYCOM, provendo o MME de tecnologia de ponta para a realização de reuniões à distância, o que possibilitará redução das despesas com viagens de servidores e colaboradores eventuais (diárias e passagens).



b) Atualização do Parque Tecnológico:

Aquisição de 335 microcomputadores e de 10 notebooks para substituição das máquinas anteriormente instaladas no MME, cuja tecnologia encontrava-se defasada, buscando atender, ainda, servidores da carreira de Analista de Infra-Estrutura recentemente contratados por meio do concurso público realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e os servidores anistiados em processo de reintegração.



c) UTM – Unified Threat Management:

Aquisição de solução de segurança composta por 03 appliances (Hardware e Software dedicados para função), objetivando elevar o nível de segurança tecnológica do MME. Foram criados mecanismos de gestão para gerenciamento e controle de acesso a internet, com implantação de filtro de conteúdo para bloquear o acesso a sites indevidos e ferramenta para prevenção de intrusão e inibição de ataques eletrônicos.

d) Ambiente de Alta Disponibilidade (Sala-cofre):

Ambiente (sala cofre) adquirido com a finalidade de proteger ativos e informações do MME, além de promover total segurança do CPD, solução que vem atender recomendações expressas do Órgão de Controle Interno. A sala cofre atende a todos os requisitos da Norma Técnica ABNT NBR 15247, proporcionando sistemas de energia redundantes e duais, quadros elétricos independentes, climatização de precisão redundante, sistema de detecção precoce de incêndio, combate a incêndio com gás FM200, supervisão remota e cabeamento estruturado do Data Center e do controle de acesso.



e) Terceira Camada de Rede:

Aquisição de equipamentos de rede (switches e módulo de comunicação), visando o aumento do nível de segurança e da tolerância à falhas, alta disponibilidade dos serviços e aumento do desempenho das aplicações da rede corporativa.

f) System Center Mom

Implantação de sistema de gerenciamento e monitoramento detalhado dos sistemas operacionais e aplicações na plataforma Microsoft. A solução propicia a criação de mecanismos de gerenciamento proativo de todas as aplicações da rede corporativa, obtendo-se assim relatórios para construção de SLA (Acordo de Nível de Serviço).

g) Ambiente Newave em Plataforma Linux:

Implantação da plataforma Linux nos servidores recentemente adquiridos, com a função específica de prover ambiente computacional capaz de reduzir o tempo de processamento de dados necessários à Secretaria de Energia Elétrica. Tais dados rodavam na plataforma Windows em 48 horas, tempo que foi reduzido para 4 horas apenas depois dessa solução. A plataforma Linux proporciona ainda a utilização de processamento paralelo, aumentando assim o número de casos estudados simultaneamente.

h) Virtualização do Ambiente de Servidores:

Instalação de software para a virtualização do ambiente computacional do MME, permitindo alta disponibilidade dos serviços prestados pela rede corporativa, aumento do desempenho das aplicações e economia de energia gasta pelos equipamentos, por meio da integração de várias aplicações em um único Hardware, evitando a subutilização de processamento, memória e do espaço em disco dos servidores do MME (Hardware).

i) Office 2007:

Instalação da ferramenta Office 2007, (Word 2007, Excel 2007 e PowerPoint 2007), versões atualizadas que oferecem funcionalidades superiores à anterior, de modo a proporcionar aumentando da produtividade dos servidores do MME. Foi realizado treinamento na utilização dessa ferramenta.

j) Saída Internet:

Contratação, junto a EMBRATEL, de circuito de comunicação para acesso a internet, com garantia de disponibilidade de 99,9% e aumento da largura de banda de 12 Mbps para 14 Mbps, o que possibilita um melhor desempenho no acesso a internet e imprimir qualidade na realização de Vídeo Conferências.

k) Antivírus Corporativo:

Renovação de licenciamento do sistema Anti-Vírus corporativo, para manutenção da proteção de todos os equipamentos contra o vírus Malware, Worms dentre outros tipos de pragas digitais.

5.1.2 Na área de Desenvolvimento de Sistemas

a) Sistema de Diagnóstico de Necessidades de Aprendizagem

O Sistema de Diagnóstico de Necessidades de Aprendizagem do RH possibilita a consolidação de informações em um único local, permitindo assim uma visão gerencial e a inclusão rápida e eficiente dos eventos que poderão auxiliar nas competências do servidor. Possibilita ainda aos gestores promover diversas consultas, para visualização do fluxo dos eventos mais solicitados pelos servidores e melhor controle.

b) Sistema de Consulta de Informações Auditadas Diagnóstico de Aprendizagem

Esse sistema disponibiliza ferramentas de auxílio para consulta às modificações realizadas nas tabelas do sistema de Diagnóstico de Aprendizagem do RH.

c) Formulário de Atualização de Dados Cadastrais

A automatização do formulário de dados cadastrais dos usuários da rede corporativa do MME visa manter atualizadas as informações de servidores, terceirizados, estagiários e consultores que utilizam a rede do Órgão (atualizado de 6 em 6 meses, como critério imprescindível para o acesso a rede do Ministério). Tem como principal benefício a manutenção do banco de dados de recursos humanos atualizado, o serviço de diretório (Active Directory), além do correio eletrônico institucional.

d) Sistema Gerencial de Recursos Humanos – SGR

O Sistema Gerencial de Recursos Humanos proporciona apoio à CGRH no processo de acompanhamento e controle dos recursos humanos que compõem a equipe do MME. Referido sistema registra os dados relativos ao pagamento de pessoal, colhidos do arquivo espelho gerado mensalmente pelo SERPRO, oferece facilidade e agilidade na execução e controle dos processos relativos à administração de recursos humanos, haja vista a integração dos módulos existentes em um único repositório, e ainda propicia o acompanhamento da vida profissional dos servidores lotados no MME.

e) Sistema de Registro de Eventos Realizados

O Sistema de Registro e Acompanhamento de Eventos propicia o acompanhamento dos cursos oferecidos aos servidores do MME, consolida essas informações em um único local, permitindo consulta rápida e eficiente dos cursos cadastrados e ministrados.

f) Migração - Informações Organizacionais

Com a construção de um sistema sobre as informações organizacionais do MME é necessário que os dados legados sejam migrados para o novo modelo reestruturado, com o objetivo de manter o histórico das informações. Os dados serão centralizados em um local único evitando-se, dessa forma, as duplicidades e redundâncias das informações. Atualmente a base de dados está no SACAF.

g) STGE – Sistema Transacional de Geração de Energia

O STGE permite a visão gerencial de todos os empreendimentos do setor de Geração de Energia Elétrica, que fazem parte do PAC ou não, em um único cadastro para a atualização das informações sobre o andamento dos empreendimentos sob a gestão do MME.

h) STTE – Sistema Transacional de Transmissão de Energia

O STTE é um sistema de informação único, para cadastro e atualização de informações sobre o andamento dos empreendimentos de transmissão de energia sob a gestão do MME. Pretende o sistema definir um processo de coleta e publicação das informações transacionais de geração de energia dos empreendimentos, mas de forma padronizada, bem como capturar informações da ANEEL e disponibilizar dados consolidados e/ou gerenciais.

i) WEBPAC – Sala de Situação

Permite ao Governo Federal uma visão gerencial e consolidada dos projetos decorrentes do PAC, mais o acompanhamento contínuo da sua evolução. A solução proposta contempla a criação de um sistema de informação único para cadastro e atualização das informações, do andamento dos cinco programas sob gestão do MME e mais a visão gerencial de todos os programas.

j) Sistema de Gestão de Ações do MME

O Sistema de Gestão de Ações propicia a organização das atividades e eventos das diversas áreas do MME, bem como disponibiliza uma visão gerencial do atendimento das demandas. Permite a consulta rápida e eficiente dessas ações, abrangendo informativos sobre andamento das atividades, a visão de indicadores de marcos importantes e ações que necessitem de cuidados especiais na sua consecução.

k) Sistema de Monitoramento NESA

O NESA (Núcleo Estratégico de Gestão Sócio Ambiental) precisava ter uma visão gerencial dos projetos, de modo a lhe permitir efetivo e contínuo acompanhamento da evolução dos empreendimentos gerados no âmbito do setor energético, para acompanhar o cumprimento dos cronogramas durante o processo de licenciamento.

Assim, foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento NESA para coordenar e sistematizar as informações socioambientais dos empreendimentos do setor elétrico (Banco de Dados) e também para acompanhar a gestão do licenciamento ambiental dos empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica.

l) NESA – Módulo Jurídico

A solução proposta contempla a criação de um sistema único de informação, para cadastro e atualização de dados que indicam o andamento dos empreendimentos e de todos os demais processos associados sob gestão do NESA.

Trata-se de um modelo unificado, mas que permitirá a criação rápida de novas visões de monitoramento dos empreendimentos, consoante às necessidades e demandas das áreas do MME.

Com essas visões específicas será propiciada a criação de soluções personalizadas para cada tipo de necessidade.

m) PROMINP – Sistema

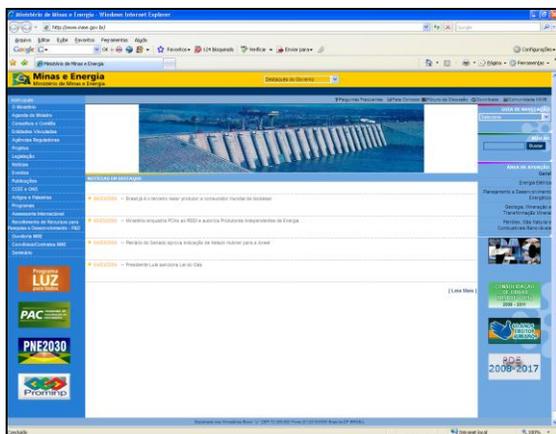
O sistema foi desenvolvido para o trânsito e tratamento das informações de natureza sigilosa e visa sistematizar o processo de coleta das informações de conteúdo local dos fornecedores, EPCistas e operadoras.

Disponibiliza informações consolidadas e/ou gerenciais sob a ótica da Coordenação Executiva do PROMINP (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo) para o grupo de trabalho responsável pela apuração do conteúdo local dos fornecedores, EPCistas e operadoras, e de forma segura. Permite, ainda, validação das informações e produção de relatórios padrões customizados por categorias.

n) Novo Portal do MME

O Sistema disponibilizará informações sobre o Ministério de Minas e Energia – MME na internet, na forma de um Portal específico do Órgão, que deve contar com soluções eficazes para atender às necessidades de veiculação de informações para o público interno (intranet para os servidores) e externo.

O portal atual advém de uma aplicação antiga e ultrapassada, não sendo considerado um canal eficaz de comunicação devido às suas limitações de usabilidade, desempenho, segurança e “layout” e está em desacordo com as diretrizes do Governo Eletrônico Brasileiro. Além disso, não houve manutenção corretiva e/ou evolutiva desse portal desde a sua implantação, ensejando a ocorrência de problemas técnicos e de performance.



C.6) Coordenação de Modernização Administrativa (CMA)

À CMA compete coordenar as atividades de análise e consolidação de projetos de estruturação e reestruturação organizacional, bem como de composição de cargos em comissão e funções gratificadas; programar e identificar prioridades para ações de melhoria da gestão pública, no âmbito do Ministério; desenvolver e acompanhar a execução de projetos de modelagem de processos organizacionais e de melhoria da qualidade de serviços e da gestão de informações; e elaborar e rever instrumentos normativos e de procedimentos necessários ao bom andamento das atividades de organização administrativa, segundo padrões e orientações estabelecidos.

No exercício de 2008, na área de organização administrativa, convém destacar a execução das seguintes atividades:

Projetos Específicos

- Consolidado o Relatório de Gestão SPOA 2007, para integrar o Relatório e o processo de Tomada de Contas Anual da Secretaria-Executiva/MME.
- Consolidada a proposta de incorporação de 36 cargos em comissão, de caráter temporário, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) à Estrutura Regimental do MME. Com a edição do Decreto nº 6.521, de 30/7/2008, o prazo de remanejamento de 35 DAS foi prorrogado até 31/12/2010. A proposta abrange os documentos encaminhados ao Ministério do Planejamento pelo Gabinete do Ministro: a) minuta de Aviso nº 83/MME, de 12/5/2008; b) minuta de Exposição de Motivos Interministerial MP/MME; c) minuta de Decreto e seus Anexos; e d) compilação das justificativas de incorporação de cargos temporários às respectivas estruturas dos órgãos.

Instrumentos Normativos e de Gestão da Informação

- Elaborada a Norma Operacional SPOA nº 005, de 11/3/2008, que estabelece critérios para a administração de bens patrimoniais móveis no Ministério.
- Elaborada a Portaria SE nº 213, de 19/6/2009, que institui, no âmbito do MME, o Grupo de Gerenciamento da Informação e de Documentos - GIDOC/MME.
- Revisão da Portaria MME nº 35, de 11/2/2009, que institui o Conselho Deliberativo de Segurança da Informação e o Comitê de Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia.
- Elaboradas as minutas das Normas Operacionais SPOA (NOs) sobre o Uso de Veículos Oficiais; a Utilização dos Serviços de Telefonia de Rede Fixa e Móvel (Serviço Móvel Pessoal); e a Concessão de Diárias e Passagens aos Servidores do MME.
- Padronização e revisão de formulários dos serviços prestados pelas Coordenações-Gerais da SPOA (disponível na Intranet).

- Gerenciamento e alimentação do Sistema DELEGA, que condensa os atos de delegação e subdelegação de competência praticados pelos titulares dos órgãos deste Ministério (disponível na intranet).
- Subsídios para definição dos requisitos do Sistema Informações Organizacionais, em desenvolvimento pela CGTI.
- Realizadas diversas ações/atividades para subsidiar os titulares da SPOA e da CGTI e os participantes do projeto com informações destinadas ao processo inicial de implementação do sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (DocFlow) no MME, tais como: a) padronização de modelos de comunicações/atos oficiais adotados; b) demonstrativos de unidades e titulares dos órgãos do Ministério (p/levantar os usuários do Sistema); c) “benchmarking” nos Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia e, ainda, na Agência Nacional de Energia Elétrica, para definir o melhor modelo de gestão do Sistema; d) elaboração da versão preliminar de folder para divulgar o DocFlow à comunidade MME; e) nivelamento/disseminação de informações sobre o novo Sistema, por meio de reuniões com os servidores lotados nas unidades internas de protocolo.

D) Realizações do Projeto ESTAL e PNUD

Unidade de Gestão de Projetos – UGP/SE

O Projeto de Assistência Técnica ao Setor Energético (ESTAL)

PROJETO PNUD BRA 01/39

PROJETO PNUD BRA 99/01

O presente relatório disponibiliza as informações do progresso da Unidade de Gestão de Projeto da Secretaria-Executiva do MME em termos de atividades financeiras, indicadores de projeto e processos de aquisição no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro 2008.

O presente relatório foi elaborado de acordo com as orientações e determinações da Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e Decisões Normativas TCU nº 93/2008 e 94/2008, bem como a Norma de Execução/CGU nº 3, que trata dos procedimentos de apresentação dos relatórios de gestão e dos processos anuais de contas.

Os dados financeiros foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e sistema Atlas do PNUD.

Existem atualmente em funcionamento no âmbito do Ministério de Minas e Energia, quatro Projetos, a saber: Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR, Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039, Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011 e Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no Âmbito do

Programa Luz para Todos – BRA/IICA/08/012, com a coordenação da execução técnico-administrativa subordinada ao Diretor de Programa da Secretaria-Executiva.

Quanto a sua constituição o projeto de Assistência Técnica do Setor Energético – ESTAL 4708-BR, faz parte de uma operação de crédito externo contratada junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com financiamento de recursos no montante de U\$ 20,120,000.00, sendo U\$ 12,120,000,00 financiado pelo BIRD e U\$ 8,000,000.00 de contrapartida nacional.

Os projetos de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011, são acordos de cooperação técnica firmados com a Organização das Nações Unidas por meio da sua agência especializada Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Em 22 de dezembro de 2008 foi assinado o Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/08/012 – Estratégias de Atendimento por Energia Elétrica a Comunidades Rurais no âmbito do Programa Luz para Todos, para desenvolver e implementar políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas de energia elétrica, no valor total de U\$ 6.750.000,00 e duração de 36(trinta e seis) meses.

O acordo de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, BRA/08/12, contará com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que deverá financiar parte do projeto com o aporte de recursos por meio de doação internacional no valor de U\$ 2.250.000,00.

No caso do Projeto ESTAL a “Unidade Gestora de Projeto - UGP” foi criada pela Portaria SE/MME nº. 29, de 28 de abril de 2004. As UGPs dos acordos de cooperação técnica de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011, foram definidas no Documento de Projeto no Anexo IV e Módulo F – Gestão, respectivamente, todas no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.

O presente relatório não abrangerá as atividades do projeto BRA/IICA/08/012, tendo em vista que o seu Plano Operativo Anual (POA), somente foi aprovado em 2009.

A seguir detalhamos as principais atividades realizadas no período

Responsabilidades Institucionais

Objetivos

O objetivo principal do Projeto de Assistência Técnica ao Setor de Energia – ESTAL é prover assistência técnica para dar suporte à implementação e ao desenvolvimento do novo modelo do setor elétrico nacional, mediante contratação de estudos e serviços de consultoria orientados para o fornecimento de subsídios técnicos aos formuladores de políticas públicas.

O objetivo imediato do Projeto Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 é apoiar a construção de uma nova política nacional de energia a partir do reordenamento das funções públicas do setor e da modernização dos instrumentos de planejamento e gestão.

Com o Projeto de Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011 se pretende implementar ações que, em conjunto integrado ou individualmente, auxiliarão a desobstrução do contido desenvolvimento do mercado de energia renovável para comunidades carentes.

Descrição dos Projetos

a) Projeto ESTAL

Conforme estabelece o Acordo de Empréstimo o Projeto ESTAL está dividido em duas categorias de despesas: Serviços de Consultoria e Treinamento, que abrangem 5 (cinco) áreas de atuação do Ministério de Minas e Energia (mutuário) e 7 (sete) componentes, a saber:

- Desenvolvimento do Mercado de Regulação
- Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda
- Gestão do Meio Ambiente
- Planejamento de Longo Prazo
- Fortalecimento Institucional e Coordenação do MME
- Gerenciamento do Projeto
- Reserva

b) PNUD BRA 01/039

A Cooperação Técnica está estruturada em objetivos imediatos, resultados, produtos, indicadores e atividades:

Nº do Objetivo	Descrição
1	Reestruturação do Setor Energético do Brasil
2	Desenvolver Programas, Projetos e Estudos de Apoio a Nova Política Energética.
3	Implementar novo modelo de gestão para o Setor Energético

c) PNUD BRA 99/011

A Cooperação Técnica está estruturada em objetivos imediatos, resultados, produtos, indicadores e atividades:

Nº do Objetivo	Descrição
1	Reforçar a capacidade de gestão do Programa.
2	Estabelecer modelos de mercados sustentáveis de energia renovável no Brasil
3	Desenvolver projetos de energia renovável para aplicações

	produtivas.
--	-------------

Valor do Empréstimo/Cooperação Técnica

a) Projeto ESTAL

Conforme estabelece o Acordo de Empréstimo, o montante de recursos alocados ao Projeto está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Valores	
	Reais	US\$
Banco Mundial	24.240.000,00	12,120,000.00
Contrapartida brasileira	16.000.000,00	8,000,000.00
TOTAL – Estal	40.240.000,00	20,120,000.00

d) PNUD BRA 01/039 e PNUD BRA 99/011

	Budget Financing (in US\$)	
	01/039	99/011
UNDP	0	
Cost Sharing		
Government	7.005.657	3.699.736
Financial Institutions	0	3.148.950
Third Parties	0	49.400
Country Office Admin. Costs	210.170	204.895
Total	7.215.827	7.162.981

Valores do empréstimo por categoria de gasto – Banco Mundial

a) Projeto ESTAL

DESCRIÇÃO	Valores		PERCENTUAL MÁXIMO FINANCIADO PELO BIRD
	Reais	US\$	
Front and FEE (1%)	242.400,00	121,200.00	84%
Consultoria	23.000.000,00	11,500,000.00	100%
Treinamento	997.600,00	498,800.00	1%
TOTAL	24.240.000,00	12,120,000.00	-

O montante de recursos alocados no Projeto, US\$ 20,12 milhões, está distribuído entre os seus componentes e subcomponentes, com destaque para o componente Apoio Institucional e Coordenação do MME que conta US\$ 3,81 milhões, (18,9%), dos quais o BIRD participa com US\$ 3,05 milhões e o Governo Brasileiro com US\$ 0,76.

Em US\$ milhões

COMPONENTES	BIRD (60%)	UNIÃO (40%)	PROJETO (100%)
1 Desenvolvimento de Mercado e Regulação	2,890	0,723	3,613
2 Acesso à Energia e Tarifas de Baixa Renda	1,144	0,286	1,430
3 Gestão do Meio Ambiente	1,874	0,469	2,343
4 Planejamento de Longo Prazo	1,850	4,632	6,482
5 Apoio Institucional e Coordenação do MME	3,042	0,761	3,803
6 Gerenciamento do Projeto	0	1,130	1,130
7 Reserva	1,200	0	1,200
TOTAL DO PROJETO	12,000	8,000	20,000
TAXA DE COMPROMISSO	0,1212	0	0,1212
TOTAL DO FINANCIAMENTO	12,120	8,000	20,120

b) PNUD BRA 01/039

Insumos	Valor (US\$)	Revisão Substantiva “M”
11.01-Consultores e Peritos Internacionais	30.545	2.777,78
13.01 – Pessoal de Apoio Administrativo.	63.920	9.229,59
15.01 – Viagens		598.458,00
- Passagens	183.270	
- Diárias/Aux. Transporte	122.180	
16.71 – Missões PNUD e ABC	16.665	10.265,11

17.01 – Consultores Permanentes	549.018	315.608,97
17.02 – Consultor Pontual	305.461	1.372.925,70
21.01 – Subcontratos (Pessoa Jurídica)	4.695.428	4.612.777,35
32.01 – Treinamento em Grupo	98.327	11.126,66
33.01 - Capacitação em Serviço	53.528	261.807,91
45.01 – Material de Consumo	19.606	45.192,59
45.02 – Material Permanente	737.960	126.936,17
45.03–Operação e Manutenção de Equip.	19.606	0,01
45.04 – Operação e Manutenção de Esc.	19.606	27,82
52.01 – Custos de relatórios	51.706	0
53.01 – Diversos (CPMF, Petty Cash)	38.831	1.142,85
Total	7.005.657	7.677.074,89

c) PNUD BRA 99/011

Insumos	Valor (US\$) Inicial	Total de 1999 a 2007	Revisão Substantiva “S” – para 2008/2009
11.01-Consultores e Peritos Internacionais	731.000	105.000	0
13.01 – Pessoal de Apoio Administrativo.	144.000	59.121	0
15.01 – Viagens - Passagens - Diárias/Aux. Transporte	337.600	1.302.013	266.458
16.71 – Missões PNUD e ABC	36.897	2.463	0
17.01 – Consultores Permanentes	925.142	551.155	0
17.02 – Consultor Pontual	2.808.600	3.041.749	1.504.753
21.01 – Subcontratos (Pessoa Jurídica)	314.710	2.171.841	3.891.093
32.01 – Treinamento em Grupo	0	10.604	0
33.01 - Capacitação em Serviço	1.201.288	108.241	20.614
45.01 – Material de Consumo	21.200	116.701	74.721
45.02 – Material Permanente	206.193	152.445	635.808
45.03–Operação e Manutenção de Equip.	50.000	9.816	0
45.04 – Operação e Manutenção de Esc.	95.500	8.507	0
52.01 – Custos de relatórios	59.450	0	14.463
53.01 – Diversos (CPMF, Petty Cash)	26.506	11.346	12.000
Total	6.958.086	7.651.001	6.419.910

Estratégias de Atuação

a) Projeto ESTAL

O Projeto ESTAL foi o primeiro projeto a movimentar os recursos externos financiados pelo Banco Mundial - BIRD e de contrapartida, pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, obedecendo rigorosamente os procedimentos previstos na Norma de Execução Conjunta MF/MP nº 2, de 14 de novembro de 2001 e Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004.

A adoção da modalidade de reembolso refletiu sobremaneira na execução orçamentária e financeira do Projeto, em função da rigidez das políticas monetárias e fiscais determinadas pelos setores econômicos do Governo Federal.

Com a extensão da data de encerramento do projeto para 31/07/2009 e o saldo remanescente do contrato de empréstimo, bem como o excelente resultado alcançado pelo projeto no exercício de 2007, em termos de seleção e contratação de serviços de consultoria, priorizamos a partir do final do segundo semestre de 2007 a elaboração do Plano de Aquisição para 2008.

b) PNUD BRA 01/039

Para o exercício de 2008 o projeto procurou priorizar a Revisão Substantiva “M” , visando o encerramento do projeto em 31/07/2009, dar andamento as contratações realizadas no exercício anterior e cumprir as metas estabelecidas para o período.

c) PNUD BRA 99/011

O Projeto BRA/99/011 contribuiu para o desenvolvimento e execução do Programa Luz para Todos, no planejamento estratégico, com a contratação de serviços de consultoria e ainda com apoio logístico e operacional. Na implementação das Carta Convênio BID ATN/MT-6697-BR concluiu a implementação de dez Projetos Pilotos e da divulgação dos resultados. Na divulgação desses resultados dos Projetos Pilotos foram usados recursos da Carta Convênio ATN/JF-6630-BR para cursos de formação de técnicos sobre “*Soluções Energéticas para a Amazônia – Eletrificação de comunidades isoladas*” e confecção de material didático, apostilas, manuais e livros textos.

Prorrogação do Projeto ESTAL e das Cooperações Técnicas

Por meio dos Ofícios nº s nº 2227 e 2228/2008-ESTAL/SE/MME, respectivamente, foi encaminhado ao Banco Mundial e a Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, pedido de extensão da data de encerramento do Contrato de Empréstimo firmado com Banco Mundial – BRA 4708 até 31/12/2010.

Os projetos de Cooperação Técnica Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039 e Erradicação da Exclusão Elétrica no Brasil - PNUD BRA 99/011, tem seu encerramento previsto para 31/07/2009, sem possibilidade de prorrogação.

Resultados Alcançados pelo Projeto ESTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Montante Desembolsado e Contrapartida

As dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, de cada exercício, apresentavam valores compatíveis com cronograma financeiro do *Project Appraisal Document* - PAD, porém a disparidade na liquidação das despesas comprometeram consideravelmente o Plano de Contratação do Projeto.

Os componentes e subcomponentes do Projeto ESTAL detalhados no PAD em junho/2003 foram alocados no programas/ações do orçamento do Governo Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2004/2007.

Foi assegurado junto à unidade setorial de orçamento do sistema federal de orçamento, a CGOF/MME, a previsão de recursos orçamentários ao Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 2008, o montante de R\$ 12.000.000,00, na ação 25.122.0276.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, sendo R\$ 9.600.000,00 na fonte 0148 e R\$ 2.400.000,00 da contrapartida, ajustado em setembro pela CGOF/MME para R\$ 10.800.00,00, aprovados pela Lei de Orçamentária Anual – Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN instituiu, mediante Decreto nº 4.992/04 nova sistemática orçamentária e financeira para projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional. De modo geral, pretende-se que o Tesouro Nacional possa fazer os adiantamentos dos recursos externos aos órgãos e, após a comprovação das despesas, os organismos desembolsem este dinheiro em favor dessa Secretaria.

Os adiantamentos correspondentes às parcelas de financiamentos contratados com organismos internacionais, cujos recursos sejam liberados pelo organismo financiador mediante comprovação de gastos, serão solicitados à Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV pelos Órgãos Setoriais de Programação Financeira - OSPF dos Ministérios responsáveis pela gestão do programa, conforme Norma de Execução Conjunta nº 2, de 14 de novembro de 2001.

De acordo com o Anexo 5 do PAD, a previsão de gastos e financiamento, em milhões de dólares, para o Projeto era: 6.563.603 7.680.550

Origem	Exercícios					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bird	2,5	3,6	3,6	2,4	5,0	3,6
Contrapartida	1,6	2,4	2,4	1,6	1,3	2,4
Total	4,1	6,0	6,0	4,0	6,3	6,0

Ano de 2008 por Fonte 0148: R\$ 9.600.000,00 - Fonte 1100: R\$ 2.400.000,00

Para os valores de desembolso previstos para 2008 e 2009, considera-se apenas as dotações orçamentárias previstas para os períodos, assim como o saldo de US\$ 7.680.550 de financiamento BIRD e US\$ 6.563.603 de contrapartida não utilizados pelo projeto até 31/12/2007.

A seguir apresenta-se tabela comparando os valores do cronograma financeiro do PAD com a Dotação Autorizada e os Empenhos Liquidados, em milhões de dólares, para o Projeto:

US\$/R\$ 1,9060

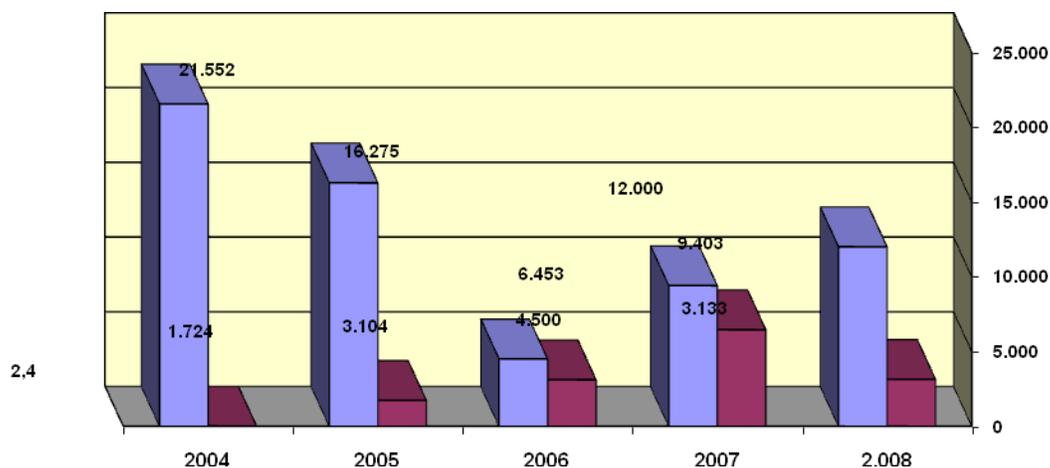
Origem	Exercícios				
	2004	2005	2006	2007	2008
BIRD + Contrapartida	4,1	6,0	6,0	4,0	6,3
Dotação Autorizada	11,3	8,5	2,3	5,2	6,3
Empenhos Liquidados	0	0,9	1,6	3,9	1,6

De acordo com informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/Gerencial, verifica-se que o Projeto executou os seguintes valores, em reais, desde sua efetividade (29/10/2004):

Anos	Dotação Autorizada (A)	Limites Autorizados (B)	Rec. Descentralizado (C)	Empenhos Liquidados (D)	% D/C	Valores Pagos	Dotação Disponível (A-B)	Contingenciamento
2004	21.552.094	130.000	374.891	2.400	1,9	2.400,00	21.549.694	-
2005	16.275.000	2.006.056	1.767.715	1.724.657	85,6	1.074.893	14.491.649	14.268.944
2006	4.500.000	3.104.324	3.104.324	3.104.322	100	2.674.417	1.395.677	1.395.676
2007	9.403.235	6.719.000	6.679.383	6.453.614	96,6	6.361.805	2.949.621	2.684.235
2008	12.000.00	12.000.000	1.832.603	3.132.603	-	1.832.603	8.867.397	0,00
Total			13.758.916	14.417.596	-	11.946.118	49.254.038	-

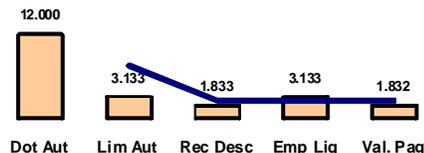
Notas:

- 1 - Fonte SIAFI/Gerencial - 2007 até 31/12.
- 2 - As dotações autorizadas em 2007 na fonte 1100 no valor de R\$ 900.000,00 destina-se a pagamento de juros.
- 3 - Em 2008 o total de R\$ 1.300.000,00 foram inscritos em Restos a Pagar, o restante para pagamento de juros e taxas.



No exercício de 2008 a baixa execução orçamentária e financeira refletiu na utilização dos recursos disponibilizados pelo MME ao Projeto ESTAL, apenas R\$ 1.300.000,00 foram gastos com contratação de consultoria os demais R\$ 1.832.603,00 no pagamento de juros e taxa de compromisso. As dotações não utilizadas foram devolvidas ao MME, para aplicação em outras unidades, a seguir demonstrada:

R\$						
Dotação Autorizada	Limite Autorizado	Recurso Descentralizado	Empenhos Liquidados	Dotação Disponível	Valores Pagos	% EMP/LIM
12.000.00,00	3.132.603,00	1.832.603,00	3.132.603,00	8.867.397	1.832.603,00	26,10



Observa-se da tabela anterior que no exercício de 2004 o Projeto teve execução atípica, em função da data de efetividade que ocorreu somente em 29/10/2004, 12 meses após a assinatura do contrato (23/09/2003). Com exceção do exercício de 2005 a 2007 o Projeto apresentou a execução orçamentária e financeira próxima das dotações e recursos disponíveis.

Pedidos de Desembolso

Os pedidos de saques do Projeto são encaminhados a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme determina o Decreto nº 4.992, de 2004, que criou a nova sistemática orçamentária e financeira para projetos financiados com recursos externos e contrapartida nacional. De modo geral, o Tesouro Nacional providencia os adiantamentos dos recursos externos ao Projeto e, após a comprovação das despesas, o Banco Mundial desembolsa este recurso financeiro em favor da STN/MF.

Até o momento já foram encaminhados cinco pedidos de reembolso à Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV/STN, no montante de US\$ 4,439,241.22, a seguir demonstrado:

Ofício	Data	Valor por Categorias (R\$)		Total (R\$)	Equivalente em US\$	US\$=R\$
		1 - Consultoria	2 - Treinamento			
018	16/01/07	1.847.262,51	91.605,75	1.938.868,26	992,764.09	1,9530
007	03/08/07	884.376,38	0	884.376,38	437,204.06	2,0228
021	03/10/07	2.150.997,30	0	2.150.997,30	1,139,261.25	1,8881
025	04/12/07	876.066,40	0	876.066,40	451,691.08	1,9395
004	1/02/08	2.253.098,72	0	2.253.098,72	1,297,120.74	1,7370
Front end fee		-	-	-	121,200.00	-
Total		8.011.801,31	91.605,75	8.103.407,06	4,439,241.22	-
Saldo em US\$					7,680,758.78	

Disponibilidade Orçamentária para 2009/2010

Asseguramos junto à unidade setorial de orçamento do sistema federal de orçamento, a CGOF/MME, a previsão de recursos orçamentários ao Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 2009, o montante de R\$ 11.583.408,00 na ação 25.122.0276.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa, sendo R\$ 6.950.045,00 na fonte 0148 e R\$ 4.633.363,00 de contrapartida na fonte 1142, com pedido de expansão orçamentária para R\$ 20 milhões.

As despesas com a execução do Projeto, no exercício de 2010, correrão por conta das dotações orçamentárias atribuídas ao Ministério de Minas e Energia no Orçamento Geral da União, suficientes para implementação das ações remanescentes.

Execução Física

Quando do detalhamento das ações no Plano de Aquisição em abril/2004 e suas sucessivas revisões os programas geraram as seguintes demandas, por componentes e subcomponentes, até a data atual:

- Licenciamento Ambiental;
- Metodologia de Planejamento da Expansão;
- Planejamento de Longo Prazo;
- Planejamento Integrado;
- Alternativas Tecnológicas e sua Utilização;
- Coletas de Dados Básicos; e
- Eficiência Energética;

A Unidade Gestora do Projeto ESTAL elaborou Plano de Contratações de Consultorias, no qual consta detalhamento de itens a serem contratados, tipos de contrato, componentes relacionados e percentuais de comprometimento de itens com relação ao PAD.

Em função do encerramento do contrato de empréstimo em 31/12/2007 todos os contratos de consultoria foram encerrados ao final do exercício, com exceção do contrato do consultor individual Artur Costa Steiner, com vigência até 31/03/2008, conforme “não objeção” especial do Banco Mundial de 12/12/2007.

Plano de Aquisição para 2008.

Inicialmente a direção do projeto ESTAL elaborou um Plano de Aquisição, com 83 demandas para 2008, Com as mudanças nos cargos de direção do MME e a criação da UGP/SE em fevereiro de 2008, foram detalhadas as ações dos Projetos adequando os quantitativos, com os recursos orçamentários e financeiros disponíveis, bem como o tempo de execução de cada Projeto.

Para elaboração do Plano de Aquisições de 2008, foi feito um levantamento de prioridades de projetos de consultorias junto às diversas áreas do Ministério, no qual foram identificadas as demandas abaixo:

	Nº do processo	Área	Objeto	Valor (em R\$)	Valor US\$
1	-	ASSEC	Levantamento da carga tributária incidente sobre o preço e tarifa de energia elétrica e análise comparativa no mercado internacional	300.000,00	186.104,22
2	-	ASSEC	Avaliação de políticas públicas do setor elétrico sob a ótica da eficiência na aplicação dos recursos da CCC, RGR e CDE	200.000,00	124.069,48
3A	001272/2008-19	DDE	Contratação serviços de conservação de energia e revisão do marco legal	262.500,00	162.000,00
4	001273/2008-63	DDE	Monitoramento & Verificação nos projetos de eficiência energética no Brasil	137.500,00	85.000,00
5	001247/2008-35	DDE	Levantamento do potencial de geração de energia elétrica a partir de resíduos florestais na BR-163	100.000,00	62.034,74
6	001246/2008-91	DDE	Levantamento do Potencial de Geração de Energia Elétrica a partir de dejetos animais, verificando sua viabilidade de aplicação	85.000,00	52.729,53
7	001330/2008-12	DPE	Consultoria em Integração Energética de Grandes Aproveitamentos Hidrelétricos	147.000,00	91.191,07
8	001328/2008-35	DPE	Consultoria em Integração Energética de Xingu e Teles Pires: CC e FACTS	147.000,00	91.191,07
9	001327/2008-91	DPE	Análise da Licitação de Linhas e Interligações Estruturantes para o Planejamento	147.000,00	91.191,07
10	000201/2008-07	DPE	Consultoria em Demanda Energética	106.616,00	66.138,96
11	000199/2008-68	DPE	Consultoria em Modelagem Energética	106.616,00	66.138,96
12	003155/2007-17	SGM	Estudos para elaboração do Plano Duodecenal (2008 – 2028) de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	1.881.776,00	1.167.354,84
13	003066/2007-62	SGM	SIG e Atlas do Brasil de Agregados Minerais para construção civil e Infra-estrutura	850.000,00	527.295,29
14	002347/2007-06	SGM	Desenvolvimento de sistema para difusão de dados e informações hidrogeológicas via WEB	200.000,00	124.069,48
15	003110/2007-34	SPG	Estudo do Ciclo de Vida dos Bicompostíveis: Etanol e Biodiesel	400.000,00	248.138,96
16	003111/2007-89	SPG	Manual de Enquadramento para recebimento de recursos da CDE para construção de gasodutos	25.000,00	15.508,68
17	001497/2006-11	SPOA	Sistema de Informações Executivas - SIE	4.000.000,00	2.481.389,58
18	001456/2006-17	SPOA	Modernização do Portal do MME	900.000,00	558.312,66
19	-	NESA	Capacitação sobre a interface do licenciamento ambiental e o planejamento energético	Cancelado	Cancelado
20	-	SGM	Curso de especialização em gestão e política mineral	450.000,00	279.156,33
Total				10.446.008,00	6.480.153,85

No período em referência o Projeto ESTAL realizou apenas 1 (uma) nova contratação na categoria de despesa de consultoria a seguir demonstrados:

O atraso na condução dos processos de seleção/licitação do Projeto ESTAL, decorreu principalmente em função da inspeção realizada pelo Tribunal de Contas da União, que suspendeu as contratações dos consultores individuais e na demora das Unidades requisitantes em definir e indicar suas prioridades para o Plano de Aquisição de 2008.

Contratos de 2007 e Encerrados até 31/12/2008

Processo nº: 48000.001604/2007-84

Contratado: Artur Costa Steiner

Objeto: Prestação de serviços de consultoria individual – Tema: Suporte à SPE na avaliação e estudos do Plano decenal de expansão de energia e no Plano Nacional de Energia.

Início dos serviços: 14/12/2007

Término dos serviços: 31/03/2008

Valor global: R\$ 80.500,00 e R\$ 16.100,00

Contratos Realizados em 2008

Processo nº: 48000.001497/2006-11

Contratado: Sistema de Informações Governamentais – SIG

Objeto: Prestação de serviços de consultoria pessoa na modalidade de SBQC – Tema: Desenvolvimento e disponibilização de um Painel de Controle de Indicadores de desempenho Estratégico conforme metodologia de Scorecard Balanceado (BSC)

Início dos serviços: 05 /01/2009

Término dos serviços: 30/06/2009

Valor global: R\$ 3.756.627,00

Resumo da Execução Física

Período 01/01 a 31/12/2008

Contratos Realizados 2004 a 2007	Contratos Interrompidos	Seleção e Contratação Planejadas para 2008	Contratos Realizados em 2008	Contratos em Execução 31/12/08
36	02	20	01	01

Principais Produtos do Projeto ESTAL

O projeto ESTAL no período de outubro de 2004 (data da efetividade) a 2007, realizou 38 (trinta e oito) contratações e ficaram 9 (nove) pendentes de conclusão, com percentual de eficiência de 80,85%.

Dentre as áreas de atuação do projeto ESTAL podem-se destacar a título de exemplo os trabalhos desenvolvidos em Segurança Operacional do Sistema Interligado Nacional - Utilização de Fasores, Baixa Renda, Licenciamento Ambiental - Estudo de Casos, Avaliação do Projeto do Rio Madeira, Estudos para Implantação de um Sistema de Informações Executivas (SIE), Modernização Institucional do DNPM, Estudos para Revitalização do PRC – PRODEEM, Capacitação de Agentes Multiplicadores para Energia Elétrica e Economia Solidária, Análise do Grau de Satisfação para o Programa Luz para Todos, Levantamento de Dados Georeferenciados das Comunidades Isoladas,

Supervisão aos Empreendimentos Eólicos, Biomassa e PCH do PROINFRA, Supervisão de Estudos da SPE para Desenvolvimento do Plano Decenal, Revisão do Manual de Inventário – CEPEL, Obstáculos e Possibilidades para o Desenvolvimento do Mercado Secundário de Gás Natural: Panorama Internacional e Brasileiro. Estes trabalhos, dentre outros, contribuíram para a tomada de decisões estratégicas nas diversas ações desenvolvidas pelo MME:

Segurança Operacional do Sistema Interligado Nacional - Utilização de Fasores.

O uso da Medição Fasorial na Operação do Sistema Interligado Nacional – SIN, é um projeto executado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, em parceria com o projeto ESTAL, que contratou a consultoria e financiou parte do projeto.

A tecnologia de fasores é metodologia de medição e monitoramento de ocorrências (oscilações eletromecânicas, variação de frequência e colapsos de tensão) de grande porte no SIN. A análise destes fenômenos depende basicamente do registro da frequência e do módulo e ângulo de fase das grandezas elétricas durante os distúrbios.

A medição do módulo de uma grandeza elétrica é corriqueira e realizada por instrumentos convencionais (voltímetros, amperímetros, etc). O mesmo ocorre com a frequência, que pode ser medida com boa exatidão. Já a medição do ângulo de fase de uma grandeza, principalmente a diferença angular entre duas grandezas não é trivial, sendo normalmente obtida por meio de métodos indiretos (ex.: estimadores de estado).

A diferença angular pode ser medida através da amostragem simultânea das grandezas elétricas. Para tanto, é necessária a sincronização da base de tempo dos instrumentos de medição instalados nos diversos pontos do sistema. A tecnologia para esta medição está disponível nas Unidades de Medição Fasorial (Phasor Measuring Unit - PMU). O conjunto de PMU compõe uma WAMS (Wide Area Monitoring System).

A Medição Fasorial pode ser aplicada na análise das seguintes perturbações:

- Validação de modelos
- Otimização de controladores
- Estimação de estado
- Treinamento de operadores
- Predição de estabilidade transitória
- Predição de colapsos de tensão
- Sistemas especiais de proteção
- Sistemas de proteção adaptativa
- Controle de amortecimento de oscilações

Em março/2006 foi necessário calcular a máxima exportação de energia da região Norte, com uso do PMU foi calculado aumento de 5% a 15% no limite de transmissão; Esses valores se traduzem em uma economia de R\$500.000,00 a R\$1.500.000,00 durante as três primeiras semanas do mês; A

mesma metodologia, se aplicada às demais interligações, também indicaria ganhos econômicos ao se aprimorar a indicação do limite de transmissão.

Avaliação do Projeto do Rio Madeira

As avaliações do projeto do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) foram executadas por 3(três) consultores internacionais contratados pelo projeto ESTAL, que analisaram se a escolha da turbina tipo “bulbo” está correta; Incertezas e questões a serem resolvidas no projeto básico; Tamanho das turbinas - dimensionamento das vigas de sustentação; Troca de calor; e Abrasão da areia – inox revestido com widia.

Outra avaliação importante está relacionada com o custo do projeto os consultores concluíram que os custos Furnas-Odebrecht – estavam superestimados em cerca de 10% (parte civil); proposta de custo arranjo alternativo COLENCO – 10 a 12%, menor e custos arranjo alternativo do consultor Sultan Allan – 12 a 15% menor; e as incertezas financeiras, tecnológicas, ambientais e regulatórias (paralisações) – sobrecusto de até 40% (neste caso os custos de Furnas-Odebrecht (OPE) ficariam inferiores).

Quanto a gestão de meio ambiente foram realizadas as seguintes avaliações:

- Madeira flutuante e submersa pode criar dificuldades de operação sérias. Equipamentos para remover estas matérias devem ser projetados, construídos e operados especificamente para o local. A concepção e projeto especial devem assegurar o desempenho desejado.
- Mudanças importantes no conceito e arranjo do projeto são possíveis e uma reavaliação permitindo o melhoramento do conceito do projeto, redução de custos e tempo de construção é recomendada.

Um modelo físico hidráulico deve ser construído e operada para otimizar:

- O arranjo do projeto com a passagem das areias pelo vertedouro;
- A limpeza das madeiras flutuantes e submersas e prevenção de grandes entulhos;
- A prevenção da formação de vórtices de ar na águas;
- O desempenho e operação de todas as estruturas hidráulicas.

Os padrões de transporte de sedimentos do rio Madeira não serão alterados radicalmente devido à construção das usinas;

- A deposição e erosão anual de sedimentos continuarão a ocorrer como atualmente e um novo equilíbrio do transporte de sedimentos de montante para jusante será estabelecido;
- Este mecanismo deve assegurar e perpetuar o equilíbrio existente hoje no processo de transporte de sedimento no Rio Madeira e na morfologia geral da região;
- As altas concentrações de sedimento (10.000 a 20.000 ppm) durante a fase de crescimento na cheia devem ser de curta duração;
- As vazões médias do rio Madeira, de 20.000m³/s ou mais durante um período de 4 meses ou mais, deve ser suficiente para transportar tanto o sedimento fino quanto o arenoso;

- Como as características sedimentológicas e hidrológicas em Santo Antônio e Jirau são similares, ambos estarão sujeitos ao mesmo tipo de evolução ao longo do tempo, com mínimos impactos ambientais negativos;
- Nas vazões altas, o rio Madeira manterá elevada capacidade de transporte de sedimentos, capaz de arrastar toda a carga transportada;
- Assim não ocorrerão depósitos de sedimento permanentes que possam afetar o remanso do reservatório.

Programa Luz para Todos

O projeto ESTAL tem atuado como parceiro do Programa Luz para Todos – LpT, notadamente nos estudos para o atendimento a comunidades isoladas nas Regiões Norte e Nordeste.

Os consultores têm realizado estudos que servem para: Orientar o atendimento de comunidades isoladas nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil com serviços de energia elétrica e uso produtivo; Propor modelos de gestão de sistemas de geração descentralizados; Propor modelos de uso produtivo da energia elétrica que viabilizem a geração de renda local e fortaleçam os mercados elétricos locais; Fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas relacionadas ao atendimento descentralizado; e Formatar propostas de planos de negócios em atendimento das comunidades isoladas com atratividade para o investimento privado.

Os estudos realizados vão proporcionar ao LpT produtos importantes para o programa, tais como: Banco de dados com informações das localidades a serem atendidas; Modelo de análise de economicidade do atendimento em energia elétrica em função da tecnologia; Planos de uso produtivo para a gerar renda e fortalecer o mercado elétrico local para atrair agentes do setor; Plano de Atendimento com sistemas descentralizados; Proposta de mudanças no marco regulatório e sugestões de mecanismos que ampliem a atratividade do atendimento a comunidades isoladas; e Planos de negócios que possam ser apresentados a quaisquer operadores interessados em investir no atendimento descentralizado.

Modernização Institucional do DNPM

O projeto de proposição de modernização do Departamento Nacional Produção Mineral – DNPM, realizado com a parceria do projeto ESTAL, proporcionou toda reestruturação do órgão com profundas alterações no modelo de gestão, voltadas para a regulação e fiscalização da exploração dos recursos minerais, arrecadação, proporcionando nova estrutura organizacional, reestruturação das carreiras, plano de capacitação dentre outros desenvolvimentos institucionais da unidade.

Por outro lado, os contingenciamentos orçamentários e financeiros não impediram o programa de alcançar resultados satisfatórios no cumprimento de seus objetivos, com desempenho reconhecido pelos dirigentes e “task management” do Banco Mundial, creditando legitimidade e efetividade às ações do projeto, notadamente aquelas atividades relacionadas ao novo modelo do setor elétrico nacional, às políticas de eficiência energética, universalização do acesso e uso da energia elétrica (Luz para Todos), incentivo as fontes de energia alternativa, estudos de implantação do complexo hidrelétrico do Rio Madeira e outros.

Do ponto de vista dos resultados alcançados, o próprio Banco Mundial, por meio do “ Mid Term Review Report” destaca os estudos executados para Revisão do Projeto do Rio Madeira, que possibilitou a consolidação dos estudos de licenciamento ambiental e do processo de leilão, com economias potenciais de US\$ 500 milhões. Quanto aos processos de licenciamento ambiental, o Banco salienta dois trabalhos de consultoria, executados, o primeiro trata do “ Estudo de Caso e Licenciamento” e o outro sobre o arcabouço legal, que possibilitou ao Governo Brasileiro acelerar o aperfeiçoamento e os processos de licenciamento ambiental do setor elétrico.

46. Mereceu especial ênfase pelo Banco Mundial os resultados obtidos pelo projeto dos estudos para implantação da tecnologia de “medição fasorial sincronizada” no Sistema Interligado Nacional - SIN, o que possibilitará benefícios na capacidade de carregamento equivalentes a “capacidade virtual” de 1.000 MW que representará uma economia da ordem de US\$ 1 bilhão.

Resultados Alcançados pelo PNUD BRA 01/039

Execução Orçamentária e Financeira

Adequação Orçamentária

Visando otimizar a utilização dos recursos do Projeto, fez-se necessária uma revisão do orçamento para se adequar às novas demandas do MME.

Desempenho do Projeto por Objetivos

MATRIZ LÓGICA Orçado X Realizado (em US\$)			
OBJETIVOS	ORÇADO	REALIZADO	%
TOTAL DO OBJETIVO 1	1.842.910,84	727.665,72	39,48
TOTAL DO OBJETIVO 2	107.379,34	49.200,28	45,82
TOTAL DO OBJETIVO 3	1.138.428,28	340.876,56	29,94
T O T A L	3.088.718,46	1.117.742,56	36,19

A seguir é apresentado o desempenho do Projeto PNUD BRA/01-039 no ano de 2008.

LINHA ORÇAMENTÁRIA (ou) COMPLEMENTO	ORÇADO PARA 2008	REALIZADO EM 2008	% ATINGIMENTO
15.01 - Viagens	161.196,11	29.065,28	18,03
17.02 - Consultoria Pontual - Produto	766.512,56	302.518,43	39,47
21.01 - Subcontratação de Serviços	2.119.531,19	746.196,53	35,21
33.01 - Capacitação em Serviço	37.303,04	39.962,32	107,13
45.01 - Material de Consumo	4.175,56	0,00	0,00
TOTAL	3.088.718,46	1.117.742,56	36,19

Conforme normatização da Controladoria Geral da União, o desempenho do Projeto, é o seguinte:

Metas e resultados da ação exercício 2008

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	3.088.718,46	-	1.117.742,56

Recursos vinculados a financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional utilizados na execução da ação

Código do Projeto	Custo Total (emUS\$)	Empréstimo Contratado (ingressos externos)		Contrapartida Nacional	Valor das transferências dos recursos			Em caso de não ser atingido a conclusão total da etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor Acumulado no Projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Projeto PNUD BRA/01/039	8.000.156,53	-	-	8.000.156,53	-	1.117.742,58	3.088.718,46	*	**

A totalidade dos recursos do Projeto é oriunda do orçamento da União/MME e foram internalizados em sua totalidade no PNUD, em dezembro de 2001.

Execução Física

O Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético foi concebido com a finalidade de auxiliar na redução dos riscos de déficit no atendimento da demanda de energia, por meio do re-ordenamento das funções do setor, da mudança no papel do Estado, bem como no reforço das funções regulatórias, de planejamento da expansão, de operação, de comercialização de energia, de financiamento e de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

O Projeto BRA/01/039 é estruturado em três grandes objetivos cujos trabalhos executados a eles estão relacionados: OBJETIVO 01 - “Apoiar o desenvolvimento do novo modelo do setor energético”; OBJETIVO 02 – “Desenvolver programas, projetos e estudos de apoio à nova política energética”; OBJETIVO 03 – “Aperfeiçoar os instrumentos institucionais do Ministério de Minas e Energia”.

Em uma análise da gestão do Projeto, dentre as questões que influenciaram este período está o fato de que o Ministério de Minas e Energia passou por um período de transição (2006/2007), no qual a pasta foi ocupada interinamente até a nomeação de um novo titular. Com a nova administração, iniciou-se um processo de readequação das funções internas com modificações de atribuições e competências, as quais abrangeram também o Projeto BRA/01/039 com a mudança de sua Diretoria no início de 2008. No entanto, neste período de transição algumas atividades foram temporariamente interrompidas no aguardo de um posicionamento mais claro quanto ao seu caminamento, o que acarretou atrasos das ações. Assim, trabalhos já previstos, mas que estavam com os cronogramas atrasados, foram neste ano regularizados, além de concluídos alguns trabalhos em vigência. Estes fatos refletiram a necessidade de prorrogação do prazo do Projeto com vistas ao seu encerramento o que foi efetuado com a Revisão Substantiva M. Passa-se a fazer uma análise dos referidos trabalhos executados no período de 2008:

1. **Contratos firmados em 2007 e em execução em 2008**

Pessoa Física

- Especialista em Gestão e Desenvolvimento Organizacional; Objeto: Atender a ação de Implantação de um Sistema de Mapeamento de Competências e Diagnóstico de Clima Organizacional que integra o Programa de Fortalecimento Institucional com vistas ao aperfeiçoamento da Gestão do MME, de acordo com o Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política e Diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal; Produtos: Foram executados no período 04 Produtos de um total de 04 contratados. Contrato encerrado. São eles: Produto 01: Relatório Técnico-Científico contemplando as análises realizadas referentes aos processos e subprocessos que geram impacto nos objetivos estratégicos do MME, a relação dos grupos de trabalho que foram sensibilizados e capacitados, especificando a metodologia, detalhando o cronograma da ação, lista prioritizada dos gap`s (deficiências) existentes entre as competências essenciais e esperadas dos servidores e Portifólio apresentando o cruzamento das competências individuais e organizacionais julgadas imprescindíveis para o alcance dos resultados da instituição; Produto 02: Plano de Capacitação baseado nas competências mapeadas e em consonância com o que preceitua o Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006; Produto 03: Relatório Técnico-Científico contendo o detalhamento da metodologia e cronograma das atividades a serem implementadas, os instrumentos de pesquisa de clima organizacional aplicados, a logística de aplicação e acompanhamento da execução da pesquisa, especificando quantitativo de servidores e unidades alcançadas, bem como o material sistematizado utilizado em reunião com os gerentes

estratégicos; Produto 04: Relatório Técnico-Científico contendo a tabulação e análise dos dados da pesquisa com os cruzamentos das respostas, destacando os aspectos restritivos e impulsores apresentado em Reunião com a participação dos gerentes estratégicos do MME. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista em Desenvolvimento Sustentável Local e Inclusão Produtiva em Comunidades Quilombolas; Objeto: Desenvolver estudos visando a elaboração de um projeto básico de desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas que têm atividades de produção mineral. O projeto básico deve estar em consonância com os objetivos, diretrizes e metas das políticas públicas do Governo Federal para o desenvolvimento das comunidades tradicionais e do Programa Luz Para Todos (PLT); Produtos: Foram executados no período 06 Produtos de um total de 06 contratados. Contrato encerrado. São eles: Relatório Técnico 01: Apresentação à SGM do cronograma de atividades e metodologia de trabalho a ser desenvolvida em cada uma das etapas do projeto; Relatório Técnico 02: Relatório técnico contendo a sistematização das atividades realizadas de identificação, localização e do banco de dados das comunidades quilombolas com atividades de produção mineral e que foram beneficiadas com PLT; Relatório Técnico 03: Marcos legais que podem ser fator impeditivo ou impulsionador da atividade mineral em territórios quilombolas; Relatório Técnico 04: Proposta de Projeto “Ação Mineral Integrada no Território Kalunga”; Relatório Técnico 05: Proposta de Projeto Básico “Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração em Território Quilombola”; Relatório Técnico 06: Relatório técnico com os resultados do Seminário Desenvolvimento Sustentável com o foco na Pequena Mineração em Território Quilombola. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista em Economia Mineral e Engenharia Econômica de Projetos Mineiros; Objeto: Reunir elementos como subsídio para termo de referência para proposição de programa de financiamento específico para empresas do setor mineral. Os estudos deverão contemplar o dimensionamento do potencial de demanda por crédito para investimentos no setor, a caracterização econômica de empreendimentos mineiros e ainda a estruturação de projetos de financiamento, com análises pertinentes dos investimentos; Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 03 contratados. Contrato encerrado. São eles: Relatório Técnico 01: Texto explicativo contendo a caracterização, sob os pontos de vista descritivo e analítico dos elementos essenciais que devem ser considerados na avaliação econômico-financeira de um projeto de investimento em Mineração; Relatório Técnico 02: Relatório contendo a estimativa do potencial de demanda por crédito no período de 2007 a 2009, por substância mineral e por unidade da federação, análise centrada os limites estabelecidos na descrição da atividade 2; Relatório Técnico 03: Relatório técnico, subdividido em 4 partes, a saber: Parte I: Estudo genérico, que defina prazos de maturação dos projetos, por categorias de bens minerais (metálicos, minerais industriais, agregados para a construção civil, rochas ornamentais). Neste estudo deverá ser analisado o enquadramento do tipo de financiamento e suas peculiaridades como prazo de carência, prazo de amortização e tipo de recebimento (mensal, trimestral, etc), bem como a tabela de juros a ser aplicada (Sistema Price ou Americano), forma de capitalização de encargos. Deverão ser analisadas também todas as possibilidades das garantias a serem oferecidas, tais como : garantia real, aval, seguro ou compra antecipada entre outras formas; Parte II: Texto explicativo e analítico contendo um roteiro de um projeto de financiamento de um empreendimento mineiro de micro e pequeno porte. No roteiro, deverão constar as conceituações de todos os elementos essenciais de um projeto de mineração

(reservas, aspectos tecnológicos, investimentos fixos, capital de giro, receitas, custos, encargos de capital (depreciação, amortização, exaustão das reservas), além de tributos diretos e indiretos; Parte III: Conjunto de tabelas necessárias à Montagem dos fluxos de caixa do Projeto de Financiamento, voltadas para empreendimentos mineiros de micro e pequeno porte; Parte IV : Montagem de Fluxo de Caixa dos projetos de financiamento; Parte V: Relatório Técnico contendo a aplicação do roteiro de avaliação econômica de projetos de financiamento sobre os casos mais representativos da indústria mineral, por substância mineral, a serem definidos com base nas informações coligidas no relatório 2. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista em Modelagem Energética de Longo Prazo; Objeto: Realizar estudos complementares à projeção da Matriz Energética Nacional (MEN) utilizando-se de modelos de projeção de demanda e modelos de otimização global energética de Longo Prazo; Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 07 contratados. Contrato encerrado. São eles: Produto 5: Consideração de Sazonalidade na produção e\ou consumo na Matriz Energética; Produto 6: Análise Comparativa das projeções da Matriz Energética com o Cenário Mundial; Produto 7: Análise da Influência das Principais Commodities Internacionais na Estrutura Energética Nacional. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista de aspectos socioambientais em empreendimentos de geração do setor elétrico; Objeto: Consolidação dos resultados do Grupo de Trabalho Interministerial – Atingidos por Barragens, confrontando com a legislação e os procedimentos nos processos de licenciamento ambiental e, ainda, as propostas defendidas pelos principais segmentos da sociedade vinculados as ações do setor elétrico; Produtos: Foram executados no período 04 Produtos de um total de 06 contratados. Contrato encerrado. São eles: Produto 03: Conceitos e instrumentos de avaliação de impactos ambientais socioeconômicos aplicáveis ao setor elétrico; Produto 04: Caracterização e análise de conflitos socioeconômicos no setor elétrico; Produto 05: Experiências socioeconômicas positivas e negativas de processos relevantes do setor elétrico; Produto 06: Proposta de metodologia para procedimentos socioeconômicos aplicáveis ao planejamento, implementação e operação de empreendimentos do setor elétrico e consolidação dos conceitos e sua aplicação por modalidade de energia. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista em gerenciamento de informações de licenciamento ambiental; Objeto: Contratação de consultoria especializada para a formulação de estratégias e instrumentos no gerenciamento da informação de licenciamento ambiental na área de energia elétrica; Produtos: Foram executados no período 04 Produtos de um total de 09 contratados. Contrato encerrado. São eles: Produto 06: Proposição da metodologia para sistematização dos dados e forma de disponibilização das informações ambientais para o Setor Elétrico; Produto 07: Estruturação da metodologia, considerando as avaliações setoriais para geração; Produto 08: Estruturação da metodologia, considerando as avaliações setoriais para transmissão; Produto 09: Relatório consolidado das atividades desenvolvidas e avaliação dos resultados, com checklist aprovado pelos usuários. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Analista em Macroeconometria para Energia; Realizar estudos complementares que servirão de apoio à projeção da Matriz Energética Nacional (MEN) nas áreas de macroeconomia e econometria, utilizando-se de modelos de projeção de demanda e modelos de otimização, a fim de fornecer consistência aos trabalhos paralelos para a projeção da MEN; Produtos: Foram executados no período 01 Produto de um total de 05 contratados. Contrato encerrado. É ele: Produto 05: Modelagem Energética considerando restrições ambientais utilizando modelos de otimização global. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.
- Analista em Gestão de Conflitos da área ambiental do Setor Elétrico: Objeto: Sistematizar e repassar a experiência desenvolvida na gestão de conflitos em empreendimentos hidrelétricos, desde a participação do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental – NESA, visando consolidar o registro dos acordos sociais estabelecidos nos últimos cinco anos; contextualizar aspectos das negociações e acordos (atores) e compromissos e resultados, considerando ainda a interface da gestão de empreendimentos frente ao MAB e a instituição da Mesa de Negociações; Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 06 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 01: Quadro geral dos conflitos decorrentes da implantação de hidrelétricas nas regiões da bacia do Uruguai (Campos Novos e Barra Grande) e Tocantins (Tucuruí, Cana Brava e Serra da Mesa); Produto 02: Quadro de acordos sociais dos empreendimentos Campos Novos, Barra Grande, Tucuruí, Cana Brava e Serra da Mesa, constando consolidação dos dados e avaliação do estado da arte anterior; Produto 03: Identificação dos grupos sociais interessados e suas principais demandas e reivindicações. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.
- Analista em aspectos institucionais da área ambiental; Objeto: A analisar e identificar as políticas públicas do Sistema Nacional de Meio Ambiente definidas, debatidas e implementadas no âmbito do CONAMA, das Comissões Tripartites, da Conferência Nacional, do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e do Plano Nacional das Áreas Protegidas (PNAP) relacionadas ao setor de energia; Produtos: Foram executados no período 07 Produtos de um total de 08 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 01: Estudo contemplando uma análise da pauta nas instâncias do CONAMA, PNOT, PNAP, Tripartites e Conferência Nacional de Meio Ambiente prevista para o ano de 2008, identificando os pontos de convergência e divergência referente ao setor de energia.; Produto 02: Diagnóstico dos temas que compuseram a pauta nas instâncias do CONAMA, PNOT, PNAP, Tripartites e Conferência Nacional de Meio Ambiente, relativos aos pontos de convergência e divergência referentes ao setor de energia, contendo uma análise das matérias em pauta do ano de 2007; Produto 03: Avaliação, com medidas propositivas, do andamento das pautas de deliberações do CONAMA, PNOT, PNAP, Tripartite e Conferência Nacional de Meio Ambiente no 1º quadrimestre de 2008; Produto 04: Estudo comparativo das deliberações entre a 2º Conferência Nacional de Meio Ambiente e a 3º Conferência Nacional de Meio Ambiente, avaliando a evolução dos resultados afetos à área de energia e apresentando propostas de encaminhamento para os próximos encontros; Produto 05: Avaliação do processo de reestruturação do SISNAMA no âmbito dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente; Produto 06: Análise da evolução dos temas, contendo sugestões de encaminhamento das questões tratadas no âmbito das instâncias do CONAMA, PNAP e PNOT, referentes ao setor de energia no 2º quadrimestre de 2008; Produto 07: Estudo para avaliação do processo de fortalecimento e implementação da Resolução CONAMA 237, sobre tipificação de atividades de impacto ambiental local e demais recomendações de andamento

pertinentes ao setor de energia. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

Pessoa Jurídica

- Objeto: elaboração de Projeto de Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia - MME, compreendendo os seguintes subprojetos: Análise de Riscos; Modelo de Gestão de Segurança da Informação; Plano Diretor de Segurança da Informação; Política de Segurança da Informação; Plano de Recuperação de Desastres; Divulgação e Treinamento. Produtos: Foram executados no período 02 Produtos de um total de 06 contratados. Contrato concluído. São eles: Produto 05: Plano de Recuperação de Desastres; Produto 06: Programa de Divulgação e Treinamento. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Objeto: Construção de cenários e indicadores orientados ao Ordenamento Territorial Geomineiro; Produtos: Foram executados no período 06 Produtos de um total de 12 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 04: Cenário I - Diagnóstico das áreas prioritárias para a realização de levantamentos geológicos e geofísicos, considerando as demandas do setor produtivo, da sociedade e dos municípios, e o respectivo relatório de análise com os Indicadores; Produto 05: Cenário II - Avaliação da disponibilidade mineral para o Ordenamento Territorial Geomineiro e o respectivo relatório de análise com os Indicadores; Produto 06: Cenário III - Diagnóstico dos distritos minérios frente às intervenções no meio ambiente, como subsídio ao Licenciamento Ambiental e o respectivo relatório de análise com os Indicadores; Produto 07: Cenário IV - Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de médio a grande porte- Planejamento do Setor Mineral, e o respectivo relatório de análise com os Indicadores; Produto 08: Cenário V - Avaliação de Áreas com conflitos associados à Mineração de médio a pequeno porte- Atividades Irregulares e Restrições Legais e o respectivo relatório de análise com os Indicadores; Produto 11: Compreende a apresentação dos resultados na Oficina de Trabalho a ser promovida pela SGM/MME. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Objeto: Implementação de um Projeto Piloto de apoio e fomento à implantação da Agenda 21 do Setor Mineral; Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 10 contratados divididos em dois lotes de 05 Produtos cada um. Contrato em execução. São eles: Lote I: Produto 03: Diagnóstico do setor mineral, com proposta de um cronograma de ações necessárias para solucionar os problemas encontrados; Lote II: Produto 02: exemplares da cartilha com os principais conteúdos do Banco de Dados Produto 03: Diagnóstico do setor mineral, com proposta de um cronograma de ações necessárias para solucionar os problemas encontrados. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Objeto: Desenvolvimento e implementação de um projeto voltado à reestruturação organizacional da CPRM – Serviço Geológico do Brasil – considerando a sua finalidade como empresa pública, atribuições, áreas de atuação e a necessidade de uma ampla e consistente alteração na sua organização estrutural; Produtos: Foram executados no período 04 Produtos de um total de 07 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 02: Avaliação de contexto e da situação atual

da empresa e a identificação de fatores críticos de sucesso, ameaças e oportunidades; Produto 03: Identificação da estrutura estratégica da organização, a partir de entrevistas selecionadas e da análise aprofundada da estrutura vigente (escalões decisórios, de gestão e de execução, com toda as suas árvores e apêndices laterais; Produto 04: Identificação de pressupostos e das linhas básicas a serem seguidas na elaboração do projeto de reformulação; Produto 05: Conclusão do projeto de reformulação, contendo explanação fundamentada sobre sua filosofia, premissas e objetivos. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

Contratos firmados em 2008 e em execução

Pessoa Física

- Especialista em simulação computacional de sistemas de escoamento de fluidos; Objeto: Elaborar estudos que subsidiem a atuação do Ministério de Minas e Energia nas atividades relacionadas ao acompanhamento da disponibilidade de gás natural para as usinas térmicas com vistas a acompanhar o cumprimento do Termo de Compromisso firmado entre Petrobras e ANEEL em 04 de maio de 2007; Produtos: Foram executados no período 02 Produtos de um total de 03 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 01: Levantamento de Dados e Modelagem do Sistema de Transporte de Gás Natural; Produto 02: Elaboração de Metodologia para o Acompanhamento da Disponibilidade de Gás Natural para as Usinas Térmicas Integrantes do Termo de Compromisso. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.
- Especialista em estruturação de processos seletivos; Objeto: Contratação de profissional especializado para efetuar o levantamento, análise e avaliação dos processos seletivos de consultores individuais realizados no período de julho de 2007 à abril de 2008 e a elaboração de proposta de sistematização de procedimentos de processos seletivos destinado à contratação de consultores individuais, no âmbito dos projetos acima referenciados. Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 03 contratados. Contrato concluído. São eles: Produto 01: Plano de trabalho contendo a programação das atividades a serem desenvolvidas e seu dimensionamento quantitativo e qualitativo, com esquemas dos produtos para aprovação da direção do Projeto; Produto 02: Relatório de levantamento, análise e avaliação dos processos seletivos de consultores individuais realizados no período de julho de 2007 a abril de 2008, e proposta com recomendações de melhoria; Produto 03: Desenvolvimento de proposta de sistemática de procedimentos referentes a processos seletivos para contratação de consultorias individuais para a Direção Nacional dos Projetos BRA/01/039, BRA/99/011 e Projeto de Assistência Técnica ao Setor Elétrico – ESTAL contemplando os instrumentos legais pertinentes. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.
- Consultoria para análise dos aspectos jurídicos da antecipação da compensação financeira a Estados e Municípios; Objeto: Propor uma modelagem jurídica institucional que regule a prática da antecipação da compensação financeira, viabilizando a tomada de empréstimos por parte dos Estados e Municípios junto às instituições financeiras de desenvolvimento, como BNDES, CEF e Banco do Brasil, entre outras, na implementação de planos de desenvolvimento regional e local;

Produtos: Foram executados no período 03 Produtos de um total de 03 contratados. Contrato concluído. São eles: Produto 01: resultado do levantamento e análise da legislação brasileira existente sobre a antecipação da compensação financeira a Estados e Municípios, em decorrência da utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluindo entrevistas com os atores envolvidos; Produto 02: proposta de criação/alteração de marco regulatório para viabilizar antecipação da compensação financeira pelas usinas hidrelétricas a Estados e Municípios afetados, bem como proposta de modelo de contrato de financiamento aos Estados e Municípios; Produto 03: Elaboração de metodologia para acompanhamento do procedimento e aplicabilidade dos projetos em cada estado e município onde for utilizada a antecipação da compensação financeira. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Consultor em Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico; Objeto: Realizar estudos complementares que apoiarão o processo de planejamento, a curto, médio e longo prazos, do Sistema Elétrico Nacional. Nestes estudos, serão abordados tópicos de vanguarda para o setor elétrico; Produtos: Foram executados no período 04 Produtos de um total de 05 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 01: Critérios Ótimos de Expansão da Oferta de Energia Elétrica; Produto 02: Topologia de Sub-mercados Exequíveis na Expansão da Oferta de Energia Elétrica; Produto 03: Eixos de Expansão Estruturante da Oferta de Energia Elétrica no Horizonte de 15 anos Utilizando Modelos de Usinas Equivalentes e Ingresso de Fonte Térmica; Produto 04: Análise da Expansão da Oferta de Energia Elétrica no Horizonte de 15 anos Utilizando Modelos de Usinas Individualizadas e Análise por Patamar de Carga. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Especialista em análise e formulação de cadastro sócio-econômico para implantação de projetos hidrelétricos; Objetivo: Apoiar as atividades do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental, - Secretaria Executiva, para que em conjunto com os técnicos da área, promova maior interação entre o marco regulatório do setor elétrico e a política ambiental. Objetivo específico: formular proposta para regulamentar a elaboração e a aplicação de cadastros sócio-econômicos no âmbito dos estudos socioambientais exigidos para o licenciamento e para respaldo da delimitação do polígono de desapropriação na implantação de empreendimentos hidrelétricos; Produtos: Foram executados no período 02 Produtos de um total de 03 contratados. Contrato em execução. São eles: Produto 01: Avaliação da aplicabilidade dos cadastros sócio-econômicos utilizados atualmente. Elaboração de análise comparativa das informações solicitadas nos cadastros sócio-econômicos submetidos aos Órgãos Ambientais de licenciamento, no âmbito do licenciamento ambiental e à ANEEL para efeito da aplicação da Declaração de Utilidade Pública - DUP; Produto 02: Sistematização das situações que exigem cadastros e o modelo a ser aplicado, por meio da contextualização do conceito de atingido por barragens, enquadramento em categorias segundo o tipo de impacto e identificação da problemática social por ocasião da implantação de empreendimentos hidrelétricos; em relação às comunidades indiretamente atingidas, que não estão incluídas em cadastro censitário, propor critérios de amostragem e informações para caracterizar estas comunidades, segundo os impactos, dentro do conceito de categoria social ou localização geográfica, usado recorrentemente nos processos de identificação com vistas ao licenciamento ambiental e aplicação da DUP. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

- Especialista em análise e atualização das diretrizes do relacionamento do setor elétrico com povos indígenas; Objeto: Atualização das diretrizes de relacionamento do setor elétrico com os povos indígenas, à luz da legislação vigente, da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais e dos fundamentos postulados pelo documento: “Estudo e Fundamentos para a Produção de Diretrizes do Relacionamento do Setor Elétrico com Povos Indígenas, elaborado em novembro de 1988, pelo Instituto de Pesquisas Antropológicas do Rio de Janeiro (IPARJ); Produtos: Foram executados no período 01 Produto de um total de 03 contratados. Contrato em execução. É ele: Produto 01: Contextualização da problemática indígena em interface com o Setor Elétrico – projeção dos cenários de interface implicados no planejamento setorial. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

Pessoa Jurídica

- Objeto: Definir as especificações técnicas, requisitos e condições necessárias para a aquisição, via sistema de registro de preços, de solução de gerenciamento eletrônico de documentos e processos compreendendo: Licenças de uso de software; Serviços de instalação e configuração; Garantia, suporte técnico e manutenção de versões; Treinamento na solução ofertada.. Foram executados no período nenhum Produto de um total de 01 contratado. Contrato em execução. Parecer: Os Produtos apresentados foram aprovados pela área técnica beneficiada do MME, atingindo os resultados estipulados.

Atividades de Capacitação

Além dos trabalhos de consultoria técnica, o Projeto PNUD BRA/01/039 apoiou os técnicos da agência executora para que pudessem participar de cursos de aperfeiçoamento em diversas áreas relacionadas de energia. Conforme o quadro abaixo, o Projeto apoiou a participação de 32 servidores.

	Números de Participantes
Cursos / Capacitação	3
Palestras / Congressos / Missões	26
Visistas Técnicas	3
TOTAL	32

Atividades junto a Unidade Gestora do Projeto – UGP

As atividades desenvolvidas junto à Unidade Gestora do Projeto - UGP referem-se à estruturação, manutenção e supervisão das atividades a serem desenvolvidas dentro do escopo dos diversos produtos. Assim, pode-se destacar:

A emissão do Relatório de Progresso do ano de 2008:

Elaboração e avaliação do desempenho do projeto com relação ao alcance dos Objetivos propostos e a sua aderência quanto às diretrizes do Ministério e os impactos aferidos dos Resultados junto às áreas finalísticas.

Elaboração e aprovação da Revisão Substantiva “M”:

Visando preservar os princípios básicos estabelecidos no Projeto original, a Revisão Substantiva objetivou promover a adequação de suas atividades, a extensão de seu prazo e a adequação orçamentária, o que veio ratificar o caráter dinâmico e flexível do Projeto BRA/01/039, essencial para ambiente de reestruturação no qual está inserido. Três ordens de questões fundamentaram as alterações propostas na Revisão Substantiva:

- 1. Prazo de execução** – Como os projetos necessitavam que seus trabalhos fossem concluídos, inclusive as ações de transferência de conhecimento para o Ministério, o tempo restante para a sua efetiva execução era insuficiente, considerando que o encerramento do Projeto ocorreria em dezembro de 2008. Tornou-se assim imprescindível a prorrogação de seu prazo de execução, o que ocorreu com a proposta de postergação da data de término do Projeto para **31 de julho de 2009**, permitindo que resultados fossem cumpridos tempestivamente e atividades já comprometidas e produtos estabelecidos fossem desempenhados.
- 2. Exclusão de Produtos e Atividades** – Em razão da reorientação da estratégia do Ministério de Minas e Energia, fez-se necessário a exclusão dos seguintes Produto dentre as ações do Projeto BRA/01/039: Produto 1.1.5 – Apoio à participação do MME na gestão do IIASA; Produto 3.1.7 – Plano de capacitação para beneficiários diretos e indiretos dos resultados de programas do MME; Produto 3.1.8 - Instrumentos de apoio ao MME para cooperação Sul-Sul.
- 3. Alteração orçamentária** – Em razão da exclusão do produto “Programa de Cooperação Sul – Sul”, o aporte de recursos da contrapartida do PNUD SURF-LAC no valor de US\$ 212,000.00 (duzentos e doze mil dólares) não foi efetivada, fazendo necessário somente uma revisão do orçamento que exclua esta ação. Com isto, os recursos no Projeto passaram de US\$ 8,212,522.00 para o montante de 8,000,522.00.

Projeções para o Ano de 2009

Tendo a maioria de seus objetivos alcançados com o êxito e qualidade requerida tanto pelo Ministério de Minas e Energia (MME) quanto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Projeto encaminha-se para a sua conclusão prevista para 31/07/2009.

Neste sentido, será dada uma maior ênfase à conclusão dos trabalhos já contratados com vistas à garantir o alcance dos resultados previstos quando da estruturação dos objetivos. Novos trabalhos que se façam necessários serão avaliados levando-se em conta os prazos previstos para a conclusão do

Projeto. Ressalta-se a coincidência desta data com o prazo limite dos contratos temporários previsto pela lei 11.661/08 que compõe a equipe de gestão do Projeto.

Além disto, em virtude do seu encerramento são necessários a realização de reuniões e relatórios finais de desempenho físico e financeiro, cujas ações requerem um período de aproximadamente três meses. Portanto, o desempenho desta etapa exige que estejam concluídos todos os trabalhos em execução, o que será executado neste período de 2009.

Resultados Alcançados pelo PNUD BRA/99/011

Execução Orçamentária e Financeira

Adequação Orçamentária (Total de recursos e fontes de financiamento).

Contribuição da Fonte Externa (BID – FUMIN e JSF US\$ 3.148.950,00; Contrapartida financeira nacional US\$ 16.316.660,00; Contribuição PNUD US\$ 60.000,00; Contribuição outras partes US\$ 50.044,00; Orçamento Total do Projeto US\$ 19.575.654,00). As contribuições do PNUD e de outras fontes foram executadas no início do Projeto no ano 2000. Na Revisão Substantiva “R” houve corte na contrapartida financeira nacional do Orçamento, reduzindo-o para US\$14.619.613,00. Desse orçamento total, o Projeto BRA/99/011 executou US\$7.878.709,00 até 31/12/2008, isto é 54%. Anexo I.

Execução dos Recursos Externos

Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID são duas doações: a COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL – BID – ATN/MT-6697-BR – Programa de Desenvolvimento de Modelos de Negócios para Serviços de Energia Renovável, no valor total de, US\$4.500.000,00; com US\$2.250.000,00 de doação/BID e US\$2.250.000,00 de contrapartida nacional. Foram executados US\$ 1.554.045,20 da doação e US\$1.163.418,63 da contrapartida nacional; 69% e 52% respectivamente, executando 60% dos recursos, mas o Projeto foi executado integralmente, Anexo II. A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL – BID – ATN/JF-6630-BR – Programa para Desenvolvimento de Mercados de Energia Renovável.. O valor total da Cooperação é de US\$1.313.950,00; com US\$898.950 de doação e US\$415.000,00 de contrapartida nacional. Foram executados, US\$ 897.524,73 da doação e US\$321.721,05 da contrapartida nacional; 99,8% e 77,5% respectivamente. Perfazendo uma execução total de 92,8%, Anexo III. É importante ressaltar, uma vez mais, que os objetivos de ambas as doações foram cabalmente cumpridos.

Anexo I
Orçamento Consolidado por Resultados - BRA/99/011

US\$ 1,00

Resultado/Atividade	Orçamento	Gastos Realizados até 31/12/2007	Gastos Realizados até 31/12/2008	Saldo
1.1 Unidade de Gerenciamento do Projeto-UGP consolidada	888.044,00	699.044,00	40.495,24	148.504,76
1.2 Plano de Revitalização e Capacitação(PRC) DO PRODEEM implementado	1.355.059,00	1.355.059,00	-	-
1.3 Plano de Ação e Plano Mestre de Negócios implementados e atualizados	30.744,00	30.744,00	-	-
1.4 Estratégia de comunicação interativa desenvolvida	114.676,00	114.676,00	-	-
1.5 Mecanismos de monitoramento, avaliação e retroalimentação estabelecidos	95.558,00	95.558,00	-	-
1.6 Sistemas de planejamento, informação gerencial e comunicação do PRC-PRODEEM implementados	81.700,00	9.300,00	5.866,95	66.533,05
1.7 Capacidade gerencial do Programa Luz para Todos fortalecida	7.590.100,00	2.559.597,00	1.185.796,09	3.844.706,91
2.1 Modelos de Negócios e mecanismos financeiros delineados e testados para diversas realidades regionais	2.544.530,00	2.217.870,00	213.742,79	112.917,21
2.2 Definição de diretrizes e políticas realizadas e agentes capacitados e participantes do mercado de energia renovável e da promoção dos usos produtivos da energia elétrica	1.350.483,00	569.138,00	679.491,67	101.853,33
2.3 Arcabouço regulatório elaborado e adaptado	20.017,00	17,00	16.811,80	3.188,20
2.4 Instrumentos de financiamento para energias renováveis e modelos de gestão definidos e adequados	-	-	-	-
3.1 Projetos de energia renovável para aplicações produtivas implementados	-	-	-	-
3.2 Diretrizes e políticas definidas e projetos de fomento ao uso rural produtivo e de desenvolvimento humano de energia elétrica implementados	-	-	-	-
Subtotal	14.070.911,00	7.651.003,00	2.142.204,54	4.277.703,46
Custos Administrativos (3% até 2007- 5% a partir de 2008)	548.702,00	227.706,00	112.747,61	208.248,39
Total	14.619.613,00	7.878.709,00	2.254.952,15	4.485.951,85

Obs: Fonte PRODOC, Revisão "S", p. 19 a 31 e Relatório Atlas: Detalhes por Atividade - 2008.

Anexo II

Custo e Financiamento: QUADRO FUMIN - Cooperação Técnica ATN/MT-6697-BR
COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ATN/MT-6697-BR

Posição em 31-12-2008

CATEGORIA DE INVESTIMENTO		Orçamento Vigente			Gastos Acumulados até 2008			Saldo			US\$
		BID	LOCAL	OUTRAS	BID	LOCAL	OUTRAS	BID	LOCAL	OUTRAS	
1.0	Modelo de negócios tipo ONG	490.000,00	294.000,00	0,00	429.743,18	291.464,80	0,00	60.256,82	2.535,20	0,00	
1.1	Serviços de consultoria	485.000,00	165.000,00	0,00	429.588,27	164.160,77	0,00	55.411,73	839,23	0,00	
1.2	Atividades de treinamento e comercialização	0,00	77.000,00	0,00	0,00	76.192,01	0,00	0,00	807,99	0,00	
1.3	Serviços gerais e de apoio	5.000,00	52.000,00	0,00	154,91	51.112,02	0,00	4.845,09	887,98	0,00	
2.0	Modelo de negócios tipo multiproduto	510.000,00	415.000,00	0,00	499.716,84	397.516,85	0,00	10.283,16	17.483,15	0,00	
2.1	Serviços de consultoria	510.000,00	270.000,00	0,00	499.716,84	253.145,00	0,00	10.283,16	16.855,00	0,00	
2.2	Atividades de treinamento e comercialização	0,00	97.000,00	0,00	0,00	96.925,96	0,00	0,00	74,04	0,00	
2.3	Serviços gerais e de apoio	0,00	48.000,00	0,00	0,00	47.445,90	0,00	0,00	554,10	0,00	
3.0	Modelo de negócios tipo concessionárias e permissionárias de energia	490.000,00	397.000,00	0,00	260.662,50	394.808,35	0,00	229.337,50	2.191,65	0,00	
3.1	Serviços de consultoria	460.000,00	146.000,00	0,00	236.747,42	145.197,67	0,00	223.252,58	802,33	0,00	
3.2	Atividades de treinamento e comercialização	5.000,00	136.000,00	0,00	1.506,09	135.572,38	0,00	3.493,91	427,62	0,00	
3.3	Serviços gerais e de apoio	25.000,00	115.000,00	0,00	22.408,98	114.038,30	0,00	2.591,02	961,70	0,00	
4.0	Fundo rotativo	350.000,00	100.000,00	860.000,00	341.228,10	736,24	0,00	8.771,90	99.263,76	860.000,00	
4.1	Recursos para início de negócios	0,00	0,00	860.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	860.000,00	
4.2	Estudos e serviços de consultoria para fundo rotativo	350.000,00	100.000,00	0,00	341.228,10	736,24	0,00	8.771,90	99.263,76	0,00	
4.2.1	Serviços de consultoria	350.000,00	90.000,00	0,00	341.228,10	0,00	0,00	8.771,90	90.000,00	0,00	
4.2.2	Atividades de treinamento e comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.2.3	Serviços de consultoria para início de atividades	0,00	10.000,00	0,00	0,00	736,24	0,00	0,00	9.263,76	0,00	
5.0	Coleta e retroalimentação de informações sobre os modelos	130.000,00	97.000,00	0,00	4.444,73	77.730,66	0,00	115.558,27	0.260,35	0,00	
5.1	Serviços de consultoria	120.000,00	0,00	0,00	4.444,73	0,00	0,00	115.558,27	0,00	0,00	
5.2	Treinamento (diária de workshop)	0,00	73.000,00	0,00	0,00	71.704,40	0,00	0,00	208,60	0,00	
5.3	Equipamentos e serviços correlacionados	0,00	5.000,00	0,00	0,00	899,49	0,00	0,00	1.190,67	0,00	
5.4	Serviços gerais e de apoio	0,00	10.000,00	0,00	0,00	5.130,12	0,00	0,00	4.860,00	0,00	
6.0	Avaliação dos modelos e do fundo rotativo e divulgação de resultados	140.000,00	7.000,00	0,00	0,00	1.161,74	0,00	140.000,00	5.838,26	0,00	
6.1	Serviços de consultoria	140.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.000,00	5.000,00	0,00	
6.2	Workshops e propaganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
6.3	Serviços gerais e de apoio	0,00	2.000,00	0,00	0,00	1.161,74	0,00	0,00	838,26	0,00	
7.0	Avaliação do programa	30.000,00	0,00	0,00	18.232,83	0,00	0,00	11.747,13	0,00	0,00	
8.0	Contingências	120.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00	90.000,00	0,00	
A. SUBTOTAL		2.250.000,00	1.390.000,00	860.000,00	1.554.045,20	1.163.418,63	0,00	695.954,80	226.581,37	860.000,00	
B. TOTAL (BID + LOCAL + OUTRAS)			4.500.000,00			2.717.463,83			1.782.536,17		

Anexo III

Custo e Financiamento: QUADRO JSF - Cooperação Técnica ATN/JF-6630-BR

COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ATN/JF-6630-BR

Posição em 31-12-2008

US\$

CATEGORIA DE INVESTIMENTO	Orçamento Vigente			Gastos Acumulados até 2008			Saldo		
	BID	LOCAL	OUTRAS	BID	LOCAL	OUTRAS	BID	LOCAL	OUTRAS
1.0 Transição e avaliação administrativa do PRODEEM	29.350,00	5.100,00	0,00	29.271,56	4.929,33	0,00	78,44	170,67	0,00
1.1 Serviços de consultoria	27.200,00	3.800,00	0,00	27.126,80	3.727,90	0,00	73,20	72,10	0,00
1.2 Apoio geral e serviços	2.150,00	1.300,00	0,00	2.144,76	1.201,43	0,00	5,24	98,57	0,00
2.0 Série de seminários para coordenadores e sócios	454.250,00	261.360,00	0,00	453.837,99	261.173,05	0,00	412,01	186,95	0,00
2.1 Capacitação	450.750,00	91.190,00	0,00	450.719,22	91.099,32	0,00	30,78	90,68	0,00
2.2 Apoio geral e serviços	3.500,00	170.170,00	0,00	3.118,77	170.073,73	0,00	381,23	96,27	0,00
3.0 Projeto experimental do Diretor Regional de Mercado	225.270,00	148.540,00	0,00	224.999,37	55.618,67	0,00	270,63	92.921,33	0,00
3.1 Serviços de consultoria	225.270,00	92.840,00	0,00	224.999,37	0,00	0,00	270,63	92.840,00	0,00
3.2 Capacitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 Apoio geral e serviços	0,00	55.700,00	0,00	0,00	55.618,67	0,00	0,00	81,33	0,00
4.0 Projetos de energia renovável para pequenas e médias empresas	190.080,00	0,00	0,00	189.415,81	0,00	0,00	664,19	0,00	0,00
4.1 Serviços de consultoria	190.080,00	0,00	0,00	189.415,81	0,00	0,00	664,19	0,00	0,00
4.2 Capacitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3 Apoio geral e serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.0 Administração do Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6.0 Auditoria externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0 Imprevistos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A. SUBTOTAL	898.950,00	415.000,00	0,00	897.524,73	321.721,05	0,00	1.425,27	93.278,95	0,00
B. TOTAL (BID + LOCAL + OUTRAS)	1.313.950,00			1.219.245,78			94.704,22		

Execução Física

Principais Resultados

O Projeto BRA/99/011 contribuiu para o LpT, no planejamento estratégico, com a contratação de serviços de consultoria e ainda com apoio logístico e operacional. Na implementação das Cartas Convênio BID ATN/MT-6697-BR concluiu a implementação de dez Projetos Pilotos e da divulgação dos resultados. Na divulgação desses resultados dos Projetos Pilotos foram usados recursos da Carta Convênio ATN/JF-6630-BR para cursos de formação de técnicos sobre “*Soluções Energéticas para a Amazônia – Eletrificação de comunidades isoladas*” e confecção de material didático, apostilas, manuais e livros textos.

A - PROJETOS PILOTOS E PÚBLICO BENEFICIADO – CUSTEADOS PELA CARTA - CONVÊNIO ATN/MT-6697-BR:

i. TAMARUTEUA / *Revitalização do sistema híbrido fotovoltaico-eólico-diesel da Comunidade de Tamaruteua, Município de Marapanim/PA - Beneficiários:* A potência está distribuída da seguinte forma: 15 kW para demandas coletivas (escola, centro comunitário, abastecimento de água), 12 kW para demanda residencial e o restante disponível para a demanda produtiva. São 53 domicílios que serão atendidos na comunidade.

ii. PROBIODIESEL / *Produção Sustentável de Biodiesel a partir de Oleaginosas da Amazônia em Comunidades Isoladas da Reserva Extrativista do Médio Juruá - Beneficiários:* A demanda produtiva é de 30 kW (usina de óleo vegetal, fábrica de gelo e de polpa de açaí e consumo parasita da usina); a coletiva é de 4 kW (escola, igreja e iluminação pública) e a residencial é de 5 kW (60 famílias). A rede existente tem cerca de 400 m de extensão, com 30 postes, o cabo é de alumínio 2/0, a tensão de distribuição é de 127/220V.

iii. GERAR / *Instalação de uma pequena central Eólico-solar para geração de energia elétrica em uma pequena localidade rural*

Beneficiários: A potência instalada se destinava originalmente a fornecer energia para uma quebradeira do côco de piaçava, para uma usina de extração e de filtro do óleo do caroço de seu fruto e para um freezer ou geladeira. O fornecimento de energia objetiva atender a demanda produtiva das 10 famílias da comunidade.

iv. BIOSTIR / *Desenvolvimento de um módulo combustor de biomassa-motor stirling para geração de eletricidade em regiões isoladas.*

Beneficiários: O projeto prevê o atendimento exclusivo à carga produtiva no centro de florestania da comunidade. As cargas elétricas a serem alimentadas no centro de florestania são: mini-indústria de madeira (marcenaria); posto de coleta de látex (fabricação de preservativos); máquina para despolpamento do açaí; máquina de descascar arroz; sistema de carregamento de baterias; bombeamento de água; posto de saúde, centro da florestania e escola.

v. PRISMA / *Cachoeira do Aruã - Um Modelo Energético Sustentável envolvendo Organizações de Base Comunitária.*

Beneficiários: O sistema energético se destina a atender a demandas residenciais, coletivas e produtivas da comunidade, respectivamente, 30 kW; 15 kW e 20 kW. Serão 50 famílias atendidas pelo projeto.

vi. PORAQUÊ / *Energia Renovável para a Reserva Extrativista do Vale do Rio Maracá*

Beneficiários: O sistema energético atenderá diretamente a demanda produtiva da comunidade (600 W), a coletiva (200 W). Indiretamente o projeto atenderá a 48 famílias da Reserva Extrativista, que farão uso da galpão de secagem da castanha – estufa.

vii. SFD / *Sistemas Fotovoltaicos Domiciliares*. *Beneficiários:* O projeto previa o atendimento a 19 domicílios com sistemas individuais de 200 W cada. A coordenação do projeto, conseguiu otimizar a utilização dos recursos e ampliar o atendimento para 21 domicílios. Repasse de recursos:

viii. ENERGIME / *Geração de energia a partir de oleaginosas da Amazônia*. *Beneficiários:* O atendimento previsto está distribuído da seguinte forma: 10 kW de demanda produtiva; 6 kW de demanda coletiva (disponível para a escola, o centro comunitário e a iluminação pública) e 35 kW de demanda residencial (34 residências).

ix. MARAJÓ / *Implantação de uma unidade de geração de energia elétrica a partir da queima de biomassa acoplada a uma usina de extração de óleo vegetal, fábrica de gelo e câmara frigorífica numa comunidade isolada na Ilha do Marajó*. *Beneficiários:* O atendimento previsto está distribuído da seguinte forma: 150 kW demanda produtiva (fábrica de gelo - 90 kW; fábrica de óleo vegetal - 60 kW; cargas parasitas - 30 kW); 15 kW demanda coletiva (escola e centro comunitário) e 5 kW de demanda residencial (11 residências).

x. ENERMAD / *Implantação de um sistema de manejo florestal sustentável e de uma Central Termelétrica de 200 kW a partir de Resíduos de Madeira, em uma Indústria Madeireira localizada na Região Norte do País*. *Beneficiários:* A beneficiária do Sistema de Geração de Energia proposto é a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÉ, que conta com 55 famílias (produtores) associadas e beneficia 65 famílias direta e indiretamente.

B - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS PILOTOS – CUSTEADA PELA CARTA-CONVÊNIO ATN/JF-6630-BR

i - O curso “*Soluções Energéticas para a Amazônia – Eletrificação de comunidades isoladas*” foi realizado simultaneamente nas nove capitais da Amazônia Legal: Manaus, Belém, Boa Vista, Macapá, Rio Branco, Porto Velho, Cuiabá, Palmas e São Luís. Contou com a colaboração das seguintes instituições: Celpa (Belém) e Celtins (Palmas); Eletronorte (São Luís, Cuiabá, Porto Velho, Manaus, Rio Branco, Macapá); SEBRAE e Prefeitura de Boa Vista. O curso foi ministrado por 26 professores de 4 instituições de ensino e pesquisa, cada qual com significativa experiência nas suas respectivas áreas de atuação: a Universidade Federal do Pará/UFPA, responsável pelos cursos em *sistemas híbridos e queima direta de biomassa e gaseificação*; a Universidade de Itajubá/Unifei, responsável pela capacitação em *aproveitamentos hidráulicos*, que contou ainda com a colaboração da UnB especializada em *turbinas hidrocinéticas*; e a Universidade Federal do Amazonas/UFAM, responsável pelo treinamento em *queima de biocombustíveis líquidos em motor de combustão interna*, que contou com o quadro de professores de outra instituição colaboradora, o Instituto Militar de Engenharia.

ii – Material de divulgação

Foi elaborado um conjunto completo de material didático: apostila, manual de projeto, livro texto básico e filme técnico sobre tecnologias com enfoque em “Soluções Energéticas para a Amazônia – Eletrificação de Comunidades Isoladas:

2.1 – *Centrais Termoelétricas a Biomassa – Combustão e gaseificação;*

2.2 – *Centrais Termoelétricas a Biomassa – Biodiesel e Óleo “in natura”;*

2.3 – *Sistemas Híbridos;*

2.4 – *Minicentrais Hidrelétricas e Turbina Hidrocinética.*

Motivos que impediram ou inviabilizaram o atingimento das metas

O Projeto BRA/99/011 apóia três diferentes ações: Apoio às ações de planejamento logístico e estratégico ao Programa LpT; implementação das atividades previstas na Carta Convênio BID ATN/MT-6697 “Programa de Desenvolvimento de Modelos de Negócios para Serviços de Energia Renovável”; e implementação das atividades previstas na Carta Convênio BID ATN/JF-6630-BR “Programa para Desenvolvimento de Mercados de Energia Renovável”. Enquanto as duas últimas ações do Projeto BRA/99/011 tiveram suas metas plenamente atendidas, as metas da primeira – do Programa LpT – sofreram aumento e, por isso, o Programa teve sua vigência prorrogada até 31/12/2010.

A Carta Convênio ATN/MT-6697-BR tinha como meta colocar em operação pelo menos seis (6) projetos-pilotos tendo, no mínimo, um projeto de cada um dos modelos/gestão de negócio. Os modelos de negócio/gestão eram três: modelo ONG, modelo multiproduto, e modelo concessionária/permissionária. Foram implementados dez (10) projetos contando apenas com recursos da doação, e um (décimo primeiro) apenas com recurso da contrapartida nacional.

A Carta Convênio ATN/MT-6630-BR tinha como meta fazer a divulgação dos resultados alcançados pela experiência da implementação dos projetos-pilotos. Assim foram promovidos cursos de formação nas nove capitais da região geoeletrica norte (MA, AP, PA, AM, RR, RO, AC, TO, MT) para técnicos das concessionárias de energia elétrica, de secretarias de Estado, estudantes de pós-graduação, pequenos empresários do setor de energia elétrica. Além dos cursos de formação foram confeccionados apostilas para salas de aula, manuais de elaboração de projetos, livros didáticos, e filmes de apoio às apostilas. Tanto os cursos, quanto o material didático foram sobre as tecnologias de Soluções Energéticas para a Amazônia: Pequenos aproveitamentos Hidroelétricos; Combustão e gaseificação de Biomassa Sólida; Biodiesel e Óleo Vegetal *in Natura*; e Sistemas Híbridos.

As metas do Programa LpT eram de 2 milhões de atendimentos até dezembro de 2008. Atendeu 1.877.362, portanto faltaram 122.638 atendimentos para atingir a meta. Conquanto apareceram 915 000 novos atendimentos, portanto com uma nova meta de 2.915.000 atendimentos, os novos atendimentos são de 1.037.362 para serem cumpridos até dezembro de 2010.

A meta não foi possível de ser atendida pela excedente de 915.000 domicílios a serem atendidos. Essa nova demanda advém, do crescimento vegetativo, da volta para o campo, causada não só

pelo LpT, mas também pelos assentamentos da reforma agrária, e, sobretudo esse número de deu por um aprimoramento dos dados estatísticos.

Atuação dos Órgãos de Controle Externo e Interno

Relatórios de Auditoria

Relatório de Auditoria da SFC/CGU

a) Projeto ESTAL

No período de 2.06 a 6.06.2008 a gestão do Projeto ESTAL foi submetida à auditoria da Secretaria Federal de Controle de Interno – SFC/CGU, que originou no Relatório de Auditoria nº. 207186, de 10.07.2008 Parecer dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Básicas. O Relatório da Auditoria foi encaminhado por meio do Ofício 21.988 DI/DIENE/SFC/CGU-PR no dia 10 de julho de 2008, apresentando os resultados dos exames realizados no Projeto ESTAL.

Os analistas da SFC apresentaram o Parecer com ressalva, destacando principalmente que:

- Gestão Operacional “... a implementação das ações do projeto está aquém da previsão do Project Appraisal Document – PAD e do Manual Operativo do ESTAL devido ao contingenciamento de recursos orçamentários...”.
- Controles da Gestão: “a Unidade gestora do Projeto mantém uma estrutura de gerenciamento/execução financeira adequada para a implementação das atividades...”
- Gestão Orçamentária: “o projeto conta com adequado controle orçamentário, tendo sido verificada a adequada observância aos limites e saldos orçamentários, no entanto, vem sofrendo forte contingenciamento...”
- Gestão Financeira: as operações financeiras realizadas no âmbito do projeto estão sustentadas por documentação de apoio e existe adequado controle exceto quanto..” ao desequilíbrio no pari-passu (20% para 80%) contrariando o percentual de contrapartida (40% para 60%) fixado no contrato de empréstimo e diferenças existente nos Demonstrativos de Fontes e Usos do FMR e os demonstrativos do Tesouro Nacional

b) Projeto de Apoio à Reestruturação do Setor Energético - PNUD BRA 01/039.

Com base nos trabalhos de auditoria realizados a SFC/CGU emitiu Relatório nº 207189, com ressalvas, conforme demonstrado:

- Ausência de publicação dos critérios objetivos de julgamento para seleção dos candidatos, antes do recebimento dos currículos – item 3.1.14.2; e
- Aditamento de contrato com prazo de vigência encerrado – item 3.1.14.5.

c) PNUD BRA 99/011

O Relatório nº. 2071188 do PNUD BRA 99/011, também foi emitido como “regular com ressalva”, conforme a seguir listado:

- Pagamento indevido de diárias – item 3.2.11.1;
- Exigências de qualificações profissionais no TDR que restringem a competição – item 3.2.12.1;
- Ausência de comprovação prévia de que os serviços não podem ser desempenhados pelos servidores do órgão - item 3.2.13.1; e
- Aditamento de contratos com prazo de vigência encerrado – item 3.2.14.1;

Ao final dos trabalhos de auditoria a SFC/CGU emitiu os Relatórios nºs 207187 de avaliação da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/MT-6697/BR firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e 207188 de avaliação da gestão PNUD BRA 99/011.

Com relação ao Relatório nº. 207187 - Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/MT-6697/BR firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a equipe da SFC concluiu pela emissão do certificado de auditoria de “regularidade com ressalva”, a seguir relacionadas:

- Baixa execução financeira do projeto – item 3.1.6.2;
- Não localização de bem utilizado pelo projeto – item 3.1.10.2; e
- Fragilidade no acompanhamento da Carta de Acordo com CNPq – item 3.1.15.

Fiscalização do TCU

a) Projeto ESTAL

Por iniciativa da 1ª SECEX o Tribunal de Contas da União, no período de 18/10 a 02/11/2007, realizou inspeção no projeto ESTAL, acerca de possíveis irregularidades nos procedimentos de contratação de consultoria no âmbito do projeto.

Concluída a inspeção o técnico do 1ª SECEX, em fevereiro de 2008, propôs ao Ministro relator do processo a adoção de Medida Cautelar suspendendo as contratações programadas pelo projeto ESTAL para o exercício de 2008, até a deliberação definitiva do TCU. Após oitiva do projeto ESTAL o Ministro relator devolveu o processo a 1ª SECEX para conclusão dos procedimentos de inspeção.

Novamente em 28/05/2008, a 1ª SECEX notificou os dirigentes do Ministério de Minas e Energia e projeto ESTAL, para apresentação de razões de justificativas, que somente foram analisadas pela SECEX em 11/09/2008 e enviadas ao Ministro relator com proposta de encaminhamento, que até a presente data não foi apreciada em Plenário.

Considerando que as possíveis irregularidades apontadas pelo TCU originam-se da não aceitação por parte do TCU das Diretrizes de Seleção e Contratação do Banco Mundial, impondo ao projeto a aplicação do Decreto nº. 5.151/2004 e Acórdão nº. 1.514/2003-Segunda Câmara, legislação aplicável aos acordos de cooperação técnica, e ainda exigindo o uso da Lei nº. 8.666/1993, de forma subsidiária, ignorando completamente o Contrato de Empréstimo e a exceção prevista § 5º do art. 42 da própria Lei nº. 8.666/1993.

Embora o TCU não tenha sustado as contratações realizadas pelo projeto ESTAL, em função do impasse causado quanto ao uso da norma de contratação, preventivamente a direção do Ministério de Minas e Energia suspendeu as contratações de consultores individuais e liberou as contratações de pessoa jurídica.

Consequentemente nova mudança foi procedida no Plano de Aquisição de 2008, tendo em vista que o contrato de empréstimo com Banco Mundial, estipula que o projeto somente poderá utilizar duas modalidades de licitação: consultor individual e Seleção Baseada na Qualidade Custo – SBQC, método que pela sua complexidade leva em média seis meses para a sua conclusão.

Destacamos que das 38 (trinta e oito) contratações realizadas pelo projeto apenas 7 (sete) foram de empresas de consultoria.

Proferido o Acórdão nº 2326/2008-TCU-Plenário, apenas foi determinado pelo Tribunal adequações nos procedimentos de seleção/contratação, impondo ao projeto a aplicação do Decreto nº. 5.151/2004 e Acórdão nº. 1.514/2003-Segunda Câmara, legislação aplicável aos acordos de cooperação técnica, e ainda exigindo o uso da Lei nº. 8.666/1993, de forma subsidiária, submetendo a legislação pátria ao Contrato de Empréstimo, não obstante a exceção prevista § 5º do art. 42 da própria Lei nº. 8.666/1993.

Prontamente acatamos o teor do Acórdão, complementando os procedimentos de seleção e contratação do Banco Mundial com as determinações do TCU, utilizando, conforme pactuado com o agente financiador, as modalidades de licitação previstas no Contrato e nas Diretrizes.

b) PNUD BRA 01/039

No exercício de 2008 o Tribunal de Contas da União não realizou diligências ou fiscalização/auditoria no Projeto.

c) PNUD BRA 99/011

Por intermédio do Ofício nº 284/2008-TCU/SECEX-1 – Processo nº 015.660/2006-7, de 16/9/2008, recebemos a diligência de acompanhamento solicitando informações e documentos com relação às ocorrências citadas nos itens 3.1.14.1, 3.1.14.5 e 4.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 175843/CGU.

A documentação requerida foi encaminhada pelo Ofício nº 2120/2008/SE-MME, de 20/10/2008.

Pelo Ofício nº 316/2008-TCU/SECEX-1 – Processo nº 019.239/2007-8, de 8/10/2008, a 1ª SECEX solicitou ao Projeto informações/justificativas quanto aos itens 2.2.3.1 e 2.2.4.1 do Relatório de Auditoria nº 190365/SE/MME da CGU.

Como a Direção da UGP/SE solicitou prorrogação do prazo de entrega do encaminhamento das informações solicitadas, posteriormente pelo Ofício nº 1825/2008-TCU/SECEX-1, foi concedido pela Unidade Técnica à prorrogação de mais 15(quinze) dias para o atendimento do Ofício nº 316/2008-TCU/1ª SECEX.

Os esclarecimentos foram prestados e encaminhados a 1ª SECEX/TCU por meio do Ofício nº 2286/2008/SE-MME, de 7/11/2008.

Revisão Prévia

Como parte da responsabilidade fiduciária do Banco do Banco Mundial, nos dias 20 a 21 de dezembro de 2007, o Banco procedeu a revisão posterior de licitações com o enfoque nos processos que não foram sujeitos à revisão prévia. O Especialista em Licitações (Senior Procurement Specialist), Luis Prada, foi informado que os Gerentes de Operação do Projeto Estal adotam como procedimento solicitar “não objeção” para toda contratação independente da modalidade e valor contratado.

Na ocasião foi disponibilizado ao especialista do Banco todas as informações e documentos de licitação (processos) solicitados.

Não ocorreram atividades de revisão prévia no exercício de 2008.

Indicadores do Projeto

a) Projeto ESTAL

O monitoramento do progresso do Projeto ESTAL, conforme indicadores do projeto descritos no Anexo 1 e 1ª do PAD encontram-se em descompasso com a data de efetividade, tendo em vista a substancial postergação da mesma.

A adequação dos indicadores de desempenho ao cronograma que foi discutido com o Banco Mundial em encontro realizado em junho de 2006. Entretanto, conforme comentado presente Relatório, o baixo desempenho do Projeto na utilização dos recursos, embora o comprometimento de recursos do Projeto sofrer plena expansão, ao longo de sua execução, outras variáveis comprometeram os indicadores de performance.

b) PNUD BRA 01/039 e PNUD BRA 99/011

Com as revisões substantivas realizadas pelo PNUD/Executor Nacional, permitiu melhorias nos indicadores de desempenho das Cooperações Técnicas, com o alcance das metas programadas, tanto na execução física e orçamentária-financeira.

Conclusão

Com a exceção do Projeto ESTAL, que no exercício de 2008 teve sua produtividade e resultados comprometidos pela demora na conclusão do processo de fiscalização do TCU e na consolidação de um novo plano de aquisição, os demais projetos alcançaram seus objetivos colimados, gerando produtos e serviços de qualidade para os Programas e demais Unidades do Ministério de Minas e Energia.

2.2.2. REALIZAÇÕES DO GABINETE DO MINISTRO – GM

Para a consecução das atividades mencionadas nos parágrafos anteriores, o Gabinete do Ministro tem a seguinte estrutura:

- 1) - Assessoria Parlamentar - ASPAR**
- 2) - Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**
- 3) - Assessoria Internacional - ASINT**
- 4) - Ouvidoria-Geral - OUVIR**
- 5) - Assessoria Técnica e Administrativa – ASTEC**

No que tange às atividades de assessoramento mais direto ao Ministro de Estado, no exercício de 2008 foram realizados diversos trabalhos, cotidianamente, a exemplo de:

- Elaboração de material técnico de suporte ao Ministro de Estado, tais como notas técnicas, relatórios, *releases*, apresentações, discursos, entre muitos outros;
- Coleta, triagem e análise de dados técnicos de modo a oferecer subsídios ao Ministro de Estado em diversas questões, sistematicamente, no âmbito do MME e no ambiente externo;
- Elaboração de todos os atos a serem firmados pelo Ministro de Estado, incluindo avisos, exposições de motivos, ofícios, portarias e outros atos regulamentares;
- Assessoramento ao Ministro de Estado no acompanhamento de questões específicas, que requeiram atuação ao nível do Gabinete do Ministro;
- Planejamento e acompanhamento de toda a logística necessária aos deslocamentos do Ministro de Estado, no Brasil e no exterior;
- Registro e atualização da composição de Conselhos de Administração e Fiscais, de todas as Empresas vinculadas ao MME, bem como acompanhamento dos respectivos mandatos;
- Assessoramento ao Ministro de Estado em todas as questões inerentes às atividades de Controle Interno, incluindo a tramitação das prestações de contas anuais, os relatórios de auditoria e demais demandas da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União, bem como na articulação e relacionamento com esses Órgãos de Controle.

Ainda em relação a esse tipo de assessoramento foram conduzidas diversas atividades destinadas a permitir a melhoria dos processos de trabalho no âmbito do seu Gabinete, a melhor assisti-lo no tocante à definição e cumprimento da sua agenda de compromissos (internos e externos), oferecer-lhe acompanhamento sistemático e efetivo no tocante às demandas por ele formuladas e

às tarefas, projetos e resultados pactuados, bem como consolidar estudos e informações de natureza estratégica que subsidiem as deliberações pertinentes no tocante à tomada de decisões.

Nesse sentido, devem ser ressaltados os seguintes trabalhos:

- Planejamento, organização, acompanhamento e registro de todas as audiências concedidas a parlamentares, autoridades governamentais, agentes setoriais, empresários dos setores de minas e energia, representantes de organismos estrangeiros, potenciais investidores, representantes de associação setoriais, entre outros;
- Elaboração e registro de todas as memórias de reuniões do Gabinete, bem como acompanhamento acerca das providências inerentes a cada uma delas;
- Implementação do sistema “Share Point”, que permite o acompanhamento gerencial e compartilhamento da condução de procedimentos, tarefas e projetos pelo Gabinete do Ministro e demais áreas do Ministério;
- Planejamento e implementação do site de “Resultados”, que congrega informações sobre os trabalhos desenvolvidos em 2008 e as perspectivas para 2009, por área de atuação;
- Assessoramento na elaboração de apresentações técnicas inerentes às áreas de atuação do Ministério;
- Assessoramento na elaboração de material de conteúdo técnico a ser divulgado pelo Ministro de Estado junto aos públicos externos ou aos meios de comunicação.

Nos parágrafos seguintes estão indicadas as principais realizações de 2008, por áreas específicas, consolidando, assim, relatório inerente à gestão do Gabinete do Ministro no referido exercício.

1) Assessoria Parlamentar – ASPAR

Durante todo o ano de 2008 a Assessoria Parlamentar - ASPAR realizou trabalho de interesse do Ministério de Minas e Energia - MME na representação política e legislativa junto ao Congresso Nacional, acompanhando a tramitação de proposições e matérias inerentes ao MME, bem como atendendo às solicitações encaminhadas por congressistas ao Ministério.

A ASPAR também participou de compromissos, audiências e eventos do Ministro de Estado e demais autoridades do MME que tiveram a participação de parlamentares ou que envolviam o Congresso Nacional, visando promover uma maior interação dos congressistas com os programas desenvolvidos nas áreas de energia e mineração.

Nesse contexto cabe destacar:

Principais audiências públicas e eventos nos quais a ASPAR esteve envolvida em 2008.

Audiências Públicas no Senado Federal:

Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

27 de março de 2008 – debate acerca da situação em que se encontram os investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção, produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectadas no Norte de Minas.

15 de abril de 2008 – debate sobre os critérios técnicos de repartição dos *royalties* provenientes da atividade de exploração petrolífera.

7 de maio de 2008 - prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

7 de maio de 2008 – debate sobre o conflito entre o Consórcio Estreito Energia – CESTE e as populações atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Estreito, na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins.

Na Comissão de Assuntos Econômicos

3 de junho de 2008 – debate sobre o marco regulatório do petróleo diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal.

18 de novembro de 2008 – debate sobre a criação do fundo soberano.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle

19 de junho de 2008 – debate a respeito da ampliação da participação da energia eólica na matriz energética brasileira, bem como decisões recentes do governo federal relativas ao setor.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

2 de julho de 2008 – para discutir o atual estágio de desenvolvimento tecnológico da produção de energia nuclear no País.

8 de outubro de 2008 – para discutir as novas tecnologias de prospecção de petróleo nas camadas de pré-sal.

Simpósios e seminários no Senado Federal:

IX SEMINÁRIO NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEL NO BRASIL: RESPONSABILIDADE SOCIAL AMBIENTAL, COMPETITIVIDADE, PRODUTOS E TECNOLOGIAS

27 de agosto de 2008 – Realizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, juntamente com o Congresso Nacional, no Auditório do Interlegis. Participação do MME: Dr. José Lima de Andrade Neto.

I SIMPÓSIO SOBRE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA UM PAÍS EMERGENTE

27 de novembro de 2008 – Realizado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, no Auditório Petrônio Portela. Participação do MME: Ministro Edison Lobão.

IV FÓRUM SENADO DEBATE BRASIL - NOVA FRONTEIRA DO PETRÓLEO: O DESAFIO DO PRÉ-SAL

3 de dezembro de 2008 – Realizado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Presidência do Senado, no Auditório do Interlegis. Participação do MME: Ministro Edison Lobão.

Audiências Públicas na Câmara dos Deputados:

Na Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF

27 de Novembro de 2008 – debate sobre os temas constantes dos Projetos de Lei 6111/02, 6112/02 e 3030/04, que tratam de questões ligadas ao amianto.

Na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CAINDR

1 e 8 de Abril de 2008 - Tema: Fusão das companhias energéticas federalizadas do norte/nordeste do Brasil.

15 de Julho de 2008 - Tema: Criação dos comitês de bacias hidrográficas na Amazônia.

Na Comissão de Defesa do Consumidor – CDC

14 de Maio de 2008 - Tema: tratar de assuntos relacionados a Preços das Tarifas de Energia Elétrica.

Na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

26 de Março de 2008 - Tema: fiscalização e controle no tocante às denúncias publicadas na revista VEJA, em maio de 2007, referente às práticas de sonegação fiscal e adulteração de combustíveis.

11 de Junho de 2008 - Tema: esclarecimentos sobre o rompimento da barragem de Apertadinho, que ocorreu no último dia 9 de janeiro, em Vilhena - RO.

10 de Dezembro de 2008 – Tema: verificar o fiel cumprimento das cláusulas constantes do edital referente ao aproveitamento hidrelétrico de jirau, no estado de Rondônia.

Na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR

29 de Maio de 2008 - Temas: perquirir, avaliar e debater as repercussões internacionais e o posicionamento oficial do governo brasileiro diante de autoridades governamentais de países europeus que, recentemente, fizeram recriminações aos biocombustíveis produzidos pelo Brasil.

6 de Maio de 2008 - Tema: debater os possíveis impactos, decorrentes do aumento excessivo de preços dos insumos minerais, ao setor de alimentação animal e fertilizantes agrícolas.

15 de Julho de 2008 - Temas: debater as ações governamentais que têm sido adotadas no sentido de solucionar a questão do alto custo dos insumos agropecuários; e discutir a questão da Produção e Comercialização de Fertilizantes Agrícolas no País, bem como o andamento dos pedidos de alvarás de autorização de pesquisa e lavra atinentes a fósforo e potássio em todo Território Nacional e sobre a produção e o planejamento da expansão de produção de uréia.

25 de Novembro de 2008 - Tema: discutir a mudança na regulamentação de Pequenas Centrais Hidroelétricas pela Agencia Nacional de Energia Elétrica.

Na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS

3 de Junho de 2008 - Tema: aspectos da política industrial relativos à produção de energia de fontes renováveis.

12 de Junho de 2008 - Tema: concessão de licenciamento para instalação de usinas siderúrgicas e desmatamento no estado do mato grosso do sul.

23 de Abril de 2008 - Seminário Tema: 2008 - ano internacional do planeta terra.

28 de Maio de 2008 - Tema: conservação, uso múltiplo e reuso da água e saneamento básico.

Na Comissão de Finanças e Tributação – CFT

2 de Julho de 2008 - Tema: o Modelo De Fundo Soberano Que O Governo Federal Pretende Implantar No Brasil.

2 de Dezembro de 2008 - Tema: distribuição dos royalties de petróleo e gás natural.

3 de Dezembro de 2008 - Tema: impacto da crise do sistema financeiro internacional nas obras do PAC - programa de aceleração do crescimento.

Na Comissão de Minas e Energia – CME

3 de Abril de 2008 - Tema: os impactos da terceirização de mão-de-obra pelas empresas concessionárias de serviços públicos nos setores de infra-estrutura.

9 de Abril de 2008 - Tema: debate sobre o impacto da Medida Provisória nº 413/2008 no mercado de álcool e outros combustíveis.

24 de Abril de 2008 - Tema: debate sobre os obstáculos a serem superados para ampliar a oferta de energia a partir da co-geração, especialmente da Biomassa e do Biogás.

14 de Maio de 2008 - Tema: discussão sobre a descoberta de nova reserva de petróleo na Bacia de Santos.

4 de Junho de 2008 – Tema: discussão sobre as perspectivas para o setor de petróleo e gás e sobre o impacto econômico das recentes descobertas de campos de petróleo no Brasil.

8 de Julho de 2008 – Tema: discussão sobre as perspectivas para o setor de petróleo e gás; o impacto econômico das recentes descobertas de campos de petróleo no Brasil; o posicionamento do Governo Brasileiro a respeito das alterações nas tarifas da energia elétrica repassada ao Brasil pelo Paraguai; entre outros.

9 de Julho de 2008 - Tema: discussão sobre o Tratado de Itaipu e as relações com o Paraguai.

15 de Julho de 2008 - Tema: discussão sobre o Programa Luz para Todos e seu cronograma de implementação, bem como sobre a situação dos usuários remanescentes do extinto Programa Luz no Campo.

13 de Agosto de 2008 - Tema: discussão sobre as propostas de alteração nos procedimentos vigentes para a outorga de autorização de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.

26 de Novembro de 2008 - Tema: discussão sobre os custos de instalação dos sistemas de medição dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e os dispositivos previstos no Projeto de Lei nº 6.834/2006.04 de Junho de 2008 – Tema: discussão sobre as perspectivas para o setor de petróleo e gás e sobre o impacto econômico das recentes descobertas de campos de petróleo no Brasil.

27 de Novembro de 2008 - Tema: o novo cronograma de redução do teor máximo de enxofre presente no diesel nacional.

Outras realizações da ASPAR em 2008:

- Acompanhamento, no Congresso Nacional, das matérias de interesse do Ministério propondo às áreas técnicas do Ministério a elaboração de estudos e/ou pareceres;
- Acompanhamento, no Congresso Nacional, de Audiências públicas nas Comissões Permanentes e Comissões Especiais sobre assuntos de interesse do Ministério;
- Desenvolvimento de trabalhos informativos e de pesquisas relacionados com assuntos legislativos, conforme determinado pelo Gabinete do Ministro e demais autoridades do MME;
- Elaboração de Memórias de Audiências e Reuniões;
- Planejamento, coordenação, acompanhamento e execução de ações de intercâmbio de informações do MME com o Congresso Nacional relacionadas a assuntos legislativos.

2) Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Nos trabalhos de planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação de governo, no âmbito do Ministério de Minas e Energia - MME, observada a orientação normativa do órgão central do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM, a ASCOM no exercício de 2008 concretizou as seguintes realizações:

- Ampliação da divulgação das ações do Ministério na mídia;
- Aumento na produção de matérias/*releases* sobre as ações do MME;
- Apoio na produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR sobre temas relacionados;
- Participação do grupo de “Fórum de Assessores” da SECOM/PR com as áreas de atuação do Ministério;
- Produção de artigos e pronunciamentos de apoio ao Ministro;
- Produção de clipping diário para o Ministro de Estado e demais autoridades do MME;
- Reuniões/contatos permanentes com jornalistas (colunistas) dos principais periódicos brasileiros para divulgações de ações específicas de interesse do Ministério;
- Produção de matéria/informativos para a Intranet, aumentando a comunicação com o público interno do MME;
- Produção de clipping eletrônico para inserção na Intranet;
- Acompanhamento online das notícias veiculadas nos jornais, sites, rádios e Tvs;
- Acompanhamento de autoridades do MME em eventos; e
- Acompanhamento de entrevistas concedidas pelo Ministro de Estado, Secretários, técnicos e outros servidores do Ministério.

Em relação à consecução dos referidos trabalhos, os seguintes dados devem ser ressaltados.

Produção interna: aumento de 93% na produção de matérias sobre as ações do MME: em 2007 foram 121 e, em 2008, foram publicadas 234 matérias no site;

Clipping: acompanhamento de matérias veiculadas nos principais jornais do país, fazendo-se as respectivas triagens e análises de conteúdos, o que resultou na seleção de 8.760 matérias publicadas referentes ao setor energético, as quais foram devidamente levadas ao conhecimento do Ministro de Estado e das autoridades competentes do Ministério;

Fomento: apoio à produção de material da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR;

Acompanhamento *online* das notícias veiculadas em telejornais, sites, rádios e TVs, resultando na coleta de 2.880 matérias publicadas nas principais agências de notícias do país, relativas a temas

inerentes ao MME, as quais foram devidamente disseminadas no âmbito deste Órgão para conhecimento e análises pertinentes.

3) Assessoria Internacional – ASINT

Ao longo do ano de 2008, a Assessoria Internacional apoiou a realização de atividades do Ministro de Estado e demais autoridades do MME em reuniões bilaterais e eventos multilaterais, envolvendo representantes diplomáticos e delegações estrangeiras.

As atividades visaram a promover as iniciativas de cooperação nas áreas de energia e mineração com diversos países, bem como ações de integração energética com os países da América do Sul.

Do conjunto de trabalhos concretizados cabe destacar as seguintes realizações:

- Preparação de informações para subsidiar o Gabinete do Ministro e as Secretarias no tratamento de temas de interesse do MME em âmbito internacional, mediante interação com o Ministério de Relações Exteriores, Embaixadas estrangeiras sediadas em Brasília e organizações internacionais;
- Análise de propostas de acordos internacionais;
- Elaboração de atas de reuniões;
- Redação e tradução de documentos e comunicações em língua estrangeira;
- Apoio em reuniões realizadas em outros idiomas;
- Contatos com as representações diplomáticas, agências governamentais estrangeiras e organizações multilaterais, analisar e propor ao MME a celebração de acordos ou a adesão a acordos de cooperação em áreas de interesse do Ministério;

A seguir estão relacionadas às principais reuniões bilaterais e eventos multilaterais nos quais a Assessoria Internacional esteve envolvida em 2008.

Reuniões bilaterais:

Alemanha: a ASINT recebeu a visita do Consultor Econômico da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha e Cônsul-Honorário da Alemanha, no Espírito Santo, com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os dois países no setor energético, em temas como eficiência energética, energia renovável, nuclear e elétrica, bem como mudança do clima, educação, preservação ambiental e capacitação.

Argentina: apoio em reunião na qual o Ministro de Energia Julio De Vido e o Ministro Edison Lobão assinaram acordo de intercâmbio de Energia Elétrica durante o período de maio a agosto de 2008. Houve também reuniões com o Secretário de Energia Daniel Cameron, daquele país.

Bolívia: participação em reunião bilateral com o Ministro de Energia e Hidrocarbonetos, Carlos Villegas Tratou-se da possibilidade de redução dos volumes de gás natural importado pelo Brasil, por intermédio da PETROBRAS, com base no contrato do “Gas Supply Agreement”.

Chile: apoio ao Ministro Edison Lobão durante visita do Embaixador do Chile, Álvaro Diaz para tratar do Panorama Energético 2008 envolvendo Argentina, Brasil e Chile.

Cingapura: apoio durante a visita do Ministro do Comércio e Indústria, Lim Hng Kiang.

Coréia: apoio durante a visita do Ministro da Economia e do Conhecimento.

Cuba: participação em reunião bilateral com a Ministra da Indústria Básica de Cuba, Yadira Garcia, que visitou o MME com o objetivo de fortalecer o intercâmbio entre empresas de Cuba e Brasil e as relações entre os Ministérios dos dois países.

Dinamarca: apoio em reunião com a Ministra Dinamarquesa de Assuntos Climáticos e Energia, Connie Hedegaard, que tratou de cooperação na área de mudança do clima e de desenvolvimento e execução de projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto.

Estados Unidos: apoio durante encontros com diversas autoridades norte-americanas, tais como: Embaixador Clifford M. Sobel; Deborah Wince-Smith, Presidente do Conselho de Competitividade dos EUA; Jeffrey Kupfer, Subsecretário de Energia Americano; Ed Shafer, Secretário de Agricultura. Como temas principais foram abordados o aumento da segurança energética e a cooperação em petróleo e gás, biocombustíveis, eficiência energética, carvão, energia nuclear, eletricidade, questões de regulamentação energética e mudanças climáticas.

Finlândia: participação na visita do Primeiro-Ministro Matti Vanhanen. Foram tratados assuntos relativos à cooperação e à política energética entre os dois países

Índia: apoio em reunião com o Embaixador Bellur Shamarao Prakash, que veio ao MME tratar do acordo assinado entre o Primeiro-Ministro da Índia e o Presidente Lula sobre cooperação bilateral entre a PETROBRAS e a operadora estatal de petróleo ONGC Videsh Limited.

Honduras: participação em reunião com o Ministro de Recursos Naturais e Ambiente, Tomas Eduardo Vaquero Morris.

Irã: apoio durante a visita do Vice-Ministro das Relações Exteriores do Irã, Alireza Sheikh Attar.

Japão: apoio na reunião bilateral com o Ministro de Indústria e Comércio do Japão, Akira Amari, sobre a manutenção do fornecimento de recursos naturais do Brasil ao Japão, sobretudo na área mineral, com destaque para o minério de ferro.

Jordânia: mediante solicitação do Departamento de Combustíveis Renováveis deste Ministério, representante da Assessoria acompanhou missão técnica jordaniana durante programação em São Paulo, a qual incluiu reuniões na União da Indústria de Cana-de-Açúcar e na ANFAVEA, bem como visitas de campo à Usina Ester e ao Terminal de Combustível da PETROBRAS. Realizou-

se, em Brasília, reunião sobre a possibilidade de cooperação com a PETROBRAS na extração de xisto betuminoso na Jordânia.

México: apoio na realização de missões técnicas de cooperação em biocombustíveis e eficiência energética.

Noruega: apoio na organização de visita de consultor norueguês, que realizou apresentação no MME sobre a experiência do país no setor de petróleo e gás, para integrantes da Comissão Interministerial encarregada de avaliar as iniciativas de exploração da camada pré-sal.

Peru: participação em reuniões que culminaram com a assinatura de Convênio de Integração Energética, com a criação de Grupo de Trabalho para discutir o potencial de integração energética entre os dois países, especialmente projetos hidrelétricos para exportação de energia do Peru para o Brasil.

Reino Unido: apoio durante a Conferência Internacional de Biocombustíveis em encontro com Secretário de Energia, Lord Hunt. Os principais temas foram energia e mudança climática.

República Dominicana: participação em reunião do MME com o Embaixador Manoel Morales Lama, preparatória para a posse do presidente reeleito daquele país.

Suécia: a ASINT esteve presente ao encontro entre o MME e a Ministra de Indústria e Energia Maud Olofsson, realizado à margem da Conferência Internacional de Biocombustíveis.

Tailândia: apoio durante a visita da Ministra de Energia da Tailândia, General Poonpirom Liptapanlop.

União Européia: apoio à reunião do Ministro de Estado com o Comissário para Energia, Andris Pieļbāgs, realizada durante a Conferência Internacional de Biocombustíveis

Uruguai: apoio em reunião na qual o Ministro de Energia do Uruguai, Jorge Lepra, apresentou seu sucessor na pasta, Eng. Daniel Martinez. Posteriormente, o Ministro Lobão reuniu-se com o seu homólogo uruguaio para tratar da interconexão elétrica entre os dois países.

Venezuela: apoio em reuniões técnicas que decidiram sobre a realização de estudos para implementação da interligação elétrica em 500 kV.

Apoio à participação do ministro de estado nos seguintes eventos multilaterais:

I Reunião do Conselho Energético Sul-americano, realizada em Caracas: tratou-se, entre outros assuntos, do estabelecimento de diretrizes para a Estratégia Energética Regional da UNASUL e da Estruturação Parcial do Tratado Energético da UNASUL.

II Conferência de Ministros da África, América Latina e Caribe (AFROLAC). Realizada em abril na cidade de Cancun, México, contou com a participação de ministros de países da África, América Latina e Caribe.

Fórum Global de Energias Renováveis. Realizado entre os dias 18 e 21 de maio de 2008, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, foi promovido pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - ONUDI. Participaram do Fórum aproximadamente 1.300 pessoas: representantes governamentais de Alto Nível de todas as regiões do mundo; executivos Seniores de prestadoras de serviços e outras companhias do setor privado (por exemplo: entidades financeiras, multinacionais, empresas que utilizam energia renovável), parceiros multilaterais e bilaterais e agências regionais; especialistas e acadêmicos; e ONGs. O papel da Assessoria Internacional consistiu em coordenar a realização do evento, prestar apoio ao Ministro Edison Lobão, que pronunciou discurso de abertura, e a servidores do MME que atuaram como palestrantes e moderadores de debates e mesas redondas.

Visita a Portugal. No período de 08 a 11 de outubro, o Ministro Edison Lobão esteve em Lisboa, onde manteve encontro com a alta direção da empresa de hidrocarbonetos de Portugal, GALP, e foi recebido em audiência pelo Ministro da Economia e Inovação daquele país, Manoel Pinho, responsável pela área de energia.

A empresa GALP tem investimentos de monta no Brasil e pretende desenvolver cooperação com a Petrobras nos blocos estabelecidos na área do pré-sal, nos quais detém participação percentual. Em termos relativos, os investimentos da GALP no Brasil seriam maiores que o da PETROBRAS.

Durante sua permanência em Lisboa, o Ministro de Minas e Energia participou também de Seminário intitulado 13º MEETING INTERNACIONAL DE LISBOA, quando fez exposição sobre o estágio atual e as perspectivas futuras da energia no Brasil.

O Seminário foi encerrado pelo Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates. O Ministro, juntamente com os integrantes mais expressivos do Seminário, foi recebido em audiência pelo Presidente português, Aníbal Cavaco Silva.

Conferência Internacional de Biocombustíveis. Realizada em São Paulo, de 17 a 22 de novembro, contou com a participação de 92 delegações estrangeiras.

O Ministro de Minas e Energia participou da Conferência Internacional de Biocombustíveis. Esteve presente à inauguração, em 17/11, e nos dias 20 e 21/11, quando co-presidiu duas mesas na sessão governamental da reunião e participou de vários encontros bilaterais com representantes de governos estrangeiros.

I Reunião de principais países produtores e exportadores de petróleo e das principais companhias petroleiras internacionais, em Jeddah, Arábia Saudita, e reunião de seguimento em Londres.

Conferência de Ministros de Petróleo e Energia, em Londres

Em dezembro, o Ministro representou o Brasil na Conferência de Ministros de Petróleo e Energia de Londres, realizada em 18 e 19/12.

Na visita ao Reino Unido, o Ministro encontrou-se também com o Vice-Ministro daquele país, Lorde Hunt, e com o Ministro dos Transportes, Geoff Hoon. Com este tratou dos

desenvolvimentos alcançados no Brasil para mistura e utilização do etanol à gasolina e do biodiesel ao diesel. O Ministro britânico expressou interesse no assunto, com vistas à eventual política que venha a ser estabelecida em seu país, de adição de biocombustíveis aos combustíveis fósseis.

A Conferência de Ministros foi precedida, em 18/12, de I reunião ministerial da Parceria Internacional para Cooperação em Eficiência Energética, da qual o Ministro também participou. Estiveram também representados os países membros do G8, mais Brasil, México, China, Índia e Coreia do Sul. A iniciativa nasceu sob a Presidência japonesa do G8 e o encontro foi presidido pelo Ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Toshihiro Nikai.

A reunião enfatizou a eficiência energética como fator de estabilidade e crescimento econômico. Ao final, foi aprovada declaração ministerial que cria a parceria específica. Em sua intervenção, o Ministro de Minas e Energia ressaltou a economia de energia de 20%, alcançada quando da crise energética brasileira de 2001, e a de 10% verificada desde o seu final. Referiu-se, também, aos vários programas de eficiência energética implantados no Brasil desde então, além de enfatizar o aspecto limpo da matriz energética brasileira e os progressos alcançados no uso do etanol e do biodiesel, que também contribuem para a redução das emissões de CO² na atmosfera.

Quanto à Conferência de Ministros de Petróleo e Energia, a intervenção do Ministro focou o empenho do Brasil em continuar investindo no setor petrolífero e também para o desenvolvimento das energias renováveis.

Atuação na Organização Latino-Americana de Energia – OLADE. Dando continuidade às atividades da Organização, como Membro do seu Comitê Diretivo.

Gestão Internacional

Integrou Comitativa Oficial do Presidente da República a Recife, em 26 de março, para encontro com o Presidente da Venezuela, Hugo Chaves, cumprindo a seguinte programação: visita às obras da refinaria Abreu e Lima e estaleiro próximo ao local das obras da referida refinaria; encontro de trabalho entre os dois Presidentes, juntamente com seus respectivos Ministros, realizado no Palácio do Governo Estadual; assinatura de atos e participação em jantar oferecido ao Presidente da Venezuela.

Participou de Comitativa Oficial do Presidente da República em visita de Estado a Lima, Peru, no período de 15 a 17 de maio, quando manteve reunião de trabalho com o Ministro de Energia e Minas daquele país, passando em revista todos os temas da agenda bilateral na área de responsabilidade das duas Pastas, discutindo o potencial de aprofundamento das relações bilaterais na área de energia, sobretudo devido ao interesse mútuo em estudar a viabilidade de construção de até 15 usinas hidrelétricas no lado oriental do Peru, assunto extremamente relevante para os dois países.

Reunião com o Ministro da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai, no Rio de Janeiro, em 18 de julho, com o objetivo principal de assinatura de acordo sobre o intercâmbio de energia elétrica com aquele país. Participaram também do evento pelo Ministério de Minas e Energia os Secretários de Energia Elétrica, de Planejamento e Desenvolvimento Energético, o Assessor

Especial para Assuntos Internacionais e o Assessor de Imprensa, fazendo-se acompanhar o Presidente daquele país, do Cônsul-Geral do Uruguai no Brasil.

Representação do Governo brasileiro na posse do Presidente da República Dominicana em 15-17 de agosto.

O Ministro de Minas e Energia representou o Governo brasileiro nas cerimônias de posse do Presidente reeleito da República Dominicana, Leonel Fernández Reyna. Na ocasião, além de participar das solenidades pertinentes, o Ministro teve oportunidade de expressar-se junto ao Presidente dominicano sobre as expectativas de adensamento das relações bilaterais, sobretudo do ponto de vista dos serviços, dada a presença de importantes empreiteiras brasileiras em obras naquele país. Também fez gestão junto àquele Presidente, em favor da aquisição de oito aviões Super-Tucano da Embraer que de há muito vinham sendo negociados pela empresa brasileira junto ao governo daquele país.

Visita da Presidente da Argentina a Brasília

Em 08 de setembro de 2008, a Presidente Cristina Fernández, que já havia sido a convidada de honra do Presidente da República às cerimônias de celebração da Independência do Brasil, em 07/09, visitou oficialmente Brasília.

Na ocasião, o Ministro de Minas e Energia reuniu-se com o Ministro Julio De Vido, em torno da questão do fornecimento de energia elétrica brasileira para atender às necessidades argentinas durante o período do inverno (maio – setembro). Na oportunidade, verificou-se que boa parte da energia disponibilizada, com devolução, do Brasil para a Argentina, já havia sido reenviada por este país, o que consagrou o entendimento alcançado sobre interconexão elétrica entre os dois países.

Encontro Presidencial Quadrilateral de Manaus

Em 30 de setembro, o Ministro de Minas e Energia integrou Comitativa presidencial que se deslocou a Manaus, onde o Senhor Presidente da República reuniu-se, individualmente e em conjunto, com os Presidentes da Venezuela, Bolívia e Equador.

Visita ao Conselho das Américas, em Nova York

No período de 11 a 14 de novembro, o Ministro de Minas e Energia deslocou-se a Nova York, quando, no Conselho das Américas, foi o orador sobre oportunidades para investidores na área de energia no Brasil. O Ministro também participou de encontro reservado com empresários selecionados, potenciais investidores no Brasil e respondeu a perguntas da imprensa reunida naquela entidade.

Além disso, o Ministro concedeu entrevista ao canal de televisão Bloomberg, especializado em economia, e manteve encontro com o Presidente e destacados representantes dos setores industrial e bancário dos EUA, com os quais realizou ampla troca de pontos de vista sobre a conjuntura econômica daquele país e do mundo, tendo em vista a crise econômica mundial. O Ministro reuniu-se ainda com o Cônsul-Geral do Brasil naquela cidade, com quem tratou dos mesmos temas.

Visita do Presidente da Federação da Rússia

No período de 26 a 27 de novembro, no Rio de Janeiro, integrou a Comitativa Oficial do Presidente da República, participando dos eventos pertinentes à visita, tendo no que diz respeito à jurisdição do Ministério de Minas e Energia, discutido as perspectivas de aprofundamento da cooperação nos setores de petróleo e gás, e também no campo da energia nuclear.

4) Ouvidoria-Geral – OUVIR

- Atendimento aos cidadãos nas reivindicações não solucionadas diretamente pelas áreas do Ministério, Órgãos e Empresas a ele vinculados, e concessionários setoriais, responsáveis pelo seu atendimento;
- Representação do Ministério de Minas Energia em entidades e organizações internas e externas e fóruns relacionados à atividade de Ouvidoria;
- Promoção de entendimentos com os dirigentes dos órgãos e das entidades vinculadas ao Ministério nos assuntos relativos à área de competência inerentes aos trabalhos de Ouvidoria-Geral;
- Atendimento às partes interessadas - cidadão, órgãos internos e entidades externas - em assuntos relativos à atividade de Ouvidoria e sob sua responsabilidade;
- Intermediação nas relações entre os cidadãos e o Ministério, exercendo suas competências, incluindo o acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias junto aos órgãos internos e entidades vinculadas, no sentido de assegurar respostas aos cidadãos;
- Estabelecimento de canais de comunicação destinados a facilitar e a agilizar o trâmite das manifestações apresentadas pelos cidadãos e a solução dos pleitos delas decorrentes
- Realização, direta ou indiretamente, do acompanhamento das medidas que se fizerem necessárias à apuração das reclamações e denúncias formuladas, informando ao demandante, bem como aos demais segmentos interessados, a respeito dos resultados obtidos;
- Registro e disseminação de informações e conhecimentos aos titulares dos órgãos do MME e de suas entidades vinculadas, sobre reclamações a respeito de deficiências nas respectivas áreas de atuação, solicitando que sejam promovidos os meios próprios destinados a prevenir, combater e fazer cessar qualquer conduta inadequada à administração pública, empreendendo melhoria e eficácia na prestação dos serviços e no atendimento ao público em geral;
- Participações em cursos e seminários específicos, com o objetivo de aprimorar a atuação dos servidores que atuam na Ouvidoria-Geral;
- Implementação de melhorias no sistema destinado à recepção, triagem e tramitação das demandas oriundas de todas as partes do País.

Em relação á natureza e as quantidades das demandas apresentadas, no exercício de 2008, as tabelas a seguir ilustram estas características:

Demandas por Tipo

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS	QUANTIDADES
Solicitações	3.011
Reclamações	292
Sugestões	117
Elogios	20
Outros	145
TOTAL GERAL	3.585

Demandas por Áreas de Interesse

CLASSIFICAÇÃO DAS DEMANDAS APRESENTADAS	QUANTIDADES
Secretaria de Energia Elétrica (Programa Luz para Todos)	707
Secretaria de Energia Elétrica (outros assuntos)	333
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético	502
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	574
Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	466
SPOA (CGRH)	130
SPOA (outros assuntos)	34
Gabinete do Ministro	32
ASCOM	12
ASSEC	9
ASSINT	8
CONJUR	6
Ouvidoria-Geral	107
ANEEL	195
PETROBRAS	189
ELETRONUCLEAR	23
ANP	20
ELETROSUL	6
Outras	110
FURNAS	24
CHESF	24
ELETROBRAS	20
ELETRONORTE	11
Outras Concessionárias	43
TOTAL GERAL	3.585

5) Assessoria Técnica e Administrativa – ASTEC

No exercício de suas competências, ao longo do ano de 2008, devem ser destacadas as principais realizações da ASTEC conforme apresentado a seguir;

- Acompanhamento da tramitação de expedientes de interesse do Ministério, no âmbito interno e, quando demandado, em outras instâncias externas;

- Orientação, acompanhamento e encaminhamento do tocante a publicação dos atos e despachos do Ministro de Estado e do Chefe do Gabinete do Ministro e demais autoridades do Ministério;
- Protocolo e controle da tramitação, do arquivamento e guarda dos documentos, correspondências e processos remetidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro, bem como controlar os dados de referência;
- Manutenção do sigilo e segurança no trâmite e na guarda de correspondências e documentos de caráter confidencial e secreto, dirigidos ao Ministro de Estado e ao Gabinete do Ministro;
- Executar e controlar trabalhos de digitação, operar os aplicativos e sistemas e manter bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução das atividades informatizadas, no âmbito do Gabinete do Ministro;
- Conduzir providências com vistas à emissão de passaportes e concessão/renovação de vistos para autoridades do Ministério;
- Condução das atividades de caráter técnico-administrativo de responsabilidade do Gabinete;
- Produção de textos de documentos e expedientes oficiais;
- Correção e ajustes de minutas de expedientes a serem submetidos ao Ministro de Estado;
- Acompanhamento e controle da composição de conselhos de administração e fiscais, no âmbito das empresas vinculadas ao MME;
- Coordenação dos trabalhos de digitação e redação destinados ao Gabinete do Ministro;
- Condução de todos os procedimentos necessários ao encaminhamento à publicação de matérias no Diário Oficial da União.

Em relação às atividades de produção de documentos e de protocolo, expedição e tramitação de documentos e processos, cabe destacar o detalhamento do que foi realizado:

Redação (Produção de Textos)

TIPOS DE TEXTOS PRODUZIDOS	QUANTIDADES
Avisos	280
Exposições de Motivos	71
Ofícios e Expediente Diversos	4.828
Portarias	455
Clipping do Diário Oficial da União	250
Correções de Textos	1.448
Traduções	67
Matérias para publicação na Imprensa Nacional	1.426

TOTAL GERAL	8.925
--------------------	--------------

Protocolo (expedição e tramitações)

1 - Expedições

TIPOS DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS	QUANTIDADES
Avisos	280
Exposição de Motivos	71
Ofícios e Expedientes Diversos	4.074
TOTAL GERAL	4.425

2 - Tramitações

TIPOS DE DOCUMENTOS QUE FORAM TRAMITADOS	QUANTIDADES
Avisos, Boletins, cartas, fax, Memorandos, Notas Técnicas, Ofícios, Pareceres, Processos, Relatórios e Expedientes Diversos	28.407

2.2.3. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

Considerando as competências atribuídas para a SEE, relatando primeiramente as atividades de monitoramento da expansão da geração e transmissão, cabe destacar que a rotina de acompanhamento do PAC exigiu o desenvolvimento de novas rotinas de trabalho na Secretaria, entre elas as reuniões inaugurais com os novos agentes e as inspeções técnicas em campo dos empreendimentos. O desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados de armazenamento dos dados de monitoramento também foram fundamentais para promover melhor controle e fidelidade das informações.

A criação de grupos especiais para monitorar as ações de implementação dos principais empreendimentos do PAC (UHE Santo Antônio e Jirau), foi importante para acelerar o processo de inicialização dos projetos, compreendendo as etapas de licenciamento ambiental e mobilização para instalação do canteiro de obras.

Quanto ao desempenho dos sistemas elétricos brasileiros, as obras de interligação dos Estados do Acre e Rondônia ao SIN são outra importante marca do ano de 2008. Esta obra, com prazo de conclusão para o ano de 2009, representa um importante avanço para a melhoria daqueles sistemas, além da expressiva redução dos custos com derivados de petróleo para geração de energia elétrica.

Destaca-se ainda a atenção especial que foi dada para os sistemas isolados, especialmente para o sistema elétrico de Manaus. Foi criado um grupo de trabalho para conduzir ações estruturantes e emergenciais para melhorar as condições de atendimento daquele importante mercado brasileiro.

Finalizando a parte de monitoramento, observou-se, no ano de 2008, o cumprimento das atribuições da Secretaria, de assegurar o suprimento de energia elétrica aos sistemas interligado e isolados. Salvo interrupções decorrentes de perturbações intempestivas nos sistemas, não foi observado cortes de carga por déficit de oferta de energia.

Na área de tarifas e comercialização o fato extremamente positivo foi o processo de reajuste/revisão tarifária no ano de 2008. Sem dúvida nenhuma, a notícia de que 43% das unidades consumidoras do Brasil tiveram índices negativos aplicados às suas tarifas foi muito positiva, embora o IGP-M de 10,36% tenha contribuído para a elevação das tarifas nas demais unidades consumidoras. Permaneceu em 2008 uma firme gestão tarifária que contribuiu no controle inflacionário.

O Programa Luz para Todos enfrentou, em 2008, alguns obstáculos que interferiram no cumprimento da meta estabelecida para o ano e eles tiveram origem em fatores como as chuvas excessivas, que atrasam as obras de eletrificação ou o custo das obras, que se eleva à medida que a universalização se aproxima.

Podemos citar ainda as dificuldades operacionais, em especial na Região Amazônica. Neste item a política de atendimento será reforçada com a implantação de Projetos Especiais, que estimularão a implantação de sistemas de geração descentralizada com a utilização de energia de fontes alternativas. Foi então iniciada, em 2008, a elaboração do manual que estabelece os critérios e os procedimentos para utilização destas fontes.

Foram implementadas ao longo de 2008 ações de melhoria da gestão do Programa, como a implantação dos Relatórios Gerenciais Mensais e reuniões regionais, com a participação dos coordenadores estaduais e concessionárias de energia elétrica, bem como o início da revisão do Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos.

2.2.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

As atividades mais relevantes da SPE são perenes sendo algumas com ciclo temporal determinado. Os produtos cíclicos anuais, a saber, a Matriz Energética e o PDE, ou bienal como o PNE, seguem uma rotina de trabalho bem definida. As ações de supervisão/acompanhamento, como é o caso do PAC e Proinfa, cujos produtos têm, em geral, ciclos mensais, exigem uma dinâmica maior, porquanto cabe à SPE, como a outras áreas do MME, acompanhar o andamento dos projetos e atualizar quadros informativos de cada empreendimento monitorado. Nas demais atividades, inclusive as relacionadas aos leilões de energia, a SPE atua mais no sentido de produzir insumos indispensáveis às ações de outras entidades, em geral externas ao MME, o que amplia o compromisso com os prazos de execução.

Entretanto, alguns aspectos merecem atenção. Como todos os empreendimentos novos a serem licitados demandam o licenciamento ambiental prévio para irem a leilão, as suas Licenças Prévias (LP's) tem relativo grau de incerteza e em muitos casos acaba comprometendo os cronogramas. Isto porque além do órgão ambiental competente, estadual ou federal, inserem-se no processo os Ministérios Públicos, cada vez mais exigentes, pressionados que são por entidades da sociedade

civil organizada. Nestas questões a SPE tem atuado em conjunto com a Área de Meio Ambiente do MME, visando minimizar os obstáculos para a obtenção das licenças.

Por fim, vale mencionar que as atividades da SPE requerem especialização dos profissionais que nela atuam, gerando em consequência mais atenção para o aperfeiçoamento constante, o que nem sempre pode ser alcançado na quantidade e prazos requeridos.

Relacionamento com a Empresa de Pesquisa Energética

A Lei 10.847, de 15/03/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.184, de 16/09/2004, criou e definiu as atribuições da Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com a finalidade de prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, que pela Constituição Federal é função de governo, de forma indelegável.

O Decreto nº 5.267, de 09/11/2004, no artigo 9º, Anexo I, definiu as competências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE do Ministério de Minas e Energia - MME, de assegurar a integração intersetorial no âmbito do Ministério e de coordenar os estudos de planejamento energético setorial.

Como já observado, para o exercício de 2008, com o intuito de programar a execução das ações de desenvolvimento de estudos de Inventário e Viabilidade de diversas Bacias Hidrográficas e de estudos para subsidiar a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia e a projeção da Matriz Energética Nacional, foram utilizados instrumentos de contratos e convênios entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). No entanto, em março de 2008 com a publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal da União. Com essa inclusão, tornou-se necessária a sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional. Dessa forma os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento energético nacional, que anteriormente eram repassados através de contratos de prestação de serviços firmados entre o MME e a EPE, passaram a ser consignados em rubricas orçamentárias próprias da EPE, dispensando a formalização da parceria contratual até então praticada.

Como consequência disso, foram criadas ações sob responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados nas ações supracitadas, transferidos inteiramente para a EPE.

2.2.5. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG

Preliminarmente é importante registrar ainda que apesar de estar consignado 1 (um) estudo no Sistema de Informações e de Planejamento – SIGPLAN, cumpre informar que, de fato, inexistente o referido estudo. A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis envidará esforços junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para retificar a informação constante no SIGPLAN.

Dessa forma, pode-se dizer que o critério que priorizou as ações desenvolvidas pela SPG e apresentadas no presente relatório foram de cunho finalístico e baseou-se em sua missão institucional definida no regimento interno. Além disso, o referido conjunto de ações desenvolvidas decorreu também do atendimento de diversas demandas encaminhadas pelo Gabinete do Ministro, bem como de unidades no âmbito interno e externo durante o exercício de 2008.

O Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo - DCDP traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2008 com base nas necessidades consideradas mais relevantes do setor de abastecimento nacional de combustíveis, quais sejam: novas especificações de combustíveis, atendimento à regulamentação da coleta de óleos lubrificantes, ampliação da infraestrutura e monitoramento do abastecimento nacional de combustíveis.

Com base nisso, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento das ações para a implementação de novas especificações de combustíveis, visando atendimento às exigências da legislação ambiental, participando diretamente das etapas de elaboração da Resolução Conama nº 403/2008, que implanta a Etapa P-7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores -PROCONVE e define novos limites de emissões para veículos pesados a diesel;
- b) Atuação no Grupo de Monitoramento Permanente – GMP – da Resolução CONAMA nº 362/2005, criado para acompanhar os mercados de óleos lubrificantes acabados e usados/contaminados.
- c) Monitoramento das obras de implantação de novas refinarias, de processos de modernização, qualidade e conversão aplicados ao parque de refino brasileiro, de unidades petroquímicas e de construção de navios, visando a ampliação da infra-estrutura de abastecimento nacional de combustíveis derivados de petróleo;
- d) Monitoramento do setor de combustíveis derivados de petróleo, acompanhando e avaliando a capacidade de refino e sua utilização, o abastecimento interno, os fluxos de importação e exportação, os preços internos e internacionais e a política tributária afeta ao setor;

Os objetivos foram alcançados. Houve influência marcante do DCDP na redução de limites de emissões veiculares pela implantação da fase P-7 do PROCONVE. A criação de workshops pelo GMP que acompanha os mercados de óleos lubrificantes contribuiu para o cumprimento do percentual mínimo de coleta de óleos lubrificantes usados/contaminados estipulado pela Portaria Interministerial MMA/MME nº 464/2007.

O Departamento de Combustíveis Renováveis planejou como estratégia de atuação para o exercício 2008 as seguintes ações prioritárias:

- a) Monitoramento da produção e uso de biodiesel para suportar o início da obrigatoriedade de adição ao óleo diesel;
- b) Monitoramento da produção, uso e exportação de etanol;

c) Participação no Grupo de Trabalho Interministerial que coordenou a realização da “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável”;

Cabe destacar que as prioridades acima descritas estão diretamente alinhadas com as atribuições conferidas ao Departamento constantes no Decreto n.º 5.627/2004. Ressalte-se, no entanto, que no tocante aos recursos ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico dos combustíveis renováveis, constantes dos incisos IV e VI do art. 21 do referido Decreto, a participação do Departamento é de apoio à coordenação das atividades que é exercida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural – DEPG planejou para o exercício de 2008 diversas ações relativas às suas competências regimentais. Ao longo do ano surgiram ainda demandas externas relativas ao Pré-sal que exigiram readequação de algumas ações do seu planejamento. O reduzido quadro de pessoal condicionou a atuação do departamento em ações consideradas prioritárias. As atividades realizadas foram:

- a) Condução do GT do Marco Legal visando à atualização da política de exploração e produção de petróleo e gás natural;
- b) Apoio e acompanhamento das atividades da Comissão Interministerial criada pelo Decreto Presidencial de 17/07/2008 para discussão sobre adequações no marco legal, tendo em vista o Pré-Sal;
- c) Encaminhamento das discussões sobre a 8ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios pautadas pelas decisões da Comissão Interministerial;
- d) Encaminhamento das atividades relacionadas à Política de Participação da Indústria Nacional de Bens e Serviços nos Empreendimentos de Exploração & Produção;
- e) Planejamento e acompanhamento da 10ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios.

O Departamento de Gás Natural traçou sua estratégia de atuação para o exercício de 2008 em função das necessidades mais relevantes do setor de gás natural, quais sejam: a de garantir a adequada participação do gás natural na matriz energética brasileira, a de assegurar o abastecimento do mercado de gás natural no curto e no longo prazo e a de elevar a segurança energética do país. Com base nessas necessidades, foram definidas as seguintes ações prioritárias:

- a) atuação, junto aos membros do Congresso Nacional e aos agentes do setor de gás natural, com objetivo de viabilizar a aprovação do Projeto de Lei do Gás;
- b) monitoramento do andamento dos empreendimentos relacionados ao gás natural que estão no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, em especial os relacionados com: i) Ampliação da rede de gasodutos; ii). Processos de conversão de UTEs para operação a bicombustível; iii) Implantação de projetos de gás natural liquefeito – GNL; iv). Implantação do Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural – PLANGÁS;

- c) Monitoramento do mercado de gás natural (oferta e demanda, preços, consumo por segmento, etc.);
- d) Acompanhamento do cumprimento, pela PETROBRAS, do Termo de Compromisso (TC) para geração de energia elétrica em usinas térmicas movidas a gás natural;
- e) Interação com os fiscos estaduais e federal em questões tributárias relacionadas ao gás natural;
- f) Suporte à participação do MME em atividades relacionadas a assuntos internacionais;

Todas essas ações foram executadas conforme o planejado. Adicionalmente, o DGN continuou realizando ações de apoio a atividades de pesquisa e de desenvolvimento do uso do hidrogênio como energético, destacando-se: i). Participação ativa no fórum da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio- IPHE, influenciando na tomada de decisões relacionadas à estruturação de uma economia mundial do hidrogênio; ii). Suporte à conclusão do projeto do primeiro ônibus a hidrogênio brasileiro.

2.2.6. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

A SGM atua segundo os parâmetros legalmente instituídos para a operação de políticas públicas, considerando a sua competência institucional, os programas que lhe são cometidos pela lei, além do uso das capacidades gerencial e técnica de sua equipe.

Tem como estratégia básica as seguintes diretrizes:

- Incentivo à disponibilização de informações geológicas e dados econômicos e técnicos sobre as condições de mercado, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento setorial para a atração de novos investimentos privados para a pesquisa e produção mineral;
- Incentivo à formalização e desenvolvimento sustentável da micro e pequena mineração (garimpagem), com o objetivo de ampliar a integração social e econômica dos microempresários e trabalhadores, desenvolvendo ações de apoio ao associativismo e cooperativismo;
- Incentivo à retomada da ação estadual no desenvolvimento da atividade mineira local, com foco no conhecimento das peculiaridades e problemas do mercado local, bem como o apoio a ações pontuais de integração econômico-produtiva;
- Incentivo ao desenvolvimento do capital humano e ao desenvolvimento tecnológico setorial, com apoio a programas acadêmicos e científicos para melhoria da competitividade setorial; e

- Ação constante no sentido de revisar os marcos legais setoriais, com fins de desburocratizar, regulamentar e fiscalizar as atividades de autorização e concessão para produção mineral.

No campo nacional, a SGM desenvolve forte articulação em nível federal, em primeiro lugar, atuando em conjunto com as demais instituições da área, DNPM e CPRM, ambas as instituições vinculadas ao MME, e, em segundo lugar, com os ministérios setoriais em que haja fronteira institucional, como o MDIC, o MMA, o MDS, o MIN, o MCT e o MEC, neste último caso, diretamente junto às universidades federais.

A relação com o DNPM é uma relação entre órgão setorial, responsável pela gestão da política pública que lhe é afetada, e um órgão seccional, responsável pela atividade finalística, ou seja, em que se relaciona diretamente com os interessados. De fato, o DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e acompanhar as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma da lei, expedindo regulamentos técnicos e propondo, no âmbito da sua competência, legislação adicional.

Neste aspecto, a SGM é a entidade responsável pelo acompanhamento e, no caso dos processos outorga, atuar como a autoridade competente. Há, portanto, um relacionamento processual institucional e um processo técnico de apoio e avaliação das atividades executadas pelo DNPM.

No que tange à CPRM, a relação institucional se dá pela participação no seu Conselho de Administração, que é o órgão de orientação e direção superior, composto de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, do Diretor-Presidente da CPRM e de quatro Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, sendo que o Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral possui assento como Conselheiro. Desta forma, a SGM pode atuar no sentido de apoiar planos, programas e normas de ação, da organização, bem como promover o desenvolvimento da estrutura organizacional e da ordem econômica e financeira da instituição. Além disso, há fortes vínculos técnicos, que se expressam na ação conjunta da SGM e CPRM em atividades de interesse mútuo, substanciada pelos mecanismos institucionais de descentralização de crédito para execução de atividades finalísticas.

Esta estratégia tático-operacional tem permitido que a SGM tenha alcance nacional, dado a capilaridade geográfica das duas instituições setoriais citadas, que operam em todo o País apoiando a SGM em situações de interesse para execução de seus programas.

A ação de articulação institucional setorial da SGM, no âmbito federal, se dá pela participação oficial desta secretaria em comitês, comissões e grupos de estudo interministeriais, fato que permite o espraiamento das políticas minerais que, a partir de atos oficiais, passam a compor ações de desenvolvimento, fiscalização, monitoramento e incentivo multisetoriais. Em especial, se destaca a participação da SGM na definição do destino do fundo setorial CT-Mineral, do MCT, com a secretaria atuando no sentido de fortalecer o desenvolvimento tecnológico e científico da área produtiva. Adicionalmente, há forte vínculo com a academia, com foco no extensionismo universitário, incentivando o transbordamento do conhecimento desenvolvido para o setor produtivo.

Em termos regionais, a SGM tem se articulado diretamente com estados e municípios em função das dimensões continentais do País, bem como das diferenças regionais, procurando adequar suas políticas gerais ao estágio de desenvolvimento local no setor mineral, sempre visando padrões modernos no que tange à ação governamental local de incentivo e de monitoramento das atividades minerais, sendo importante mecanismo para promover as ações e atividades inscritas nos programas que tenham alcance local.

Na produção de instrumentos e mecanismos reguladores para a atividade mineral, em função da competência constitucional derivada para a SGM, rotineiramente a SGM conduz a proposição de novos atos normativos para o setor mineral, como propostas de projetos de lei e de decretos que atendam às necessidades de regulação demandadas pelo setor, sendo importante componente da estratégia de atuação da secretaria.

Na ação junto a segmentos sociais e empresariais do setor mineral, a SGM tem envidado esforços para a promoção de discussão ampla e democrática dos problemas e desafios do setor, em articulação com entidades privadas representativas como o IBRAM e Federações Sindicais patronais, do lado do capital, bem como com Federações Sindicais de trabalhadores e entidades associativas e cooperativas de profissionais do setor, do lado do trabalhador.

No campo internacional, a SGM tem por missão representar e, eventualmente, defender o País nos foros técnicos e políticos típicos do setor mineral, havendo clara e deliberada seleção dos foros em que a interveniência do Estado brasileiro no campo internacional tem possibilidades de produzir frutos para o Brasil, seja abrindo mercados, seja consolidando normas, seja atraindo investidores para ampliar o desenvolvimento do setor. Nesta linha, cabe destacar o apoio do Itamaraty, que norteia, com sua competência institucional, o desenvolvimento destas ações internacionais.

A estratégia tático-operacional da SGM é, portanto, um conjunto harmônico de ações diretas de incentivo e fomento e indiretas de articulação com instituições públicas e privadas do setor mineral.

No entanto, nem tudo corre a contento, já que as limitações orçamentárias (contingenciamentos) e os longos prazos para liberação do financeiro têm comprometido a atuação da SGM em muitas de suas atividades, em especial, na ação direta de desenvolvimento sustentável local e na articulação com os estados e municípios. Para um orçamento, no mínimo muito pequeno, este fator é mais que relevante, chegando a ser decisivo na tomada de algumas decisões, obrigando ao abandono, ainda que temporário, de ações que demandaram muito trabalho, convencimento e estudos técnicos, as quais poderiam, em prazo relativamente breve, produzir frutos importantes para abrilhantar os resultados da ação do Estado no setor mineral.

É, portanto, inquestionável que a gestão governamental do setor mineral brasileiro hoje tem um olhar mais atento e uma avaliação mais precisa da dimensão das demandas e desafios que lhe são submetidos pelo setor mineral, além de possuir maior amplitude técnica para fazer face às dificuldades estruturais do País e do Estado, capacitando-o a deflagrar programas, ações e atividades com muito maior possibilidade de êxito.

2.3. Programas por Secretaria

2.3.1. Programas e Ações mais Relevantes

2.3.1.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE

A Secretaria Executiva não coordena Programas e Ações do Plano Plurianual.

2.3.1.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

A SEE gerenciou os programas finalísticos do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 de Energia nas regiões “1042 - Sistemas Isolados”, “0297 - Região Norte”, “0294 - Região Nordeste”, “0296 - Regiões Sudeste e Centro Oeste” e “0295 - Região Sul”. Estes programas, no geral, têm como objetivo atender às necessidades de energia elétrica das regiões e contemplam ações relacionadas com a expansão da geração (construção de usinas hidrelétricas e termelétricas) e transmissão (construção de linhas e subestações).

As ações dos programas são executadas por empresas federais, como FURNAS, Eletronorte, Chesf, Eletrosul e outras, além das distribuidoras federalizadas, CERON, ELETROACRE, MANAUS ENERGIA, CEAM, BOA VISTA ENERGIA, CEAL E CEPISA. Além destas empresas, boa parte das ações são executadas por entidades privadas; são as chamadas ações não-orçamentárias. A Figura 19 mostra que, das 286 ações que compõem os programas de energia nas regiões, 158 ações, ou seja, 55% são de agentes privados, portanto sem participação no orçamento da União. Na Figura 20 as ações são estratificadas por empresas.

Programa	Tipo da Ação				Total
	Não Orçamentário (9)	Orçamentário			
		Projeto (1,3,5,7)	Atividade (2,4,6,8)	Operação Especiais (0)	
1042 - Energia nos Sistemas Isolados	3	26	15	-	44
0297 - Energia na Região Norte	17	5	3	-	25
0294 - Energia na Região Nordeste	31	13	11	-	55
0296 - Energia na Região Sudeste e Centro-Oeste	72	21	9	-	102
0295 - Energia na Região Sul	34	11	4	-	49

0273 - Luz para Todos	1	8	2	-	11
Total Região	158	82	44	-	286

Figura 19: Composição das ações dos programas de energia nas regiões

Fonte: SIGPlan/Fev.2009

Empresa	Sistema Isolado	N	NE	SE-CO	S	LpT	Total Empresa
Ministério de Minas e Energia	3	17	31	73	34	3	161
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	1	-	-	-	-	1	2
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE	5	8	2	-	-	-	15
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	5	-	-	-	-	1	6
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	6	-	-	-	-	1	7
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	5	-	-	-	-	1	6
Manaus Energia S.A. - MANAUSENERGIA	10	-	-	-	-	1	11
Companhia Energética do Amazonas - CEAM	9	-	-	-	-	1	10
Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	-	-	6	-	-	-	6
Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS	-	-	3	4	2	-	9
Cia Energética de Alagoas - CEAL	-	-	5	-	-	1	6
Cia Energética do Piauí - CEPISA	-	-	5	-	-	1	6
Termoceaná - Ltda.	-	-	1	-	-	-	1
Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	-	-	-	4	-	-	4
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	20	-	-	20
SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.	-	-	-	1	-	-	1
TERMORIO S.A.	-	-	-	1	-	-	1
FAFEN Energia S.A.	-	-	1	-	-	-	1
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	9	-	9
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	-	-	-	-	4	-	4
Total Região	44	25	54	103	49	11	286

Figura 20: Ações – divisão por empresas

Fonte: SIGPlan/Fev.2009

Ainda no âmbito da SEE temos o programa finalístico “0273 - Luz para Todos”, que é composto por 11 ações. Em 3 ações há destinação de recursos orçamentários da União.

PROGRAMAS

Programa 1042 - Energia Sistemas Isolados

Tipo de programa	Finalístico
-------------------------	-------------

Objetivo geral	Ampliar a oferta nos sistemas isolados ainda existentes, atendendo suas necessidades de energia elétrica
Gerente do programa	Josias Matos de Araujo ¹
Gerente executivo	Edvaldo Luis Risso
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV - Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

A Energia nos Sistemas Isolados caracteriza-se pela insuficiência de oferta e pela baixa qualidade no atendimento. A ampliação da oferta de energia elétrica e a melhoria da qualidade dos serviços podem ser obtidas pela integração dos principais mercados isolados (Acre, Rondônia, Amazonas e Amapá) ao Sistema Interligado Nacional.

Nas pequenas comunidades, o parque gerador é composto de unidades dieselétricas, com atendimento parcial, e elevados custos de operação e manutenção associados às dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

O perfil dos consumidores, caracterizado por baixa renda e cultura e hábitos diferenciados, requer a adoção de medidas específicas no processo de universalização do uso da energia elétrica.

A figura 21 abaixo mostra o conjunto de ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
90B2	Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau com 3.326 MW (RO).
90B1	Implantação da Usina Hidrelétrica Rondon II com 73,5 MW (RO).
9843	Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antonio com 3.168 MW (RO).
Resp.:	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS
Ações	Título
7F43	Implantação de Rede de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para atendimento de produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus (AM).
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE
Ações	Títulos
1H19	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - 2ª etapa - de 78 MW para 104 MW.

¹ O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

3243	Ampliação do Sistema de Transmissão no Estado do Amapá.
104Z	Implantação de Sistema de Transmissão em Roraima.
2C49	Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados.
3242	Expansão do Sistema de Transmissão Acre/Rondônia.
Resp.:	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE
Ações	Títulos
8778	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre.
105D	Implantação da SE TAQUARÍ 69/13,8 kV.
7108	Interligação dos Sistemas Isolados de Distribuição (Subestações de 34,5/13,8 kV) ao Sistema Rio Branco (AC).
4877	Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre.
1P80	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da ELETROACRE - AC
Resp.:	Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON
Ações	Títulos
6549	Ampliação do Sistema de Distribuição Urbana de Energia Elétrica em Rondônia.
3381	Ampliação do Sistema de Transmissão em Rondônia.
2775	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Rondônia.
4881	Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia.
6548	Manutenção do Sistema de Transmissão em Rondônia.
1006	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CERON (RO)
Resp.:	Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA
Ações	Títulos
8779	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR).
101Z	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR).
4431	Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista (RR).
2789	Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR).
10C6	Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Boa Vista Energia.
Resp.:	Manaus Energia S.A. - MANAUSERGIA
Ações	Títulos
8780	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus (AM).
3398	Ampliação do Sistema de Transmissão em Manaus (AM).
3259	Implantação da LT Iranduba-Manacapuru, 77,1 km - 69 kV e da LT Manacapuru-Novo Airão, 105 km - 34,5 kV e Subestações Associadas (AM).
7110	Implantação na Capacidade de Geração Termelétrica em Manaus.
8042	Manutenção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus (AM).
8044	Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Manaus (AM).
4886	Manutenção do Sistema de Transmissão e Subtransmissão em Manaus (AM).
3263	Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica de Manaus (AM).
3261	Conversão de 16 Unidades Termelétricas Localizadas na Região de Manaus (AM), com Potencial Total de 419,5 MW, para Operação Bicomustível
100A	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Manaus Energia (AM)
Resp.:	Companhia Energética do Amazonas - CEAM
Ações	Títulos
3267	Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas.

8781	Ampliação de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica no interior do estado do Amazonas
1721	Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas da CEAM.(AM)
3277	Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica.(AM)
7104	Implantação de Sistema de Subtransmissão em 138/69/34,5 kV para Interligação de Municípios e Localidades na Área de Concessão da CEAM.(AM)
8036	Manutenção de Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas(AM)
2009	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas (AM).
1183	Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica da CEAM de 71,2 kW.(AM)
10SD	Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CEAM (AM)

Figura 21: Conjunto de ações do Programa Energia nos Sistemas Isolados

Fonte: SIGPlan/Dez. 2008

Os principais resultados das ações de destaque no âmbito deste Programa são as seguintes:

- Início das obras da UHE Santo Antônio, em Rondônia, em setembro de 2008;
- Realização do leilão de energia da UHE Jirau em maio de 2008, com preço final de R\$ 71,37 por MWh e deságio de 21,57%. O contrato de concessão foi celebrado em 13 de agosto de 2008.
- Realização das obras de interligação dos Estados do Acre e Rondônia ao Sistema Interligado Nacional. Essa importante ação proporcionará uma melhoria na qualidade do atendimento àquelas regiões, além de reduzir os custos com derivados de petróleo para geração de energia. A conclusão da obra está prevista para julho de 2009;
- Realização das obras da UHE Rondon – 73 MW no Estado de Rondônia, ampliando a oferta de energia para atender o crescimento do mercado local. A conclusão da obra está prevista para julho de 2009;
- Execução de obras de ampliação das redes de distribuição das empresas federalizadas, proporcionando regularização de consumidores clandestinos e redução das perdas comerciais. Cabe destacar que as obras executadas não são suficientes para eliminar os chamados “rabichos”;
- Manutenção do parque termelétrico das empresas federalizadas, especialmente da CEAM que tem como área de concessão o interior do Estado do Amazonas;
- Regularização, pela Boa Vista Energia, de 5.075 Unidades Consumidoras, sendo 2.475 Clandestinos e 2.600 Auto Religados ou Desligados do Sistema, reduzindo assim as perdas de 18,23% em 2007 para 16,59% em 2008.

Programa 0297 – Energia na Região Norte

Tipo de programa	Finalístico
-------------------------	-------------

Objetivo geral	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.
Gerente do programa	Josias Matos de Araújo ²
Gerente executivo	Renato Dalla Lana
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da Região Norte

A região Norte caracteriza-se como área de grande potencial hidrelétrico, com regimes hidrológicos diferentes das demais regiões do País, possibilitando a transferência de grandes blocos de energia para atendimento das demandas dos grandes centros de consumo.

A expansão da geração e transmissão na região está associada a investimentos em grandes usinas e longas linhas de transmissão em alta tensão, com impactos sócio-ambientais relevantes e de grande importância para o equilíbrio da oferta e demanda, devido ao esgotamento das reservas em outras regiões.

As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

O aproveitamento do potencial hidrelétrico dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

A figura 22 abaixo mostra o conjunto de ações do Programa na Região Norte e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
90B6	Implantação de 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 102,20 MW - Região Norte - PROINFA
9836	Implantação da Interligação Norte - Centro-Oeste com a LT Jauru - Vilhena - (1.303 km - 230 kV) - (MT/RO)
9833	Implantação de sistema de transmissão Jurupari-Macapá (230 kV- 339 km) (PA/RO)
90BY	Implantação de Sistema de Transmissão Norte Sul III - Colinas - Serra da Mesa 2 (500 kV - 695 km) - (TO/GO)
9B05	Implantação de sistema de transmissão Porto Velho - Araraquara (600 kV- DC - 2450 km) (RO/SP)
9788	Implantação de Sistema de Transmissão Tucuruí - Manaus (500 kV- 1472 km) (PA/AM)

² O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

9947	Implantação de Usina Hidrelétrica Belo Monte com 5.681 MW (PA) 1ªetapa
9841	Implantação de Usina Hidrelétrica Estreito com 1.087 MW (TO)
90AF	Implantação da Usina Hidrelétrica Novo Acordo com 160 MW - (TO)
9840	Implantação de Usina Hidrelétrica São Salvador com 241 MW (TO)
90AA	Implantação de Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (1328 MW) (TO)
9661	Implantação de Usina Hidrelétrica Tocantins com 480 MW (TO)
90AC	Implantação de Usina Hidrelétrica Tuparatins (619,8 MW) (TO)
90BZ	Implantação do sistema de transmissão Marabá-Itacaiunas-Colinas (500 kV, 383,6 km) (PA/RO)
90DI	Implantação da UHE Cachoeira Porteira - 1.400 MW-PA
90DJ	Implantação da UHE São Luis - 9.080 MW-PA
90DK	Implantação da UHE Marabá - 2.160 MW-PA
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE
Ações	Títulos
1H18	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW
3235	Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW
1897	Ampliação do Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado à UHE Tucuruí
1907	Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA)
10EF	Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (AP)
4467	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte
4462	Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
2C47	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte

Figura 22: Conjunto de ações do Programa na Região Norte

Fonte: SIGPlan/Dez. 2008

Os principais resultados das ações de destaque no âmbito deste Programa são as seguintes:

- Conclusão em 31 de outubro de 2008, da linha de transmissão Ji-Paraná - Pimenta Bueno – Vilhena 230 kV com 278 km; obra de suporte à interligação dos Estados do Acre e Rondônia ao Sistema Interligado Nacional;
- Início da construção da UHE Estreito, com 1087 MW, no rio Tocantins, com andamento físico de 31% de realização e previsão de conclusão da primeira unidade em setembro de 2010;
- Em fase de conclusão da UHE São Salvador, com 243 MW, no rio Tocantins, com 95% de andamento físico e previsão de entrada em operação em 31 de março de 2009;
- Conclusão dos estudos de viabilidade para a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, com capacidade instalada de 11.182 MW no Estado do Pará.

Programa 0294 - Energia na Região Nordeste

Tipo de programa	Finalístico
-------------------------	--------------------

Objetivo geral	Atender às necessidades de energia elétrica da região Nordeste.
Gerente do programa	Josias Matos de Araujo ³
Gerente executivo	José Brito Trabuço
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade total instalada de geração de energia elétrica, expressa em MW, no ano. - Capacidade instalada de transformação associada à rede Básica (Tensão igual ou superior a 230 kV), expresso em MVA. - Consumo de energia na região, expresso em GWh, durante o período de um ano. - Linhas de transmissão instaladas na região, com tensão igual ou superior a 230 kV, expresso em km.
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste

A região Nordeste caracteriza-se como de capacidade de geração limitada aos aproveitamentos existentes na bacia do Rio São Francisco, dependendo de importação de energia do Sistema Interligado Nacional.

O consumo de energia da região concentra-se nos grandes centros urbanos, notadamente nas capitais dos Estados, com elevada taxa de consumidores de baixa renda.

O Sistema Nordeste convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia.

A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica e outras fontes, contribuindo para a diversidade da Matriz Energética Nacional. As obras de expansão, além de atender as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

A figura 23 abaixo mostra o conjunto de ações do Programa na Região Nordeste e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
90AQ	Implantação da UHE Cachoeira (93 MW) - (PI/MA)
90AX	Implantação da UHE Castelhana (96 MW) - (PI/MA)
90AL	Implantação da UHE Estreito Parnaíba (86 MW) - (PI/MA)
90A5	Implantação da UHE Pedra Branca (320 MW) - (PE/BA)
909T	Implantação da UHE Riacho Seco (240 MW) - (PE/BA)
909S	Implantação da UHE Ribeiro Gonçalves (173 MW) - (PI/MA)

³ O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

909Q	Implantação da UHE Uruçuí (164 MW) - (PI/MA)
90AU	Implantação da UTE Baía Formosa (32 MW) - (RN)
90AP	Implantação da UTE Camaçari Muricy I (148 MW) - (BA)
90AO	Implantação da UTE Camaçari Muricy II (140 MW) - (BA)
90AN	Implantação da UTE Camaçari Pólo De Apoio I (148 MW) - (BA)
90AD	Implantação da UTE Pau Ferro I (94 MW) - (PE)
90A8	Implantação da UTE Pecém II (140 MW) - (CE)
90A1	Implantação da UTE Potiguar III (66 MW) - (RN)
909R	Implantação da UTE Termomanaus (142,2 MW) - (PE)
90AR	Implantação de Sistema de Transmissão Banabuiú - Mossoró (230 kV - 175 km) - (CE/RN)
90AI	Implantação de Sistema de Transmissão Jardim - Penedo (230 kV - 110 km) - (SE)
90AG	Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Dutra - Miranda (500 kV - 200 km) - (MA)
909Y	Implantação de Sistema de Transmissão Ribeiro Gonçalves - Balsas (230 kV - 90 km) - (MA)
90AM	Implantação de Sistema de Transmissão Xingó - Angelim (500 kV - 200 km) - (SE/AL)
90BE	Implantação de 3 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 41,80 MW - Região Nordeste - PROINFA
90BG	Implantação de 35 Usinas Eólicas, com 756,28 MW - Região Nordeste - PROINFA
90BK	Implantação de 2 Usinas Termelétricas a Biomassa, com 20 MW - Região Nordeste - PROINFA
9A39	Implantação de Sistema de Transmissão Ibicoara-Brumado II (230 kV - 105 km) - (BA)
9787	Implantação de Sistema de Transmissão Milagres-Coremas (230 kV - 120 km)
9A41	Implantação de Sistema de Transmissão Paraíso - Açú (230 kV - 135 km) - (RN)
9A40	Implantação de Sistema de Transmissão Picos -Tauá (230 kV - 180 km) - (PI/CE)
9A87	Implantação do sistema de transmissão Açailândia - Presidente Dutra (500kV - 400km)(MA)
9A81	Implantação de Sistema de Transmissão Colinas - Milagres (500 kV - 1127 km) - (TO/MA/PI/BA/CE)
9A38	Implantação do Sistema de Transmissão Funil - Itapebi (230 kV - 225 Km) - (BA)
90DA	Implantação da Usina Termelétrica Vale do Açú (340 MW) - (RN)
Resp.:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE
Ações	Títulos
1891	Ampliação de Sistema de Transmissão Associado à UHE Tucuruí no Estado do Maranhão
115W	Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as subestações São Luís II e III e SE's associadas (MA)
Resp.:	Cia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF
Ações	Títulos
1H05	Ampliação da Usina Termoelétrica Camaçari (BA), com Acréscimo de 200 MW, através da implantação de Ciclo Combinado
5107	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
3390	Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA)
4476	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste
2D63	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
2D61	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste
Resp.:	Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS
Ações	Títulos
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
1110	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termoeará (CE), com 225 MW
1J37	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Celso Furtado (Termobahia), com 260 MW, em São Francisco do Conde (BA)
Resp.:	Cia Energética de Alagoas - CEAL
Ações	Títulos
6644	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas

6675	Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
6749	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
3375	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas
10NN	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na área de Concessão da CEAL
Resp.:	Cia Energética do Piauí - CEPISA
Ações	Títulos
8777	Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí
3379	Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí
2D89	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí
2D91	Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí
10NT	Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CEPISA
Resp.:	Termo Ceará - Ltda.
Ações	Títulos
1158	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termoelétrica Termo Ceará (CE), com 225 MW
Resp.:	FAFEN Energia S.A.
Ações	Títulos
1C58	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Rômulo Almeida (Fafen) , com 151 MW - (BA)

Figura 23: Conjunto de ações do Programa na Região Nordeste

Fonte: SIGPlan/Dez. 2008

Os resultados das ações de destaque no âmbito deste Programa são as seguintes:

- Energização dos empreendimentos: SE MIRANDA II – Autotransformador AT2 3F 230/138/13,8 kV 100 MVA, SE PORTO FRANCO - Autotransformador AT2 3F 230/ 138/ 13,8 kV 100 MVA.
- Interligação de Barramento em 69 kV na SE Barreiras, concluído em 22/01/2008;
- Implantação de 12 Transformadores Trifásicos 230/69 kV - 100 MVA e 1 de 50 MVA, com conexões associadas em instalações da Chesf no Nordeste;
- Em 2008, a Chesf investiu em obras, serviços, aquisição de equipamentos, assistência técnica ao agricultor, programas ambientais, indenização à comunidade indígena Tuxá, regularização fundiária e celebração das escrituras dos lotes, no projeto de reassentamento da UHE Itaparica;
- Prevista a conclusão para 2009 das LTs 230 kV Funil/Itapebi C3, Milagres/Coremas C2, Paraíso/Açu II C2, Picos/Tauá C1, Iboara/Brumado C1, Jardim/Penedo e Nova SE Pilões - em andamento;
- Diversas ações de benfeitoria no Sistema Elétrico em Operação, com destaque para a substituição de 2 disjuntores, aquisição de cabos pára-raios para substituição em linhas de transmissão em 230 kV, substituição do sistema de resfriamento dos compensadores síncronos da subestação Matatu, remanufatura de 6 (seis) transformadores de corrente 500 kV e de 60 (sessenta) transformadores de corrente 69 kV, substituição de 6 (seis) disjuntores de 13,8 kV na

subestação Campina Grande, a substituição de 6 (seis) disjuntores de 13,8 kV na subestação Teresina e a instalação de 1 (um) disjuntor de 69 kV e substituição de 1 (um) transformador 230/69 kV, 33 MVA, na subestação São João do Piauí;

- Projetos de melhorias, tais como nova torre de interligação com a refinaria RLAM e sistema de controle operacional da planta, ambos em fase de definição. O projeto de conversão para bi-combustível está sob análise em função da oferta de gás de Manati, da Usina Termelétrica Celso Furtado (Termobahia);
- Concluído processo de conversão para bi-combustível em novembro/2008, proporcionando maior flexibilidade na geração de energia elétrica, fazendo uso de gás natural ou óleo diesel como combustível, da Usina Termelétrica Termoceará (CE), com 225 MW;
- Foi concluída a LT 69 kV 34 km 334,4 MCM, 100%, Derivação São Sebastião para SE São Brás, e está em andamento a LT 69 kV entre Inhapi e Santana do Ipanema, 60 km 336,4 MCM CAA, prevista para concluir em dezembro de 2009;
- A expansão da capacidade instalada na região aumentou a oferta de energia elétrica e ampliou a capacidade de intercâmbio de energia com as outras regiões. No horizonte do PPA 2008-2011, o conjunto de ações consolidadas assegurou o pleno atendimento ao mercado.

Programa 0296 – Energia na Região Sudeste e Centro-Oeste

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender as necessidades de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional.
Gerente do programa	Josias Matos de Araujo ⁴
Gerente executivo	Elizeu Pereira Vicente
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 kV
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

⁴ O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste caracterizam-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de importadores ou exportadores para as demais regiões integrantes do SIN.

Estas regiões caracterizam-se, também, pelo elevado consumo de energia elétrica, nos seus diversos segmentos, com ênfase especial para o setor industrial, responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto do nosso País.

Mesmo assim, estas regiões ainda apresentam elevados índices de crescimento da demanda por energia elétrica e, por isso, necessitam de constantes melhorias e expansão no seu sistema de transmissão, e no seu parque gerador regional, de forma a promover o intercâmbio de grandes blocos de energia e atender adequadamente o mercado.

As obras de expansão, além de atenderem as necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população. O aproveitamento do potencial hidrelétrico remanescente dessa região requer complementação e atualização dos estudos de inventário de suas bacias hidrográficas.

O Programa “Energia nas Regiões Sudeste e Centro Oeste” é composto por 102 ações que, basicamente, retratam projetos nas áreas de geração e transmissão, promovendo ampliação da capacidade de oferta de energia elétrica à população dessas regiões. A figura 24, a seguir, mostra o conjunto de ações do Programa e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
9A63	Implantação da Usina Hidrelétrica Barra do Pomba com 80 MW - (RJ)
9A64	Implantação da Usina Hidrelétrica Cambuci com 50 MW - (RJ)
9A66	Implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos com 261 MW - (MT)
9A68	Implantação da Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (204 km - 138 kV) - (AP)
9A67	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Rio Claro com 67 MW
9A65	Implantação da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo com 82 MW - (MG)
90BJ	Implantação de 35 Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, com 698 MW - Regiões Sudeste e Centro-Oeste - PROINFA
909K	Implantação de Sistema de Transmissão Araraquara - Nova Iguaçu (500 kV - 600 km) - (SP/RJ)
908S	Implantação de Sistema de Transmissão Emborcação - Estreito (500 kV - 235 km) - (MG)
909M	Implantação de Sistema de Transmissão Itumbiara - Bom Despacho (500 kV- 473 km) - (MG)
90A3	Implantação de Sistema de Transmissão Jauru - Cuiabá (500 kV - 380 km SE Jauru 500/230 Kv) - (MT)
909Z	Implantação de Sistema de Transmissão Juba - Jauru C1 (230 kV - 110 km SE Juba 230 kV) - (MT)
90A6	Implantação de Sistema de Transmissão Juba - Jauru C2 (230 kV - 110 km) - (MT)
90A2	Implantação de Sistema de Transmissão Juina - Jauru (230 kV - 595 km) - (MT)
906A	Implantação de Sistema de Transmissão Luziânia - Emborcação (500 kV - 306 km) - (MG)
90AO	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juba C1 (230 kV - 233 km) - (MT)
90A7	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juba C2 (230 kV - 233 km) - (MT)
909X	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Juina (230 kV - 252 km) - (MT)
909V	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Nova Mutum C1 (230 kV - 263 km) SE Magi 230

	kV) - (MT)
90A4	Implantação de Sistema de Transmissão Magi - Nova Mutum C2 (230 kV - 263 km) - (MT)
9A56	Implantação de Sistema de Transmissão Mascarenhas-Verona (230 kV - 107 km) + SE Verona (ES)
9A57	Implantação de Sistema de Transmissão Neves 1 - Mesquita (500 kV - 172 km) - (MG)
909W	Implantação de Sistema de Transmissão Nova Mutum - Sinop (230 kV - 238 km) - (MT)
9A58	Implantação de Sistema de Transmissão Paracatu 4 - Pirapora 2 (500 kV - 265 km) + SE Pirapora 500/345/138 Kv) - (MG)
905A	Implantação de Sistema de Transmissão Peixe II - Luiziana (500 kV - 570 km) - (GO/DF)
9A60	Implantação de Sistema de Transmissão Ribeirão Preto - Estreito (500 kV - 118 km) + SE Ribeirão Preto (500/440 kV) - (SP/MG)
9A61	Implantação de Sistema de Transmissão São Simão - Poços de Caldas (500 kV - 549 km) - (SP/MG)
903A	Implantação de Sistema de Transmissão Serra da Mesa - Samambaia (500 kV - 375 km) - (GO/DF)
90BF	Implantação de Usina Hidrelétrica Água Limpa com 320 MW (MT)
9974	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra do Braúna com 39 MW no Rio Pomba (MG).
9595	Implantação de Usina Hidrelétrica Barra dos Coqueiros com 90 MW (GO)
9604	Implantação de Usina Hidrelétrica Baú com 110 MW (MG)
90B8	Implantação de Usina Hidrelétrica Buriti Queimado com 142 MW (GO).
9927	Implantação de Usina Hidrelétrica Cachoeirão com 64 MW (MT)
9824	Implantação de Usina Hidrelétrica Caçu com 65 MW (GO)
9597	Implantação de Usina Hidrelétrica Corumbá III com 94 MW (GO)
90BB	Implantação de Usina Hidrelétrica Juruena com 46 MW (MT)
90B7	Implantação de Usina Hidrelétrica Maranhão Baixo com 125 MW (GO)
90B5	Implantação de Usina Hidrelétrica Mirador com 80 MW (GO)
9781	Implantação de Usina Hidrelétrica Olho D'Água com 33 MW no Rio Corrente (GO)
90BI	Implantação de Usina Hidrelétrica Porto Galeano com 139 MW (MS)
9599	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto com 108 MW (GO)
9603	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto do Rio Verdinho com 93 MW (GO)
90B4	Implantação de Usina Hidrelétrica São Miguel com 61 MW (MG)
9312	Implantação de Usina Hidrelétrica Serra do Facão com 212 MW no Rio São Marcos (GO)
9834	Implantação de Usina Hidrelétrica Toricoejo com 76 MW (MT)
90BH	Implantação de Usina Hidrelétrica Torixoreo com 408 MW (MT)
90B3	Implantação de Usina Hidrelétrica Traíra II com 60 MW (MG)
90B9	Implantação de Usina Hidrelétrica Tucano com 157 MW (GO)
901A	Implantação de Usina Termelétrica Colorado com 34 MW - SP (bagaço de cana)
9979	Implantação de Usina Termelétrica Costa Pinto com 58 MW - SP (bagaço de cana)
9842	Implantação de Usina Termelétrica de Quirinópolis com 80 MW - GO (bagaço de cana) 2ª etapa
9931	Implantação de Usina Termelétrica Goiânia II com 140 MW - GO (óleo combustível)
9953	Implantação de Usina Termelétrica Palmeiras de Goiás com 174 MW - GO (óleo diesel)
901D	Implantação de Usina Termelétrica Quatá com 53 MW - SP (bagaço de cana)
900C	Implantação de Usina Termelétrica Rafard com 43 MW - SP (bagaço de cana)
900N	Implantação de Usina Termelétrica Santa Isabel com 40 MW - SP (bagaço de cana)
90BM	Implantação de Usina Termelétrica São João com 20 MW - SP (Biogás)
900O	Implantação de Usina Termelétrica São José com 50 MW - SP (bagaço de cana)
90BL	Implantação de 3 Usinas Termelétricas a Biomassa com 92,1 MW - Regiões Sudeste e Centro-Oeste – PROINFA
9959	Implantação de Usina Termelétrica Boa Vista com 80 MW - GO (bagaço de cana)
902A	Implantação de Usina Termelétrica Bonfim com 59 MW - SP (bagaço de cana)

90CF	Implantação da Usina Termelétrica do Atlântico com 490 MW - RJ (gás/vapor)
90CG	Implantação da Usina Termelétrica Ferrari com 31 MW - SP (bagaço de cana)
90DE	Implantação de usinas Eólicas nas regiões Sudeste e Centro Oeste com 163 MW - Região Sudeste - PROINFA
90DU	Implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Apiacás, com 275 MW - (MT)
90DP	Implantação da Usina Hidrelétrica Magessi, com 53 MW - (MT)
90DG	Implantação da Usina Hidrelétrica São João da Barra com 1.800 MW - MT/AM
90DT	Implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel, com 746 MW - (MT)
90DQ	Implantação da Usina Hidrelétrica SINOP, com 461 MW - (MT)
90DS	Implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com 1.820 MW - (MT)
90DR	Implantação da Usina Hidrelétrica Colider, com 342 MW - MT
90DF	Implantação do Parque Eólico Quintanilha Machado I com 135 MW - (RJ)
Resp.:	Eletronuclear S.A. - ELETRONUCLEAR
Ações	Títulos
5E88	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ)
6486	Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)
4477	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)
1853	Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ)
Resp.:	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
Ações	Títulos
5117	Ampliação da Usina Termelétrica Roberto Silveira com Acréscimo de 80 MW, em Campos (RJ), através de Ciclo Combinado.
3414	Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado.
5119	Ampliação da Usina Termelétrica São Gonçalo com Acréscimo de 193 MW (RJ), através de Ciclo Combinado na
1A01	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)
1G97	Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste (345 kV - 50 km) e Subestações associadas (SP)
1G98	Implantação da UHE Simplício com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)
1G96	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW (MG/GO), e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 75 km de extensão
4469	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
4478	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
3392	Modernização da UHE Furnas com 1.216 MW (MG)
7066	Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho com 1.050 MW (MG)
3302	Modernização da UHE Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG)
7068	Modernização da UHE Porto Colômbia com 320 MW (MG/SP)
1D35	Modernização da Usina Hidrelétrica de Mascarenhas de Moraes (MG), com Capacidade Instalada de 476 MW - Fase 2
1H08	Modernização da Usina Hidrelétrica Funil (RJ) com capacidade instalada de 216 MW
8549	Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
2200	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal
2194	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais
2192	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do

	Espírito Santo
3360	Reforços nas Torres da LT 750 kV Foz - Ivaiporã, LT Ivaiporã - Itaberá I e II e na LT Itaberá - Tijuco Preto I e II, do Sistema de Transmissão de Itaipu
Resp.:	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS
Ações	Títulos
10WJ	Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão (SP) com 160 MW
10WL	Ampliação da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes (Três Lagoas) para 372 MW, através de ciclo combinado, em Três Lagoas (MS)
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
111K	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW (RJ)
Resp.:	SFE - Sociedade Fluminense de Energia S.A.
Ações	Títulos
1C63	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE ELETROBOLT (RJ), com 386 MW
Resp.:	TERMORIO S.A.
Ações	Títulos
1C65	Modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMORIO, com 1.163 MW

Figura 24: Conjunto de ações do Programa nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste
Fonte: SIGPlan/Dez. 2008

Os principais resultados das ações de destaque no âmbito deste Programa são as seguintes:

- Conclusão de 1.290 km de novas linhas de transmissão nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro, sendo boa parte relacionada com a complementação da interligação Norte-Sul, na região Sudeste;
- Conclusão de várias usinas termelétricas em São Paulo, Goiás e Minas Gerais, todas com potência instalada inferior a 100 MW, totalizando cerca de 480 MW;
- Execução de obras de expansão da geração, com conclusão prevista para 2009, totalizando 998 MW, quais sejam: ampliação da UTE Santa Cruz, com 350 MW, no Rio de Janeiro; UTE Cubatão, com 350 MW, em São Paulo; UHE Corumbá III, com 93 MW, em Goiás; UHE Foz do Rio Claro, com 97 MW, em Goiás; e, UHE Salto, com 108 MW, em Goiás;
- Obras em fase de obtenção de licenciamento ambiental, com vistas ao início das obras, como a UTN Angra 3, no Rio de Janeiro, com capacidade de 1.350 MW, e a UHE Baú, em Minas Gerais, com 110 MW.

Programa 0295 – Energia na Região Sul

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as

	demais regiões do Sistema Interligado Nacional
Gerente do programa	Josias Matos de Araujo ⁵
Gerente executivo	Enio Ferreira Bocorny
Indicadores ou parâmetros utilizados	- Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv
Público-alvo (beneficiários)	Consumidores de energia elétrica da região Sul.

A região Sul caracteriza-se como uma área de elevada capacidade instalada de geração e transmissão, inserida no Sistema Interligado Nacional, além de desempenhar um papel de exportadora para as demais regiões integrantes do SIN.

Esta região caracteriza-se, também, como pólo de desenvolvimento industrial, com elevado potencial de consumo.

O Sistema Elétrico Sul convive com pontos de estrangulamentos nos principais sistemas de transmissão, que necessitam de melhorias e expansão para o intercâmbio de grandes blocos de energia. A expansão da geração contempla a utilização de geração térmica, contribuindo para a diversificação na matriz energética, face à elevada reserva carboníferas existentes.

As obras de expansão, além de atenderem às necessidades energéticas da região e sistemas interconectados, apresentam também significativo potencial para o desenvolvimento regional sustentável, melhorando a qualidade de vida da população.

A figura 25 abaixo mostra o conjunto de ações do Programa na Região Sul e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
909N	Implantação da LT Joinville Norte - Curitiba em 230 kV com 97 km (SC/PR)
909O	Implantação da LT Jorge Lacerda - Siderópolis em 230 KV com 50 km (SC)
909L	Implantação da LT Presidente Médici - Santa Cruz I em 230 kV, com 245 km (RS)
905V	Implantação da UHE Baixo Iguaçu com 340 MW (PR)
908A	Implantação da UHE Itapiranga com 580 MW (RS/SC)
90A9	Implantação da UHE Pai Querê com 292 MW (RS/SC)
909A	Implantação da UHE São Roque com 214 MW (SC)
908T	Implantação da UHE Telêmaco Borba com 120 MW (PR)
9A50	Implantação da Usina Hidrelétrica São José, com 51 MW - (RS)
90BA	Implantação de 11 Pequenas Centrais Hidrelétricas, totalizando 217 MW, inseridas no PROINFA
90BD	Implantação de 11 UEE (usinas eólicas) num total de 225 MW, inseridas no PROINFA.
90BC	Implantação de 2 UTEs (biomassa) com total de 50 MW, inseridas no PROINFA.
905C	Implantação de Sistema de transmissão Barra Grande (Campos Novos) - Lajes D1 (230 kV)

⁵ O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

	96km), em Santa Catarina
905D	Implantação de Sistema de Transmissão Barra Grande - Rio do Sul (230 kV - 390 km) e subestação Lages, em Santa Catarina
905F	Implantação de Sistema de Transmissão Campos Novos - Nova Santa Rita (525 kV - 257 km) em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul
9625	Implantação de Usina Hidrelétrica 14 de Julho com 100 MW (RS)
9790	Implantação de Usina Hidrelétrica Castro Alves com 130 MW (RS)
9791	Implantação de Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó com 855 MW (RS/SC)
9632	Implantação de Usina Hidrelétrica Monjolinho com 67 MW (PR)
9793	Implantação de Usina Hidrelétrica Salto Pilão com 182,3 MW (SC)
9623	Implantação de Usina Hidrelétrica São João com 60 MW (PR)
9635	Implantação de Usina Termelétrica Jacuí com 350 MW em Charqueadas (RS)
9A42	Implantação do Sistema de Transmissão Campos Novos - Videira, em circuito duplo, (230 kV- 71 km) (SC)
9A43	Implantação do Sistema de Transmissão Canoinhas - São Mateus (230 kV- 48 km) - (PR)
9A44	Implantação do Sistema de Transmissão Cascavel do Oeste - Foz do Iguaçu Norte (230 kV - 120 km) - (PR)
9A45	Implantação do Sistema de Transmissão Curitiba-Bateias (525 kV - 38 km) - (PR)
9A46	Implantação do Sistema de Transmissão Dona Francisca - Santa Maria 3 (230 kV - 66 km) - (RS)
9A47	Implantação do Sistema de Transmissão Gravataí 3 - Osório 2 - Atlântida 2 (230 kV - 103 km) (RS)
904A	Implantação do Sistema de Transmissão Itararé - Jaguariaiva em 230 kV com 44 km (PR/SP)
9A48	Implantação do Sistema de Transmissão Londrina - Maringá (230 kV - 83 km) (PR)
90DB	Implantação da Linha de Transmissão Machadinho - Campos Novos (SC) - (39 Km - 525 kV)
90DN	Implantação da Usina Hidrelétrica Cebolão, com 156 MW - (PR)
90DM	Implantação da Usina Hidrelétrica Jataizinho, com 156 MW - (PR)
90DO	Implantação da Usina Hidrelétrica Volta Grande, com 55 MW - (PR)
Resp.:	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.
Ações	Títulos
105K	Ampliação de Sistema de Transmissão na Região Sul (38 km e reforços em 9 subestações)
1050	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e Mato Grosso do Sul
1K88	Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361 MW (PR) e Sistemas de Transmissão Associados em 230 kV, com 41 km e 110 km de extensão. (Imobilizações da Eletrosul)
1F91	Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77MW (MS) e Sistema de Transmissão Associado em 69 kV, com 30 km de extensão
10D6	Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos com 48 MW (RS) e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 40 km de extensão
10D7	Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra com 37,0 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 54 km de extensão (SC)
12DQ	Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo com 53 MW (SC) e Sistema de Transmissão Associado em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão (SC)
4471	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
2D94	Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul
Resp.:	Petróleo Brasileiro - PETROBRÁS
Ações	Títulos
10WI	Implantação da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju (Canoas) - 2ª Fase com Acréscimo de 90 MW, através de ciclo combinado, em Canoas (RS)
6556	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Termelétricas
Resp.:	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE
Ações	Títulos

3380	Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)
1127	Implantação de Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS)
4493	Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul
3372	Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)

Figura 25: Conjunto de ações do Programa na Região Sul

Fonte: SIGPlan/Dez, 2008

Os resultados das ações de destaque no âmbito deste Programa, no ano de 2008, são as seguintes:

- Início de operação comercial das UHEs Castro Alves, com 130 MW, e 14 de julho de 2008, com 100 MW;
- Realização do leilão da UHE Baixo Iguaçu, em setembro de 2008, com capacidade de 340 MW. O início da operação comercial da usina está previsto para dezembro de 2012;
- Conclusão de 11 PCHs do PROINFA, totalizando 217 MW de potência instalada;
- Conclusão de 2 UTEs a biomassa do PROINFA, totalizando 50 MW de potência instalada;
- Início, em julho de 2008, da construção da UHE Mauá, com capacidade instalada de 361 MW. O início da operação comercial da usina está previsto para setembro de 2011.

A expansão ocorrida na Região aumentou a oferta de energia elétrica e ampliou a capacidade de intercâmbio de energia entre as outras regiões.

Programa 0273 – Luz para Todos

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo localizadas na área rural e atender demandas comunitárias de escolas, postos de saúde e sistemas de bombeamento d'água, seja por meio de redes ou de atendimento descentralizado.
Gerente do programa	Josias Matos de Araujo ⁶
Gerente executivo	Hélio Morito Shinoda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de domicílios atendidos – Nacional.
Público-alvo (beneficiários)	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de

⁶ O Senhor Josias Matos de Araujo assumiu a Secretaria de Energia Elétrica em 16 de outubro de 2008. Até então o gerente dos programas da SEE era o Senhor Ronaldo Schuck.

	saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural.
--	---

As famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento. Deste modo, o Programa faz parte da estratégia do Governo Federal de utilizar a energia elétrica como instrumento para o desenvolvimento econômico das comunidades atendidas e para a redução dos índices de pobreza e da fome.

A chegada da luz representa mais conforto, melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades de geração de renda para as famílias beneficiadas contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das áreas atendidas.

O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais.

A figura 26 abaixo mostra o conjunto de ações do Programa Luz para Todos e suas respectivas unidades executoras.

Resp.:	Ministério de Minas e Energia
Ações	Títulos
11X8	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Acre)
11XE	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Alagoas)
11XQ	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Amazonas)
10WO	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos (Boa Vista-RR)
11XU	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Manaus)
11YL	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Piauí)
11XI	Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Rondônia)
20A9	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica (MME)
1379	Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional (MME)
2272	Gestão e Administração do Programa (MME)
9642	Promoção da Universalização do Acesso à Energia (Eletrobrás)

Figura 26: Conjunto de ações do Programa Luz para Todos
Fonte: SIGPlan/Fev. 2009

Os resultados das únicas ações com recursos orçamentários do MME, no âmbito do Programa 0273 – Luz para Todos, são as seguintes:

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica	
Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar ações de incremento a utilização da energia elétrica em comunidades carentes, de forma produtiva e eficiente, proporcionando maior possibilidade de alcançar os objetivos do Programa Luz para Todos
Descrição	Apoio a implantação e utilização de sistemas e instalações elétricas possibilitando o abastecimento de água por meio de poços coletivos e à aquisição de equipamentos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva para as comunidades carentes atendidas pelo Programa Luz para Todos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Ação 1379 - Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional	
Tipo	Projeto
Finalidade	Dimensionar insumos para o atendimento da demanda por energia elétrica na prestação de serviços de educação, saúde, saneamento, trabalhos comunitários e informação em comunidades não-atendidas pelo sistema elétrico convencional, mediante a instalação de sistemas energéticos que utilizam fontes de energia renováveis locais.

Descrição	Elaboração de estudos e projetos de engenharia, aquisição, instalação, revitalização, testes e monitoramento da operação de equipamentos para geração de energia elétrica em pequena escala, por intermédio de fontes renováveis de energia para comunidades isoladas. Promover a capacitação de executores e beneficiários visando estimular o desenvolvimento da demanda e uso sustentável de energia elétrica
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas de viagem e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Energia Elétrica
Unidades executoras	Secretaria de Energia Elétrica

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Energia Elétrica
Coordenador nacional da ação	Aurélio Pavão de Farias
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

As metas e resultados das ações do Programa 0273 – Luz para Todos, com recursos orçamentários do MME, são apresentadas na Figura 27, a seguir:

Ação 20A9 - Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
121	4.500.000	11	3.161.748
Ação 1379- Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional			
Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
81.250	18.000.000	735	8.109.000

Figura 27: Metas e resultados das ações do Programa Luz para Todos Fonte: SIGPlan/Dez. 2008

Na ação 20A9 os 11 projetos apoiados com recursos de 2008, por meio da celebração de convênios, correspondem a R\$ 3.161.748,00 após os ajustes orçamentários, que serão implantados no exercício de 2009.

Com relação à ação 1379, os recursos alocados corresponderam a R\$ 8.109.000,00 após os ajustes orçamentários, conforme apresentado a seguir:

- R\$ 2.000.000,00 para complementação da revitalização de 735 sistemas fotovoltaicos instalados nos estados do Amazonas e Pará, área de atuação das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – Eletronorte;
- R\$ 4.000.000,00 para transferência ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, com o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e sócio-educativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa;
- R\$ 2.000.000,00 para elaboração e implementação dos programas especiais de universalização do uso da energia elétrica, estabelecidos de acordo com as diretrizes governamentais, projeto desenvolvido em Convênio com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A; e
- R\$ 109.000,00 descentralizados para o Comando Militar da Amazônia para complementação do projeto de revitalização e ampliação da Central Geradora Hidrelétrica instalada em Pari-Cachoeira.

2.3.1.3. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

Apresenta-se um breve resumo dos principais programas e atuações da SPE no ano de 2008. O detalhamento desses é descrito ao final do relatório. Cabe ressaltar que atividades atinentes aos Inventários de Bacias Hidrográficas, Avaliação Ambiental Integrada e de Viabilidade Empreendimentos de Geração estão agora sob exclusiva responsabilidade da EPE. Com efeito, em março de 2008 com a publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal da União. Como consequência disso, foram criadas ações sob responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados em nas ações do MME, transferidos inteiramente para a EPE.

No bojo das atividades executadas pela SPE encontram-se programas e ações diretamente ditados pelo Governo e que, portanto, ganham importância frente aos demais trabalhos:

Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

É um Programa sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República. A SPE teve participação considerável, demandando intenso envolvimento da Secretaria no esforço de se coordenar este programa. O PAC acompanha tanto empreendimentos já licitados/em construção como os que ainda serão licitados, sendo estes motivo de ações da SPE. Conforme já pontuado, no que concerne aos inventários de bacias hidrográficas, esses estão agora a cargo da EPE, por conta da supracitada Lei nº 11.647.

Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

O Proinfa é um programa de viabilização de fontes alternativas de geração de energia elétrica (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa), para contratação, etapa, de 3.300 MW, em partes iguais para cada tipo de fonte. Os contratos foram realizados com a Eletrobrás, a quem cabe coordenar a implantação e contratar a energia gerada.

Em síntese os resultados alcançados pelo Proinfa estão espelhados no quadro a seguir:

ANO	Centrais Eólicas		Centrais a Biomassa		PCH's	
	Nº	MW	Nº	MW	Nº	MW
Em 2008	5	93,45	2	15,00	24	483,60
Até 2008	11	311,95	20	514,34	39	766,94

Outras ações, não menos importantes, e que se interagem perfeitamente com os programas de Governo, mas que são reflexos das funções intrínsecas do MME, são relacionadas a seguir, também com breve descrição de seus escopos:

PNE - 2030 - Plano Nacional de Energia 2030

É um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo do setor energético do país, orientando tendências e balizando as alternativas de expansão do sistema nas próximas décadas, através da orientação estratégica da expansão.

Os estudos de longo prazo mais recentes, estavam consolidados no “Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 – PLANO 2015”, e foram elaborados há mais de dez anos pelo extinto Grupo Coordenador do Planejamento do Setor Elétrico – GCPS, no período entre 1992 a 1994. Desta forma carecia elaborar um novo planejamento de longo prazo do setor energético que servisse de base para os estudos definidores da expansão, tanto da geração como dos troncos de transmissão de energia.

A metodologia adotada para o Plano considera: 1. Análise do ambiente atual (mundial e nacional); 2. Pesquisa qualitativa de coleta de percepções e expectativas; 3. Identificação dos condicionantes (tendências e incertezas); 4. Seleção dos fatores críticos – variáveis centrais; 5. Formulação de hipóteses plausíveis 6. Geração dos cenários exploratórios; 7. Quantificação.

Os cenários estabelecidos no PNE, numa abordagem ampla e estratégica, refletem, em última análise, previsões de crescimento do mercado consumidor de energia, levando em conta a eficiência energética e a inovação tecnológica, tanto na produção como no consumo de energia, bem como estratégias de expansão da oferta de energia dentro da ótica de desenvolvimento sustentável do País, com ênfase no tratamento das questões socioambientais. Esta visão estratégica do PNE representa um importante subsídio para a realização de estudos com horizonte de curto e médio prazo, destacando-se os estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE, que tem um caráter definidor de um programa de obras de referência, para expansão da infraestrutura energética do país.

Na sua execução o PNE adota um processo de interação com a sociedade, pelo qual se realizaram nove seminários públicos para apresentação dos resultados, a medida que os estudos eram disponibilizados. Este procedimento de interação desde a fase de concepção do planejamento é inédito no setor, como também é inédita a introdução do enfoque energético amplo.

Matriz Energética Nacional 2030

À semelhança do PNE é um estudo prospectivo, com base em técnicas de cenários, buscando uma antevisão, com cortes temporais quinquenais, para a disponibilidade dos vários energéticos naturais no futuro, bem como para os seus respectivos valores econômicos, de forma a apontar para os que terão uso mais vantajoso, em diferentes aplicações, sendo a geração de energia elétrica uma delas.

A matriz energética é, de fato, um instrumento privilegiado para se simular diferentes cenários de mercado e avaliar seus efeitos: gargalos de infra-estrutura, vulnerabilidades sistêmicas, riscos ambientais, oportunidades de negócios, impactos de políticas públicas etc.

A Matriz Energética Brasileira 2030 compõe com o Plano Nacional de Energia 2030 – PNE 2030 o par de relatórios principais que consolidam os estudos desenvolvidos sobre a expansão da

oferta e da demanda de energia no Brasil nos próximos 25 anos. Um relatório e outro se integram e se complementam.

PDE - Plano Decenal de Expansão de Energia 2008/2017

É um dos principais instrumentos de planejamento, retomado, de forma integral, como função de governo, orientando as ações e decisões relacionadas ao equilíbrio entre projeções de crescimento econômico do país, seus reflexos nos requisitos de energia e da necessária expansão da oferta, levando em conta, também, as sinalizações dos estudos de longo prazo.

O PDE incorpora uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de diversos energéticos, além da energia elétrica, sendo elaborado consoante as diretrizes estabelecidas pela visão estratégica de longo prazo, consolidada no Plano Nacional de Energia - PNE 2030.

O Plano Decenal indica importantes sinalizações para orientar as ações e decisões relacionadas ao equacionamento do equilíbrio entre as projeções de crescimento econômico do país, seus reflexos nos requisitos de energia e da necessária expansão da oferta, em bases técnica, econômica e ambientalmente sustentável.

Considerando o modelo vigente, que associa a participação de agentes públicos e privados, com papéis delimitados por um conjunto de normas e instrumentos governamentais e regulamentados por contratos junto ao órgão regulador, as diretrizes e indicações para o horizonte decenal se afiguram também como instrumentos estratégicos para garantia do atendimento do mercado de energia com qualidade e confiabilidade.

O PDE é desenvolvido com a colaboração de vários parceiros institucionais, e incorpora, à semelhança do que se fez no PNE - 2030, o processo de ampla participação da sociedade, tendo a respectiva consulta pública iniciado em 24 de dezembro de 2008 e sido prorrogada até o dia 28 de fevereiro de 2009.

Relações da SPE com Entidades Externas ao Setor Elétrico Brasileiro

O governo brasileiro dentro da estratégia política de integração energética com os países da América do Sul, principalmente aqueles que compõem o MERCOSUL, tem participado de diversas comissões com os países membros para o delineamento de estudos que permitam avançar nos projetos de integração. Neste contexto, vale mencionar que a SPE se faz representar nas comissões de energia com os seguintes países: Venezuela, Argentina, Bolívia, Peru, Uruguai, Chile, Paraguai e Colômbia. Ademais, ressalte-se o forte envolvimento desta Secretaria na atuação brasileira na UNASUL- União das Nações Sul-Americanas, esforço de integração regional fundado na Reunião Extraordinária dos Chefes de Estado em Brasília no dia 23 de maio de 2008, quando se subscreveu o Tratado Constitutivo e se elegeu o primeiro dirigente. A UNASUL tem forte apelo de integração energético e portanto se aguarda a confecção de um tratado de integração energético e no qual a SPE tem tido importante papel.

Principais Realizações no ano de 2008

As atividades da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPE, como unidade organizacional do Ministério de Minas e Energia - MME visa, em suma, disponibilizar para o

setor elétrico nacional um conjunto de usinas e linhas de transmissão capaz de atender as demandas do mercado de energia elétrica, preservadas duas condições primordiais: a confiabilidade no atendimento ao mercado e a modicidade tarifária para o consumidor. Este conjunto de novas usinas de geração de energia e grandes linhas de transmissão, é alcançado como fruto das atividades de planejamento as mais diversas, desde os estudos de inventário e de avaliação ambiental integrada de bacias hidrográficas, estudos de viabilidade técnica e licenciamento prévio ambiental de usinas hidrelétricas, sob responsabilidade da EPE atualmente, até a elaboração dos documentos básicos indispensáveis aos processos de licitação dos empreendimentos.

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE) é composta por 3 Departamentos:

- Departamento de Planejamento Energético – DPE;
- Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE e
- Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações - DOC.

A Gestão de Programas e Ações efetuada pela SPE está dividida nesses diversos Departamentos conforme descrito nos itens a seguir.

UNIDADE SUBORDINADA
Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Energético - DPE

DIRETOR DO DEPARTAMENTO
Pedro Alves de Melo

O DPE gerencia um Programa de Governo que envolve todo o planejamento energético nacional, nomeadamente o Programa de Gestão da Política de Energia (0276). O Programa coordena o planejamento e a formulação de políticas setoriais bem como avalia e controla os programas na área de energia.

Devido às responsabilidades atinentes, o DPE celebra Convênios de Cooperação Técnica e Financeira com objetivos aderentes ao programa desenvolvido, junto às instituições que possuem capacitação para a execução do objeto proposto, verificada por meio da análise do histórico de atuação e a qualificação de seus profissionais.

Em 2008 o DPE possuía 16 Convênios em andamento com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e um convenio celebrado com o Centro de Pesquisas em Energia Elétrica – CEPTEL. Tais iniciativas cobrem desde Estudos de Inventário em Bacias Hidrográficas até Estudos de Aproveitamento e de Impacto Ambiental, bem como Modelos de Planejamento Energético, substantivando o programa de Gestão da Política de Energia supracitado.

Objetiva-se com isso a consecução dos empreendimentos planejados necessários para o desenvolvimento econômico sustentado, atinente às preocupações ambientais e sociais.

No entanto, como será explicado mais adiante, os Convênios com a EPE foram denunciados no decorrer do ano de 2008, dada a inclusão da EPE no Orçamento Fiscal da União. No entanto, não houve nenhum prejuízo ao andamento destes trabalhos, uma vez que as Denúncias trataram-se de medidas de caráter Administrativo, necessárias para adaptar a relação MME-EPE à sistemática orçamentária da União.

Finalmente, o DPE vem buscando adequar-se ao determinado pelo Decreto nº. 6.170 de 25 de julho de 2007, bem como vêm se empenhando em fiscalizar a execução dos Convênios e Contratos sob sua responsabilidade em respeito ao erário.

Programa 0276 – Gestão da Política de Energia

Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia
Gerente do Programa	Altino Ventura Filho
Gerente Executivo	Pedro Alves de Melo
Público (beneficiários)	Alvo Governo

Gestão das Ações

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	2272-Gestão e Administração do Programa- Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Planejamento do Setor Elétrico (6907)- Estabelecer um amplo conjunto de informações técnicas e econômicas sobre os empreendimentos necessários para assegurar o suprimento de energia elétrica à população, no horizonte decenal, e disponibilizar um rol daqueles a serem ofertados por autorizações ou processos licitatórios, além de possibilitar a programação de inventários do potencial hidrelétrico e os estudos de viabilidade dos aproveitamentos mais interessantes. Resgatar o passivo social e ambiental do setor elétrico nos empreendimentos já construídos, em construção e em fase de planejamento, visando a reparação das perdas materiais e imateriais, individuais e coletivas, a recuperação e o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atingidas pelos empreendimentos. Diagnosticar os procedimentos relativos aos processos de outorgas de concessões, autorizações, permissões e registros de serviços nos segmentos de energia

	<p>elétrica, propondo adequações e aperfeiçoamentos condizentes com o modelo institucional e com as políticas de diretrizes governamentais. Apoiar o setor energético, em especial o MME, para o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades associadas ao tratamento das questões sócio-ambientais na política e no planejamento da expansão da oferta de energia. Atualizar e aprofundar o conhecimento dos potenciais hidrelétricos para a expansão da oferta de energia</p> <p>6907 - Planejamento do Setor Elétrico- Estabelecer um amplo conjunto de informações técnicas e econômicas sobre os empreendimentos necessários para assegurar o suprimento de energia elétrica à população, no horizonte decenal, e disponibilizar um rol daqueles a serem ofertados por autorizações ou processos licitatórios, além de possibilitar a programação de inventários do potencial hidrelétrico e os estudos de viabilidade dos aproveitamentos mais interessantes. Resgatar o passivo social e ambiental do setor elétrico nos empreendimentos já construídos, em construção e em fase de planejamento, visando a reparação das perdas materiais e imateriais, individuais e coletivas, a recuperação e o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades atingidas pelos empreendimentos. Diagnosticar os procedimentos relativos aos processos de outorgas de concessões, autorizações, permissões e registros de serviços nos segmentos de energia elétrica, propondo adequações e aperfeiçoamentos condizentes com o modelo institucional e com as políticas de diretrizes governamentais. Apoiar o setor energético, em especial o MME, para o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades associadas ao tratamento das questões sócio-ambientais na política e no planejamento da expansão da oferta de energia. Atualizar e aprofundar o conhecimento dos potenciais hidrelétricos para a expansão da oferta de energia elétrica, com vistas ao seu aproveitamento estratégico.</p> <p>4897- Planejamento do Setor Energético - Proporcionar ao Estado e aos agentes setoriais públicos e privados um conjunto de informações e orientações estratégicas de expansão energética, no horizonte de médio e longo prazos, de modo, com base nas projeções da Matriz Energética Nacional, contemplar e subsidiar a formulação e implementação de políticas da área de energia. Divulgar a retrospectiva da evolução da oferta e demanda de fontes primárias e secundárias de energia para os agentes públicos e privados, de qualquer segmento da sociedade. Fornecer subsídios para a formulação de propostas de política energética nacional a serem implementadas pelos órgãos setoriais, para o atendimento das demandas da sociedade, incluindo a integração energética do Brasil com a América do</p>
--	---

	<p>Sul e demais países.4892 - Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - Reformular o processo de licitação de blocos para exploração e produção de hidrocarbonetos, objetivando proporcionar uma maior atratividade à iniciativa privada e orientar o desenvolvimento dos setores do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, mediante a elaboração de planejamento indicativo para esses setores, fornecendo elementos para subsidiar estudos da matriz energética nacional.</p>
Descrição	<p>2272-Gestão e Administração do Programa-Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.</p> <p>6907 - Planejamento do Setor Elétrico - Realização de estudos prospectivos de curto, médio e longo prazos das necessidades de energia elétrica para o desenvolvimento sustentável do país, envolvendo: levantamento dos potenciais dos recursos energéticos disponíveis, de forma coerente e equilibrada entre os agentes setoriais e aos interesses da sociedade; análise da evolução do mercado ajustado aos cenários socioeconômicos; análise da evolução da infra-estrutura de geração e transmissão para o suprimento do mercado; dimensionamento dos investimentos associados à expansão e estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental de empreendimentos. Desenvolvimento de estudos para elaboração e aplicação de metodologias, instrumentos e procedimentos associados aos seguintes temas: política de meio ambiente do setor elétrico; avaliação ambiental integrada de empreendimentos energéticos de alternativas de expansão da oferta de energia; estudos de localização de usinas térmicas; gestão do processo de licenciamento ambiental; desenvolvimento de estudos e pesquisas associados a temas ambientais de interesse do setor energético. Desenvolvimento de levantamentos e estudos</p>

	<p>baseados em critérios técnicos, econômicos e sócio-ambientais dos potenciais hidrelétricos das bacias hidrográficas, com base nas indicações dos estudos de planejamento da expansão, em parceria com agentes setoriais vinculados ao MME.</p> <p>4897- Planejamento do Setor Energético- Estudos prospectivos de longo prazo (20 anos) das necessidades energéticas do país; análise e consolidação dos recursos energéticos; desenvolvimento de modelos aplicáveis ao planejamento de longo prazo de oferta e demanda de energéticos; análise dos custos e seus impactos na evolução da Matriz Energética Nacional, e seus reflexos econômicos e sócio-ambientais; estudos de viabilidade e otimização dos recursos energéticos para formulação de política energética; processamento e consolidação dos dados e informações energéticas. Consolidação e divulgação de informações da oferta e demanda de energia compreendendo: registro histórico de formas de energia, por atividade de oferta, comércio externo, transformação e consumo; decomposição do consumo de cada energético por setor consumidor; pesquisa regional de consumo de lenha por amostragem; pesquisa por amostragem do consumo de óleo diesel nos diversos setores; análise comentada das alterações nas participações dos energéticos nos setores de consumo do Balanço Energético Nacional; análise comentada das alterações nas estruturas de oferta e de comércio externo de energia, por área energética; sistematização da coleta e depuração dos dados do Balanço; e geração e divulgação dos relatórios para os agentes. Desenvolvimento de estudos técnicos, econômicos e ambientais das áreas de energia elétrica, petróleo e gás e demais fontes energéticas. Elaboração das projeções da Matriz Energética Nacional, de acordo com as diretrizes e políticas da área de energia, definindo as bases para o desenvolvimento de estudos estratégicos de expansão dos setores de eletricidade, petróleo/gás e demais fontes de energia, para os horizontes de 10 e 20 anos, bem como desenvolver os critérios para a integração do planejamento energético setorial, em articulação com as Secretarias do MME, gerando documentos consolidados para a utilização dos agentes setoriais.</p> <p>4892 - Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis - Realização de estudos técnicos e econômicos, por intermédio de consultoria especializadas, quando necessário, objetivando a modelagem do novo processo de licitação com a adequação entre as informações levantadas, as diretrizes políticas estabelecidas e a realidade brasileira, inclusive quanto aos aspectos tributários e de participações governamentais. realização de estudos relacionados ao planejamento dos setores de petróleo, gás natural e</p>
--	---

	combustíveis renováveis, destacando-se: estudos do mercado, estudos de avaliação da competitividade dos energéticos, estudo das fontes de suprimento, estudos da infra-estrutura de abastecimento, estudos da infra-estrutura de refino, desenvolvimento de potencial de recursos, Plano Diretor de Gás Natural, gestão sócio-ambiental, estudos para incorporação da indústria nacional e estudos para gestão de informações estratégicas.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	2272 - SPE 6907 - SPE 4897 - SPE 4892 - SPE
Unidades Executoras	2272 - SE 6907 - DPE 4897 - DPE 4892 - SPG
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	2272 - SE 6907 - DPE 4897 - DPE 4892 - SPG
Coordenador Nacional da Ação	2272 – SE 6907 - Adriano Jeronimo da Silva 4897 - Gilberto Hollauer 4892 - João José de Nora Souto
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local	

Observações:

Para o exercício de 2008, com o intuito de programar a execução das ações de desenvolvimento de estudos de Inventário e Viabilidade de diversas Bacias Hidrográficas e de estudos para subsidiar a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia e a projeção da Matriz

Energética Nacional, foram utilizados instrumentos de contratos e convênios entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

No entanto, em março de 2008 com a publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, a EPE foi incluída no Orçamento Fiscal da União. Com a inclusão da EPE no Orçamento da União, tornou-se necessária a sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional. Dessa forma os recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de apoio ao planejamento energético nacional, que anteriormente eram repassados através de contratos de prestação de serviços firmados entre o MME e a EPE, passaram a ser consignados em rubricas orçamentárias próprias da EPE, dispensando a formalização da parceria contratual até então praticada.

Como consequência disso, foram criadas ações sob responsabilidade da EPE, sendo os recursos e os produtos, anteriormente programados nas ações supracitadas, transferidos inteiramente para a EPE.

AÇÃO 2272 (Gestão e Administração do Programa) – Apesar de ser uma ação da SPE, tem sido coordenada, basicamente, pela Secretaria Executiva, visando a constituição de um centro de custos administrativos dos programas, e permitindo a contratação de serviços.

AÇÃO 4892 (Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis) – Esta ação é coordenada pela Secretaria de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, embora sediada na SPE. O detalhamento das atividades desenvolvidas nessa ação está descrita na parte da SPG.

Metas e Resultados da Ação Exercício

Projeto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
2272	-	14.500.000	-	3.860.804
6907	388	11.724.866	0	9.611.736
4897	220	2.489.428	45	242.445
4892	1	500.000	0	443.462

Convênios e Contratos vinculados às Ações

Em 2008 com a inclusão da EPE no Orçamento Fiscal através da publicação da Lei nº 11.647, que estima as receitas e despesas da União para o exercício financeiro de 2008, tornou-se necessária a adaptação da EPE às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional.

A deliberação DCA nº 02/40ª emitida na 40ª Reunião do Conselho de Administração da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a qual autoriza a denúncia dos Convênios nº 013/2004, nº 022/2005, nº 023/2005, nº 024/2005, nº 025/2005, nº 026/2005, nº 027/2005, nº 028/2005, nº 029/2005, nº 030/2005, nº 031/2005, nº 032/2005, nº 033/2005, nº 034/2005, nº 035/2005 e nº 039/2005.

Com a denúncia, os recursos previstos nos Convênios foram devolvidos ao caixa único do Tesouro Nacional, uma vez que a partir daquele momento a alocação de recursos seria feita através de dotação orçamentária da União, que possibilitaria a continuidade dos estudos supramencionados, ora em desenvolvimento pela EPE. Vale ressaltar que durante o exercício de 2008, os convênios denunciados não receberam nenhum recurso do MME.

Dado o exposto, constata-se que a denúncia dos referidos Convênios tratou-se de ato administrativo destinado a modificar a maneira como a EPE se relaciona com a União. Dado que com a inclusão da EPE no Orçamento Fiscal da União, tornou-se necessária sua adaptação às normas que regem o Orçamento Público Federal, como por exemplo, a necessidade de utilização da Conta Única do Tesouro Nacional.

No entanto, como foi mencionado, as mudanças são de natureza administrativa não havendo interrupção das atividades relativas aos Estudos de viabilidade supramencionados, em desenvolvimento pela EPE, já que os recursos necessários serão providos mediante dotação orçamentária já prevista na Lei Orçamentária Anual (2008).

Adicionalmente deu-se o pedido, por parte da EPE, de encerramento do contrato 01/2006 com a dispensa da entrega dos produtos restantes, em observação aos dispositivos da Lei nº 8.666/1993, inciso II e parágrafo 1º, do artigo 79, daquela lei, no dia 29 de agosto de 2008.

Os produtos que tiveram sua entrega dispensada estavam previstos para serem entregues em setembro de 2008, no entanto com a inclusão da EPE no Orçamento fiscal não fazia mais sentido em manter sua gestão sob a forma de contrato. Em outras palavras, os produtos objeto do Contrato 001/2006 tiveram sua execução recondiçãoada ao novo arranjo institucional aludido, sem interrupção das atividades técnicas relativas aos estudos.

UNIDADE SUBORDINADA
Departamento de Desenvolvimento Energético - DDE

DIRETOR-SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO
Paulo Augusto Leonelli

O DDE gerencia três Programas de Governo voltados às áreas de Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (0476), Energia Alternativa Renovável (1044) e Eficiência Energética (1046), que buscam alternativas energéticas que proporcionem baixo custo de produção, inclusão social e respeito ao meio ambiente. Com base nessas prerrogativas, o DDE celebra Convênios de Cooperação Técnica e Financeira com objetivos aderentes aos programas desenvolvidos, junto às instituições que possuem capacitação para a execução do objeto proposto, verificada por meio da análise do histórico de atuação e a qualificação de seus profissionais. Consideram-se, também, aspectos de valorização das capacidades regionais de desenvolvimento, replicação da produção científica e tecnológica para outras comunidades e benefícios sociais às regiões onde são desenvolvidos os projetos.

Durante o exercício do ano 2008, 15(quinze) convênios estavam em vigência, sendo que 4(quatro) destes, efetivamente receberam aporte de recursos, tanto de natureza de investimento quanto de custeio. Foram disponibilizados R\$ 918.969,00 (novecentos e dezoito mil, novecentos e sessenta e nove reais), sendo R\$ 49.100,00 (quarenta e nove mil e cem reais) no Programa de Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia (0476) e R\$ 869.869,00 (oitocentos e sessenta e nove mil e oitocentos e sessenta e nove reais) no Programa Energia Alternativa Renovável (1044).

Cabe ressaltar que as mudanças na metodologia de propostas de novos convênios impostas pelo Decreto n.º 6.170/2007 e as conseqüentes adaptações tanto do MME quanto das instituições proponentes, promoveram uma reavaliação nos procedimentos de análise e formalização de novos convênios em 2008.

Além disso, os recursos disponíveis no referido exercício foram destinados para o pagamento das parcelas remanescentes previstas nos planos de trabalho dos convênios em andamento, no sentido de cumprir o estabelecido nos respectivos cronogramas de desembolso.

Programa 0476 – Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético <hr/> <ul style="list-style-type: none"> • 2299 - Fomento a Projetos Aplicativos de Tecnologias de Energia
Gerente do Programa	Altino Ventura Filho
Gerente Executivo	Paulo Augusto Leonelli
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Taxa de Incorporação de Tecnologia na Matriz Energética Nacional Unidade de Medida: Percentagem
Público Alvo (beneficiários)	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Principais Ações do Programa

Gestão das Ações

TIPO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 - Incentivar a demonstração e desenvolvimento de projetos para novas tecnologias de produção de energia, relacionadas à cadeia produtiva e que tenham sido

	desenvolvidas por institutos de pesquisa nacionais e internacionais.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 – Identificação dos gargalos tecnológicos, tanto de processos quanto de produtos, a fim de prospectar nos institutos de pesquisa tecnologias maturadas capazes de resolver o problema identificado. Concluída esta fase, um projeto demonstrativo de tecnologia será implantado e divulgado para promover a absorção dessa tecnologia pelo setor produtivo.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 – Ministério de Minas e Energia
Unidades Executoras	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE
Áreas Responsáveis por Gerenciamento ou Execução	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/ Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE
Coordenador Nacional da Ação	<ul style="list-style-type: none"> • 2299 – Paulo Augusto Leonelli
Responsável pela Execução da Ação no Nível Local	

Metas e Resultados da Ação Exercício

Projeto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
2299	2,000 ¹	330.000,00	1,0	49.100,00

¹ Número de projetos aplicativos de tecnologias de energia.

Observações:

AÇÃO 2299 – Dentre os convênios em execução em 2008 que possuíam parcelas remanescentes, foi apoiado, nesta referida ação, o convênio com a Universidade Federal do Acre – UFAC (Convênio n.º 013/2005), descrito a seguir:

- Convênio n.º 013/2005 – FUNDAPE/UFAC/AC

Objeto: Implementar o Núcleo de Referência Tecnológica em Energias Alternativas da UFAC, para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico, da utilização de fontes alternativas de energia - elétrica e de combustíveis - visando atender as e comunidades isoladas das regiões agrícolas, florestais, ribeirinhas e de povos indígenas dos municípios do Estado do Acre.

Vigência: 23.12.07 a 21.12.09 (data de encerramento prorrogada por meio do 1º termo aditivo, assinado em 21 de dezembro de 2008)

Ações Desempenhadas no âmbito da execução do convênio:

- Conclusão das instalações laboratoriais e teste de operação do biodigestor em conjunto com gasômetro com capacidade para 5 m³ de biogás e grupo gerador de 3 kVA;
- Estruturação do laboratório de medição e controle eletroeletrônicos de sistemas fotovoltaicos e aquisição dos equipamentos para desenvolvimento de protótipos de kits fotovoltaicos;
- Estruturação do laboratório de calibração de sensores de radiação solar e início da instalação de sensores nas estações meteorológicas já existentes no estado do Acre;
- Continuidade na elaboração do mapa solarimétrico do estado do Acre.

Ações Futuras a cargo da Área Responsável pela Execução:

- Analisar os relatórios técnicos referentes aos testes da unidade demonstrativa de biogás (dados referentes à parametrização de funcionamento e otimização do processo);
- Analisar o estudo de aplicações bioenergéticas e sua avaliação para uso de pequenos produtores rurais, colonos e populações tradicionais da Amazônia;
- Analisar o relatório de performance dos protótipos dos kits fotovoltaicos propostos e os resultados da instalação no centro e no nordeste do Acre de duas plataformas de coleta de dados sobre irradiância solar e meteorologia;
- Analisar o relatório referente às análises de dados meteorológicos, de irradiância solar para elaboração do mapa solarimétrico do estado do Acre;

Programa 1044 – Energia Alternativa Renovável

Dados Gerais do Programa

TIPO DE PROGRAMA	FINALÍSTICO
Objetivo Geral	Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países <ul style="list-style-type: none"> • 7050 – Implantação de plantas demonstrativas de fontes de energia alternativa renovável
Gerente do Programa	Altino Ventura Filho
Gerente Executivo	Paulo Augusto Leonelli
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Taxa de participação de energias alternativas renováveis na Matriz Energética – Unidade de Medida: Percentagem
Público Alvo (beneficiários)	Concessionárias, permissionárias, agentes produtivos e consumidores de energia elétrica

Principais Ações do Programa

Gestão das Ações

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> • 7050 – Avaliar novas tecnologias de energia, por da análise do custo-benefício de sua implementação em caráter mercadológico, impactos relativos a preservação do meio-ambiente e bem estar social, visando a inserção comercial das fontes alternativas renováveis.
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • 7050 – Desenvolvimento de projetos de plantas para o aproveitamento de fontes modernas de energia como à energia termossolar, por meio de concentradores, para geração de eletricidade; aproveitamento da gaseificação da biomassa florestal para geração de eletricidade; utilização de células a combustível para geração de eletricidade; geração eólica; híbrido-solar, eólica, diesel; biomassa utilizando insumos locais - dejetos animais, resíduos agrícolas e oleaginosas; e mini e micro centrais elétricas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	• 7050 – Ministério de Minas e Energia
Unidades executoras	• 7050 – Ministério de Minas e Energia
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	• 7050 – Ministério de Minas e Energia
Coordenador nacional da ação	• Ministério de Minas Energia
Responsável pela execução da ação no nível local	• 7050 – Ministério de Minas e Energia

Metas e Resultados da Ação Exercício

Projeto	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
7050	10 ¹	2.120.000,00	3	859.869,00

¹Projetos de Energia Renovável

Observações:

AÇÃO 7050 – No âmbito desta ação, foram apoiados os convênios: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL (Convênio n.º 018/2004); Universidade de Brasília – UnB (Convênio 004/2005 - MME); e o Centro de Energias Alternativas e Meio Ambiente – CENEA (Convênio n.º 011/2005), descritos a seguir:

- Convênio n.º 018/2004 –CEPEL

Objeto: Assistência Técnica e Difusão de Informações de Programas do MME, que consiste no desenvolvimento de estudos, material de suporte técnico e infra-estrutura para atendimento das necessidades do LUZ PARA TODOS, PRODEEM e PROINFA, e apoio técnico à estruturação de políticas públicas em atividades pertinentes a energias renováveis, criando condições para difundir o uso adequado destas fontes no Brasil, contemplando também a busca da eficiência e sustentabilidade energéticas.

Vigência: 21.12.04 a 30.12.09 (data de encerramento prorrogada por meio do 4º termo aditivo, assinado em 22 de dezembro de 2008)

Ações Desempenhadas no âmbito da execução do convênio:

- Participação e promoção de reuniões, elaboração de relatórios técnicos e resposta a consultas do MME e apoio a diretorias do MME;
- Especificação e compra de equipamentos para suporte das atividades relativas aos programas do MME;
- Participação e promoção de seminários, congressos, feiras de ciências, de caráter regional, nacional ou internacional; montagem de apoio a cursos e ventos; estabelecimento de acordos e parcerias, como por exemplo:
 - Apresentação de Palestra durante Workshop “Fontes Alternativas de Energia”, promovido pelo BNDES no dia 15 de abril de 2008, Rio de Janeiro, RJ;
 - Apresentação da Palestra “Energias Renováveis” durante o III Seminário da Engenharia da Energia, promovido pelo Instituto Politécnico da PUC-Minas no dia 9 de maio de 2008, Belo Horizonte, MG;
 - Apresentação da Palestra “*Solar Energy - Potentials on Industrial Applications and Productive Uses (A Small Size Application Approach)*” durante o Fórum Global de Energias Renováveis, realizado no período de 18 a 21 de maio de 2008, Foz do Iguaçu, PR;
 - Apoio, incluindo montagem de estande com kit solar fotovoltaico e apresentação dos produtos do Centro, ao evento Fórum Global de Energias Renováveis, realizado no período de 18 a 21 de maio de 2008, Foz do Iguaçu, PR;
 - Apresentação da Palestra “A Expansão da Geração de Energia Elétrica por Meio da Utilização de Fontes Alternativas de Energia e sua Contribuição para a Sustentabilidade” em evento interno promovido pela CPFL, no dia 12 de junho de 2008, Campinas, SP;

- Apresentação da Palestra “A Energia Solar nas Edificações” realizada durante o Seminário ABEAMA 2008 - A Energia Solar no Meio Ambiente Urbano, promovido em parceria com a FIRJAN e PUC-Rio, no dia 13 de junho de 2008, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da Palestra “Energia Solar e Eólica – Estado da Arte e Perspectivas Futuras da Tecnologia” no Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, no dia 23 de junho de 2008, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da palestra “Energia Solar - Perspectivas, Eficiência e Sustentabilidade” durante o Fórum Estadual de Energias Renováveis, realizada no dia 15 de agosto de 2008, em Vitória, ES;
- Apresentação da palestra “Perspectivas Energéticas do Nordeste” durante o Seminário Energia e Desenvolvimento do Nordeste Brasileiro, realizada no dia 21 de agosto de 2008, em Salvador, BA;
- Apresentação da palestra “Diferentes Soluções para Diferentes Regiões” durante o V Encontro dos Estudantes de Engenharia Elétrica (4E) da POLI-UFRJ com o tema central “Planejamento Energético num Panorama Globalizado” realizada no dia 28 de agosto de 2008, Centro de Tecnologia da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da palestra “Alternativas Energéticas: Solar e Eólica” durante a IX Semana de Geofísica: A Contribuição da Geofísica e da Geologia para a Matriz Energética Nacional, realizada no dia 3 de setembro de 2008, no Centro Cultural Horácio Macedo da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ;
- Participação no Workshop “Cadeia Produtiva do Silício Solar: a Importância da Matéria-Prima”, realizado no dia 26 de setembro de 2008, CETEM, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da palestra “Principais Parques Eólicos Implementados e Projeções” durante o Workshop em Energia Eólica, realizado no dia 30 de outubro de 2008, no Centro de Tecnologia do Gás - CTGAS, Natal, RN;
- Apresentação de palestra “Energias Renováveis no Século XXI” durante a 21ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho (SIPAT) realizada no CEPEL (unidades Fundão e Adrianópolis) no período de 3 a 7 de novembro de 2008, CEPEL, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da Palestra “Políticas Mundiais de Incentivo às Fontes Alternativas de Geração de Energia Elétrica” no Programa de Planejamento Energético da COPPE/UFRJ, no dia 19 de novembro de 2008, Rio de Janeiro, RJ;
- Apoio e participação no II Congresso Brasileiro de Energia Solar (II CBENS) e III Conferência Latino-Americana da ISES (ISES-CLA), incluindo montagem de estande em área de exposição, realizado no período de 18 a 21 de novembro de 2008, Centro de Cultura e Eventos da UFSC, Florianópolis, SC;
- Apresentação da palestra “Experiências Nacionais e Internacionais em Fontes

Renováveis de Energia” durante Seminário Mudanças Climáticas e Matriz Energética promovido pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do estado da Bahia, realizada no dia 26 de novembro de 2008, Salvador, BA;

- Apresentação da palestra “Estudo sobre a Produção de Equipamentos para Geração Eólica no Brasil” durante o 3º Encontro de Energia Eólica: Programa de Desenvolvimento da Geração Eólica no Brasil e as Oportunidades de Negócio deste Mercado, realizada no dia 3 de dezembro de 2008, em São Paulo, SP;
- Participação como moderador em mesa de debate durante o 5º Workshop Abeama Firjan 2008 e 3º Curso Conceitual de Energia Solar - “A energia solar e suas aplicações na indústria”, realizado no dia 10 de dezembro de 2008, na sede da Firjan, Rio de Janeiro, RJ;
- Apresentação da palestra “Fontes Alternativas de Energia” durante o IV Encontro de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Petrolina, realizada no dia 12 de dezembro de 2008, Petrolina, PE;

- Edição de boletins, livros e material técnico;
- Reequipamento de laboratórios de energia solar e eólica;
- Especificação, contratação e/ou estabelecimento de convênio para realização de projetos e construção de centros demonstrativos ,fixos ou móveis, de fontes alternativas energéticas;
- Modernização da casa solar eficiente;
- Aquisição e atualização de dados solares e eólicos, incluindo criação e sistematização de banco de dados sobre as tecnologias solar e eólicas;

Ações Futuras a cargo da Área Responsável pela Execução:

- Analisar os relatórios técnicos referentes ao Convênio CEPEL/SENAI que irá promover a construção dos centros de demonstração que serão distribuídos em diversas regiões do país, sendo dois centros fixos (Brasília e Maranhão) e dois centros móveis (Paraná e Região Amazônica);
- Analisar os relatórios referentes a implementação dos Centros de Informação do CRESESB, que utilizará em seu projeto e construção conceitos inovadores de arquitetura bioclimática.

- Convênio n.º 004/2005 – UNB/FINATEC/DF

Objeto: Aplicação da tecnologia de gaseificação de biomassa e posterior queima do gás em motores de combustão interna para geração de eletricidade em pequena escala para comunidades isoladas

Vigência: 23.12.05 a 26.12.09 (data de encerramento prorrogada por meio do 3º termo aditivo, assinado em 26 de dezembro de 2008)

Ações Desempenhadas no âmbito da execução do convênio:

- Escolha da comunidade, com disponibilidade de biomassa, e estimativa das necessidades energética, atuais e futuras de curto prazo;
- Caracterização, definição das técnicas de coleta, transporte, preparação e armazenamento da biomassa disponível;
- Dimensionamento um sistema de gaseificação de biomassa do tipo leito fixo, "downdraft" estratificado para um moto-gerador;
- Caracterização laboratorial da biomassa quanto ao rendimento em unidades de gaseificação;
- Construção de duas unidades de gaseificação para operarem no laboratório (espelho) e na comunidade.

Ações Futuras a cargo da Área Responsável pela Execução:

- Analisar Relatórios Técnicos e as Prestações de Contas Parciais;
- Realizar visita técnica.

- Convênio n.º 011/2005 –CENEA

Objeto: Projeto, aquisição, implantação, comissionamento e certificação de um túnel de vento nas instalações do Centro de Energias Alternativas – CENEA, em Fortaleza – Ceará, bem como capacitação de recursos humanos necessários para operação e manutenção do mesmo.

Vigência: 21.12.04 a 26.12.09 (data de encerramento prorrogada por meio do 4º termo aditivo, assinado em 26 de dezembro de 2008)

Ações Desempenhadas no âmbito da execução do convênio:

- Especificação, projeto e aquisição dos equipamentos referentes ao túnel de vento;

Ações Futuras a cargo da Área Responsável pela Execução:

- Acompanhar a instalação do túnel de vento no CENEA;
- Verificar a certificação e treinamento para manuseio do equipamento.

UNIDADE SUBORDINADA

Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações – DOC

DIRETOR DO DEPARTAMENTO

Ricardo Alberto Suassuna de Medeiros

As ações e atividades do Departamento de Outorgas de Concessões, Permissões e Autorizações - DOC, subordinado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético estão diretamente relacionadas aos processos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no âmbito do MME, em conformidade com o planejamento da expansão do setor elétrico.

O Departamento, não participa diretamente de programas específicos do Plano Plurianual – PPA 2008 - 2011, não existindo, portanto, programas, ações ou atividades a serem acompanhadas ou atualizadas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, para o ano de 2008.

Público-Alvo

Como o Departamento está subordinado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético entende-se que ela é o seu público alvo, pois dela demanda os trabalhos desenvolvidos pelo DOC. Fornece, ainda, subsídios, no que couber, às demais áreas do Ministérios, tais como Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, Secretaria de Energia, Assessoria Parlamentar, Assessoria Econômica, etc.

Em um aspecto mais abrangente os produtos resultantes das atividades do Departamento estão voltados para:

- Agentes do setor de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, usuários do Sistema Interligado Nacional e Sistema Isolado, EPE, ANEEL, ONS, Câmara dos Deputados, Consumidores e Sociedade em geral.

Meta Ano 2008

Este relatório apresenta os produtos das atividades executadas pelo DOC, resultante das demandas encaminhadas ao Departamento ao longo do ano de 2008, que efetivamente foram atendidas e concluídas, e aquelas iniciadas no período.

Descrição das Atividades

Em linhas gerais as atividades desenvolvidas, no Departamento, estão diretamente relacionados:

I. Aos Processos para concessão de empreendimentos de geração hidroelétrica e de transmissão de energia elétrica da Rede Básica, autorizações de geração e comercialização de energia elétrica, que objetivam a expansão do Setor Elétrico Nacional. Subdivididos em duas atividades:

Concessão de Geração de Energia Elétrica

Esta Atividade está voltada para o processo de promoção das outorgas de concessão e autorização de geração, de acordo com as políticas e diretrizes do Governo Federal, que visa à ampliação da capacidade de geração de energia elétrica do Sistema Elétrico Nacional, por meio dos leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos geração tais como: centrais

hidrelétricas, usinas termelétricas, eólicas e outras fontes alternativas, contribuindo para o aumento de oferta futura de energia para a sociedade brasileira.

Compete ao Departamento de Outorgas:

- Acompanhar, junto aos demais atores envolvidos, os leilões compra de energia elétrica programados para serem realizados ao longo do ano, com objetivo de consumir a realização dos mesmos;
- Instruir os processos administrativos encaminhados ao MME pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, das usinas cujos agentes foram declarados vendedores nos leilões de compra de energia elétrica, para fins de publicação dos atos de outorgas. A instrução dos processos administrativos se dá por meio da elaboração de notas técnicas, minutas de atos de outorga e os respectivos encaminhamentos, no âmbito do MME, resultante da análise aos autos dos processos.

São produtos desta atividade, portanto, o acompanhamento dos leilões realizados e o número de processos efetivamente instruídos, ou seja, tiveram ato de outorga publicada no ano de 2008.

Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica

Esta Atividade contempla as providências voltadas à expansão do sistema de transmissão de energia elétrica, em consonância com as determinações governamentais e conforme o Plano de Ampliações e Reforços na Rede Básica (PAR) do ONS, consolidado com o Programa de Expansão da Transmissão (PET), da EPE.

Os processos tratados contemplam os empreendimentos de transmissão considerados necessários, para o desempenho adequado do sistema, segundo a visão de cada entidade do setor elétrico responsável pelo andamento do mesmo em suas áreas de atuação.

É também de responsabilidade do DOC a iniciativa para inclusão de todos os empreendimentos de transmissão a serem licitados no Plano Nacional de Desestatização – PND junto ao Conselho Nacional de Desestatização – CND, bem como a solicitação de autorização para que a licitação seja efetivada na modalidade de Leilão.

São analisados, ainda, pelo Departamento os processos para emissão de Portaria que reconheçam a configuração do acesso do Consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005.

O produto desta atividade são notas técnicas, minutas de atos e os respectivos encaminhamentos, no âmbito do MME, tanto da análise aos autos dos processos, encaminhados ao MME pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, dos empreendimentos cujas empresas foram declaradas vendedoras nos leilões de transmissão, para fins de publicação dos atos de outorgas, quanto da inclusão dos empreendimentos no Plano Nacional de Desestatização - PND.

II. Aos Processos de regularização de concessão de empreendimentos de geração, transmissão de energia elétrica da Rede Básica, autorizações de geração e comercialização, tratados na atividade:

Gestão de outorgas de concessões, permissões e autorizações (empreendimentos já outorgados)

Atividade voltada para a instrução de processos administrativos encaminhados ao Departamento ou de providências a serem tomadas sobre regularizações de outorgas de concessões, permissões e autorizações de empreendimentos já outorgados, tais como: prorrogações do prazo de concessão; extinção de concessões, transferência de titularidade, solicitação de alteração do regime de exploração de usinas; etc..

O produto desta atividade são levantamentos, notas técnicas, minutas de atos de outorga e os respectivos encaminhamentos, no âmbito do MME, resultante da análise aos autos dos processos de solicitação de regularização, encaminhados ao Departamento, para fins de publicação dos atos de regularização de outorgas, ou o fornecimento de subsídios para suporte à decisão de Secretarias do MME ou do Ministro de Minas e Energia.

III. Análise de assuntos legais e regulatórios, demandados ao DOC, relacionados às outorgas de concessões, permissões e autorizações e Estudos de outros assuntos técnicos ligados a expansão do Setor Elétrico Brasileiro, que são tratados na atividade:

Outras Atividades Técnicas e Regulatórias

Os trabalhos executados nesta atividade objetivam:

- Fornecer subsídios na condução de questionamentos, solicitação de informações, bem como apresentar entendimentos e esclarecimentos sobre as demandas encaminhadas ao Departamento relacionadas à regulação das outorgas de concessões, permissões e autorizações.
- O estudos sobre temas relacionados a expansão do setor elétrico ou a viabilização ou expansão de empreendimentos de geração e/ou transmissão.
- Estudos para fornecer subsídios de Leilões de Geração de Energia Elétrica.

Os produtos desta atividade, portanto, são:

- Pareceres, notas técnicas e informativas sobre regulamentos e suporte a assuntos referentes às outorgas de concessões, permissões e autorizações de serviços de energia elétrica; e
- Pareceres, notas técnicas e informativas sobre projetos de lei, decretos e leilões que afetem as outorgas de concessões, permissões e autorizações.

Resultado - Produto por Atividade

Concessão de Geração de Energia Elétrica

No ano de 2008, foram acompanhados pelo Departamento, junto aos demais atores envolvidos, **4 (quatro)** leilões de compra de energia elétrica, cuja realização foi determinada por meio das Portarias MME nº 331 de 04 de dezembro de 2007 e nº 28, de 24 de janeiro de 2008-UHE Jirau.

Qt	Leilão	Objeto	Data de Realização
01	Leilão - UHE Jirau	Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente da UHE Jirau, no rio Madeira, localizada no Estado de Rondônia, indicada como projeto de geração com prioridade de licitação e implantação, nos termos da Lei nº 9.478/1997, conforme Resolução CNPE nº 1/2008	19 de maio de 2008
02	1º Leilão de Energia de Reserva - Leilão ANEEL nº 01/2008	Leilão para contratação de energia elétrica de reserva, proveniente de BIOMASSA, com inícios de suprimento em 2009 e em 2010, nos termos dos art. 3º e 3º-A da Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004 e do Decreto nº. 6.353, de 2008.	14 de Agosto de 2008
03	6º Leilão de Energia Nova (A-3) - Leilão nº ANEEL nº 02/2008	Leilão A-3 para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de Autorização, para o Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para início de fornecimento a partir de 2011	17 de setembro de 2008
04	7º Leilão de Energia Nova (A-5) - Leilão ANEEL nº 03/2008	Leilão A-5 para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de Concessão e de Autorização no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para início de fornecimento a partir de 2013.	30 de Setembro de 2008

Foi concluída, no ano de 2008, a instrução de **17** processos administrativos relativos às outorgas de geração provenientes de leilões para contratação de energia elétrica realizados nos anos de 2007 e 2008.

Vale observar que devido ao cronograma estabelecidos para a condução dos leilões de compra de energia, nem sempre as outorgas dos empreendimentos são publicadas no ano de realização do leilão.

RELAÇÃO DE USINAS OUTORGADAS EM 2008

Empreendimentos vencedores do Leilão A-3/2007 - Fontes Alternativas - Data Leilão 18/06/2007								
QT	Tipo	Combustível	Empreendimento	Portarias MME Publicada	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada (MW médios)	Outorga de Autorização
1	PCH	Hidro	PCH Pedra Furada	Nº 15, de 16/01/2008	6,50	3,19	3,00	Implantar / Explorar
2	Termo	BIO	UTE Louis Dreyfus Lagoa da Prata	Nº 97, de 13/03/2008	60,00	29,80	19,00	Implantar / Explorar
3	Termo	BIO	UTE Louis Dreyfus Rio Brillhante	Nº 98, de 13/03/2008	90,00	48,90	22,00	Implantar / Explorar

4	Termo	BIO	UTE Ester	Nº 168, de 06/05/2008	30,00	10,20	10,20	Implantar / Explorar
4				TOTAL	186,50	92,09	54,20	

Empreendimentos vencedores do Leilão A-3/2007 – data Leilão - 26/7/2007

QT	Tipo	Combust.	Empreendimento	Portarias MME Publicada	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWmédios)	Energia Comercializada (MW médios)	Outorga de Autorização
1	Termo	OCB1	UTE Nova Olinda	Nº 19, de 18/01/2008	165,00	120,80	120,00	Implantar / Explorar
2	Termo	OCB1	UTE Tocantinópolis	Nº 17, de 16/01/2008	165,00	120,80	120,00	Implantar / Explorar
3	Termo	OCB1	UTE Itapebi	Nº 115, de 24/03/2008	137,60	103,70	103,00	Implantar / Explorar
4	Termo	OCB1	UTE Monte Pascoal	Nº 16, de 16/01/2008	137,60	104,80	104,00	Implantar / Explorar
5	Termo	OCB1	UTE Viana	Nº 13, de 16/01/2008	170,76	121,50	121,00	Implantar / Explorar
5				TOTAL	775,96	571,60	568,00	

Empreendimentos vencedores do Leilão A-5/2007 - Data do Leilão 16/10/2007

QT	Tipo	Combust.	Empreendimento	Portarias MME Publicada	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWmédios)	Energia Comercializada (MW médios)	Outorga de Autorização
1	Termo	Carvão	UTE Termomaranhão	Nº 177, de 12/05/2008	350,20	332,70	315,00	Implantar / Explorar
2	Termo	Carvão	UTE MPX	Nº 226, de 27/06/2008	700,00	631,00	615,00	Implantar / Explorar
3	Termo	OC	UTE Suape II	Nº 217, de 19/06/2008	355,68	265,40	265,00	Implantar / Explorar
4	Termo	OC	UTE Maracanau II	Nº 96, de 12/03/2008	73,71	53,00	51,00	Implantar / Explorar
4				TOTAL	1.479,59	1.282,10	1.246,00	

Leilão nº 5/2007 - UHE Santo Antônio - Data do Leilão: 10/12/2007

QT	Tipo	Combust.	Empreendimento	Decreto Publicado	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MWmédios)	Energia Comercializada (kW médios)	Outorga Concessão
----	------	----------	----------------	----------------------	-------------------------------	--------------------------------------	--	----------------------

1	UHE	Hidro	UHE Santo Antônio	Decreto de Concessão Sem Número - de 12/06/2008 / Contrato de Concessão nº 001/2008, de 13/06/2008	3.150,40	2.218,00	1552,6	Implantar / Explorar
1				TOTAL	3.150,40	2.218,00	1552,6	

Leilão nº 5/2008 – UHE Jirau - Data do Leilão: 19/05/2008

QT	Tipo	Combust.	Empreendimento	Decreto Publicado	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada (MW médios)	Outorga Concessão
1	UHE	Hidro	UHE Jirau	Decreto de Concessão Sem Número - de 12/08/2008 / Contrato de Concessão nº 002/2008, de 13/08/2008	3.300,00	1.975,30	1.382,71	Implantar / Explorar
1				TOTAL	3.300,00	1.975,30	1.382,71	

Leilão nº 1/2008 - Leilão de Reserva - Data do Leilão: 14/08/2008

QT	Tipo	Combust.	Empreendimento	Portarias MME Publicada	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada (kW médios)	Outorga de Autorização
1	Termo	Bagaço de Cana	UTE Ferrari	nº 435, de 17/12/2008.	34,50	15,00	6,00	Ampliar
2	Termo	Bagaço de Cana	UTE Cocal II	nº 455, de 23/12/2008	160,00	55,00	6,00	Ampliar
2				TOTAL	194,50	70,00	12,00	

TOTAL GERAL OUTORGAS DE GERAÇÃO / ANO 2008

Total de Outorga	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Comercializada (MW médios)
17	9.086,95	6.209,09	4.815,51

Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica

No ano de 2008, foram acompanhados pelo Departamento, junto aos demais atores envolvidos, **4 (quatro)** leilões de transmissão de energia elétrica.

Qt	Leilão	Objeto	Data de Realização
01	004/2008 - ANEEL	Interligação Tucuruí – Macapá – Manaus / Expansão da Rede Básica no Estado do Mato Grosso / LT Interlagos – Piratininga II, CD, 345 kV e Subestação Piratininga II 345/138/88 kV / LT Nova Santa Rita – Scharlau, 230 kV e Subestação Scharlau 230/138 kV /LT Eunápolis – Teixeira de Freitas II, 230 kV e Subestação Teixeira de Freitas II 230/138 kV / Subestações Mirassol, Getulina e Araras 440/138 kV / LT Joinville Norte – Curitiba, C2, 230 kV LT Jorge Lacerda B – Siderópolis, C3, 230 kV / Subestação Forquilha 230/69 kV Subestações Venda das Pedras e Atibaia II 345/138 kV LT São Simão – Itaguaçu, 500 kV e Subestação Itaguaçu 500/230 kV LT Itaguaçu – Barra dos Coqueiros, 230 kV e Subestação Barra dos Coqueiros 230 kV	27 de junho de 2008
02	006/2008 - ANEEL	LT Ribeiro Gonçalves – Balsas 230 kV e Subestações Balsas 230/69 kV e Ribeiro Gonçalves 500/230/69 kV / Subestação Miranda II 500 kV / LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2, 500 kV / LT Porto Alegre 9 – Porto Alegre 4, 230 kV / LT Porto Alegre 9 – Porto Alegre 8, 230 kV / LT Nova Santa Rita – Porto Alegre 9, 230 kV / LT Monte Claro – Garibaldi, 230 kV / Subestação Narandiba 230 kV / Subestação Missões 230/69 kV / Subestações Suape II 500 kV e Suape III 230 kV	3 de outubro de 2008
03	007/2008 - ANEEL	Sistema de Transmissão para integração do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira	26 de novembro de 2008
04	008/2008 - ANEEL	Linhas e subestações integrantes da Rede Básica, Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e de Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG)	24 de novembro de 2008

Foram efetivadas também **5** Resoluções do CND, abrangendo a inclusão no PND de **83** empreendimentos de transmissão a serem leiloados bem como a autorização para licitação na modalidade de Leilão.

Ainda no ano de 2008, foram concluídos 02 processos administrativos relativos a outorga de concessão dos empreendimentos licitados em 07 de novembro de 2007 no Leilão nº 004/2007 – ANEEL e em 27 de junho de 2008 no Leilão nº 004/2008 – ANEEL, compreendendo 18 concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica e que totalizaram 4.930 km de linhas de transmissão e 23 novas subestações.

LEILÃO 004/2007 – ANEEL:

Decreto	Outorgado	Empreendimento	Extensão	Região
---------	-----------	----------------	----------	--------

27/02/2008	Interligação Elétrica Norte e Nordeste S/A	LT Colinas – Ribeiro Gonçalves, 500 kV LT Ribeiro Gonçalves – são João do Piauí, 500 kV	374 353	TO/PI
27/02/2008	Iracema Transmissora de Energia S/A	LT São João do Piauí – Milagres, 500 kV	400	PI/CE
27/02/2008	Jauru Transmissora de Energia S/A	LT Jauru – Juba, 230 kV Subestação Juba, 230 kV LT Maggi – Nova Mutum, 230 kV Subestação Maggi, 230 kV	123 226	MT
27/02/2008	Eletrosul – Centrais Elétricas S/A	LT Presidente Médici – Santa Cruz, 230 kV	245	RS
27/02/2008	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	LT Jardim – Penedo, 230 kV	110	SE/AL
27/02/2008	Copel Geração e Transmissão S/A	LT Bateias – Pilarzinho, 230 kV	31	PR
27/02/2008	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	LT São Luis II – São Luis III, 230 kV Subestação São Luis III, 230 kV	33	MA

LEILÃO 004/2008 – ANEEL

Decreto	Outorgado	Empreendimento	Extensão	Região
8/10/2008	Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/a	LT Tucuruí – Xingu, CD, 500 kV LT Xingu – Jurupari, CD, 500 kV Subestação Xingu, 500 kV Subestação Jurupari, 500/230 kV	257	PA
8/10/2008	Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LT Oriximiná – Jurupari, CD, 500 kV LT Jurupari – Laranjal, CD, 230 kV LT Laranjal – Macapá, CD, 230 kV Subestação Macapá, 230/69 kV Subestação Laranjal, 230/69 kV Subestação Oriximiná, 500/138 kV	370 95 244	PA/AP
8/10/2008	Manaus Transmissora de Energia S/A	LT Oriximiná – Itacoatiara, CD, 500 kV LT Itacoatiara – Cariri, CD, 500 kV Subestação Itacoatiara 500/138 kV Subestação Cariri 500/230 kV	370 211	PA/AM
8/10/2008	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A	LT Maggi – Juba, CD, 230 kV LT Parecis – Maggi, CD, 230 kV LT Juína – Maggi, CD, 230 kV LT Nova Mutum – Sorriso, 230 kV LT Sorriso – Sinop, 230 kV Subestação Parecis, 230/138 kV Subestação Juína, 230/138/13.8 kV	233 100 252 152 86	MT
8/10/2008	Interligação Elétrica Pinheiros S/A	LT Interlagos – Piratininga II, CD, 345 kV Subestação Piratininga II,	1	SP

		345/138/88 kV		
8/10/2008	Interligação Elétrica Sul S/A	LT Nova Santa Rita – Scharlau, 230 kV Subestação Scharlau, 230/138 kV	23	RS
8/10/2008	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	LT Eunápolis – Teixeira de Freitas II, 230 kV Subestação Teixeira de Freitas II, 230 kV	152	BA
8/10/2008	Interligação Elétrica Pinheiros S/A	Subestação Mirassol, 440/138 kV Subestação Getulina, 440/138 kV Subestação Araras, 440/138 kV		SP
8/10/2008	Interligação Elétrica Sul S/A	LT Joinville Norte – Curitiba, C2, 230 kV LT Jorge Lacerda B – Siderópolis, C3, 230 kV Subestação Forquilha, 230/69 kV	37 50	SC/RS
8/10/2008	Pedras Transmissora de Energia Ltda.	Subestação Venda das Pedras, 345/138 kV		RJ
8/10/2008	Interligação Elétrica Pinheiros S/A	Subestação Atibaia II, 345/138 kV		SP
8/10/2008	Coqueiros Transmissora de Energia Ltda.	LT São Simão – Itaguaçu, 500 kV LT Itaguaçu – Barra dos Coqueiros, 230 kV Subestação Itaguaçu, 500/230 kV Subestação Barra dos Coqueiros, 230 kV	23 43	GO/MG

Gestão de outorgas de concessões, permissões e autorizações (empreendimentos já outorgados)

O Departamento prevê, anualmente, que sejam concluídas todas as demandas encaminhadas ao Departamento relativas a esta atividade. Segue abaixo a relação das demandas tratadas no Departamento no ano de 2008:

- **Prorrogação do Contrato de Concessão da UTE Camaçari**
Análise dos processos relativos à prorrogação da outorga da UTE Camaçari. Os processos foram devolvidos à ANEEL para esclarecimentos adicionais.
- **UTE Louis Dreyfus Rio Brilhante**
Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Louis Dreyfus Rio Brilhante. Transferência de titularidade e alteração do nome da UTE. Concluída com emissão da Portaria MME nº 98, de 13 de março de 2008.
- **UTE Louis Dreyfus Lagoa da Prata**
Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Louis Dreyfus Lagoa da Prata. Transferência de titularidade e alteração do nome da UTE. Concluída com emissão da Portaria MME nº 97, de 13 de março de 2008.
- **UTE Nova Olinda**
Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Nova Olinda. Alterações no local de implantação, ponto de conexão, configuração da capacidade instalada, sistema de transmissão de interesse restrito e

recálculo da Garantia Física da UTE. Concluída a Análise técnica e jurídica, a emissão de Portaria do MME será realizada em 2009.

▪ **UTE Candiota III - CGTEE**

Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Candiota III. Concluída com a emissão da Portaria MME nº 304, de 17 de setembro de 2008.

▪ **UTE Termomanaus**

Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Termomanaus. Altera o ponto de conexão da UTE, bem como promove a mudança de localização da usina do município de Santo Agostinho para Igarassú, ambos no Estado de Pernambuco. Concluída com a emissão da Portaria MME nº 236, de 4 de julho de 2008.

▪ **UTE Tocantinópolis**

Análise de solicitação da ANEEL para alteração de portaria de autorização de instalação da UTE Tocantinópolis. Alterações no local de implantação, ponto de conexão, configuração da capacidade instalada, sistema de transmissão de interesse restrito e recálculo da Garantia Física da UTE. Concluída a Análise técnica e jurídica, a emissão de Portaria do MME será realizada em 2009.

▪ **Extinção da Concessão da UTE Carioba**

Solicitação de extinção da concessão pertinente à UTE Carioba da CPFL Centrais Elétricas S.A. de que trata o Contrato de Concessão de Serviço Público de Geração DNAEE nº 015/1997. Concluída a análise técnica.

Outras Atividades Técnicas e Regulatórias

▪ **Projeto de lei para permitir modalidade de leilão nas concessões de transmissão:**

Projeto de lei para permitir modalidade leilão nas concorrências para concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, dispensando o processo de inclusão no PND.

▪ **Sistema de transmissão em 230 kV – Manaus**

Análise dos aspectos regulatórios e legais para viabilizar implantação do sistema de transmissão em 230 kV para atendimento ao Sistema Elétrico Isolado de Manaus e sua futura incorporação à Rede Básica.

▪ **Comercialização dos Excedentes de Consumidores Livres**

Análise da proposta da ANEEL e de diversas associações de agentes setoriais para alterar a legislação e a regulamentação com objetivo de permitir o Consumidor Livre comercializar seus excedentes de energia elétrica, reduzir a contratação ex-post e propiciar sinais econômicos adequados a expansão da oferta de energia no ACL. Concluída a análise técnica.

▪ **Participação de Autoprodutores na Concessão de Aproveitamentos Hidroelétricos**

Análise de proposta encaminhada pelo MME pela Alcoa com objetivo de viabilizar a participação de autoprodutores na disputa pela concessão de aproveitamentos hidrelétricos. Concluída.

- **Outorgas de Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCH**
Análise dos aspectos legais e regulatórios relativos à Resolução ANEEL nº 395/98, em função de questionamentos formulados por Parlamentares e Associações ao MME. Participação em audiência na Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara Federal. Publicada Resolução da ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008.
- **Emenda Constitucional nº 122, de 2007**
Análise e emissão de parecer técnico sobre projeto de emenda constitucional que propõe a quebra do monopólio da União na implantação e exploração de Reatores Nucleares para fins de geração de energia elétrica. Concluída a análise técnica.
- **Regulamentação de modificação de regime de exploração de geração para PIE**
Regulamentação dos parágrafos 3º e 4º do art. 20 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, acrescentados pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, que permite a alteração do regime de serviço público para PIE das concessões decorrentes de desverticalização. Concluída a análise técnica.
- **Interligação Energética com o Peru**
Em andamento os estudos para a integração energética. Concluída análise da legislação e regulamentação brasileira para importação. Análise do Regulamento de Importação e Exportação de Energia Elétrica Peruano.
- **Normatização do Processo de Outorgas de Geração - Autorização**
Desenvolvimento e elaboração de instrumento normativo do processo de instrução de outorga de geração para ser aplicado no DOC. Está sendo providenciada a publicação de Portaria estabelecendo esse documento para o início de 2009.

Acesso a Rede Básica

- **PETROBRÁS – COMPERJ - RJ**
Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 22, de 25/07/2008.
- **Projeto Serra Sul (VALE) – PA**
Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 23, de 25/07/2008.
- **NORFIL S/A – Indústria Têxtil – PB**
Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 28, de 19/08/2008.
- **PROJETO SALOBO - PA**

Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 29, de 19/08/2008.

- **PETROBRAS – Refinaria Abreu e Lima**

Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 37 de 10/12/2008.

- **SAMARCO – Unidade de Germano**

Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão: Portaria SPE/MME nº 38, de 10/12/2008.

- **VALE – Projeto Mina de Conceição – MG**

Análise de processo para emissão de portaria que reconheça a configuração do acesso do consumidor à Rede Básica em atendimento ao Decreto nº 5.597/2005. Conclusão para janeiro de 2009.

2.3.1.4. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG

Tabela 2 – Dados gerais do programa (0276 - Gestão da Política de Energia)

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional
Objetivos Específicos	Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países
Gerente do programa	Márcio Pereira Zimmermann
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Capacidade instalada de geração de energia elétrica; Consumo de energia elétrica no País; Linhas de transmissão instaladas, com tensão igual ou superior a 230 Kv
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2. Principais Ações do Programa - PPA

2.3.2.1. Ação 4892 – Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Reformular o processo de licitação de blocos para exploração e produção de hidrocarbonetos, objetivando proporcionar uma maior atratividade à iniciativa privada e orientar o desenvolvimento dos setores do

	petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, mediante a elaboração de planejamento indicativo para esses setores, fornecendo elementos para subsidiar estudos da matriz energética nacional.
Descrição	<p>Realização de estudos técnicos e econômicos, por intermédio de consultorias especializadas, quando necessário, objetivando a modelagem do novo processo de licitação com a adequação entre as informações levantadas, as diretrizes políticas estabelecidas e a realidade brasileira, inclusive quanto aos aspectos tributários e de participações governamentais.</p> <p>Realização de estudos relacionados ao planejamento dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, destacando-se: estudos do mercado, estudos de avaliação da competitividade dos energéticos, estudo das fontes de suprimento, estudos da infra-estrutura de abastecimento, estudos da infra-estrutura de refino, desenvolvimento de potencial de recursos, Plano Diretor de Gás Natural, gestão sócio-ambiental, estudos para incorporação da indústria nacional e estudos para gestão de informações estratégicas.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério de Minas e Energia
Coordenador Nacional da Ação	João José de Nora Souto
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

No PPA 2008-2011, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, no âmbito do Programa 0276 – Gestão da Política de Energia (objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia), responsabilizou-se pela ação 4892 - Planejamento dos Setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis em 2008: Tipo da Ação: Atividade. Orçamento LOA: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Objetivo: o planejamento dos setores de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis fazem parte das atribuições da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, segundo o Decreto 5.267/2004 de 09 de novembro de 2004.

Não obstante, o valor autorizado para movimentação e empenho no Exercício de 2008, por força do Memorando nº 334/SE, de 16 de maio de 2008 (Anexo I), foi de R\$ 464.116,00 a título de Outras Despesas Correntes, sendo empenhado o valor total de R\$ 443.464,00.

De acordo com os dados inscritos no SIGPLAN, os valores efetivamente pagos relativos à execução da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis totalizam R\$ 289.108,41, sendo que R\$ 198.241,99 referem-se a passagens, R\$ 89.878,93 referem-se a diárias de pessoal civil e R\$ 987,49 é referente a restituições.

Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EMPENHADO	VALOR PAGO	EXECUÇÃO/PR EVISÃO %
Financeira	500.000,00	443.462,00	289.108,41	88,69
Física	-	-	-	-

Fonte: SIGPlan

2.3.1.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

Principais Ações do Programa 1069 - Gestão da Política Mineral

O programa Gestão da Política Mineral possui duas ações, Capacitação e difusão de informações técnico-gerenciais para a mineração sustentável e Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, cujos resultados são apresentados a seguir.

Ação 4871 - Capacitação e difusão de informações técnico-gerenciais para a mineração sustentável

Dados Gerais da Ação 4871

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover a cultura empreendedora sustentável para o minerador, qualificando-o para a gestão de negócios. Promover a capacitação dos trabalhadores e gestores de unidades mineradoras e transformadoras para as atividades de pesquisa, desenvolvimento, lavra, beneficiamento e transformação mineral.
Descrição	Realização de cursos de gestão empresarial para mineradores. Capacitação técnica-operacional para trabalhadores e gestores de unidades mineradoras nas atividades de pesquisa, de lavra e de beneficiamento, incluindo normas de segurança do trabalho, legislação mineira e ambiental. Os cursos serão ministrados através de convênios com entidades públicas e privadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SGM
Unidades executoras	Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração - DDSM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração – DDSM
Coordenador nacional da ação	Cláudio Scliar
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Maria José Gazzi Salum

Resultados da Ação 4871

Atividades Realizadas em 2008

Atividades	Descrição	Realizações 2008
DDSM1. Programa Nacional de	Descrição: Ação voltada ao estudo dos pequenos	Ação desenvolvida com base no Convênio 001/2005 com a Fundação Desenvolvimento à

Atividades	Descrição	Realizações 2008
<p>Formalização da Produção Mineral</p>	<p>empreendimentos de produção mineral de ouro, agregados da construção civil e minerais industriais e gemas para fins de formalização.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>É o projeto que dá sustentação operacional à competência institucional da SGM no que tange à mineração sustentável. Na etapa atual, tem como objetivos: fomentar e apoiar a regularização de Título Minerário, Licença Ambiental e de outros requisitos legais; fomentar e apoiar a organização social e da produção mineral nas pequenas unidades produtivas, com incentivo para a formação de cooperativas; e fomentar e apoiar a capacitação técnica e em gestão dos empreendedores das pequenas unidades produtivas, sejam elas empresas e/ou cooperativas. A expectativa é a diminuição da mineração clandestina, bem como aquela predatória ao meio-ambiente e às reservas minerais.</p>	<p>Pesquisa FUNDEP/UFGM, Proc.48000.1937/2005-41. Em 2008 as seguintes atividades foram executadas: 1. Ouro - Reserva Garimpeira de Ouro do Tapajós - Itaituba – PA: Contratação do projeto: 2007; Nível de execução: 90%. 2. Agregados da Construção Civil (areia e brita): a) Porto Alegre e 35 municípios RS - Contratação do projeto: 2006 /Nível de execução: 100%; b) Belém (PA) - Contratação do projeto: 2007 / Nível de execução: 60%; c) São Luiz (MA) - Contratação do projeto: 2007 / Nível de execução: 90%; d) Recife (PE) - Contratação do projeto: 2007 / Nível de execução: 100%. 3. Argila: a) Curitiba e 22 municípios PR - Contratação do projeto: 2005 / Nível de execução: 100%; b) Itaoca (SP) - Contratação do projeto: 2006 / Nível de execução: 100%; c) Tenente Ananias (RN) - Contratação do projeto: 2006/ Nível de execução: 100%. 4. Gemas e Minerais Industriais: a) Vale do Mucuri e Jequitinhonha (MG) - Contratação do projeto: 2006 / Nível de execução: finalizado com 80% de execução; b) Paraíba e Rio Grande do Norte - Contratação do projeto: 2006/ Nível de execução: 100%. 5. Gemas - Taquaruçu, Igrejinha e Itariri (SP) - Contratação do projeto: 2007 / Nível de execução: 100%. 6. Rochas Ornamentais (quartzito) – Serra da Canastra - Contratação do projeto: 2007 / Nível de execução: 90% (o projeto se deslocou para atendimento aos produtores informais no entorno da área bloqueada como Parque Nacional).</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
<p>DDSM2. Programa Nacional de Cooperativismo e Outras Formas Associativas de Trabalho na Mineração</p>	<p>Descrição: Ação institucional de capacitação para estimular o cooperativismo e o associativismo.</p> <p>Justificativa: A formação de cooperativas e de outras formas associativas de organização produtiva tem sido largamente utilizada em todo o mundo em vários setores da economia com o objetivo de otimizar a utilização de recursos financeiros e infra-estrutura física para a produção, com resultados muito positivos, em especial, quando se trata de atividade econômica localizada que envolve o segmento social de baixa renda, notoriamente hiposuficiente economicamente para alavancar o desenvolvimento do negócio. Neste contexto, esta ação está relacionada com a realização de seminários e de uma capacitação <i>in loco</i> sobre constituição e gestão de cooperativas.</p>	<p>Convênio 017/2005 (Proc.48000.3419-2005-62) com a Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – FUVATES, destinado a apoiar o desenvolvimento técnico das cooperativas de mineração de Ametista do Sul e região limítrofe. No biênio 2007/8, este projeto obteve resultados bastante significativos em termos da capacitação em lavra. Os resultados incluem: i) efetivação do processo de perfuração a úmido em todas as lavras; e ii) implantação de ventilação ns lavras. Essas ações permitiram o estabelecimento de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC – com o Ministério Público do Trabalho e Órgão Ambiental de Meio Ambiente do RS, o que permitiu a continuidade da produção de ametista por cerca de dois mil garimpeiros cooperados. O Convênio com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Auto Gestão e Participação Acionária – ANTEAG, Proc. 48000.003014/2006-13, destinado a desenvolver Assessoria Técnica em Gestão de Cooperativa de Base Mineral na Cooperativa dos Garimpeiros do Alto e Médio Uruguai – COOGAMAI foi finalizado, atingido os seus objetivos, dando à cooperativa uma melhor qualificação empresarial. Em OUT08 foi realizado o IV Seminário Nacional de Cooperativismo na Mineração em conjunto com a 8ª Conferência Anual da CASM (<i>Community and Artisanal and Small Scale Mining</i>). A interação dos pequenos produtores minerais brasileiros com seus pares estrangeiros ampliou as</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
		oportunidades de troca de informações e experiências. Ao todo o evento contou com a participação de 100 representantes de cooperativas brasileiras de pequenos produtores minerais e 167 estrangeiros, representando 46 países da África, China, Indonésia, Leste Europeu, América Central e América do Sul.
DDSM3. Inclusão Digital do Pequeno Produtor Mineral	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação voltada à difusão de informações e acesso a serviços digitais para o pequeno minerador</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>O acesso a informações para agentes econômicos atuando no segmento mais pobre da ação produtiva ainda é um problema no Brasil. Assim, visando aumentar o acesso a informações institucionais, tecnológicas, gerenciais e de mercado sobre bens minerais, legislação ambiental, mineral e de saúde e segurança, 3 atividades complementares estão em andamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PORMIN - Portal do Pequeno Produtor Mineral, para atendimento às demandas de informação e acesso remoto à informações geológicas e minerais para micro e pequenos mineradores; • TELECENROS MINERAIS – Ação complementar ao PORMIN, focado nas cooperativas e associações de pequenos mineradores, visa para possibilitar o acesso do pequeno produtor mineral à Internet pela implantação de rede de 10 computadores e 1 servidor, a ser operada de forma sustentável pela instituição beneficiada; e • CENTROS DE INCLUSÃO 	<p>O projeto PORMIN é uma ação direta da SGM, tendo, em 2008, concluído as seguintes etapas: Finalizada a implantação do PORMIN no DNPM, utilizando a sua estrutura de informática (servidor); Finalizado o treinamento de pessoal da SGM para inserção de conteúdos no portal; Publicado na Internet o endereço do PORMIN: www.pormim.gov.br; e realizado o refinamento do conteúdo inicial do PORMIN, abordando os seguintes itens: a) informações minerais (para todos os minerais industriais e gemas, contendo aspectos mineralógicos, geológicos, principais centros e empresas produtoras, comercialização, agregação de valor quando fosse o caso); b) Associações: listagem de associações, cooperativas do setor; c) Cartilhas/Manuais sobre títulos minerários e procedimentos para sua obtenção, conceitos básicos sobre cooperativismo, associativismo.</p> <p>O projeto Telecentros Minerais é desenvolvimento iniciado com o Convênio 009/2006 com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico FUB/CDT/UNB, Proc.48000.2061/2006-31, já encerrado, e, atualmente, recebe o apoio do Termo de Parceria 001/2008, com a Associação de</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
	<p>DIGITAL - Este projeto é paralelo e complementar às atividades PORMIN e Telecentros Mineraiis, concebida para pequenos municípios em que a organização produtiva dos pequenos mineradores seja demasiado dispersa, impossibilitando a implantação imediata de Telecentros Mineraiis, consistindo na implantação de minicentros de acesso à Internet para 30 prefeituras, com base num microcomputador, 1 impressora e 1 GPS.</p>	<p>Telecentros de Informação e Negócios, Proc. 48000.001704/2008-91, visando o treinamento e monitoramento dos Telecentros Mineraiis. Em 2008, com apoio do DNPM e CPRM, a SGM finalizou a distribuição dos equipamentos para os Telecentros Mineraiis selecionados, encontrando-se em fase de finalização o cadastramento técnico das instituições aprovadas e planejada a ação de treinamento do pessoal para operação dos mesmos, que será realizad apela Atn em 2009.</p> <p>O projeto Centros de Inclusão Digital é desenvolvido por meio do Convênio 013/2006 com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto FEOP/MG, Proc.48000.1644/2006-45. Em 2008 foi realizada a implantação de 17 Centros, com Curso de Capacitação para uso dos Centros de Inclusão Digital realizado em Brasília, de 27 a 28 de agosto, destinado aos gestores dos Centros de Inclusão Digital instalados.</p>
<p>DDSM4. Capacitação Tecnológica</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação voltada para a o estímulo à capacitação tecnológica do micro-produtor do setor mineral.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Além da capacitação técnica, esta ação visa mobilizar os microprodutores mineraiis, por área produtiva, para o estímulo à agregação de valor na produção e à formação de cooperativas, por meio da constituição de APL's e, principalmente, para incentivar a formalização do setor.</p>	<p>Em 2008 houve continuidade da ação junto ao Setor Oleiro Cerâmico, com esta atividade terceirizada via contratação pela dispensa de licitação n.º 012/2007 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-DRPI, Proc. 48000.002952/2006-98. Em 2008, foram realizados 17 cursos nas seguintes localidades: Crato/CE, Guarabira/PB, Bayeux/PB, Pelotas/RS, Itabaiianinha/SE, Arapiraca/AL, Campos/RJ, Curitiba/PR, Cahoeiro do Itapemirim/ES, Marabá/PA, Palmas/TO, Mara Rosa/GO, Porto</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
		Alegre/RS, São Gonçalo do Amarante/RN, Goianinha/RN, Curitiba/PR, Ortigueira/PR. Os cursos contaram com a participação de 390 treinados, com média de 23 alunos por curso. Em 2008 foram treinados 390 profissionais em 17 municípios de 12 estados, sendo que, ao todo, no período 2007/2008, o curso realizado pelo SENAI/PI atingiu 1.122 trabalhadores de 25 estados e 42 municípios.
<p>DDSM5. Implantação da Agenda 21 no Setor Mineral</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação voltada ao desenvolvimento de metodologias e procedimentos de fomento e apoio à implantação da Agenda 21 Local no Setor Mineral em localidades onde predominam a pequena e média mineração.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A Agenda 21 é um programa internacional, do qual são signatários mais de 170 países, e que, no Brasil, vem sendo conduzida pelo Ministério do Meio Ambiente. Este programa traduz exatamente o tipo de desenvolvimento que se quer reproduzir no setor mineral. Nesse sentido, a SGM iniciou ações de mobilização e fomento à implantação de Agenda 21 do Setor Mineral em alguns municípios mineradores. O principal foco das ações de mobilização e fomento é levar até os municípios os conceitos estabelecidos pela SGM de contribuição da mineração para o desenvolvimento local.</p>	<p>Aprovada e financiada pelo PNUD desde 2006, esta ação promove projetos piloto para experimentação de metodologias e procedimentos de fomento e apoio à implantação de Agenda 21 Local do Setor Mineral em 5 municípios com atividade mineral importante como fator de geração de emprego e renda e que apresentem alto nível de informalidade da produção, existência de impacto ambiental, carência de cuidados com a saúde e segurança do trabalhador e onde a relação da atividade mineral com a comunidade é conflituosa. O projeto prevê as seguintes ações: i) mapeamento de títulos minerários e de recursos minerais; ii) elaboração de cartilha sobre os recursos minerais, suas potencialidades econômicas e de geração de emprego e renda; iii) diagnóstico holístico da situação da mineração; iv) elaboração de proposta técnica e econômica para a solução dos problemas detectados; iv) discussão com a comunidade local da proposta elaborada; v) fechamento da proposta de desenvolvimento sustentável da mineração no município; vi) capacitação da comunidade local para busca de financiamentos para implantação.</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
		<p>Em 2008 foram implementadas ações de mobilização e implantação da Agenda 21 Mineral com apoio das empresas de mineração locais, poder público municipal, entidades de classe, cooperativa de produtores minerais, nos seguintes municípios: Mariana, Ouro Preto e Congonhas, em Minas Gerais, e 5 municípios do Vale do Ribeira em São Paulo e 5 municípios no noroeste do Espírito Santo. Além dessas ações, foi dada continuidade ao projeto Diagnóstico do Setor Mineral como Fomento e Apoio à Implantação de Agenda 21 Mineral, financiado pelo Contrato PNUD N° 07/47-3913 (Projeto BRA/01/039) com a Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa – FUNDEP, abrangendo os municípios de Coromandel (MG), Campos Verdes (GO), Nova Era (MG), Tenente Ananias (RN), Vila Pavão (ES) e Pimenta Bueno (RO). Em 2008 os produtos do projeto, cumprindo 90% da sua execução, foram: i) 3 cartilhas sobre a atividade mineral nos municípios de Tenente Ananias, Vila Pavão e Pimenta Bueno, respectivamente; e ii) diagnóstico socioambiental e econômico da atividade mineral nos 6 municípios foco do projeto.</p>
<p>DDSM6. Saúde e Segurança do Trabalhador</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação voltada à capacitação do setor mineral para a gestão da saúde do trabalhador nas minas.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A mineração tem sido citada como uma das atividades que mais atinge os trabalhadores com doenças ocupacionais e óbitos. Em função disso, há necessidade de se desenvolver políticas voltadas para a erradicação ou</p>	<p>Ação em desenvolvimento pelo Convênio 005/2007, com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP/MG, Proc. 48000.0862/2007-43. Em 2008 foi realizada a revisão das ações previstas em função de dificuldades na contratação de mão-de-obra especializada para a realização das atividades. Adicionalmente, houve a participação da SGM no Comitê Nacional de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho (CNHST),</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
	<p>minimização dos efeitos danosos da atividade mineral sobre o trabalhador. O projeto Mobilização e Capacitação do Setor Mineral Para a Gestão da Saúde dos Trabalhadores nas Minas: CIPAMIN E PGR prevê as seguintes atividades, em 30 minas, distribuídas no território nacional: Oficina de Trabalho, tendo como público alvo todos os segmentos de trabalhadores, incluindo a direção; Capacitação da CIPAMIN; Diagnóstico sobre as dificuldades em atender as legislações vigentes sobre saúde e segurança nas minas; Elaboração de Documento com Proposta de Ações de Prevenção e Monitoramento do Ambiente de Saúde e Segurança nas Minas, em especial a CIPAMIN e o PGR.</p>	<p>instituído pelo DNPM, com as seguintes ações: curso de capacitação em mineração e saúde dos trabalhadores nos processos minerários, em Belo Horizonte, MG, com público – alvo sendo servidores do DNPM, Ministério da Saúde, Ministério da Previdência e INSS e MTE; produção de banco de dados vinculando os benefícios gerados pela atividade de mineração (afastamentos por acidentes e adoecimento e mortes no trabalho); articulação com o MTE e MPT em ação de fiscalização no ambiente de trabalho em 56 minas, distribuídas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo; e participação no Programa Nacional de Erradicação da Silicose.</p>
<p>DDSM7. Grupo de Trabalho Serra da Canastra</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação destinada a realizar estudos e propor medidas relativas à revisão dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra - PNSC</p> <p>Justificativa:</p> <p>Ação institucional, tendo como base o Grupo de Trabalho Interministerial Serra da Canastra, criado por um Decreto de 24 de janeiro de 2006, para realizar estudos e propor medidas relativas à revisão dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra - PNSC, no prazo de noventa dias contados da data de instalação do Grupo. O GTI foi composto por representantes da Casa Civil (na coordenação), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, do Departamento Nacional de Produção</p>	<p>Em 2008 foram realizadas duas (2) reuniões com os produtores minerais e uma reunião na Casa Civil. O IBAMA mantém sua posição de não redesenhar o Parque. A SGM e DNPM se posicionaram, frente à Casa Civil, como favoráveis ao PL em trâmite no Congresso Nacional, de autoria do Deputado Carlos Meiler (PSDB-MG), que altera os limites do Parque, excluindo deste as áreas com atividades minerais.</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
	Mineral – DNPM e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.	
DDSM8. Conselho Nacional de Meio Ambiente	<p align="center">Descrição:</p> <p>Participação nas Reuniões Ordinárias e extraordinárias do Plenário do CONAMA, como conselheiro titular do MME</p> <p align="center">Justificativa:</p> <p>Ação institucional, ligada à competência de Estado, sendo que SGM participa como membro pleno no Plenário e Câmara Técnica.</p>	Em 2008, a SGM acompanhou o desenvolvimento das resoluções, moções e do órgão, representando o Ministério nas discussões.
DDSM9. Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT	<p align="center">Descrição:</p> <p>Participação no GT e Câmaras Técnicas instituídas pela Casa Civil para discutir a Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT</p> <p align="center">Justificativa:</p> <p>Ação institucional, ligada à competência de Estado.</p>	Em 2008, a SGM apresentou suas contribuições ao projeto de PL do PNOT, aguardando a sua apresentação ao Congresso Nacional.
DDSM10. GT de Discussão do MacroZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico	<p align="center">Descrição:</p> <p>Participação em GT coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.</p> <p align="center">Justificativa:</p> <p>Ação institucional, ligada à competência de Estado visando regulamentar as Zonas Ecológico-Econômicas para desenvolvimento sustentável.</p>	Em 2008, a SGM participou das discussões do ZEE do São Francisco, ZEE da BR 163 e ZEE da BR 319. A SGM elaborou notas técnicas apresentando o posicionamento da secretaria em relação à inclusão de atividades minerárias em zonas com alto potencial de exploração.
DDSM 11. Participação nos GT's de Discussão de APP: Topo de Morro e Linha de Cumeada,	<p align="center">Descrição:</p> <p>Grupos de Trabalho instituídos pela Câmara Técnica de Biomass e Gestão Territorial do CONAMA para discussão sobre temas relacionados à Áreas de Preservação Permanente – APP.</p>	Participação em 5 reuniões do GT Definição de Topo de Morro e Linha de Cumeada e em 8 reuniões do GT Regeneração e Recuperação de APP's. Foi realizada pesquisa junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMA's) sobre as

Atividades	Descrição	Realizações 2008
<p>regeneração e recuperação de APP's e Avaliação da Aplicação da Resolução 369 do CONAMA</p>	<p>Justificativa:</p> <p>Os temas são afetos à Resolução 369 do CONAMA que disciplina a implantação de atividades econômicas em APPs.</p>	<p>dificuldades de licenciamento mineral para atividades minerais em APP, a partir da Resolução CONAMA 369, com elaboração de Nota Técnica para o GT do CONAMA sobre as dificuldades trazidas pela Resolução CONAMA 369 para as atividades Minerais.</p>
<p>DDSM12. Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração em Território Quilombola</p>	<p>Descrição:</p> <p>Obtenção de conhecimento sobre mineração em terras quilombolas</p> <p>Justificativa:</p> <p>Ação institucional derivada de demanda da Secretaria de Igualdade Racial – SEPIR.</p>	<p>Em 2008 foram realizadas visitas técnicas em territórios quilombolas selecionados pela SGM e SEPIR, nos estados da Bahia, Paraíba, Goiás e Rio Grande do Norte, objetivando identificar as atividades produtivas voltadas para a pequena mineração. Em andamento a elaboração de mapa nacional contendo os principais municípios onde existam territórios quilombolas identificados com a atividade garimpeira, visando a elaboração de relatórios técnicos contendo: identificação e localização das comunidades quilombolas com atividades de produção mineral e que foram beneficiadas com o Programa Luz para Todos – PLT; e marcos legais que podem ser fator impeditivo ou impulsionador da atividade mineral em territórios quilombolas. Iniciada a elaboração de propostas de Projeto “Ação Mineral Integrada no Território Kalunga” e Projeto Básico “Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração em Território Quilombola”. Adicionalmente, foi realizado Seminário Desenvolvimento Sustentável com o foco na Pequena Mineração em Território Quilombola em parceria com a SEPIR, MDS, SEBRAE e Chesf. Também, foi iniciado processo junto ao DNPM e ao Órgão Ambiental do Rio Grande do Norte para a legalização das Atividades</p>

Atividades	Descrição	Realizações 2008
		de Extrativismo Mineral (Lavra garimpeira em pegmatito para extração de berilo, turmalina, feldspato, quartzo e mica) na comunidade quilombola de Gameleira localizada no município do São Tomé-RN.
DDSM13. Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil	<p>Descrição:</p> <p>O Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil – PNACC é uma ação institucional da SGM</p> <p>Justificativa:</p> <p>Tem como objetivo garantir o suprimento adequado de insumos minerais vitais ao crescimento econômico e à melhoria da qualidade de vida da população brasileira.</p>	<p>Em 2008 foi instituído o Plano Nacional de Agregados Minerais Para Construção Civil pela Portaria Nº 222/08 do Ministro de Estado de Minas e Energia, com objetivo de instituir a Comissão Nacional do PNACC. Em 2008 foi elaborado projeto, a ser financiado pelo Banco ESTAL (Loan: 4708–BR), com objetivo de elaboração de SIG e Atlas do Brasil dos Agregados Minerais para Construção Civil e Infra-Estrutura. Por fim, houve a realização de duas reuniões da Comissão para Planejamento das ações em 2009.</p>
DDSM 14. Programa Nacional de Extensionismo Mineral	<p>Descrição:</p> <p>Programa Nacional de Extensionismo Mineral é uma ação institucional da SGM para apoio e fomento às boas práticas ambientais, sociais e econômicas dos produtores minerais em pequena escala.</p> <p>Justificativa:</p> <p>O objetivo do programa é articular órgãos públicos e a sociedade civil para implementar ações que disponibilizem informações, capacitação e assistência técnica para o pequeno produtor mineral, em seu local de atuação.</p>	<p>Foi realizado o lançamento do Programa pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, no dia 12 de maio de 2008, com a presença de jornalistas, representantes de empresas de mineração, representantes do trabalhador do setor e de cooperativas de pequenos produtores minerais. Finalmente, houve a contratação do projeto Planejamento das Ações de Extensionismo Mineral, já concluído, com objetivo de preparar a implantação das ações em 2009.</p>

Ação 4887 - Estudos para o Planejamento do Setor Mineral

Dados gerais da Ação 4887

Tipo	Ação Orçamentária
-------------	-------------------

Finalidade	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia e mineração.
Descrição	Desenvolvimento de estudos para acompanhamento do mercado mineral, informativos estatísticos, sistemas de informações, incentivo à produção mineral, acidentes com trabalhadores, e demais correlatos ao planejamento do setor mineral.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SGM
Unidades executoras	Assessoria de Gabinete Departamento de Gestão de Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – DGPG Departamento de Geologia e Produção Mineral – DGPM Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral - DTTM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Gabinete Departamento de Gestão de Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – DGPG Departamento de Geologia e Produção Mineral – DGPM Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral - DTTM
Coordenador nacional da ação	Cláudio Scliar
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Cláudio Scliar Marco Antônio Fonseca/Telton Elber Melo Roberto Ventura Santos Fernando Antônio Freitas Lins

Resultados da Ação 4887 - Estudos para o Planejamento do Setor Mineral

Atividades Realizadas em 2008

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
G1. Implantação do Conselho Nacional de Geologia e Mineração - CONAGEM	Descrição: Ação para proposição de ato normativo (decreto) criando um órgão colegiado consultivo do MME, o Conselho Nacional de Geologia e Mineração – CONAGEM, para a discussão das políticas públicas para o setor mineral brasileiro, contando com representantes do governo federal e demais atores envolvidos no setor mineral (empresários, trabalhadores, setor técnico profissional, acadêmico,	Em 2008, este projeto foi incorporado à atividade G3 - Estudos para a revisão do marco legal setorial, que passou a tratar de todos os assuntos referentes ao marco legal setorial.

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>entidades associativistas – cooperativistas e entidades estaduais e municipais).</p> <p>Justificativa:</p> <p>A mineração brasileira sempre demandou um fórum onde todos os atores envolvidos no setor mineral pudessem compartilhar suas experiências e contribuir na formulação das suas políticas do setor. Este espaço que já havia sido pensado em 1994, quando foi criado o Conselho Nacional de Recursos Minerais, presidido pelo Presidente da República, mas, por muitas razões, este Conselho, na prática, não chegou sequer a se instituir. Em 2006, a SGM, a partir da realização de reuniões com diversos órgãos representativos dos governos federal, estaduais e municipais, empresários, trabalhadores e setor acadêmico, resolveu propor decreto para a criação do CONAGEM em substituição ao anterior Conselho Nacional de Recursos Minerais.</p>	
<p>G2. Projeto de lei modernização da outorga mineral</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação para elaboração de proposta de PL com o objetivo de introduzir um novo processo de outorga de títulos minerários <i>on line</i>, em tempo real na Internet, e alterar a forma do registro geográfico da área solicitada, tendo como nova base áreas quadrangulares (retícula) delimitadas por meridianos e paralelos.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A modernização do processo de outorga de áreas de mineração, processo este executado pelo DNPM e finalizado pela SGM, é de grande necessidade para garantir uma gestão mais eficiente,</p>	<p>Em 2207 foi elaborada minuta de Projeto de Lei, Exposição de Motivos e Nota Técnica, a partir de debates técnicos com a CONJUR/MME e do DNPM, tendo sido enviada para a Casa Civil para análise. Em 2008, este projeto foi incorporado à atividade G3 - Estudos para a revisão do marco legal setorial, que passou a tratar de todos os assuntos referentes ao marco legal setorial.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>transparente e segura das áreas sob concessão este processo, em especial, visando à redução dos conflitos administrativos e judiciais entre áreas demandadas e/ou outorgadas, bem como à ampliação do acesso ao processo por parte do cidadão e das empresas, configurando um novo paradigma para o setor mineral brasileiro. Em 2006, um Grupo de Trabalho conjunto do DNPM e a SGM, que contou com ampla participação do setor mineral nacional, elaborou uma proposta de PL destinada a alterar diversos dispositivos do atual Código de Mineração e das leis correlatas, visando simplificar e tornar mais seguro o processo. A proposta de PL elaborada tem como objetivo introduzir um novo processo de outorga de títulos minerários <i>on line</i>, em tempo real na Internet, e alterar a forma do registro geográfico da área solicitada, tendo como nova base áreas quadrangulares (retícula) delimitadas por meridianos e paralelos. A minuta de PL foi validada pela CONJUR/MME, em 2006.</p>	
<p>G3 – Estudos para a revisão do marco legal setorial</p>	<p>Descrição:</p> <p>Destina-se a propor alterações no marco legal setorial visando à modernização política, técnica e administrativa da legislação mineral nacional</p> <p>Justificativa:</p> <p>Ação institucional da SGM</p>	<p>Em 2208, a SGM constituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver propostas de alternativas políticas, técnicas e econômicas para a revisão do marco legal setorial, baseado no Código de Mineral de 1967. Este Grupo de Trabalho, que envolve as entidades setoriais (SGM, DNPM e CPRM), além de participantes da CONJUR e da ASCON do MME, bem como, conforme necessidades técnicas, convidados oriundos de instituições e entidades pertencentes ao setor mineral, passou a agregar as atividades de caráter legislativo de base, incorporando as atividades G1 e</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		G2, em específico, ao seu portfólio de discussão. Em 2008, o GT se concentrou na tarefa de levantar subsídios técnicos e econômicos para estabelecer diagnóstico preciso dos problemas setoriais, bem como iniciou o estudo de alternativas e modelos institucionais, inclusive considerando o desenvolvimento observado em países mineradores
<p>G4. Projeto de Lei mineração em terra indígena</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação para propor a regulamentação do Art. 231 de Constituição Federal, normatizando o processo de exploração mineral em terras indígenas, em conjunto com o Ministério da Justiça e a FUNAI.</p> <p>Justificativa:</p> <p>As terras indígenas correspondem a 12% do território nacional e a 25% da Amazônia, sendo que os títulos minerários já outorgados nestas áreas encontram-se sobrestados desde a promulgação da Constituição de 1988, bem como não há possibilidades de novas outorgas, causando incertezas, conflitos e prejuízos a todos os envolvidos. Embora a CF 88 tenha acolhido a possibilidade de mineração nestes locais, condicionou-a a regulamentação em lei específica, motivo da proposta de PL elaborado pelo Grupo Interministerial coordenado pelo Ministério da Justiça e formado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI. Em 2006 foi proposta uma primeira minuta de PL, que recebeu sugestões das</p>	<p>Acompanhamento de PL em votação no Congresso Nacional. A SGM participou de vários debates sobre o substitutivo do Dep. Eduardo Valverde, apresentando considerações técnicas e institucionais, apoiando o desenvolvimento desta importante ação econômica.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	Comunidades Indígenas e do Setor Mineral.	
<p>G5. Projeto de Lei regulamentando a mineração em faixa de fronteira</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação para propor Projeto de Lei visando à alteração da Lei nº 6.634, a fim de autorizar a operação de projetos de mineração na por empresas com mais de 51% de capital internacional na faixa de fronteira, desde que acompanhada de projetos que agreguem valor ao produto mineral.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>A legislação brasileira atual impede o exercício da atividade de mineração por empresas cuja composição de capital seja majoritariamente internacional na faixa de fronteira, uma vasta área correspondente à faixa contínua de 150 km de largura existente ao longo dos 15.719 km de fronteira seca do País, o que tem restringido o investimento mineral e industrial produtivo em uma área geográfica de quase 30% do território nacional, que se estende por 11 Estados e 588 Municípios nas fronteiras com 10 países da América do Sul. Visando resolver a questão, a SGM coordenou no biênio 2006-2007 uma ampla discussão com os ministérios competentes, que resultou na elaboração de uma proposta preliminar de PL.</p>	<p>Em 2008 ainda se encontrava em debate interno, envolvendo SGM, DNPM e CONJUR do MME, com fim de elaborar minuta a ser submetida à apreciação técnica do Ministério da Defesa e posterior envio à Casa Civil.</p>
<p>G6. Projeto de Lei para regulamentação da hipoteca de concessão de lavra</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação para propor Projeto de Lei para a regulamentação do mecanismo de alienação do direito minerário disponível no Art. 55 do atual Código de Mineração, Lei 227, de 28 de fevereiro de 1967.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Apresentar soluções para a obtenção de</p>	<p>Elaborada minuta de Projeto de Lei após discussão com a CONJUR/MME e DNPM, elaborada Nota Técnica e Exposição de Motivos, as quais se encontram em análise interna para proposição à Casa Civil em 2009.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>crédito para investimentos produtivos no setor mineral tem sido motivo de estudos pela SGM, situação que afeta, sobretudo, as micros, pequenas e médias empresas de mineração, que não dispõem de recursos próprios ou de acesso a financiamentos para a aquisição e/ou reforma de máquinas e equipamentos e, mais importante, para modernização do seu processo produtivo, tornando-as mais competitivas. Há dificuldades, também, para obtenção de capital de giro, muito necessário ao desenvolvimento de negócios de exportação. Apesar da existência do mecanismo de alienação do direito minerário disponível no Art. 55 do atual Código de Mineração, Lei 227, de 28 /02/67, é pouco utilizado por conta da ausência de uma regulamentação que estabeleça regras claras para o processo hipotecário.</p>	
<p>G7. Projeto de ato normativo alterando legislação sobre levantamento aerogeofísico.</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação para regulamentar o arquivamento e gestão das informações obtidas com o sobrevôo de formações geológicas.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Otimizar o compartilhamentos dos resultados do levantamento e prover o Estado com os resultados de vendas do levantamento aerogeofísico a terceiros interessados.</p>	<p>Elaborada minuta de ato legal, com Exposição de Motivos e Nota Técnica, havendo continuidade de debates técnicos com foco na nova dinâmica relativa à atividade.</p>
<p>G7. Projeto de Decreto revogando Decreto 99.556 e transformando Resolução CONAMA nº 347 em Decreto</p>	<p>Descrição:</p> <p>Dispõe sobre a proteção das Cavidades Naturais Subterrâneas</p> <p>Justificativa:</p> <p>Necessidade de compatibilização da proteção ao patrimônio nacional com o desenvolvimento, restringindo a vedação à intervenção às hipóteses de</p>	<p>Em 2008, após os trabalhos técnicos e político-institucionais, incluindo articulação interministerial, foi publicado em 7 de novembro de 2008, o Decreto nº 6.640, que deu nova redação aos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º e acrescenta os arts. 5-A e 5-B ao Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, dispondo novas diretrizes para a proteção das</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	cavidades naturais subterrâneas relevantes.	cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.
<p>G8. Projeto de ato normativo revogando Reserva Nacional de Cobre – RENCA.</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação para propor ato normativo destinado a revogar a restrição de pesquisa a aproveitamento sobre a área objeto da “Reserva nacional do Cobre” nos Estados do Pará e Amapá</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Passados mais de 20 anos da constituição da Reserva Nacional do Cobre, as informações disponíveis por meio de levantamentos geológicos e geofísicos demonstram que essa área possui grande potencial mineral, a semelhança de tantas outras áreas no País. Considerando que a atuação dos órgãos de governo tem se limitado à produção de levantamentos geológicos e geofísicos, e que os investimentos em pesquisa mineral são realizados pelo setor privado, não se justifica a manutenção do bloqueio dessa área, abrindo, assim, a possibilidade de desenvolvimento de pesquisa e lavra de quaisquer substâncias minerais porventura existentes na região. Assim, fundamentado no interesse público pelo desenvolvimento do setor mineral, pode-se afirmar que não subsistem os interesses da União e da economia nacional que justifiquem a manutenção do bloqueio da área da Reserva em questão. Ao contrário, diante do cenário atual, é importante verificar que o desbloqueio desta região trará muito mais benefícios para o país respeitando-se, obviamente, todos os direitos porventura existentes quanto aos títulos minerários regularmente outorgados.</p>	<p>Em 2008, a SGM aguardava a aprovação formal de ofício submetido ao DNPM contendo orientação sobre procedimento de desoneração de área. O assunto, segundo informações fornecidas pelo DNPM encontrava sob escrutínio técnico, visando à finalização dos estudos de impacto da medida.</p>
<p>G9. Projeto de Portaria Interministerial –</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Criação de Grupo de Trabalho para a</p>	<p>Implantado Grupo de Trabalho para condução dos Projetos de Regeneração Ambiental em</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
MME/MMA criando Grupo de Trabalho para reparação ambiental causada por danos de atividades mineradoras na Bacia Carbonífera	<p>implantação de Planos de Recuperação Ambiental</p> <p>Justificativa:</p> <p>Decisão Judicial condenatória (União condenada solidariamente).</p>	<p>atendimento a sentença judicial em que condenada a União (Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público), estabelecendo os pressupostos técnicos básicos para elaboração dos Projetos Básico e Executivo necessários ao desenvolvimento da operação de recuperação ambiental.</p>
G10. Projeto de ato normativo sobre a exploração e a proteção de fósseis em território nacional.	<p>Descrição:</p> <p>Proposição de ato normativo (lei ou decreto), em conjunto com os demais órgãos federais competentes para disciplinar a exploração e a proteção de fossilífera no País</p> <p>Justificativa:</p> <p>Necessidade de regulamentação mais objetiva para a proteção ao patrimônio científico nacional</p>	<p>Projeto de proposta de lei em estudos visando andamento, com discussões internas na SGM, DNPM e CPRM. Este projeto está atualmente conectado com a ação DGPG4. Museu de ciências da Terra, visando à implantação de legislação adequada ao sistema museológico e científico em projeto.</p>
DGPG1. Ação Nacional de Apoio às Políticas Estaduais de GMTM	<p>Descrição:</p> <p>Ação de fomento à realização de diagnósticos para a mineração nos Estados brasileiros.</p> <p>Justificativa:</p> <p>A razão para esta ação direta de apoio aos Estados é o fortalecimento do suporte institucional para o desenvolvimento da geologia, mineração e transformação mineral no âmbito regional/estadual. Através de projetos conjuntos de diagnóstico e avaliação das atividades minerais nos estados, pretende-se influir no fortalecimento ou constituição de instituições governamentais estaduais para ação local complementar à SGM, DNPM e CPRM, além de se ampliar, de forma sensível, o conhecimento da economia mineral, da geologia básica e da capacidade técnica presente nos</p>	<p>Em 2008, continuaram sendo desenvolvidas as atividades de fomento estadual ao desenvolvimento do setor mineral local, com a continuidade dos convênios 002/2007 (Proc. 48000.2764/2007-41) com a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração do Amapá SEICOM/AP para “Diagnóstico do Setor Mineral do Amapá”, e 002/2006 (Proc. 48000.1523/2006-016) com o Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro, visando a “Avaliação e diagnóstico do setor mineral do estado do Rio de Janeiro”, com o estado do Rio de Janeiro. Em finalização encontra-se o Convênio 007/2006 (Proc. 48000.2968/2006-09) com a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	estados.	SEPLAN/TO para “Elaboração e Avaliação do Setor de Rochas Ornamentais do Estado do Tocantins”. Por fim, foram celebrados dois novos convênios, o Convênio 01/2008, com a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, denominado “Projeto diretrizes para o desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas”, Proc. 48000.001098/2008-12, e Convênio 02/2008, com a Companhia de Desenvolvimento indústria e Recursos Minerais de Sergipe – CODISE, denominado “Projeto plataforma mineral do Estado de Sergipe - diagnóstico e diretrizes setoriais”, Proc. 48000.001116/2008-58. Ambos os projetos permitem melhorar o conhecimento do ambiente setorial de mineração nestes estados, inclusive indicando oportunidades para impulsionar o desenvolvimento mineral sustentável local.
DGPG2. Acompanhamento e avaliação de projetos	<p align="center">Descrição:</p> <p>Gestão dos projetos encetados pela SGM.</p> <p align="center">Justificativa:</p> <p>A SGM utiliza-se das ferramentas dos sistemas estruturantes do governo (SIASG, SIAFI e SIGPLAN) e de sistemas internos (planilhas Excel e bancos de dados ACCESS), cujo objetivo é reunir informações e avaliações do andamento de convênios, contratos e ações específicas da SGM.</p>	Finalizado sistema de acompanhamento interno de convênios, em base ACCESS, conforme previsão estabelecida em 2007.
DGPG3. Ordenamento Territorial	<p align="center">Descrição:</p> <p>Projeto que objetiva a formulação de</p>	Ação baseada no Projeto de Cooperação Técnica BRA/01/039 – Apoio à

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
Geomineiro – OTGM	<p>cenários e indicadores geomineiros para subsidiar a elaboração de políticas públicas de ordenamento territorial geomineiro, apoiando o planejamento estratégico da gestão territorial compartilhada.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Contratado pelo PNUD em 2006, com a empresa Atech como contratada, o projeto se insere no instrumental técnico de políticas públicas da SGM, no contexto do planejamento estratégico, destinado a influir no desenvolvimento da produção de conhecimento geológico e na resolução preventiva de conflitos de uso territorial.</p>	<p>Reestruturação do Setor Energético MME/PNUD, que contratou Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas ATECH pelo Edital PNUD n.º 47-3719/2007, Proc. 48000.000000/0000-00, para desenvolver software capaz de formular de cenários e indicadores geomineiros para subsidiar a elaboração de políticas públicas de ordenamento territorial geomineiro. Dos 12 produtos previstos no projeto, 9 foram concluídos e entregues até DEZ08, com implantação preliminar do software desenvolvido na rede interna do MME. Para 2009 restará a entrega dos 3 últimos produtos, previsto para JAN09 e a solução de aspectos tecnológicos para publicação de sitio na Internet.</p>
DGPG4. Museu Ciência da Terra	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Restauração e revitalização do Museu de Ciências da Terra através de intervenções físicas no imóvel situado à Av. Pasteur, Rio de Janeiro, com a proposição de novo formato museológico.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p><i>O Museu de Ciências da Terra</i>, localizado nas instalações da CPRM no Rio de Janeiro, caracteriza-se como um centro de pesquisa e de difusão do conhecimento da Geologia e da Mineração no País, abriga a maior coleção de fósseis do Brasil (um milhão de exemplares) e um valioso acervo de amostras de rochas (quinze mil), minerais (sete mil) e meteoritos (doze), bem como sedia uma biblioteca com noventa mil volumes de publicações</p>	<p>A SGM, o DNPM, a CPRM e a Petrobrás assinaram um convênio para elaboração dos projetos acima citados pela FEOP/MG, no valor de R\$ 960.000,00, com a Petrobrás como patrocinadora, a FEOP como executora e os demais como intervenientes técnicos. O projeto se encontra em curso, em 2008 foram desenvolvidos os estudos preliminares de museologia e iniciado o projeto de adequação arquitetônica do local definido (edifício do DNPM no Rio de Janeiro). Por iniciativa da Petrobrás, em DEZ08, o projeto foi prorrogado por 340 dias para finalização prevista em fins de 2009.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>periódicas, representativa da evolução histórica da mineração e da pesquisa geológica brasileiras. Visando restaurar e revitalizar o Museu, visto como espaço privilegiado de educação científica e cultural, a SGM tem atuado na busca de soluções, parceiros e financiamentos desde 2003. No início de 2006, no Seminário Nacional de Geologia, foi constituída uma Comissão Conjunta SGM/CPRM/DNPM, que se propôs como primeira tarefa viabilizar a elaboração de um projeto executivo, contendo diversos projetos específicos, tais como Científico, Museológico, Museográfico, Expográfico, Arquitetônico e, ainda, estudo para a definição de um novo modelo institucional e gerencial.</p>	
<p>DGPG5. Reorganização DNPM</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação institucional ligada à competência de estado, com PL em andamento.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Necessidade de revisão organizacional determinada pela retomada de concursos e pela ampliação da atividade econômica de exploração mineral no País</p>	<p>Finalizado estudo para reestruturação organizacional do DNPM, tendo sido aprovada proposta de reestruturação do DNPM pelo MPOG. Enviado PL para Congresso Nacional pela Casa Civil.</p>
<p>DGPG6. Marco legal CFEM</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação destinada a levantamento dos problemas ligados à metodologia de cálculo e ponto de incidência de cobrança da CFEM</p> <p>Justificativa:</p> <p>Ação institucional voltada para implementação de marco legal</p>	<p>Em 2008, sob a coordenação da SGM, foram realizadas diversas reuniões de trabalho com setores de governo e empresariais visando à busca de soluções para a resolução de conflitos derivados da implementação do marco legal da CFEM, especialmente no que diz respeito aos problemas ligados à metodologia de cálculo e ponto de incidência de cobrança deste <i>royalty</i>. Como resultado dos dados obtidos nas reuniões, estão em estudo alterações no instrumento legal referente,</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		visando pacificar o entendimento sobre as questões acima, que ainda se encontram pendentes e, algumas delas, já judicializadas, dificultando o relacionamento entre o DNPM e as empresas do setor. A SGM também acompanhou a questão dos processos de cobrança de CFEM que estão em curso, em especial, os que envolvem as mineradoras de ferro de MG, provendo as informações obtidas ao Secretário e ao Gabinete do Ministro para fins de avaliação.
<p>DGPG7. Plano Duodecenal de GMTM 2008 – 2028</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação institucional de planejamento estratégico, com horizonte de 20 anos, destinado a balizar as políticas públicas da SGM no longo prazo.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>O Brasil, após 25 anos de crescimento econômico pouco expressivo, encontra-se em novo ciclo de crescimento sustentado, com investimentos vultosos em infra-estrutura e habitação (PAC), o que desencadeou uma série de investimentos privados em exploração mineral, mineração e transformação mineral (siderurgia, não-ferrosos, cimento, cerâmica etc.), porém como os custos de exploração mineral e de implantação de projetos aumentaram entre 30 e 50% em face do crescimento da demanda por bens de capital e serviços, além de escassez de recursos humanos qualificados. O Plano Duodecenal é destinado a atender esta situação, terá um horizonte de 20 anos, coincidentes com os períodos dos Planos Plurianuais, com premissas de dinamicidade, realismo, atualização tecnológica, agilidade na obtenção da</p>	<p>Aprovado pelo Banco ESTAL o Termo de Referência e a Nota Técnica elaborados pela SGM. Em fins de 2008 o Banco estal publicou edital para contratação dos estudos, sendo que a análise dos proponentes encontrava-se em andamento.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>informação e na divulgação, continuidade de recursos humanos e continuidade de recursos financeiros. Vale mencionar que a etapa de transformação será, pela primeira vez, considerada explicitamente no planejamento do Setor Mineral Brasileiro. Para instrumentalizar a execução deste Plano, a SGM contratará diversos estudos através do Projeto ESTAL.</p>	
<p>DTTM1. Dados da mineração e da transformação mineral</p>	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Levantamento de dados do setor mineral e publicação, considerando os seguintes periódicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinopse da Mineração & Transformação Mineral Sinopse, destinada a divulgar o desempenho setorial e de segmentos considerando dados estatísticos e sócio-econômicos; • Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico, com informações e dados relevantes sobre a siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição do País; • Anuário de Setor de Transformação de Não-Metálicos, com informações e dados relevantes sobre cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidros e cal; e • Informativos Mensais do Setor Metalúrgico, disponibilizados no site do MME. <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Ação institucional que visa à constituição de fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor mineiro-metalúrgico nacional.</p>	<p>Sinopse da Mineração & Transformação Mineral - Em 2008 a SGM publicou a 3ª Edição da Sinopse, dando continuidade à ação iniciada em 2006 com a 1ª edição de um folder. A Sinopse 2008 contou com o resumo do desempenho industrial da mineração e transformação mineral no País, com dados estatísticos sócio-econômicos sobre Mineração, Metalurgia (siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição) e Não-Metálicos (cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidro, cal e gesso), além de consumo de energia, indicadores ambientais e de reciclagem de produtos.</p> <p>Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico - Desde 1995 a SGM vem editando o Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico, fruto da articulação da SGM com empresas, associações e órgãos oficiais vinculados ao setor. Em 2008 foi publicada a sua 14ª edição, contendo informações e dados estatísticos e sócio-econômicos relevantes sobre a siderurgia, ferro-gusa, ferroligas, não-ferrosos e fundição do país, referentes ao período 2002- 2007.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		<p>Anuário de Setor de Transformação de Não-Metálicos - Em 2008 foi publicada a 3ª Edição do Anuário Estatístico de Setores de Transformação de Não-Metálicos, dando continuidade à ação iniciada em 2006. As séries estatísticas da 3ª Edição são referentes ao período de 2002 a 2007, com dados relevantes sobre o desempenho das áreas de cimento, cerâmica vermelha, cerâmica de revestimento, vidros, cal e gesso.</p> <p>Informativos Mensais do Setor Metalúrgico - Foram disponibilizados Informativos Mensais no sítio do MME</p>
<p>DTTM2. Séries Históricas do Setor Mineral</p>	<p>Descrição:</p> <p>Desenvolvimento de banco de dados de produção, consumo, exportação, importação etc. de substâncias minerais e produtos metálicos e não-metálicos, tão retroativo quanto a disponibilidade de dados no País.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Objetiva a constituição de fonte de consulta diferenciada para a análise de tendências e tomada de decisões no setor mineiro-metalúrgico nacional.</p>	<p>É uma atividade realizada por meio de descentralização de crédito a entidade da administração indireta (CETEM/MCT) pela Portaria 276/2006, Processo 48000.2074/2006-19. Em 2008 foram validados pela SGM os dados coletados pelo CETEM/MCT, conformando uma base de dados preliminar para o setor mineral. Está sendo realizada a transferência da base de dados para os cuidados técnicos do DNPM, para sua disponibilização em seu site e atualização futura e manutenção dos dados.</p>
<p>DTTM3: Fomento ao desenvolvimento tecnológico no setor mineral</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação institucional voltada para o apoio ao desenvolvimento de tecnologias minerais e de transformação mineral.</p> <p>Justificativa;</p>	<p>Neste segmento, as seguintes atividades estão em desenvolvimento:</p> <p>Cadeia produtiva para aproveitamento dos resíduos (GO), atividade foi realizada por meio de Convênio com a Fundação Universidade de Brasília - FUB/UNB, Proc.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	Melhoria da competitividade setorial das áreas abrangidas pelo fundo setorial CT-MIneral.	<p>48000.002987/2006-27. É uma ação de fomento para o aproveitamento de resíduos da mineração de agregados em aplicações tecnológicas em duas aplicações específicas: os superfinos em formulação de concreto para fundações; e utilização em estradas, que, em 2008, apresentou os resultados do trabalho, com aprovação preliminar pela SGM, sendo que o relatório técnico final está previsto para início de 2009. Os resultados obtidos serão aproveitados para fomento nacional ao uso de resíduos de pedreiras no desenvolvimento de obras de infra-estrutura viária;</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de APL's de base mineral, que é uma ação direta da SGM, considerando o desenvolvimento e a manutenção de Base de Dados da RedeAPLmineral, envolvendo 51 APL's apoiados pelo CT Mineral/FINEP. Inclui o estabelecimento de parcerias com Núcleos Estaduais de Apoio aos APL's que atuam no setor mineral, com vistas a obtenção de novos dados e informações para a Base de Dados da RedeAPLmineral. Em 2008, estava em fase de elaboração o Plano de Desenvolvimento da RedeAPLmineral para 2009-2011.</p> <p>Acompanhamento e adequação dos recursos para C&T&I no Setor Mineral, ação de representação institucional e atuação técnica no âmbito do CT-Mineral, sendo que, em 2008, foram finalizados os estudos de alternativas para incrementar os</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		recursos do fundo, atualmente estabelecido em 2% da CFEM, cerca de R\$ 10 milhões anuais, considerados insuficientes para fomentar P&D para todo o Setor Mineral brasileiro.
DTTM4. Estudos de competitividade	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação voltada para análise econômico/tecnológica de setores e empreendimentos minerais para suporte tomada de decisão em políticas públicas nacionais e internacionais.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Obtenção de dados e informações que permitam a melhoria do nível de competitividade setorial.</p>	<p>Os seguintes projetos encontravam-se</p> <p>Estudo da economia mineral da China e sua relação com o Brasil, executado por meio de Convênio com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto, Proc. 48000.3023/2006-04. Este projeto contempla o estudo da economia mineral da China, país responsável pelo <i>boom</i> mineral dos últimos anos, e seus desdobramentos na trajetória futura da mineração brasileira como fornecedora de matéria-prima mineral e/ou eventual competição com os chineses nos mercados minerais. Depois da apresentação em 2007 dos primeiros resultados para a SGM e para o IBRAM, houve continuidade nos estudos, aprofundando temas de relevância (consumo de metálicos), cuja previsão para finalização era meados de 2008, mas, em função do novo ambiente internacional que começou a se descortinar no 1º semestre de 2008, houve atraso em função de revisão de dados, esperando-se que o Relatório Final seja entregue em MAR09.</p> <p>Análise da entrada da tecnologia mínero-siderúrgico chinesa no País, executado por meio do Convênio 003/2007 com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão de Ouro Preto</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		<p>FEOP/MG, Proc. 48000.2979/2007-61, visando estudar dois casos de projetos siderúrgicos em implantação: Companhia Siderúrgica Atlântico (CSA), no RJ, uma associação do Grupo Thyssen Krupp (90%) com a Vale (10%); e a expansão da Açominas, em MG, do Grupo Gerdau, ambos os projetos recebendo investimentos e tecnologia chinesa. Foram iniciadas as atividades técnicas após a assinatura do convênio. Todavia, pela dificuldade na obtenção imediata de dados, o projeto, inicialmente programado para terminar em JUN09 deverá ser prorrogado até 2010, em função das novas perspectivas economia do setor, frutos da crise financeira que se iniciou em 2008.</p>
<p>DTTM5. Difusão de tecnologia mineral</p>	<p>Descrição:</p> <p>Ação voltada para difundir tecnologias em mineração e transformação mineral</p> <p>Justificativa:</p> <p>Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, visando a melhoria da competitividade setorial, cujo projeto em andamento é o “Manual de Agregados para Construção Civil”</p>	<p>O desenvolvimento do “Manual de Agregados para Construção Civil” é uma ação realizada por meio de descentralização de crédito a entidade da administração indireta (CETEM/MCT), pela Portaria 277/2006, Processo 48.000.2082/2006-57. Os técnicos do CETEM/MCT já elaboraram 8 capítulos do Manual, que, conforme o projeto, contará com um total de 24 capítulos. Em fins de 2008, encontrava-se em análise o material já elaborado para, na dependência da qualidade técnica do produto entregue, ser realizada a aprovação de seu conteúdo para serem impressos pelo CETEM/MCT. Em perspectiva, há a possibilidade de continuação das atividades para conclusão do</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
<p>DTTM6. Institucionalização das relações com os segmentos de transformação mineral nacionais</p>	<p>Descrição: Ação de articulação com as associações representativas dos setores de Transformação de Metálicos e de Não-Metálicos</p> <p>Justificativa: Ação institucional destinada a atender atribuição regimental da SGM, voltada para a cooperação técnica setorial.</p>	<p>Manual de Agregados em 2009.</p> <p>Continuidade do processo institucional de articulação técnica da SGM visando à colaboração mútua, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, com associações nacionais representativas de segmentos de Minerais Metálicos (IBS, ABAL, ABC, ICZ, SNIEE) e Não-Metálicos (SNIC, ANICER, ABPC). Em 2008, foram firmados acordos de natureza técnica e científica com a Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração - ABM e com o SINDUSGESSO, associação representativa do segmento produtivo de gesso. Em 2009, prevê-se a assinatura de acordos com ANFACER (cerâmica de revestimento), ABIVIDRO (vidro) e com a associação científica ABECERAM (cerâmicas).</p>
<p>DGPM1. Projeto Piloto de Investimentos Públicos</p>	<p>Descrição: Acompanhamento e avaliação de ação estratégica de desenvolvimento econômico sustentado.</p> <p>Justificativa: Em 2004, o Brasil, em acordo com o FMI, constituiu fundo especial para investimentos em projetos de infraestrutura, denominado Projeto-Piloto de Investimentos – PPI, equivalente a 0,15 % do PIB por ano, liberado do superávit fiscal, constituindo instância orçamentária à parte do OGU. Em 2006, em esforço conjunto entre a SGM e a CPRM visando ampliar o conhecimento geológico do território brasileira, mecanismo básico para traçar</p>	<p>Trata-se de acompanhamento técnico/institucional, configurando o acompanhamento de ação executada pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil em Projeto Piloto de Investimentos – PPI, voltado para ampliação acelerada do conhecimento geológico do território nacional, que se desdobrou em mais de 20 projetos específicos, de grande interesse econômico. Em 2008 houve o acompanhamento técnico das ações de geologia básica, levantamento aerogeofísico e gestão da informação geológica na CPRM.</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	investimentos em mineração, houve a inclusão de 3 ações (geologia básica, levantamento aerogeofísico e gestão da informação geológica) no PPI 2007, que continuaram em 2008.	
DGPM2. Acompanhamento do Programa Geologia do Brasil	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> Ação para acompanhamento e avaliação de ação externa, realizada pela CPRM, empresa pública vinculada ao MME. <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> Levantamentos geológicos e aerogeofísicos geram informações fundamentais para a pesquisa e prospecção de recursos minerais, já que geram diminuição do risco exploratório e favorecem a atração de investimento por parte das empresas privadas. Diante das dimensões do País e da falta de investimentos de anos anteriores, gerar informações geológicas e geofísicas ainda se constitui em ponto fundamental para o crescimento do setor mineral brasileiro. Nesse sentido, até o final de 2010, estão previstos investimentos de cerca de R\$ 300 milhões em novos levantamentos geológicos e geofísicos no Território Nacional, executados pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil, sob acompanhamento e avaliação da SGM.	Em 2008, a SGM monitorou o desenvolvimento dos levantamentos executados pela CPRM no ano. Nesse período destacou-se a ampliação da disponibilização dos dados geológicos pelo Geobank, base de dados implementada na CPRM, que se constitui hoje no acervo mais completo de informações geológicas e geofísicas do País, permitindo o acesso aos interessados via Internet. Esta situação de disponibilização de informações geológicas tem sido motivo de esforço conjunto da SGM, DNPM e CPRM, com o fim de atrair novos investimentos para o setor, inclusive com ações de divulgação técnica, científica e comercial em fóruns científicos, tecnológicos e feiras nacionais e internacionais.
DGPM3. Plataforma Continental - REMPLAC	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> Ação de articulação e coordenação interinstitucional interna ao Governo Federal <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> A Plataforma Continental Brasileira é uma imensa área de mar raso que apresenta potencial econômico biológico e mineiro de grande importância. O conhecimento	Ação de política de gestão de recursos minerais realizada direta pela SGM, com acompanhamento institucional do Projeto GranMar, voltado para identificar os recursos minerais marinhos potenciais estratégicos e gerar subsídios técnicos para formulação de políticas públicas relativas recursos marinhos não vivos. Em 2008 houve participação técnica da SGM na fase final de elaboração de

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	<p>aprofundado da estrutura geológica e do potencial econômico de reservas mineiras submersas é estratégico para o País.</p>	<p>projetos SIG e Mapa de Geologia, Tectônica e Recursos Minerais da PCJB, Adicionalmente, ocorreu o acompanhamento dos projetos PPI no âmbito do REMPLAC, com o objetivo de: (a) avaliar a potencialidade mineral; (b) desenvolver e aprimorar técnicas de reconhecimento geológico e geofísico; (c) contribuir para a formação de pessoal especializado; (d) elaborar modelos sobre a gênese destes depósitos minerais; (e) fornecer informações técnicas aos órgãos reguladores e de controle da atividade mineraria e ambiental. Em termos técnicos, esta ação se configura no acompanhamento do Convênio FINEP/FEC/CPRM – 2007 - Projeto Apoio ao Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PROREEMPLAC) (2007 – 2008), financiado pela FINEP, que tem como objetivo principal fornecer informações sistematizadas e integradas sobre a geologia da plataforma continental jurídica brasileira e de realizar a avaliação da potencialidade de alguns minerais da PCJB. Em 2008 foi encerrado o Convênio 006/2006, com a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI, Processo 48.000.2964/2006, que se destinava à sistematização e integração de dados geológicos da plataforma continental. A razão do encerramento se deveu ao início do convênio FINEP/FEC/CPRM – 2007 -</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		PROREEMPLAC (2007 – 2008), quando se verificou que haveria sobreposição de esforços, de forma que a SGM finalizou o mesmo a fim de evitar duplicidade de informação.
DGPM4. Hidrogeologia e Gestão Territorial	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> Ação institucional para acompanhamento, coordenação e avaliação da área de Hidrologia e Gestão Territorial. <p style="text-align: center;">Justificativa:</p>	Duas atividades de importância foram realizadas em 2008: acompanhamento da atividade de CPRM - Serviço Geológico do Brasil, que desenvolve estudos e projetos relacionados ao conhecimento e à gestão dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais e ao conhecimento geológico aplicado à gestão do território; e participação institucional no Plenário do CNRH e em Câmaras Técnicas específicas. No primeiro caso, houve interesse particular no acompanhamento das atividades executadas no desenvolvimento do mapeamento SIG Geoambiental do Brasil (1:1.000.000) para divulgação na Internet (Geobank), considerando Mapas Estaduais de Geodiversidade; Gestão de Riscos Geológicos; Zoneamentos Ecológico-Econômicos; Passivos Ambientais da Mineração (Bacia Carbonífera de SC); Estudos Geotécnicos. Levantamento de Recursos Hídricos Subterrâneos (Cadastramento, Recuperação, Revitalização e Instalação de Poços de Águas Subterrâneas), Gestão de Informações de Águas Subterrâneas e Estudos e Cartografia Hidrogeológica. No caso da questão hídrica, a SGM participou do grupo de trabalho que elabora a resolução de integração entre o DNPM e os órgãos outorgante de recursos

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
		hídricos enfocando diretamente águas minerais. A SGM também acompanhou a elaboração da norma que trata de proteção de águas subterrâneas cujo grupo de trabalho é vinculado à CT de Águas Subterrâneas.
DGPM5. Implantação da Rede Nacional de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação de acompanhamento, avaliação e fomento a atividade científico/tecnológica especializada.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>A Rede Geochronos, foi oficializada em 2006, pelo Acordo de Cooperação Técnica para Operação da Rede Nacional de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais – REDE GEOCHRONOS, envolve CPRM, USP, UnB, UFPA e UFRGS, com a interveniência da SGM/MME e DTI/MCT. Esta rede científico-tecnológica visa garantir que o Brasil domine o ciclo completo das aplicações laboratoriais em estudos e ensaios de geocronologia e geoquímica, com aplicações em geologia, geodinâmica, petróleo e estudos ambientais. Para a implantação da Rede Geochronos, já foram investidos quase R\$ 20 milhões de reais, tendo sido realizada melhoria de infra-estrutura física e implantação de novos laboratórios.</p>	<p>Em 2008 foram efetuadas reuniões técnicas periódicas visando à consolidação da Rede e a conclusão do processo de implantação, o que inclui a operação dos laboratórios e a formação de pessoal especializado no Brasil e no Exterior.</p>
DGPM6. Reestruturação CPRM	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação coordenada entre SGM e CPRM para contratação de consultoria especializada para desenvolver estudo de reestruturação organizacional do DNPM</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Desde 2003 foi constatada a</p>	<p>Acompanhamento do andamento o programa de trabalho do consórcio empresarial FIA/MEMORA, contratado por meio do Edital PNUD n.º 40-9125/2006, do Projeto de Cooperação Técnica BRA/01/039, para a elaboração de proposta de Reestruturação CPRM e conseqüente consolidação do Serviço</p>

Atividades	Descrição Justificativa	Realizações 2008
	necessidade do desenvolvimento e a implementação de um Projeto de Reestruturação Organizacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, em função da extensa atividade executada pela instituição no setor de geologia básica. Neste sentido, em 2006 foi aberto edital internacional para submissão de propostas técnicas visando à contratação de Consultoria Especializada.	Geológico do Brasil. Em 2008 foi finalizada a coleta de dados e iniciadas as discussões referentes à reestruturação organizacional com base nos processos mapeados.
DGPM7. Outorga Mineira	<p style="text-align: center;">Descrição:</p> <p>Ação institucional da SGM</p> <p style="text-align: center;">Justificativa:</p> <p>Competência delegada à SGM pela Portaria Ministerial nº 425, de 8/09/05, fundamentada nos Arts. 7º e 43 do Decreto-lei nº 227, de 28/02/67, com redação dada pela Lei nº 9.314, de 14/11/96, cabendo à SGM analisar, instruir e outorgar os direitos minerários para efeito de lavra, de indeferimento de lavra, de caducidade de lavra e de respectiva nulidade.</p>	Em 2008 foram implementados procedimentos internos para otimização do fluxo processual de direitos minerários, destacando-se o uso sistemático do Cadastro Mineiro do DNPM para agilizar as consultas internas durante a fase final de homologação dos processos, facilitando a conferência de dados e verificação documental. Em 2008 foram expedidas 342 Portarias, sendo 283 de Concessão de Lavra, 32 de Retificação, 26 de Caducidade e 1 de Nulidade. Adicionalmente, houve 33 indeferimentos, análise de 107 recursos, 21 devoluções de processo ao DNPM e publicadas 44 retificações.

Programa 0681 - Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Dados Gerais do Programa 0681

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia e mineração.
Gerente do programa	Cláudio Scliar
Gerente executivo	Cláudio Scliar
Indicadores ou parâmetros utilizados	Participação internacional
Público-alvo (beneficiários)	Setor Mineral Nacional

Principais Ações do Programa 0681

O programa não possui ações orçamentárias específicas, No programa são realizadas atividades ligadas à representação política e técnica do Brasil no âmbito das relações exteriores no que tange ao setor mineral.

Atividades Realizadas em 2008

Atividades	Descrição Justificativa	2008
<p>INT1. Subgrupo SGT-15 do MERCOSUL</p>	<p>Descrição:</p> <p>Participação oficial no Subgrupo de Trabalho – SGT 15 Mineração do MERCOSUL, no qual a SGM é a Coordenadora Nacional para o Brasil</p> <p>Justificativa:</p> <p>O MERCOSUL é o mais importante projeto de política externa do Brasil, sendo composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e demais países associados ao MERCOSUL (Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela). O SGT-15 Mineração foi criado em 1994 durante a Reunião preparatória do primeiro encontro minero-metalúrgico, realizada no Rio de Janeiro por solicitação dos representantes do setor mineral dos países signatários do Tratado de Assunção ao Grupo do Mercado Comum – GMC, órgão executivo da estrutura institucional do MERCOSUL. São realizadas reuniões semestrais, coordenadas pelos países que detêm a Presidência <i>Pro-Tempore</i>, discutindo-se as políticas, programas, projetos e ações de interesse comum no domínio da geologia, mineração e transformação mineral.</p>	<p>Em 2008, a SGM participou de duas reuniões do SGT-15 Mineração, que ocorreram nos países que exerceram a Presidência <i>Pro Tempore</i> do MERCOSUL, respectivamente, no Uruguai e no Brasil. Das atividades conjuntas programadas nas reuniões realizadas, continua sendo executado o Projeto de Integração Geológica e de Recursos Minerais dos Países do MERCOSUL, na escala 1:1.000.000, em SIG, cuja proposta inicial foi elaborada pelo Brasil, por intermédio da CPRM (Serviço Geológico do Brasil). Os trabalhos estão sendo desenvolvidos na folha que cobre a região de fronteira com o Brasil, Argentina e Uruguai.</p>
<p>INT2. <i>Prospector and Developers Association of Canada - PDAC</i></p>	<p>Descrição:</p> <p>Participação oficial e liderança da delegação brasileira no <i>Prospector</i></p>	<p>Em continuidade ao projeto de atração de investimentos para o setor mineral nacional, em 2008, a SGM liderou, novamente, a</p>

Atividades	Descrição Justificativa	2008
	<p><i>and Developers Association of Canadá - PDAC</i>, evento do setor mineral realizado anualmente em Toronto, Canadá</p> <p>Justificativa:</p> <p>O PDAC é o principal evento de mineração no mundo, atualmente, tendo o Brasil participado regularmente. Trata-se de um fórum de oportunidades de negócios no setor mineral, cabendo às empresas e instituições participantes a apresentação de projetos e oportunidades de investimento visando atrair potenciais investidores, bem como, no nível governamental, salientar as vantagens comparativas dos diversos países representados. A ação brasileira é liderada pela SGM, com participação da CPRM, do DNPM e do IBRAM, outras instituições federais e estaduais, bem como empresas privadas do setor mineral.</p>	<p>organização do Pavilhão Brasil no PDAC, que teve uma participação recorde de 89 representantes de 33 instituições dos governos federal e estaduais e empresas privadas nacionais e estrangeiras que operam no Brasil no setor mineral. Ainda em 2008, foi realizado o planejamento da ação para 2009.</p>
<p>INT3. Processo de Certificação Kimberley (PCK)</p>	<p>Descrição:</p> <p>Coordenação geral do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK brasileiro, mecanismo internacional de certificação de origem de diamantes brutos, classificados nas subposições 7102.10, 7102.21 e 7102.31 do Sistema Harmonizado (SH) de Codificação e Designação de Mercadorias destinados à exportação e à importação, visando impedir o financiamento de conflitos pelo seu comércio.</p> <p>Justificativa:</p> <p>O SCPK foi instituído no Brasil por</p>	<p>Em 2008, a SGM, como coordenadora geral e ponto focal do SCPK no Brasil, continuou a participar de todos os encontros nacionais e internacionais, sugerindo e acompanhando a política do DNPM para o Grupo de Trabalho de Produção Aluvionar de Diamantes, do SCPK, como Coordenadora Geral para a América do Sul. Juntamente com o DNPM se fez presente nas Reuniões Intermediária e Plenária do Processo de Kimberley, realizadas em Nova Delhi, Índia, liderando uma delegação com outros representantes do governo federal e da sociedade civil. Em 2008, a SGM continuou o</p>

Atividades	Descrição Justificativa	2008
	<p>meio da Lei nº 10.743/03, que determina ao DNPM, à SRF e à SECEX a responsabilidade pela implantação do SCPK no Brasil. A SGM participa oficialmente das comissões nacional e algumas no âmbito internacional. A SGM tem atuado como coordenadora geral e ponto focal do SCPK no Brasil, além de sugerir e acompanhar a política do DNPM para o Grupo de Trabalho de Produção Aluvionar de Diamantes, braço regional do SCPK, como Coordenadora Geral do grupo de Produção Aluvional para a América do Sul.</p>	<p>acompanhamento e avaliação das recomendações internacionais no setor mineral nacional.</p>
<p>INT4. Grupos de Estudos Internacionais de Materiais Metálicos</p>	<p>Descrição:</p> <p>Participação oficial da SGM em Grupos de Estudos Internacionais de Materiais Metálicos.</p> <p>Justificativa:</p> <p>GIEN: Com a aprovação pelo Congresso Nacional em 2006, o Brasil tornou-se oficialmente membro do GIEN, sendo representado pela SGM neste fórum. GIECZ: Com a aprovação pelo Congresso Nacional em 2008, o Brasil tornou-se oficialmente membro do GIECZ, sendo representado pela SGM neste fórum. GIEC: A SGM vem envidando esforços para que o país também participe do Grupo Internacional de Estudos do Cobre (GIEC), que já tramita no Congresso Nacional. A participação do Brasil neste grupo de estudos é importante do ponto de vista das relações intergovernamentais e atende aos interesses do Setor Brasileiro de Metais Não-Ferrosos.</p>	<p>Ação direta como representante oficial do Brasil nos Grupos Internacionais de Estudos do Níquel (GIEN), e do Chumbo e Zinco (GIECZ) em função dos Decretos nº 5.930/06, e nº 6.624/08, que, respectivamente, promulgaram os Termos de Referência e Regras de Procedimento do GIEN e do GIECZ, que foram adotados pelo Brasil no Acordo de Genebra, em 1986. Durante 2008, representantes da SGM, juntamente com representantes da Divisão de Recursos Energéticos Não Renováveis do MRE e de empresas privadas do setor mineral, participaram de várias reuniões de todos os grupos internacionais de estudos como convidados e/ou observadores, todas elas realizadas em Lisboa, Portugal, Sede dos Grupos Internacionais de Estudos do Chumbo e Zinco, Níquel e Cobre. Adicionalmente, o processo relativo ao GIEC permanece em tramitação no Congresso Nacional.</p>
<p>INT5. Fórum</p>	<p>Descrição:</p>	<p>Em 2008, a SGM participou da</p>

Atividades	Descrição Justificativa	2008
Intergovernamental de Mineração	<p>Participação oficial da SGM em fórum internacional para representação institucional do País.</p> <p>Justificativa:</p> <p>Este fórum tem o propósito de servir de mecanismo para o cumprimento de compromissos assumidos pela comunidade mundial, funcionando como uma extensão de outros foros, promovendo um diálogo global não só intergovernamental como também com a comunidade, verificando a interligação no contexto do desenvolvimento sustentável. O Brasil, por intermédio da SGM, foi um dos seus sócios fundadores e tem participado de todas as reuniões promovidas.</p>	<p>reunião do Fórum Intergovernamental de Mineração de Genebra, em SET08, com a presença de cerca de 40 países. Nesse evento, várias ações foram discutidas para melhorar as condições de sustentabilidade da mineração mundial.</p>

2.4. Desempenho Operacional

I. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

INDICADORES DE EFICÁCIA

- *Índice de atendimento à Ouvidoria*

OBJETIVO: verificar o quantitativo de demandas e respostas produzidas para assuntos encaminhados pela Ouvidoria do MME.

ÍNDICE: (Nº respostas produzidas no ano/Nº demandas encaminhadas pela Ouvidoria no ano) x 100 = % indicativo da performance da SEE no atendimento.

Nº de respostas produzidas

Índice SEE Geral (283/428) x 100 = 66,12%

Fonte: Ouvidoria do MME

COMENTÁRIO: considerando ser a Ouvidoria um dos mais importantes meios de comunicação que a sociedade tem à sua disposição para manifestar suas demandas, cabe uma análise dos resultados apresentados, objetivando desenvolver ações que visem o aprimoramento dos mesmos. Assim, sugere-se uma articulação com a Ouvidoria a fim de conhecer o fluxo interno de encaminhamento de demandas e alimentação do sistema com as respostas produzidas, um levantamento das demandas não atendidas, a título de diagnóstico de eventuais dificuldades operacionais internas da SEE, um trabalho de sensibilização dos Departamentos da SEE no tocante à produção de soluções e fluxo de encaminhamento de respostas, bem como demais ações que permitam otimizar os resultados alcançados.

- *Índice de realização de orçamento*

OBJETIVO: verificar a execução orçamentária da SEE

ÍNDICE: (valor do orçamento executado no ano/valor do orçamento anual) x 100 = % indicativo da execução orçamentária
(9.179.800 / 11.249.020) x 100 = 81,6%

Fonte: SEE/GEAF

COMENTÁRIO: O valor previsto no orçamento de custeio foi empenhado e executado 89% em 2008, configurando 11% em Resto a Pagar para o ano de 2009. O valor previsto no orçamento de

investimento foi empenhado e executado 12% em 2008, configurando 88% em Resto a Pagar para o ano de 2009. Além do ano de 2008 ser um ano atípico em consequência do ano eleitoral, vedando as transferências voluntárias (Convênios e Repasse) até o mês de outubro de 2008, tivemos que proceder à celebração e execução dos termos por meio do Portal de Convênios SICONV e SIAFI.

INDICADORES DE EFICÁCIA

➤ *Índice de domicílios atendidos pelo Programa Luz para Todos*

OBJETIVO: verificar a execução do plano de instalações do Programa LpT, com relação à meta estabelecida.

ÍNDICE: (quantidade de instalações executadas/quantidade de instalações previstas) x 100 = % indicativo da performance do Programa.

$$(441.427 / 564.000) \times 100 = 78,3\%$$

Realizado 2008

jan	20.451	jul	41.252
fev	30.136	ago	45.092
mar	29.812	set	48.462
abr	30.076	out	48.237
mai	28.639	nov	41.452
jun	31.211	dez	46.607

Fonte: SEE/DPUE/PLpT

COMENTÁRIO: apesar de o Programa não ter cumprido 100% da meta estabelecida para o ano de 2008, cabe ressaltar que o atendimento foi 10% superior ao ano de 2007. No acumulado, desde a criação do Programa até dez/2008, o LpT cumpriu 94% de sua meta inicial de 2 milhões de atendimentos, totalizando 1.877.362 de ligações realizadas.

Importante ressaltar que alguns governos estaduais não destinaram recursos pactuados no início do Programa. Neste sentido, o MME vem mantendo tratativas no sentido de minimizar o impacto no cumprimento da meta.

Não obstante, foram implementadas, ao longo de 2008, ações como o acompanhamento de desempenho por meio de Relatórios Gerenciais Mensais e reuniões regionais, com a participação dos coordenadores estaduais e concessionárias de energia elétrica.

Com a centralização de gestão das empresas federalizadas, promovida pelo MME, espera-se um melhor desempenho do Programa nas áreas atendidas por aquelas concessionárias.

➤ *Índice de execução do Plano de Revitalização e Capacitação do PRODEEM*

OBJETIVO: verificar a execução do Plano, com relação às metas estabelecidas.

ÍNDICE DE REVITALIZAÇÃO: (quantidade de sistemas trabalhados no ano/quantidade de sistemas previstos no Plano) x 100 = % de efetividade do Plano de Revitalização.

$(1.147 / 2.180) \times 100 = 52,6\%$

COMENTÁRIO: considerando que as empresas federais conveniadas Eletronorte e Chesf não realizaram um diagnóstico antes do início a execução do PRC, adotamos o conceito de “Sistemas Trabalhados”, que contempla sistemas revitalizados, removidos, furtados e não localizados.

Por este conceito, a meta para 2008 era a conclusão do PRC (2.180 sistemas), o que não aconteceu devido a dificuldades enfrentadas pelas empresas conveniadas no andamento de processos licitatórios para aquisição de materiais e contratação de mão-de-obra, somadas às dificuldades de acesso às comunidades isoladas da região amazônica.

O acompanhamento da execução do PRC do PRODEEM vem sendo realizado por meio de relatórios mensais, reuniões bimensais e inspeções de campo que são programadas trimestralmente. Foram realizadas, também, reuniões entre o Secretário de Energia Elétrica e os Diretores das empresas conveniadas, com o objetivo de sensibilizá-los para a necessidade de que a conclusão do PRC seja priorizada.

Vale ressaltar que os recursos disponibilizados às empresas conveniadas são suficientes para a completa execução do PRC, à exceção da ELETRONORTE que, por meio do Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 010/2004 – MME, com base nas justificativas apresentadas, recebeu uma complementação de recursos de R\$ 4,5 milhões, sendo que R\$ 2,0 milhões foram repassados em dezembro de 2008 e os R\$ 2,5 milhões serão repassados em 2009.

➤ *Índice de expansão da capacidade de geração instalada no Brasil*

OBJETIVO: acompanhar a expansão da capacidade de geração instalada no Brasil, com relação à meta estabelecida.

ÍNDICE: (capacidade de MW instalada/capacidade prevista) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (3.043MW).

$(2.158 \text{ MW} / 3.043 \text{ MW}) \times 100 = 70,9\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: O indicador foi definido no início do ano de 2008, após um balanço geral do plano de expansão da geração, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2008 era de uma expansão da

capacidade instalada em novas usinas de 3.043 MW, compreendendo usinas hidrelétricas, termelétricas, PCHs e usinas do PROINFA.

Foram incorporadas ao sistema elétrico brasileiro em 2008 69 novas usinas, totalizando 2.158 MW, cerca de 71% da meta estabelecida. Entre outras obras concluídas em 2008, destaca-se a UHE Castro Alves, a UTE Vale do Açu, além de 600 MW em usinas do PROINFA.

Entre outros motivos que provocaram desvio na obtenção da meta destacam-se os problemas técnicos para conexão à rede (básica/distribuição), morosidade nas negociações dos contratos de suprimento de combustível para as usinas termelétricas, além das dificuldades inerentes à implantação dos projetos, tais como: atrasos na entrega de equipamentos por fornecedores e do cronograma de execução das obras.

➤ *Índice de expansão da Rede Básica*

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Rede Básica (Tensão ≥ 230 kV), com relação à meta estabelecida (6.022 km).

ÍNDICE: (km de linhas de rede básica instalada/km de linhas previstos) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (6.022 km).

$(3.620 \text{ km} / 6.022 \text{ km}) \times 100 = 60,1\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: Com o objetivo de acompanhar a expansão da rede básica, foi criado um indicador para mensurar a ampliação das linhas de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV.

O indicador foi definido no início do ano de 2008, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2008 era de uma ampliação de 6.022 km em novas linhas de transmissão, compreendendo um conjunto de 52 empreendimentos.

Foram concluídos ao final do ano de 2008 trinta e três empreendimentos, num total de 3.620 km, cerca de 60,1% da meta estabelecida. Entre outras obras concluídas em 2008, destaca-se a terceira interligação Norte-Sul, com cerca de 2.000 km de linhas de transmissão, bem como os sistemas complementares em Minas Gerais, num total de 700 km de extensão.

O atraso na obtenção das licenças ambientais, principalmente na Licença Prévia – LP, continua sendo o principal óbice para cumprimento dos cronogramas. Entre outras obras que se enquadram nessa situação podemos citar a LT Campos – Macaé, no Rio de Janeiro, Itapeti / Nordeste / Tijuco Preto, em São Paulo, e Picos – Tauá, do Piauí para o Ceará. Destaca-se também o problema de embargo judicial decorrente da liberação de faixa de servidão da LT Campos Novos – Santa Rita.

➤ *Índice de expansão da Transmissão (Transformação)*

OBJETIVO: acompanhar a expansão da Capacidade de Transformação das subestações do SIN, com relação à meta estabelecida (9.693 MVA).

ÍNDICE: (expansão em MVA instalada/expansão em MVA prevista) x 100 = % de adequação à meta estabelecida (9.693 MVA).
 $(8.641 \text{ MVA} / 9.693 \text{ MVA}) \times 100 = 89,1\%$

Fonte: SEE/DMSE

COMENTÁRIO: O indicador foi definido no início do ano de 2008, após um balanço geral do plano de expansão da transmissão, sustentado pelos cronogramas de implantação dos projetos e pela atividade de monitoramento do DMSE. A meta para o ano de 2008 era de uma ampliação de 9.693 MVA, com instalação de novos transformadores em subestações novas e/ou em operação. Ao final do ano de 2008 foi incorporada ao sistema uma capacidade de transformação de 8.641 MVA, cerca de 89% da meta estabelecida. O resultado foi satisfatório, pois boa parte dos empreendimentos de transformação dependiam da conclusão de obras de linhas de transmissão, que, por sua vez, também não foram totalmente implantadas.

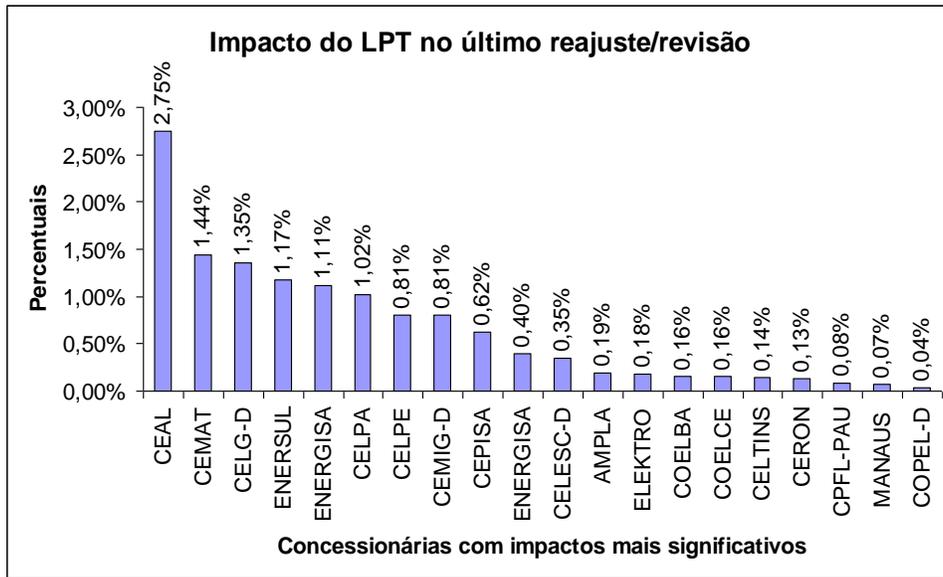
➤ *Índice Médio de impacto do Programa Luz para Todos nos reajustes/revisões tarifárias.*

OBJETIVO: acompanhar o impacto tarifário do Programa LpT nos reajustes/revisões tarifárias, de forma a respeitar o limite máximo de 8% no impacto total acumulado.

ÍNDICE MÉDIO: \sum índices das concessionárias / quantidade de concessionárias
 $12,98 / 20 = 0,649\%$

Maior índice: 2,75% Menor índice: 0,04%

Índice referência: 8%



Fonte: SEE/DGSE

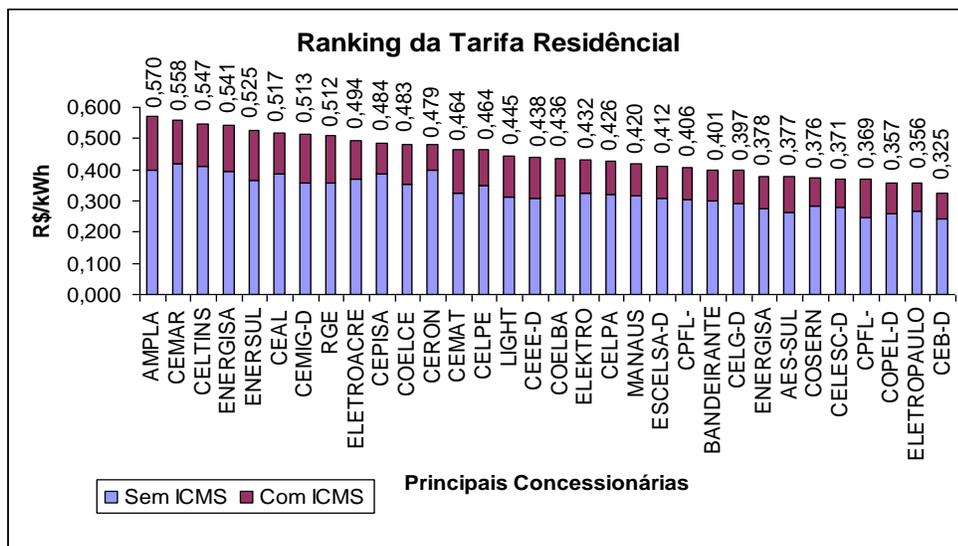
COMENTÁRIO: O impacto tarifário do programa Luz para Todos na tarifa das concessionárias de distribuição está limitado a 8% - acumulado para todo o Programa - conforme a legislação vigente. Os dados refletem pontualmente apenas o impacto da implantação do Programa LpT no reajuste/revisão tarifária ocorrida no ano de 2008. Pode-se observar que, especificamente em 2008, não houve impactos elevados nas principais concessionárias de distribuição.

INDICADORES DE EFETIVIDADE

➤ *Indicador das tarifas residenciais.*

OBJETIVO: Acompanhar os processos de reajustes/revisões das tarifas residenciais de todas as concessionárias de distribuição, objetivando a menor tarifa possível.

INDICADOR: Classificação Decrescente da Tarifa Residencial Praticada



Fonte: SEE/DGSE

COMENTÁRIO: Na composição da tarifa residencial existem vários componentes a serem levados em consideração, tratados em respeito aos Contratos de Concessão assinados. Dentre estes destacam-se a compra de energia pelas distribuidoras, a necessidade de remunerar o investimento feito pelas empresas, os custos de operação e manutenção característicos de cada área de concessão, e o recolhimento dos encargos setoriais. Um dos destaques do modelo tarifário é a busca de eficiência empresarial que é revertida a bem da modicidade tarifária através de mecanismos como Fator X // Empresa de Referência. Convém salientar que a cada ano são revistas as tarifas praticadas por todas as distribuidoras do Brasil, seja no processo de reajuste ou no processo de revisão tarifária.

Quanto aos tributos (impostos) estaduais e federais os mesmos não integram o cálculo das tarifas pelo setor elétrico.

Os dados apresentados representam a atualização ocorrida, em cada mês de aniversário de cada distribuidora, no ano de 2008.

II. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – SPE

Como a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE desenvolve planejamento, o item 2.4. Desempenho Operacional, não se aplica.

III. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS – SPG

Inicialmente, destacamos as ações relacionadas ao Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP. Em 2008, foi aprovada, pelo Comitê Executivo, a criação do Comitê Temático de Meio Ambiente – CTMA, com objetivo de coordenar e monitorar a implementação das iniciativas do programa voltadas à gestão ambiental do setor, com destaque para um conjunto de projetos a serem implementados ao longo dos próximos dois anos. Ainda em 2008, foram apresentadas as propostas preliminares dos oito projetos que serão desenvolvidos no âmbito desse Comitê.

Destacamos ainda as ações relacionadas à Introdução do Hidrogênio na Matriz Energética Nacional. Em 2008, foi concluído o trabalho do consultor especialista em Hidrogênio, contratado por meio do Programa PNUD BRA/039 em 2007. Os estudos elaborados pelo especialista subsidiaram a atuação do MME nas atividades relacionadas à Economia do Hidrogênio.

Dentre essas atividades, destaca-se a atuação no âmbito da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio – IPHE, firmada com fins de organizar e implementar ações eficientes e efetivas de pesquisa, desenvolvimento, demonstração e utilização comercial das tecnologias relacionadas ao hidrogênio e às células a combustível, além de compatibilizar políticas, códigos e

padrões que promovam a transição para uma economia global do hidrogênio. Em 2008, o MME participou das reuniões do Comitê Diretor, ocorridas nos meses de abril e outubro, e na do Comitê Técnico, realizada em junho.

Além disso, foram acompanhadas as atividades relacionadas ao Memorando de Cooperação firmado entre Brasil e EUA na área de hidrogênio. A contraparte brasileira manifestou interesse em dar continuidade à cooperação bilateral em diversas áreas, especialmente a de células a combustível, e também de fazer um exame da agenda bilateral sobre os temas relacionados ao hidrogênio.

Por fim, foi dada continuidade ao Projeto Ônibus a Hidrogênio. O objetivo do projeto é propiciar o início da comercialização e da adaptação dos ônibus com células a combustível para o mercado interno e de exportação, demonstrando-se a viabilidade operacional da especificação brasileira para este tipo de ônibus. O projeto visa ainda absorver e difundir tal tecnologia, bem como capacitar fornecedores e operadores nacionais, além de instalar a infra-estrutura necessária para o abastecimento com hidrogênio. Em 2008, destaca-se o teste do ônibus protótipo, realizado com grande êxito nos modos bateria e célula a combustível hidrogênio. O protótipo encontra-se agora em fase final de montagem e acabamento, com previsão de operação em área da EMTU/SP, a partir de abril de 2009.

Em relação ao hidrogênio, destaca-se a conclusão dos cinco relatórios elaborados pelo especialista contratado por meio do Projeto PNUD BRA/039. O primeiro refere-se à elaboração de estudos para subsidiar a atuação do MME na cooperação bilateral Brasil-EUA em Tecnologias de Energia a Hidrogênio. O segundo corresponde à revisão do Roteiro Brasileiro para a Estruturação da Economia do Hidrogênio. O terceiro, trata das atividades de assessoramento na elaboração do Edital para contratação de serviços de apoio para o detalhamento da carteira de projetos estruturantes. O quarto relatório refere-se à elaboração de estudos sobre cooperação internacional em tecnologias de hidrogênio. O quinto e último tratou da elaboração de estudos para subsidiar a atuação do MME no âmbito da Parceria Internacional para a Economia do Hidrogênio (IPHE).

Setor de Petróleo - Combustíveis Derivados de Petróleo (DCDP)

A SPG desenvolveu um conjunto de ações com fins de subsidiar o MME nos aspectos de relacionamento bilateral e multilateral, cooperação e cumprimento de acordos internacionais. Nesse sentido destacam-se: APLA – Associação Petroquímica e Química Latino-Americana; AIGLP – Associação Ibero-Americana de Gás Liquefeito de Petróleo; IMO – Organização Marítima Internacional; UNASUL – União das Nações Sul-Americanas.

Na área de Combustíveis Derivados de Petróleo, o MME acompanhou, mensalmente, o mercado de petróleo e seus derivados, monitorando preços, importações, exportações, volumes produzidos e consumidos, bem como a qualidade desses produtos, por meio de seu Relatório de Acompanhamento de Mercado Mensal. Esse monitoramento visa acompanhar de perto o adequado funcionamento do mercado de combustíveis.

A SPG, representando o MME, participou das reuniões do Grupo de Monitoramento Permanente – GMP – da Resolução CONAMA nº 362/2005, criado para acompanhar os mercados de óleos

lubrificantes acabados e usados/contaminados. Entre as ações do GMP destacam-se o controle dos dados de coleta, coordenado pela ANP, bem como a realização de oficinas de capacitação nas regiões de todo o país para treinamento dos fiscais do Ibama e dos órgãos estaduais de meio ambiente como forma de melhorar a destinação do óleo lubrificante usado / contaminado -OLUC e assegurar o cumprimento da Portaria Interministerial MME/MMA nº 464/2007. Tal Portaria estabeleceu, além dos percentuais nacionais, os percentuais regionais de coleta de óleos lubrificantes usados/contaminados até 2011. As atribuições e composição do GMP encontram-se no art. 11 da Resolução Conama nº 362, de 23.06.05. Essa Resolução determina que todo OLUK deverá ser recolhido, coletado e ter destinação final, de modo que não afete negativamente o meio ambiente e propicie a máxima recuperação dos constituintes nele contidos, na forma prevista pela própria Resolução. Considerando os dados fornecidos pela ANP até o primeiro semestre de 2008, os percentuais mínimos de coleta estabelecidos por região e país foram atendidos em sua plenitude e em conformidade com o que está fixado na Portaria Interministerial MMA/MME nº 464/2007. Os percentuais alcançados, em cada região, foram os seguintes: Norte: 20,3% (mínimo fixado 17%); Nordeste: 21,1% (mínimo fixado 19%); Centro-Oeste: 28,2 % (mínimo fixado 27%); Sudeste: 46,9% (mínimo fixado 42%); Sul: 36,1% (mínimo fixado 33%) e Brasil 37,7% (mínimo fixado 33,4%).

Ao longo de 2008, a SPG, representando o MME, participou de discussões no âmbito do Governo no sentido de buscar alternativas ao cumprimento da Resolução Conama nº 315/2002. Após Acordo firmado entre os órgãos do meio ambiente, a indústria e o Ministério Público Federal, definiu-se a antecipação da entrada em vigor, para 2013, do diesel com reduzido teor de enxofre (10 partes por milhão de enxofre – S10), a substituição do diesel interior de 2000 ppm de enxofre (S2000) para 1800 ppm (S1800); um cronograma para comercialização do diesel com 50 ppm de enxofre (S50) em diversas regiões metropolitanas; além de uma série de medidas adicionais benéficas à sociedade e ao meio ambiente.

Desse modo, coube ao MME, num primeiro momento, participar das discussões quanto às especificações dos combustíveis, haja vista que até o fim de 2008 estavam previstas as publicações das resoluções da ANP com as especificações do óleo diesel S10 – que passará a ser comercializado em 2013, e de óleo diesel S1800, voltado para o uso no interior do país, em substituição ao atual diesel S2000. O diesel S50 já havia sido especificado, bastava, portanto, dar início à sua comercialização. Paralelamente, o MME fará o monitoramento da adequada disponibilidade do diesel S1800 e S50 nas localidades, no volume e nas datas estabelecidas pelo Acordo firmado com o MPF.

O Convênio N° 039/2005, firmado entre o MME e a EPE para desenvolver “estudos para subsidiar o planejamento dos setores de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis” foi previsto para ser realizado ao longo de 2006 e 2007. Os projetos relacionados ao DCDP a serem executados são: construção de um modelo para planejamento da evolução do parque nacional de refino; desenvolvimento de um banco de dados computacional para o setor de abastecimento de petróleo, derivados, biocombustíveis e gás natural no Brasil.

Em 2008 a EPE finalizou o produto “construção de um modelo para planejamento e evolução do parque nacional de refino” em abril de 2008, com a quarta e última etapa, a qual consistiu na implantação do Modelo no MME e no teste de consistência do mesmo. Para tanto, foi providenciada a instalação do software AIMMS (*Optimization Software for Operations Research*

Applications) – licenças de treinamento e definitiva – no MME, além de um otimizador denominado CPLEX e do modelo elaborado pela EPE.

O Modelo Integrado de Refino e Logística consiste num modelo matemático de programação linear, que indica a melhor alternativa, de acordo com uma função-objetivo definida, para um sistema representado por equações lineares. Nesse caso, o sistema real corresponde ao abastecimento nacional de derivados de petróleo, com vistas a fazê-lo ao menor custo possível, segundo parâmetros definidos e restrições estabelecidas.

Após o procedimento de instalação do Modelo, foi realizado o treinamento da equipe do MME no uso do referido modelo. O escopo do treinamento abrangeu noções de modelagem e otimização; aspectos intrínsecos do software AIMMS; apresentação da concepção e características principais do Modelo; e realização de exercícios. O teste de consistência foi realizado na medida em que se faziam os exercícios, com avaliação da sensibilidade, potencialidade e custos.

Os bens adquiridos com recursos da União – softwares AIMMS e CPLEX – estão relacionados em dois processos de aquisição:

- Processo de compra do software AIMMS (ref. Invoice nº A/2007-02-021, de 30/03/2007);

Em 27 de junho de 2008, a vigência do Convênio encerrou-se, sem que houvesse aditamento para postergação de prazo. Todos os projetos previstos foram concluídos, com exceção do Projeto “Construção de um banco de dados computacional sobre o setor de Abastecimento de Petróleo, Derivados, Biocombustíveis e Gás Natural no Brasil”. Atualmente, o Convênio está sendo encerrado e encontra-se na SPOA/MME onde está submetido à análise contábil, objetivando a valoração das etapas não cumpridas, com a finalidade de ressarcimento por parte da EPE.

Setor de Petróleo – Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (DEPG)

Em janeiro de 2008 a SPG/MME apresentou aos representantes da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, sua minuta de Plano de Ação para atender aos termos da Resolução CNPE Nº 06/2007, de 08.11.2007, que em seu Art. 4º resolveu “*determinar ao Ministério de Minas e Energia, que avalie, no prazo mais curto possível, as mudanças necessárias no marco legal que contemplem um novo paradigma de exploração e produção de petróleo e gás natural, aberto pela descoberta da nova província petrolífera, respeitando os contratos em vigor.*”. Dessa forma criou-se um grupo de trabalho para realizar discussões sobre eventuais alterações no arcabouço regulatório brasileiro para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural – GT do Marco Legal.

Esse GT do Marco Legal estabeleceu um cronograma que foi dividido em quatro etapas a serem concluídas em 15/08/2008. Na etapa A foi realizado um levantamento dos aspectos conceituais dos sistemas regulatórios de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural, uma discussão da experiência internacional sobre o tema e uma análise comparativa dos marcos legais de países selecionados. Essa etapa foi concluída em 06/05/2008. Na etapa B foi feita uma avaliação do potencial petrolífero do Pré-sal nas bacias sedimentares costeiras do sudeste do Brasil. A conclusão dessa etapa foi em 18/07/2008. A etapa C consistia na apresentação de

alternativas de mudanças no marco legal brasileiro a fim de reequilibrar a relação “risco-recompensa” das atividades de E&P no Brasil, buscando identificar os mecanismos legais necessários para se implementar as referidas alternativas.

O GT do Marco Legal foi suspenso pela criação da Comissão Interministerial, portanto suas conclusões finais foram suspensas, porém alguns resultados parciais devem ser destacados. A etapa A produziu como resultado o relatório “Aspectos conceituais dos sistemas regulatórios de exploração e produção de petróleo e gás natural e a experiência internacional”. As discussões da etapa B geraram como resultado uma minuta de relatório intitulada “Análise das perspectivas de recursos e produção de petróleo e gás natural com foco no Pré-sal”. A consultoria contratada pela EPE na etapa C disponibilizou três advogados em tempo integral no período de um mês para tratar do assunto proposto e concluiu suas contribuições com a Nota Técnica “Sobre o arcabouço legal vigente das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural – análise jurídica das adequações que visam atender os objetivos estratégicos traçados para as áreas do Pré-sal”. Esses resultados parciais foram amplamente utilizados nas discussões promovidas pela Comissão Interministerial criada em 17/07/2008.

Com objetivo de agregar conhecimento técnico jurídico às discussões, a EPE contratou a assessoria de Ribeiro & Barreto Advogados (“RB”) por um período de um mês, que foi concluído por meio de relatório contendo análise das principais questões estudadas. Em 17/07/2008 foi criada por Decreto Presidencial uma “*Comissão Interministerial com a finalidade de estudar e propor as alterações necessárias na legislação, no que se refere à exploração e produção de petróleo e gás natural nas províncias petrolíferas descobertas em área denominada de Pré-sal*”. A conclusão do GT do Marco Legal com alternativas para alteração da atual política de exploração e produção de petróleo e gás natural ficou suspensa, pois os esforços da SPG do MME foram redirecionados para os grupos formados em apoio à Comissão Interministerial. Cabe aqui destacar que os resultados das discussões do GT foram integralmente aproveitados por esses grupos de apoio, já que seus objetivos são similares.

Segundo a agenda da Comissão Interministerial, as atividades foram divididas em três etapas. Na primeira foram criados grupos de trabalho focados em cinco temas transversais: Experiência Internacional, Atividades de E&P no Brasil, Questões Jurídicas, Participações Governamentais e Questões Macro-Econômicas. Houve participação ativa da SPG, predominantemente do DEPG, em todos esses grupos de apoio. Particularmente as discussões sobre unitização, contratos de concessão e royalties foram coordenadas por servidores do DEPG. Na segunda etapa foram sistematizadas propostas a serem submetidas à Comissão. A terceira etapa englobou a análise dessas propostas sob os aspectos jurídicos (responsabilidade do MME/CONJUR e CC), econômicos (responsabilidade do MF) e técnicos (responsabilidade MME/EPE), com o objetivo de analisar o atendimento das diretrizes estabelecidas pela Comissão. Apesar dos avanços obtidos em todas as etapas, a Comissão Interministerial postergou suas decisões para o ano de 2009.

Com relação às rodadas de licitações, a Resolução do CNPE nº 6 de 2007, em seu artigo 2º, deliberou pela continuidade da Oitava Rodada de Licitações. Destaca-se que nessa Resolução constou também a decisão do Conselho da retirada dos blocos da Nona Rodada de Licitações, os quais pudessem conter rochas do Pré-sal.

Em sua 8ª Reunião Ordinária, ocorrida em 22 de julho de 2008, o CNPE voltou a discutir as possibilidades de conclusão da Oitava Rodada e optou por adiar a decisão sobre a mesma para a

última reunião ordinária de 2008, conforme registrado na Resolução CNPE nº 8/2008. Tal decisão objetivou aguardar as definições acerca das eventuais mudanças no marco legal de petróleo e gás brasileiro, então em estudo pela Comissão Interministerial. Por fim, o CNPE, em sua 17ª Reunião Ordinária, ocorrida em 02 de dezembro de 2008, deliberou sobre o assunto em questão, aprovando em plenário o adiamento da decisão pela conclusão da Oitava Rodada, em resolução ainda no prelo, para data posterior às conclusões da mencionada Comissão Interministerial.

Uma das ações principais da SPG em 2008 foi planejar e acompanhar a execução da Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, cujos objetivos principais foram implantar e ampliar a atividade exploratória de petróleo e gás em bacias de nova fronteira e manter a atividade em bacias maduras. Além disso, pelas características das áreas ofertadas, esta Rodada de Licitações procurou oferecer oportunidades para o desenvolvimento das pequenas indústrias petrolíferas.

No âmbito do PROMINP, deu-se prosseguimento ao projeto IND P&G 31, iniciado em 2007. O referido projeto possui os seguintes objetivos: 1) Realizar a aplicação da Cartilha de Conteúdo Local na aferição do percentual de conteúdo local nos projetos de investimento na área de Exploração & Produção, nos sistemas e sub-sistemas; 2) Sistematizar o processo de acompanhamento, pelo PROMINP, de toda cadeia de atividades do segmento de E&P de petróleo e gás natural; 3) Avaliar a necessidade de aprimoramento da metodologia da Cartilha com base nos resultados das medições dos projetos selecionados como piloto; 4) Avaliar a ampliação do escopo de aplicação da Cartilha de Conteúdo Local para toda a cadeia produtiva do setor de P&G. Com relação ao último objetivo, foi sugerida a criação de projetos específicos por área devido a sua abrangência. Os novos projetos do PROMINP foram o IND P&G 36 para os setores de abastecimento, refino e petroquímica, o IND P&G 37 para o setor de transporte dutoviário e o IND P&G 38 para o setor de transportes e apoio marítimo.

Devido à necessidade de confidencialidade para as informações em diversos dos seus empreendimentos, o Projeto IND P&G 31 sofreu atrasos no seu início. Depois de publicada pelo Ministério de Minas e Energia, em 10 de dezembro de 2007, a Portaria Nº 345 regulamentando a Política de Segurança de Informações, foi possível dar prosseguimento às atividades. A Coordenação Executiva do PROMINP propôs então a criação de um sistema informatizado de envio e recebimento das informações confidenciais do projeto, no qual cada participante terá acesso remoto restrito de acordo com perfil a ser estabelecido, os arquivos deverão ter assinatura digital e trafegarão pela rede criptografados, aos quais se somará o controle de cópias e de impressão de documentos. O MME/SPOA ficou encarregado de desenvolver o Sistema de Informações Seguras, assim como disponibilizar a sua atual infraestrutura (servidor, storage, back-up) para hospedagem da aplicação, recebimento de arquivos e armazenamento dos dados. Em dezembro de 2008 o MME/SPOA disponibilizou uma versão preliminar do Sistema de Informações Seguras para testes iniciais.

Cabe ainda mencionar a atuação do DEPG com relação ao Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, que foi um dos produtos do Convênio Nº 039/2005 MME/EPE. Esse projeto teve como objetivo geral preparar uma base atualizada de informações, com representações de zonas na forma de mapas, sobre a importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico nacional do setor de petróleo e gás natural. Em junho de 2008 foi realizada a etapa 5 do Projeto, denominada “Treinamento – Mini-curso sobre a

utilização da base de informações do zoneamento nacional”. Essa etapa foi precedida de um treinamento específico de servidores da SPG, promovido pelo DEPG, para o uso do software ARCGIS necessário para a visualização e manipulação de dados do Projeto.

A Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, executada pela ANP, contou com o apoio da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis no seu planejamento e viabilização junto ao CNPE. A Rodada foi planejada de modo a buscar interiorizar as atividades exploratórias, evitando ofertar áreas de elevado potencial petrolífero como as áreas da região do Pré-sal. O evento foi realizado com sucesso no dia 18 de dezembro de 2008, atingindo satisfatoriamente os objetivos propostos. Foram ofertados 130 blocos, sendo destes 100 em bacias maduras e 30 em bacias de novas fronteiras. Do total de 54 blocos arrematados, 34 estão em bacias maduras e 20 em bacias de nova fronteira. A área arrematada (48,03 mil km²) representa 68% da área total oferecida. Inicialmente 40 empresas foram habilitadas, das quais 23 são brasileiras e 17 estrangeiras. Das 17 empresas vencedoras do certame, 11 são brasileiras. O total de Bônus de Assinatura arrecadado foi de R\$ 89,4 milhões e o valor total de investimentos previstos em exploração é da ordem de R\$ 611 milhões.

Setor de Gás Natural (DGN)

Em 2008, o DGN acompanhou a tramitação do Projeto de Lei do Gás no Congresso Nacional e coordenou reuniões entre os agentes do setor para buscar consenso em torno do tema. Os agentes firmaram acordo no final de novembro e o PLC 90/2007 foi aprovado no Senado Federal no dia 06/12/2008. O projeto retornou à Câmara dos Deputados com algumas emendas, que também foram aprovadas nesta Casa em 11/12/2008. O projeto foi encaminhado à sanção presidencial no dia 11/02/2009.

O novo marco regulatório traz avanços importantes que contribuirão para a consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Entre eles, destacam-se a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a atribuição de competência ao MME no planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento. A regulamentação da nova Lei deverá ser elaborada no decorrer de 2009.

Durante o ano de 2008, o DGN monitorou, permanentemente, as condições de atendimento do mercado brasileiro de gás natural, tendo publicado, mensalmente, o Boletim do Gás Natural com informações consolidadas sobre o setor. A publicação, que apresenta os dados mais relevantes do setor de gás natural no Brasil, já está em sua vigésima segunda edição e é distribuída, mensalmente, para mais de duzentas pessoas ligadas ao setor de gás natural. A partir de 2009 será disponibilizada ao público por meio do sítio do Ministério de Minas e Energia na internet.

O DGN também acompanhou, por meio do monitoramento diário dos níveis de operação do SIN – Sistema Interligado Nacional, as condições de suprimento às UTEs a gás natural que integram o Termo de Compromisso (TC), assinado entre Petrobras e ANEEL. Em 2008, o TC foi plenamente cumprido. Adicionalmente, concluiu o processo de contratação de consultor, na modalidade produto, com recursos do Projeto PNUD BRA/039, para elaboração de metodologia de avaliação de impactos no cumprimento do TC decorrentes de possíveis atrasos nos

empreendimentos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (novos gasodutos e novos campos de produção de petróleo e gás natural).

O trabalho, concluído em janeiro de 2009, resultou na implementação de um *software* que permite simular as condições de atendimento ao mercado num horizonte de 5 anos. O aplicativo, chamado de *Simulgas*, foi desenvolvido para permitir o cálculo automático dos problemas de logística e de oferta de molécula do gás natural em um modelo simplificado da malha de transporte brasileira. O aplicativo possibilita não apenas acompanhar as condições de atendimento do TC no horizonte 2008 e 2012, mas também identificar possíveis alternativas para contornar problemas de restrição ao atendimento das UTEs. Adicionalmente, é capaz de gerar cenários para subsidiar as atividades de planejamento do setor de gás natural, especialmente aquelas relacionadas à ampliação da malha de transporte. Com a entrada em vigor da nova Lei do Gás, que atribui ao MME o planejamento da expansão da malha, a ferramenta será de grande utilidade para o MME.

Em 2008, o DGN também monitorou os preços do gás natural nacional e importado bem como os preços do gás natural praticados pelas distribuidoras estaduais, avaliando a competitividade desse combustível frente aos energéticos alternativos.

Nos temas relacionados à tributação do gás natural, destaca-se a elaboração, em conjunto com os técnicos do Ministério da Fazenda, do texto do Decreto nº 6.419/2008, que desonerou de tributos federais a admissão temporária das embarcações destinadas à regaseificação de GNL importado, e do texto da Medida Provisória convertida na lei 11.727/2008 que suspendeu a incidência de PIS/COFINS na importação de GNL. Além disso, foi elaborado estudo sobre a tributação do gás natural veicular - GNV. O estudo propõe alternativas para aprimorar o planejamento da expansão da demanda por esse combustível.

Programa de Aceleração do Crescimento

Em relação ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, em 2008, cumpre registrar que a Coordenação das ações relacionadas ao Programa no âmbito do Ministério de Minas e Energia é da responsabilidade da Secretaria-Executiva. Não obstante, a Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, por meio do Departamento de Gás Natural acompanhou em 2008 as obras relacionadas às áreas de petróleo e gás natural. Esses empreendimentos têm por objetivo assegurar a manutenção da auto-suficiência na produção de petróleo, bem como a redução da dependência externa para o abastecimento doméstico de gás natural, com destaque para:

- ✓ A priorização de plantas de regaseificação de GNL, instaladas em embarcações existentes de transporte de gás liquefeito, possibilitou significativa redução de tempo em sua instalação, além de conferir maior flexibilidade no suprimento desse importante energético.

- ✓ O trabalho integrado com o IBAMA possibilitou a adoção de licenciamentos para a perfuração de poços por área geográfica, tornando mais ágil a pesquisa exploratória nas principais bacias brasileiras, fato que contribuiu para a realização de descobertas expressivas, em particular o *cluster* do pré-sal, na Bacia de Santos.

✓ A implementação do Plano de Antecipação da Produção de Gás na Região Sudeste – PLANGAS possibilitou a quebra sucessiva de recordes na produção e oferta de gás de origem nacional e, muito embora a meta estabelecida para 2008 (oferta adicional de 24,2 milhões de m³/d) tenha sido deslocada para o 1º semestre de 2009, a meta para 2010 (oferta adicional de 39,2 milhões de m³/d) deverá ser cumprida.

✓ A entrada em operação de 9 novas plataformas (PRA 1, P-51, P-52, P-53, P-54, Espadarte, Manati, Golfinho II e Piranema) contribuiu para o contínuo crescimento da produção, ainda que o declínio acima do previsto da produção dos campos existentes e o atraso na entrada de algumas plataformas (motivado pelo aquecimento do mercado de bens e serviços) não tenham permitido alcançar as metas de produção previstas. Para 2009, a expectativa é alcançar a produção de 2.100 mil barris por dia, dos quais 2.050 mil barris diários deverão ser produzidos pela Petrobras.

✓ A construção de 19 novos gasodutos, dos quais 9 já foram concluídos (1.416 km), 6 encontram-se em obras (2.027 km) e os 4 remanescentes (552 km) deverão iniciar obras ainda no 1º semestre de 2009, promoverá profunda transformação na malha de transporte do País, ampliando-a em 70%; possibilitando a interligação das Regiões Nordeste e Sudeste e permitindo o aproveitamento do gás produzido em Urucu (AM).

✓ A construção no Brasil de 11 plataformas (PRA-1 Manati, P51, P52, P53, P54, P55, P56, P57, P59, P60), a construção de 26 navios petroleiros, a licitação de outros 23 navios, de 8 FPSOs (Floating Production, Storage and Offloading)⁷ para o pré-sal, de 2 novas plataformas para campos existentes além da previsão de licitação de 2 novas plataformas (P61 e P63), também para campos existentes, e 28 sondas de perfuração recolocaram a indústria naval brasileira em merecido lugar de destaque no cenário mundial.

✓ Dois grandes estaleiros estão sendo construídos no País, um dos quais já em operação parcial (Estaleiro Atlântico Sul), e os já existentes encontram-se operando a plena capacidade. A construção em série e a plena utilização da capacidade instalada, de maneira continuada, contribuem para a redução dos custos, para o aumento da competitividade internacional de nossas instalações e para a manutenção de milhares de empregos especializados.

✓ As obras do PAC, em 2008, apresentaram avanço físico correspondente a 90% do projetado (média ponderada pelo nível de investimento), enquanto a realização financeira estimada situou-se ao redor de 91% do valor previsto. Em 2007, o avanço físico ficou em 77% do projetado e a realização financeira em 74% do valor previsto. Convém também destacar que o avanço físico previsto para 2007 era muito inferior ao previsto para 2008.

Em relação à atuação do DGN em assuntos internacionais, destacamos:

⁷ *Floating Production Storage and Offloading* é um tipo de navio utilizado pela indústria petrolífera para a exploração, armazenamento petróleo e/ou gás natural e escoamento da produção por navios aliviadores. São utilizados em locais de produção distantes da costa com inviabilidade de ligação por oleodutos ou gasodutos.

- a) Argentina: Participação, em conjunto com a SEE, nas negociações relativas à exportação de energia elétrica e de gás natural;
- b) Bolívia: Negociações para buscar o equacionamento do problema de fornecimento de gás natural para a UTE Cuiabá;
- c) Uruguai: Acompanhamento da questão relativa à instalação de um terminal de regaseificação de GNL no País.

Desempenho Operacional de Convênios e Carta de Acordo - DGN

Em 2008, foram concluídas as atividades sob responsabilidade do DGN no âmbito do Convênio 039/2005. Os estudos de planejamento para a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural (item d) do referido Convênio) foram concluídos com a apresentação do relatório sobre Mercado Secundário de Gás Natural.

Ainda em 2008, o DGN gerenciou os convênios nº 21.02.0058.00 – FINEP/MME e nº 009/2001 – FINEP/EMTU/SP que tratam do desenvolvimento do Projeto do Ônibus a Hidrogênio no Brasil. Foi iniciado o processo licitatório para a contratação da obra de execução da infraestrutura para a instalação da estação de abastecimento. Mais adiante, foi efetuado pelo escritório do PNUD em Brasília, o *follow-up* do processo licitatório 01155-2008, para a execução da obra de implementação da infraestrutura de produção e abastecimento de hidrogênio. Foi realizada visita técnica à cidade de Caxias do Sul, onde se iniciou a montagem do protótipo, com a participação de representantes do MME, EMTU e demais membros do Consórcio responsável pela fabricação do veículo. No fim do ano, foi emitido relatório técnico demonstrando que o veículo cumpriu 500 km de testes de funcionamento. Para o início de 2009, está prevista a transferência do protótipo para São Paulo, onde serão realizados, pela EMTU, os testes e o comissionamento do veículo, que tráfegará no corredor metropolitano São Mateus-Jabaquara.

Por fim, em 2008, foi dado andamento aos procedimentos de prestação de contas do Convênio nº 024/2004, firmado entre o MME e o CTGAS, encerrado em 2007. Foram resolvidas as pendências apontadas pela CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, restando para a aprovação final da prestação de contas o envio, por parte do CTGÁS, do comprovante de devolução do saldo remanescente do convênio, o que deve ocorrer nos primeiros meses de 2009.

Setor de Combustíveis Renováveis (DCR)

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, atuou sistematicamente no monitoramento do setor de etanol e biodiesel apresentando por meio da publicação mensal do Boletim dos Combustíveis Renováveis uma compilação das informações relevantes sobre os dois setores. O Boletim, que passou a ser publicado a partir de janeiro de 2008, somente em forma eletrônica (envio por e-mail), apresenta informações sobre o resultado da produção, do consumo, da exportação, dos preços e da elevação da capacidade de produção dos biocombustíveis, o desempenho da venda de veículos *flex fuel*, atos normativos e fatos relevantes que influenciaram o setor no período. A publicação é destinada ao público do próprio MME e também a áreas com interface no tema em outros Ministérios. É ainda encaminhado a empresas e entidades representativas ligadas ao assunto biocombustíveis.

A SPG foi membro do Grupo de Trabalho Interministerial que coordenou a realização da “Conferência Internacional sobre Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável”, em São Paulo, em novembro de 2008. O evento reuniu representantes de 92 países, 26 organismos internacionais e mais de 3000 inscritos. A Conferência contribuiu para o debate internacional sobre os desafios e oportunidades apresentados pelos biocombustíveis, e foi importante ocasião para a abordagem objetiva de temas relacionados, tais como: segurança energética, produção e uso sustentáveis, agricultura, processamento industrial, além de questões ligadas a especificações e padrões técnicos, comércio internacional, mudança do clima e o futuro dos biocombustíveis.

A SPG é membro da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool e membro da Câmara Setorial do Biodiesel, ambas coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As câmaras setoriais contam com representantes de outros Ministérios, do Sindicato, de Confederações, de Associações e de Organizações ligadas ao tema para discutir as demandas do Setor e apresentar possíveis soluções as incorreções apresentadas.

Etanol: a SPG acompanhou a tramitação da Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727 de 2008, que altera a tributação federal do etanol, especificamente a sistemática de arrecadação e controle dos tributos Pis/Pasep e Cofins. Os tributos anteriormente possuíam alíquotas *ad valorem*, que totalizavam 3,65% no produtor e 8,20% no distribuidor. Na sistemática implementada pela referida Lei, o contribuinte pode optar por alíquotas específicas ao invés de *ad valorem*. Além disso, a repartição da carga tributária entre produtores e distribuidores passou a ser de 40% e 60% respectivamente, que contribuiu para desestimular a sonegação e a fraude na comercialização do etanol.

Biodiesel: a SPG atuou na estruturação e definição de diretrizes para os leilões, instituídos por determinação do CNPE e essenciais para garantir o abastecimento de biodiesel no país. A SPG também participou das reuniões da “Sala de Monitoramento do Abastecimento Nacional de Biodiesel”, realizadas na ANP e na Casa Civil da Presidência da República.

A SPG participou das discussões interministeriais que culminaram na edição de 2 Decretos Presidenciais com o fulcro em adaptar atos normativos para obtenção de melhores resultados no PNPB:

- Decreto Nº 6.606, de 21 de outubro de 2008 que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel; e

- Decreto nº 6.458, de 14 de maio de 2008, que ampliou a desoneração fiscal dos tributos federais incidentes na produção de biodiesel, reduzindo-se a zero às alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para o biodiesel fabricado a partir de quaisquer oleaginosas cultivadas por agricultores familiares nas regiões norte, nordeste e semi-árido. Anteriormente, este benefício era exclusivo para o biodiesel produzido a partir da mamona e da palma nessas mesmas condições. Isso foi um importante aperfeiçoamento do PNPB, pois confere maior flexibilidade aos produtores industriais, sem, todavia, retirar o foco na agricultura familiar. Ademais, o pequeno agricultor do norte, nordeste e semi-árido poderá então plantar aquela matéria-prima que melhor se adapta ao seu interesse e vocação agrícola.

O tema “Biocombustíveis” também foi objeto de reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A Secretaria do Conselho organizou Mesa Redonda Internacional, para a qual foram enviados representantes da SPG para participar das discussões havidas. Também foi criado o “GT Bioenergia: Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel”, no âmbito do CDES, para o qual a SPG tem contribuído com participação em suas reuniões.

Nas relações internacionais envolvendo o tema dos biocombustíveis, durante o ano de 2008 a SPG recebeu diversas delegações estrangeiras que visitaram o Brasil para conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis. Também participou de diversas reuniões, no Brasil e no exterior, em fóruns bilaterais e multilaterais para discussão de temas afetos aos biocombustíveis, que envolvem a promoção da produção e uso, sustentabilidade e desenvolvimento do mercado internacional. Entre eles, destacam-se:

- Reunião da Comissão Mista do fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), realizada na África do Sul;
- Reunião do Steering Committee do MoU Brasil-Estados Unidos realizada em Brasília;
- Participação no “III Seminário Latino-Americano e do Caribe de Biocombustíveis”, realizado na cidade de Santo Domingo na República Dominicana. O evento foi realizado pela OLADE com o apoio do Governo Brasileiro em maio.
- Reunião do GT de Agronegócio, no âmbito do Encontro Econômico bilateral Brasil-Alemanha e da Comissão Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, no qual foram discutidos temas referentes ao GT de Biocombustíveis previsto no Acordo de Energia, em processo de ratificação pelo Governo Brasileiro. A reunião aconteceu em Colônia na Alemanha, em agosto.
- Reuniões do GT Ad Hoc do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis do MERCOSUL.

Por decisão do Governo Brasileiro, o País passou a integrar o GBEP (Global Bioenergy Partnership) como membro efetivo em 2008. A participação do Brasil é coordenada pelo Itamaraty e conta com o apoio técnico dos ministérios afetos ao tema. A SPG participou das três reuniões da GBEP realizadas em 2008: no Rio de Janeiro em Junho, em Roma, no mês de setembro e em São Paulo, por ocasião da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em novembro. O GBEP tem a delegação do G8 para produzir documentos que subsidiem as políticas desses países em matéria de bioenergia.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, que se trata de um Programa interministerial criado pela Presidência da República em dezembro de 2003 e lançado oficialmente em dezembro de 2004, tem como principal objetivo introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira com a adição de biodiesel no diesel mineral. Entre 2005 e 2007, a mistura ocorreu na proporção de 2% (mistura B2) em caráter autorizativo, isto é, aqueles agentes interessados poderiam produzir e comercializar o biodiesel, se assim o desejassem, nesta proporção, conforme a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. A referida Lei também determinou que a adição de 2% de biodiesel passasse a ser obrigatória em todo o diesel comercializado ao consumidor final a partir de 2008 e que o percentual passe a ser de 5% em 2013. Face às condições satisfatórias do início do programa e a conjuntura vigente entre a oferta e demanda de biodiesel o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, presidido por este

MME, determinou em março de 2008 que a mistura obrigatória passasse para 3% a partir de 1º de julho de 2008.

No PAC de Combustíveis Renováveis, a SPG foi incumbida de monitorar os empreendimentos de forma a assegurar que o País mantenha a posição de liderança nesta área, produzindo os biocombustíveis mais competitivos do mercado. Considerando-se que os empreendimentos voltados à produção de biocombustíveis são, em sua quase totalidade, empreendimentos privados, sujeitos ao regime de autorização, para os qual não há possibilidade de interferência na decisão do investidor, foi estabelecido que o monitoramento se desse mediante metas de produção anuais. Com relação aos empreendimentos de infra-estrutura de transporte dutoviário de biocombustíveis, foi estabelecida rotina de acompanhamento de cronogramas junto à Petrobras. Foi criada na Casa Civil da Presidência da República, uma Sala de Situação para monitorar o andamento das obras e as ações do poder público que poderiam ser conduzidas para aceleração dos processos e das rotinas pré-definidas em reuniões de coordenação política.

Em relação ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, a SPG é o órgão responsável pela coordenação do Grupo Gestor do programa. Destaca-se que em 2008 a mistura B2 foi obrigatória no primeiro semestre. No segundo semestre, passou-se para a mistura B3. A principal atuação da SPG foi monitorar e coordenar esforços para que toda a cadeia de produção e comercialização de biodiesel estivesse adequada à fase de mistura obrigatória, subsidiando a tomada de decisão pelo CNPE. Nesse sentido, a principal atuação foi planejar os leilões públicos, monitorar as entregas de biodiesel e a evolução da capacidade de produção nacional deste biocombustível.

Para assegurar o suprimento de biodiesel no primeiro ano de mistura obrigatória, foram realizados seis leilões públicos, conduzidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) com base nas determinações do CNPE e diretrizes estabelecidas pelo próprio MME. Nos leilões, são fornecedores os produtores de biodiesel devidamente autorizados a exercer esta atividade, sendo adquirentes os produtores e importadores de diesel mineral. Embora se trate de leilões públicos, os contratos são efetuados, então, entre agentes privados.

Os dois primeiros leilões públicos tiveram como objetivo o atendimento da mistura B2, com prazo de entrega entre janeiro e junho de 2008, e volume de 380 milhões de litros de biodiesel. O atendimento da mistura B3 foi assegurado por meio de dois leilões com prazo de entrega entre julho e setembro, volume total de 330 milhões de litros de biodiesel, e outros dois leilões com prazo de entrega entre outubro e dezembro, também de 330 milhões de litros de biodiesel. Um novo leilão foi realizado em novembro de 2008 para assegurar o suprimento de biodiesel no primeiro trimestre do próximo ano, com 330 milhões de litros.

Do total contratado nesses seis certames para 2008, equivalente a 1.040 milhões de litros de biodiesel, foram entregues aproximadamente 760 milhões de litros de (índice de performance de 73%). O principal motivo da não entrega do restante foi a forte elevação de preços da matéria-prima (óleo vegetal) ocorrida no primeiro semestre, que prejudicou a capacidade de entrega de alguns produtores de biodiesel, deixando de atender integralmente os contratos firmados.

Além dos leilões públicos, foram implementados leilões de estoques de segurança, com o objetivo de assegurar o abastecimento do mercado, seja com o crescimento não previsto da demanda, ou pela eventual retração da oferta de biodiesel pelo descumprimento contratual de

alguns produtores. Nessa implantação, a SPG subsidiou o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE a editar a Resolução nº 7 de 5 de dezembro de 2007, que estabeleceu diretrizes para a formação dos estoques de biodiesel e contribuiu para a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta do produto. A referida Resolução propiciou a realização de uma dezena de leilões de estoque em 2007, conduzidos diretamente por produtores e importadores de diesel de petróleo. O volume total leiloado foi aproximadamente 425 milhões de litros ao longo de 2007 e o índice de performance 95% (402 milhões de litros entregues). A performance nos leilões de estoque foi consideravelmente melhor porque o prazo de entrega do produto leiloado foi menor, o que minimizava para o produtor o risco de oscilação de preço da matéria-prima.

A soma da oferta de biodiesel originada nesses dois tipos de leilões totaliza, então, 1.162 milhões de litros. Por outro lado, a demanda estimada foi 1.120 milhões de litros no período. Assim, o mercado sempre se manteve abastecido durante o 1º ano de mistura obrigatório de biodiesel no diesel.

Em 2008, a capacidade de produção de biodiesel brasileira cresceu 47%, saindo de 2.483 milhões de litros por ano em janeiro para 3.650 milhões de litros por ano em dezembro, com 49 usinas instaladas.

Área Ambiental

Um dos desafios do setor é a promoção do desenvolvimento com o mínimo impacto ambiental. Assim, busca a integração de políticas públicas como premissa para a realização da expansão energética com segurança e confiabilidade.

A importância dessa integração por meio da participação em fóruns e construções de atos normativos e legais tem contribuído para melhores respostas técnicas e jurídicas, que acabam refletindo na aplicação do rito do processo de licenciamento ambiental.

A área ambiental da SPG tem atuado em vários colegiados na defesa dos interesses do setor, dentre eles: Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA; Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE; Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências ambientais com Produtos Químicos – P2R2; Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP; Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO; Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro – GI-GERCO; Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CT-COST, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás – PROMINP; Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – CONAPE; Comissão Interministerial para Recursos do Mar – CIRM e VII Plano Setorial para os Recursos do Mar - VII PSRM.

No CONAMA, por exemplo, a SPG participou principalmente na elaboração e aprovação de Resoluções tais como:

- Resolução nº 396, de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

- Resolução nº 398, de 11 de junho de 2008, que dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, matinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração;

- Resolução nº 403, de 11 de novembro de 2008, que dispõe sobre a nova fase de exigência do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE para veículos pesados novos (Fase P7) e dá outras providências;

Na Câmara Técnica de Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira (CT-COST) participou ativamente na elaboração de minuta de resolução que estabelece diretrizes adicionais que devem ser consideradas nos planos de recursos hídricos de bacias que contenham trechos na zona costeira.

Já na Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), participou ativamente na elaboração do VII Plano Setorial para os Recursos do Mar – VII PSRM.

Outra área de atuação consiste no acompanhamento e emissão de pareceres sobre a tramitação de Projetos de Lei e a elaboração de Minutas de Decretos com rebatimento sobre o meio ambiente e as atividades do setor, também acompanhando os processos de criação de Unidades de Conservação, zonas de amortecimento e corredores ecológicos; resguardando os interesses do setor de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, e buscando a compatibilização desses interesses com a área ambiental, merecendo destaque:

- Projeto de Lei Nº 266/2007, que pretende alterar a Lei n.º 9985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental.

- Projeto de Lei Nº 3.460/2008 que altera dispositivos da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), umentando a largura das Áreas de Preservação Permanente (APPs) ao longo dos cursos d'água e em torno das nascentes.

- Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 616/2008, que susta a aplicação do art. 3º, inciso IX, alínea “a”, da Resolução nº 303/2002, do CONAMA.

- Minuta de Decreto de ampliação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, localizado no estado do Rio de Janeiro.

- Minuta de Decreto de criação do Parque Nacional de Boa Nova e do Refúgio de vida Silvestre de Boa Nova, localizados no estado da Bahia.

- Minuta de Decreto de criação da Reserva Extrativista Renascer, localizada no Estado do Pará.

Programa de Mobilização da Indústria Nacional do Setor de Petróleo e Gás Natural – PROMINP

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP é um Programa de Governo criado pelo o Decreto nº 4.925, de 19 de dezembro de 2003.

De acordo com o Decreto de criação, a estrutura do PROMINP é composta por um Comitê Diretivo, que é coordenado pelo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, por um Comitê Executivo, que será coordenado por um membro do MME, designado pelo Ministro do MME e por Comitês Setoriais, que exercem, de forma compartilhada, a gestão do Programa. O assinalado Decreto de criação também estabelece a figura de um Coordenador Executivo do Programa, cuja indicação é de iniciativa do Comitê Executivo ao Comitê Diretivo, que o designará.

O Comitê Executivo, conforme estatuído deverá ser integrado pelos seguintes membros: pelos representantes do Ministério de Minas e Energia (coordenador nato) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que serão designados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia; e pelas seguintes autoridades: Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Gerente Executivo de Engenharia da Petróleo Brasileiro S.A.; Diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Diretor da Organização Nacional da Indústria de Petróleo; Diretor da Confederação Nacional das Indústrias; Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia; Presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base; Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial; Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica; Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Meta; e Presidente do Sindicato Nacional da Indústria Naval e *Offshore*.

As ações produzidas pelo Comitê Executivo têm o desafio de transformar obstáculos em oportunidades, quantificando demanda e oferta de equipamentos, bens e serviços, propiciando, à indústria fornecedora nacional, a conquista do reconhecimento internacional como indústria líder, nas áreas de petróleo e gás natural, representando o compromisso do Governo Federal e das empresas do setor em atuarem integrados, priorizando a participação da indústria nacional de bens e serviços nos negócios de petróleo e gás natural, criando empregos e competências, gerando oportunidades e riquezas para o Brasil.

A Coordenação do Comitê Executivo é exercida atualmente pelo Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis. De acordo com a inteligência do § 2º do art. 4º do Decreto em epígrafe, a indicação e a designação para exercer esta função é privativa do Ministro de Estado de Minas e Energia, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial da União.

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis- SPG acompanhou em 2008 as atividades desenvolvidas pelo PROMINP. As informações e os respectivos indicadores que serão apresentados a seguir foram elaborados pela Coordenação Executiva do Programa, que executou tais atividades. Não foram utilizados recursos consignados no orçamento de 2008 da SPG.

O programa de investimentos do setor tem sido sucessivamente ampliado, atualmente representando cerca de 10% do Produto Interno Bruto nacional e 35,5% do PAC (Programa de

Aceleração do Crescimento). Em 2003, o setor de petróleo e gás natural planejava investir US\$ 35 bilhões, no período 2003-2007 (cerca de US\$ 7 bilhões por ano), enquanto que atualmente, para o período 2009-2013, a previsão de investimentos do setor é da ordem de US\$ 174 bilhões (média anual de US\$ 35 bilhões). Ou seja, o desafio atual da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor de petróleo e gás natural é quase cinco vezes maior do que no início do Programa, o que representa uma oportunidade de significativa mudança de patamar para a indústria nacional.

Uma das principais características do Prominp é a estruturação de suas ações a partir das reais necessidades de bens e serviços associadas aos investimentos do setor de petróleo e gás natural, nas regiões do país onde os mesmos irão ocorrer. Assim, a partir de um grande diagnóstico dos recursos críticos necessários, ao longo do tempo, para a implantação dos projetos planejados, o Prominp identifica as lacunas e gargalos relacionados à qualificação profissional, infra-estrutura industrial e fornecimento de materiais e equipamentos, e tem conduzido, nestes cinco anos de existência, um conjunto expressivo de ações com o objetivo de equacioná-las.

Em sua trajetória de cinco anos, o Prominp tem desenvolvido um abrangente e estruturado conjunto de iniciativas com foco na geração de emprego e no fortalecimento e competitividade da indústria nacional. Ou seja, na preparação de pessoas e empresas para o atendimento aos altos padrões dos requisitos exigidos pelo setor, bem como para o enfrentamento dos tradicionais pólos internacionais, supridores do mercado mundial para a indústria de petróleo e gás natural.

O principal indicador sobre os resultados do Prominp é a evolução da participação da indústria nacional nos projetos do setor de petróleo e gás natural, ou seja, a evolução do conteúdo local dos referidos projetos. Desde a criação do Prominp, há cinco anos, a participação da indústria nacional nos investimentos do setor aumentou de 57% em 2003 para 76% em 2008, o que representa um expressivo valor adicional de US\$ 10,7 bilhões de bens e serviços contratados no mercado nacional e a geração adicional de 500.000 postos de trabalho, neste período.

Qualificação de Profissionais para o Setor de Petróleo & Gás

Para fazer frente à necessidade de pessoal qualificado, demandados pelo setor de petróleo e gás natural, foi estruturado em 2006 o Plano Nacional de Qualificação Profissional com o objetivo de capacitar cerca de 112 mil profissionais especializados em 175 categorias consideradas críticas pelo mercado, envolvendo cerca de 80 instituições de ensino, reconhecidas nacionalmente pela experiência e qualidade na preparação de recursos humanos. Trata-se de uma ação de grande envergadura, pois estão previstos cerca de 950 cursos diferentes e 6.400 turmas em 17 estados do Brasil: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Sergipe e São Paulo. Os cursos são gratuitos e os alunos que estão desempregados recebem uma bolsa auxílio mensal no valor de R\$ 300 para as categorias profissionais de nível básico, R\$ 600 de nível médio e técnico, e R\$ 900 para os cursos de nível superior.

O investimento neste plano de qualificação é da ordem de R\$ 300 milhões, sendo a Petrobras a principal financiadora, responsável pelo aporte de R\$ 228 milhões, oriundos da cláusula de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) – estabelecida nos contratos de concessão, cuja utilização em qualificação profissional foi previamente aprovada pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis). Além dos recursos financeiros da Petrobras, foram liberados R\$ 7,2 milhões do CT-PETRO (Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia), e estão previstos mais R\$10 milhões do FAT/MTE (Fundo do Amparo ao Trabalhador vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego), e o restante será proveniente das empresas participantes do programa.

Desde o início de Programa até o final de 2008, mais de 43 mil alunos foram beneficiados pelo Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQP, o que pode ser visto nas tabelas abaixo com um maior detalhamento, como as divisões por níveis de ensino, unidades federativas, situação dos alunos e desembolsos financeiros:

RESULTADOS PNQP POR ESTADO

Estado	Formados	Em Curso	Aguardando Início	TOTAL
AL	14	-	33	47
AM	222	30	195	447
BA	1.864	343	990	3.197
CE	602	128	141	871
ES	907	500	1.548	2.955
MG	1.432	411	276	2.119
PB	24	-	-	24
PE	2.050	810	80	2.940
PR	1.830	331	1.084	3.245
RJ	4.487	1.545	2.371	8.403
RN	458	202	275	935
RS	978	322	579	1.879
SE	-	64	100	164
SP	11.632	1.469	3.158	16.259
TOTAL	26.500	6.155	10.830	43.485

Atualizado em 30/12/2008

RESULTADOS PNQP POR NÍVEL

NÍVEL	FORMADOS	EM CURSO	AGUARDANDO INICIO	TOTAL
BÁSICO	15.358	3.132	4.755	23.245
MÉDIO	6.803	1.151	3.992	11.946
TÉCNICO	377	231	483	1.091
INSPETOR	988	155	1.035	2.178
SUPERIOR	2.974	1.486	565	5.025
TOTAL	26.500	6.155	10.830	43.485

Fonte: Prominp

Investimentos PNQP/PROMINP em 2008 – Número de Alunos Treinados/em Treinamento

Nível	Previsto no PNQP	2008
		Realizado (1)
<i>Superior</i>	6.210	3.296
<i>Técnico</i>	2.646	473
<i>Inspetor</i>	4.208	647
<i>Médio</i>	22.155	3.931
<i>Básico</i>	58.280	9.486
Total	93.499	17.833

(1) Número de alunos efetivamente qualificados, não cumulativo, retirando-se os alunos evadidos, reprovados e demais perdas ao longo do curso.
Contabiliza-se apenas os alunos qualificados no exercício do ano, retirando-se os alunos com turmas em andamento.

Fonte: Prominp

Investimentos PNQP/PROMINP – Recursos aplicados

Nível	Previsto no PNQP (R\$)	2008
		Realizado (R\$) (1)
<i>Superior</i>	76.221.985,62	34.817.563,36
<i>Médio (3)</i>	70.986.329,16	13.475.830,24
<i>Básico</i>	70.454.515,22	15.861.706,97
<i>Despesas com Gestão</i>	11.059.950,00	3.611.046,78
Total	228.722.780,00	67.766.147,35

(1) Desembolso efetivo de recursos alcançado no exercício do ano com base na qualificação realizada.

Fonte: Prominp

Investimentos em P&D realizados no PNQP/PROMINP
Número de Alunos por Nível e UF – Investimentos por UF - 2008*

Região	UF	Nível					Total	Investimento (R\$ mil)
		Básico	Médio	Técnico	Inspetor	Superior		
N	AM	83	0	30	0	79	192	859,10
	RO	0	0	0	0	0	0	-
	Subtotal	83	0	30	0	79	192	859,10
NE	RN	251	212	40	20	30	553	1.283,32
	PE	672	159	0	0	180	1.011	2.584,83
	AL	0	16	0	0	0	16	21,54
	PB	9	0	0	0	0	9	26,43
	CE	383	77	0	0	0	460	876,18
	SE	64	0	0	0	0	64	32,54
	BA	857	356	39	116	150	1.518	3.002,51
	Subtotal	2.236	820	79	136	360	3.631	7.827,36
	MS	0	0	0	0	0	0	-
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0,00	
SE	ES	810	89	20	70	90	1.079	2.074,11
	MG	881	182	15	83	60	1.221	2.396,47
	RJ	1551	1461	234	169	1542	4.957	19.306,98
	SP	4598	1361	75	206	1227	7.467	22.933,74
	Subtotal	7.840	3.093	344	528	2.919	14.724	46.711,29
S	PR	796	383	80	50	386	1.695	5.877,57
	SC	0	0	0	0	0	0	-
	RS	482	305	0	40	120	947	2.879,78
	Subtotal	1.278	688	80	90	506	2.642	8.757,35
Total	11.437	4.601	533	754	3.864	21.189	64.155,10	
							Despesas com Gestão	3.611,05
							Investimento Total	67.766,15

* Total de alunos qualificados e em curso.

Fonte: Prominp

Parceria com o poder público para reforço escolar

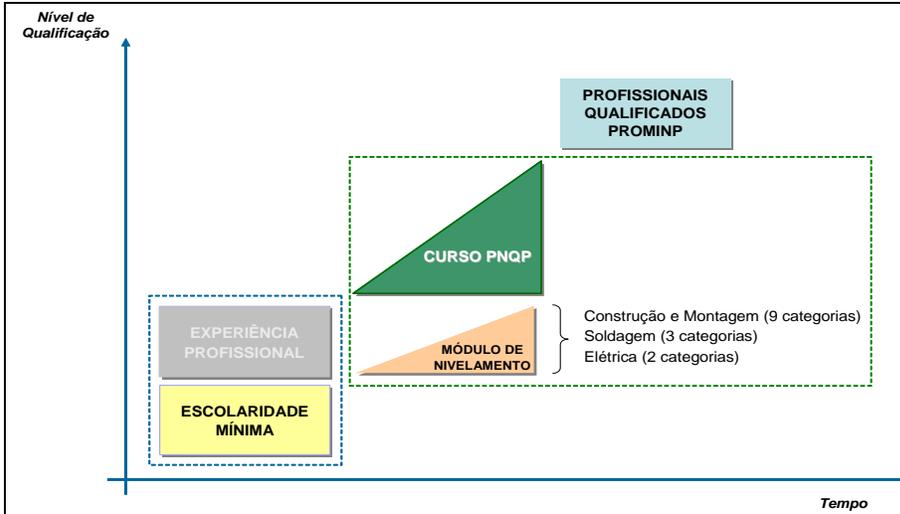
A eliminação da exigência de experiência profissional foi fundamental, mas não suficiente para inclusão, ou recolocação no mercado de trabalho das pessoas que moram no entorno dos empreendimentos do setor de petróleo e gás. Em geral, foi identificada uma carência na escolaridade básica dos candidatos aos cursos do Prominp, em especial, nas disciplinas de português e matemática, visto que a média nacional dos alunos aprovados foi de 3,7 nas provas de seleção. Este cenário é ainda mais visível nas localidades distantes dos grandes centros, onde foi necessária uma articulação com o poder público local para viabilizar uma ação de reforço escolar.

Um exemplo de sucesso em 2008 foi a articulação do Prominp com o Governo do Estado de Pernambuco e cinco municípios no entorno da região de Suape, onde, a partir de uma triagem de 10 mil pessoas, foram escolhidos 5 mil alunos com ensino fundamental incompleto para participar do programa de reforço escolar. Os alunos egressos dessa ação ampliaram suas chances de aprovação no processo de seleção do Prominp, ou foram contratados diretamente por empresas locais. Aqueles que não atingiram o desempenho necessário para a conclusão do reforço escolar, foram encaminhados para a Secretaria de Educação do Estado, que garantiu a continuidade de sua formação básica.

Módulo de Nivelamento Técnico

A análise dos resultados do processo seletivo público para o 1º ciclo do Plano Nacional de Qualificação Profissional - PNQP mostrou que as inscrições para as vagas que exigem experiência profissional são muito baixas e em geral não completam as turmas ofertadas. Exigir o pré-requisito de experiência profissional restringe o acesso de pessoas recém formadas, ou que nunca trabalharam na construção e montagem de projetos industriais.

Para promover a inclusão de novos profissionais no segmento de construção e montagem, foram estruturados em 2008 quatro módulos básicos de nivelamento, cujo objetivo principal é possibilitar a inclusão de profissionais sem nenhuma experiência no segmento de construção e montagem, conforme a figura abaixo:



Fonte: Prominp

A partir do 3º Ciclo de qualificação do PNQP, foi implantado o módulo básico de nivelamento, que substituiu o pré-requisito de experiência profissional, por um conteúdo predominantemente prático, com carga horária média de 140 horas, orientado a três rotas de nivelamento técnico: (1) Construção e Montagem, (2) Soldagem, (3) Elétrica, conforme detalhado na tabela seguinte:

Agrupamento das categorias profissionais para o módulo de nivelamento	
1. Módulo: Construção e Montagem CM - ACOPLADOR CM - CALDEIREIRO CM - CURVADOR CM - ENCANADOR CM - ISOLADOR CM - MECÂNICO AJUSTADOR CM - MECÂNICO MONTADOR CM - OPERADOR DE PAY WELDER CM - REVESTIDOR	
2. Módulo: Soldagem CM - SOLDADOR DE ESTRUTURA CM - SOLDADOR DE PIPE LINE CM - SOLDADOR DE TUBULAÇÃO	3. Módulo: Elétrica CM - ELETRICISTA FORÇA E CONTROLE CM - ELETRICISTA MONTADOR

Tabela 1: Categorias Profissionais Contemplado nos Módulos de Nivelamento

Fonte: Prominp

Equivalência Profissional

Durante a revisão do diagnóstico da demanda em 2008, verificou-se a necessidade de realizar a inclusão de algumas categorias profissionais da categoria de Equivalência profissional. Isso ocorreu devido à existência de um grande contingente de profissionais que possuem vasta experiência nas áreas de Mecânica, Eletromecânica, Eletrotécnica, Estruturas Navais, Segurança do Trabalho, Eletrônica e Telecomunicações, pois desempenham essas atividades há muitos anos no setor de Petróleo e Gás.

A despeito da experiência, esses profissionais não possuem o grau técnico e em breve, esses profissionais poderão estar fora do mercado de trabalho por não possuírem esse requisito, que

passou a ser exigido contratualmente pela Petrobras, para realização dessas atividades. No Rio de Janeiro, com o objetivo de evitar tal situação, foi estabelecida a Lei 9394 de 20/12/1996, Resolução CEB 04 de 08/12/1999 e Deliberação CEE 295 / 2005, que regulamenta e reconhece a equivalência profissional neste estado.

A equivalência profissional é um processo de reconhecimento que objetiva dar a oportunidade aos profissionais, que possuem o ensino médio e pelo menos 5 anos de experiência na área, para obter o grau técnico e o registro no CREA, caso o candidato passe na prova de certificação.

Essa certificação é concedida através da realização de um exame aplicado pela FAETEC. Em vista disso, foi articulada em 2008 uma ação entre o Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) e o Prominp, para a realização de cursos preparatórios, de forma que estes profissionais estejam aptos a realizar os exames de equivalência profissional. A previsão é que estes cursos sejam iniciados a partir do primeiro semestre de 2009.

Ações para Capacitação de Empresas

Inserção de micro e pequenas empresas na cadeia de Petróleo e Gás Natural

O Convênio Petrobras-Sebrae foi firmado em outubro de 2004 com o objetivo de promover a inserção competitiva e sustentável de micro e pequenas empresas locais na cadeia produtiva de petróleo, gás e energia, visando a adequação da base de fornecedores e estimulando processos locais de desenvolvimento. O público-alvo do Convênio são as micro e pequenas empresas (MPE) locais, potenciais e efetivas fornecedoras da cadeia produtiva de Petróleo, Gás e Energia. O Convênio tem a gestão da Petrobras e do Sebrae e conta com o envolvimento de 53 empresas parceiras e 17 Unidades de Negócio da Petrobras em 12 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Com recursos da ordem de R\$ 32 milhões – R\$ 12 milhões aportados pela Petrobras e Sebrae e R\$ 20 milhões pelas empresas parceiras, mais de 2,3 mil micros e pequenas empresas já foram beneficiadas pelo Convênio. Entre 2005 e 2007 foram realizadas 33 Rodadas de Negócios, gerando, para estas empresas, um potencial de transações comerciais de cerca de R\$ 1,5 bilhões.

O Convênio Petrobras-Sebrae, cuja validade expirou em outubro de 2007, foi renovado em junho de 2008, com aporte inicial de recursos de R\$ 32 milhões (R\$ 16 milhões de cada parte) e a inclusão de mais dois estados: Pernambuco e Santa Catarina.

A renovação do Convênio contou com os mesmos temas prioritários do Convênio original. São eles:

- 1) Diagnóstico e mapeamento de oportunidades de negócios para as micro e pequenas empresas;
- 2) Formação e consolidação das Redes PETRO e promoção da interação entre elas;
- 3) Sensibilização e mobilização de grandes empresas para apoiar o desenvolvimento de micro e pequenas empresas;
- 4) Capacitação e qualificação de micro e pequenas empresas;
- 5) Promoção de negócios entre grandes empresas e micro e pequenas empresas fornecedoras.

Mecanismos de Capitalização de Fornecedores

O Prominp Participações consiste no estímulo à estruturação de Fundos de Investimento em Participações (FIP) que buscam investir diretamente no capital social da empresa fornecedora, promovendo a profissionalização da gestão, a criação de valor (por meio de investimentos em P&D&I, melhoria das condições operacionais etc.) aumentando o Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, a sua capacidade de endividamento e acesso ao crédito. Para receber esse financiamento, a empresa deve seguir uma série de exigências do fundo e, dentre elas, abrir o seu capital, se tornando uma S.A. (Sociedade Anônima). O Fundo se torna sócio da empresa, participando dos processos de decisão, exercendo efetiva influência na definição de seu planejamento estratégico e em sua gestão.

O primeiro FIP do programa foi lançado durante a Feira Rio Oil & Gas 2008.

Plano de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

Com o objetivo de avaliar a competitividade dos diversos segmentos industriais fornecedores de bens e serviços para o setor de petróleo & gás e direcionar ações para o seu aumento, foi desenvolvido um amplo estudo de competitividade que analisa o desempenho de 18 setores da indústria nacional de bens e serviços, comparativamente aos similares internacionais de classe mundial.

O estudo identificou, num horizonte até 2025, uma mudança de escala na demanda de bens e serviços do setor de petróleo e gás, provocada pela forte expansão da produção e do consumo domésticos de petróleo e de gás natural, bem como pela intensificação das atividades internacionais da Petrobras, que vão exigir expressivos investimentos no setor. Esse cenário gera oportunidades para o desenvolvimento competitivo e sustentável da indústria nacional, que deverá se preparar para o atendimento desta demanda.

Dentre as ações identificadas, se destaca uma necessidade de atualização tecnológica das empresas nacionais. Assim, com o objetivo de elevar a competitividade dos fornecedores de bens e serviços do setor de petróleo e gás, de diversos segmentos industriais, por meio do desenvolvimento e implantação de conjunto de tecnologias que venham a colocar estes setores em condições adequadas de competitividade para fazer frente aos concorrentes internacionais, o Prominp iniciou no ano de 2008 a elaboração do Plano de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI).

O Plano de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do Prominp será gerido por um Comitê Temático de Tecnologia que abrange quatro comitês tecnológicos, quais sejam: (1) Tecnologia Metalúrgica, (2) Tecnologia Mecânica, (3) Tecnologia Eletro/Eletrônica, e (4) Tecnologia de Serviços. Cada um destes Comitês definirá uma agenda tecnológica de interesse da indústria a ser convertida em projetos tecnológicos (de tecnologias pré-competitivas) que possibilitem o equacionamento de lacunas tecnológicas e o aumento da competitividade das empresas nacionais. Os projetos da agenda tecnológica de cada Comitê serão desenvolvidos, implantados e, posteriormente, assistidos com o suporte de Redes Temáticas Industriais do Prominp. Será mandatória a participação de empresas nacionais fornecedoras de bens e serviços para o setor de

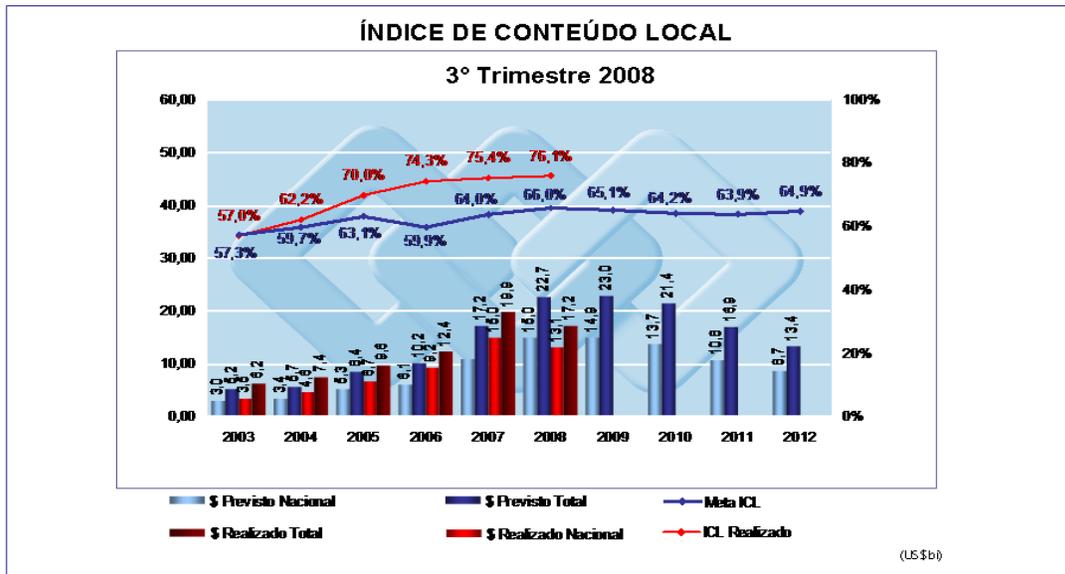
petróleo & gás em todas as fases de execução dos projetos e os resultados do mesmo serão compartilhados pela indústria.

Indicadores PROMINP 2008

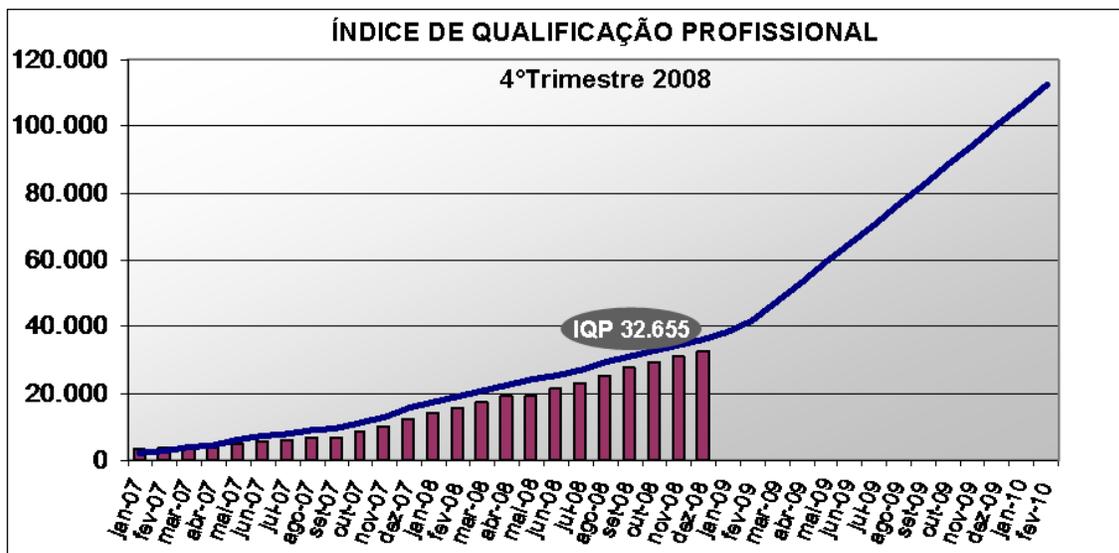
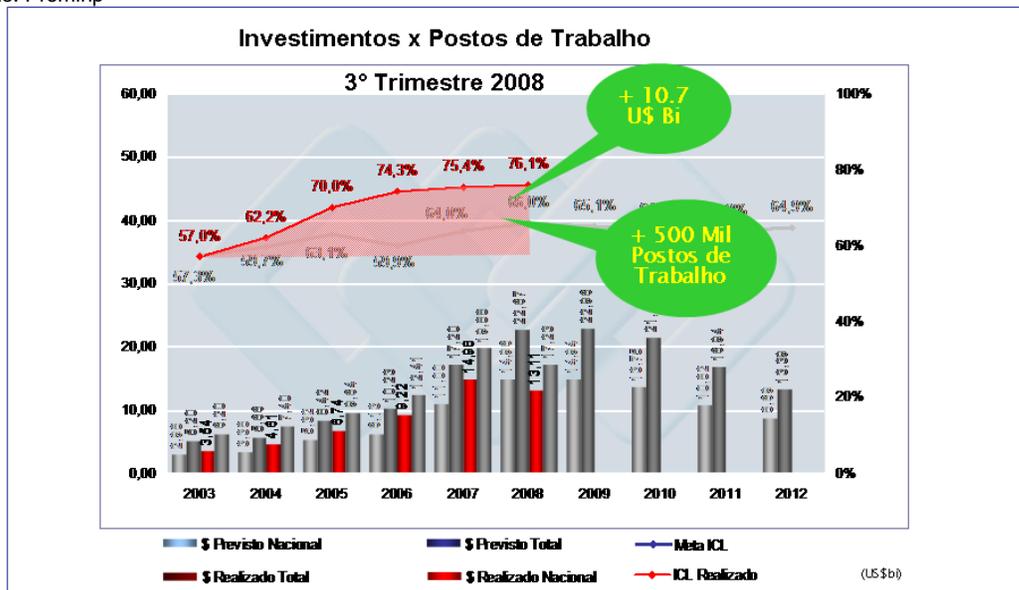
Ao longo do desenvolvimento e implementação dos projetos previstos na Carteira de Projetos do Prominp, está prevista a utilização de Indicadores de Desempenho que irão permitir um acompanhamento do nível de atendimento às metas do Programa definidas no âmbito dos Comitês Diretivo e Executivo, assim como acompanhar o nível de execução física e financeira dos mesmos. Esta metodologia de monitoramento das ações do Programa permite a tomada de decisões para correções de rumo em caso de desvios.

Os Indicadores de Desempenho do Prominp são medidos trimestralmente e podem ser conferidos no endereço eletrônico www.prominp.com.br, no link Área de Trabalho.

A seguir seguem os Indicadores de Desempenho do Prominp referentes à medição de 2008:



Fonte: Prominp





Fonte: Prominp

IV. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL – SGM

A SGM vem cumprindo sua atividade precípua de órgão da administração direta do governo federal, atuando com eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de suas políticas setoriais.

Programa 1069 - Gestão da Política Mineral

Ação 4871 - Capacitação para a Mineração Sustentável

A ação vem se desenvolvendo de forma prevista, com vantagens em termos de dispêndio orçamentário por projeto, mas pela questão do contingenciamento foi determinada uma redução da programação de atividades. As ações de capacitação técnica e de cooperativismo foram o destaque das realizações, que mesmo com diversas restrições de ordem técnica (ano eleitoral), têm tido efetivo alcance nacional, batendo regularmente as previsões físicas estabelecidas no PPA.

Dados Físicos e Financeiros

Ação 4871 - Capacitação para a Mineração Sustentável

Realização Físico/Financeira
Localizador 0001 - Nacional - 32101
Produto: **PESSOA CAPACITADA**
Unidade de Medida: **UNIDADE**

Mês	Dados Físicos			Dados Financeiros				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Pago
Jan	0	0	0	99.596	99.596	0	0	0
Fev	0	0	0	0	0	0	0	0
Mar	10	10	0	222.536	222.536	0	0	0
Abr	10	10	0	0	0	0	0	0
Mai	10	10	0	0	0	0	0	0
Jun	10	10	56	0	0	0	0	0
Jul	10	10	0	0	0	0	0	0
Ago	10	10	68	0	0	11.473	11.473	11.473
Set	10	10	47	0	0	0	0	0
Out	10	10	308	35.010	35.010	17.210	17.210	17.210
Nov	10	10	85	0	0	34.419	34.419	34.419
Dez	10	10	93	0	0	75.899	75.899	54.000
Totais	100	100	657	357.142	357.142	139.001	139.001	117.102

Execução Física:

LOA: 100

Realizado: 657

% Execução Física - 657 %

Execução Financeira:

LOA: R\$ 357.142,00;

LOA + Créd.: R\$ 357.142,00;

Realizado: R\$ 139.001,00;

% Execução Financeira - 38,92 %

Explica-se o reduzido gasto orçamentário pela imposição de forte negociação técnica e financeira junto aos parceiros e contratados da SGM visando economia para o setor público.

Programa 1069 - Gestão da Política Mineral**Ação 4887 - Estudos para o Planejamento do Setor Mineral**

Esta ação atendeu plenamente o determinado no PPA, porém houve redução significativa na produção de conteúdo, fato advindo da forçada redução de custos para atender ao contingenciamento realizado em 2008. Vários projetos, como a realização de convênio com o estado do Maranhão e outros convênios técnicos com entidades científicas e tecnológicas não ocorreram por conta de dificuldades na implementação do SICONV e problemas ligados à LRF no caso do Maranhão.

Dados Físicos e Financeiros
Ação 4887 - Estudos para o Planejamento do Setor Mineral

Mês	Dados Físicos			Dados Financeiros				
	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Realizado	Prev. Inicial	Prev. Corrig.	Empenhado	Realizado	Pago
Jan	0	0	0	0	0	35.000	2.509	2.509
Fev	0	0	0	0	0	20.001	10.448	10.036
Mar	2	2	0	356.000	356.000	0	13.188	13.599
Abr	2	2	0	356.000	356.000	35.000	15.455	15.146
Mai	2	2	1	356.000	356.000	28.581	19.673	19.673
Jun	1	1	3	356.000	356.000	510.058	25.808	25.808
Jul	0	0	0	356.000	356.000	320.000	789.933	790.242
Ago	1	1	0	356.000	356.000	69.800	15.069	15.147
Set	0	0	2	356.000	356.000	0	80.811	80.379
Out	0	0	1	356.000	356.000	89.897	40.782	40.782
Nov	2	2	3	356.000	356.000	39.179	52.178	51.990
Dez	2	2	2	356.000	356.000	1.284.572	1.366.235	252.737
Totais	12	12	12	3.560.000	3.560.000	2.432.088	2.432.089	1.318.048

Execução Física:

LOA: 12; Realizado: 12; % Execução Física - 100 %

Execução Financeira:

LOA: R\$ 3.560.000,00; LOA + Créd.: R\$ 3.560.000,00; Realizado: R\$ 2.432.089; % Execução Financeira 68,32%

Explica-se o reduzido gasto orçamentário pela imposição de forte negociação técnica e financeira junto aos parceiros e contratados da SGM visando economia para o setor público.

2.4.1. Evolução dos Gastos Gerais

I. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	1.650.973,24	1.009.679,79	1.192.982,54
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	696.221,11	540.168,66	498.998,95
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	7.035.326,55	10.632.053,04	11.286.341,48
3.1 PUBLICIDADE	-	-	-

3.2 VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.034.824,66	1.124.974,86	1.016.374,91
3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	3.252.983,21	5.788.435,70	6.324.040,31
3.4 OUTRAS TERCEIRIZAÇÕES	2.747.518,68	3.718.642,48	3.945.926,26
TOTAL (1+2+3)	9.382.520,90	12.181.901,49	12.978.322,97
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS (4.1 + 4.2)	20.833,73	14.417,34	7.839,16
4.1 CONTA TIPO B	1.303,88	1.339,88	-
4.2 CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	19.529,85	13.077,46	7.839,16

Nota: A apresentação dos valores de Diárias e Passagens foi centralizada na SPOA e corresponde aos gastos de todas as Secretarias, exceto os projetos PNUD e ESTAL.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve ocorrência no período

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1.SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	3.521,77	-	-	3.521,77	-	-	-	-
2006	72.982,66	-	-	72.982,66	-	-	-	-
2007	235.586,97	-	1.653,33	233.933,64	1.939.252,72	-	947.887,00	991.365,72
2008	428.333,17	10.231,97	227.605,72	190.495,48	16.854.427,77	14.044,25	11.976.869,91	4.863.513,61
Total	740.424,57	10.231,97	229.259,05	500.933,55	18.793.680,49	14.044,25	12.924.756,91	5.854.879,33

Nota 1 - Reinscrição de Restos a Pagar Processados

O valor de reinscrição de Restos a Pagar Processados com base no saldo do exercício de 2008 foi de R\$ 312.091,40. Após uma análise mais detalhada no encerramento do exercício, foi verificado que dentre as Notas de Empenho, as que se referem a Contratos, respectivos pagamentos, foram efetivados e o saldo residual destas, bem como as demais Notas de Empenho, já se encontram em processo de regularização.

Nota 2 - Reinscrição de Restos a Pagar Não Processados

Já o valor de reinscrição Restos a Pagar Não Processados, com base no saldo do exercício de 2008, foi de R\$ 1.939.252,72. Em função do prazo limite para emissão de empenhos no final de 2006, foram emitidas as notas de empenho (2006NE900007/900008/900009/900010, de 12/12/2006)

relacionadas ao Convênio nº. 001/2007-MME (UG 320012 - SGM/MME), firmado com a Associação Antônio Vieira – UNISINOS/RS, e ao se constatar sua inadimplência no CADIN, tais NE's foram mantidas até sua regularização. Por haver necessidade de emissão de novas notas de empenho e após efetiva realização da despesa, os primeiros empenhos já estão em processo de baixa. A nota de empenho 2006NE000005, de 05/10/2006, no valor de R\$ 947.887,00 foi mantida em virtude de constatação de pendência após a análise financeira do Convênio nº. 010/2004 - ELETRONORTE (UG 320013 - SEE/MME), sendo que foi elidida somente em 2008 após a apresentação dos documentos comprobatórios e de reanálise financeira. Quanto às demais notas de empenhos registradas, após análise detalhada no encerramento do exercício, já estão em processo de regularização.

5. Demonstrativo de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

5.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

Tipo	SIAFI/ SIASG	Instrumento				Objeto	Publicação	(R\$)			Beneficiário		Situação
		Processo	Termo	Assinatura	Vigência			Pactuado	Liberado 2008	Contraparti da	Sigla	CNPJ	
1	562296	48000.001230/2006-16	2º Termo Aditivo 001/2006-MME	18/12/2008	28/04/2010	Elaboração de estudos e projetos que envolvem as atividades de planejamento e de monitoramento da operação da expansão do sistema elétrico brasileiro.	23/12/2008	15.500.000,00	4.500.000,00	2.000.000,00	ELETRONO RTE	00.357.038/ 0001-16	Execução do Objeto em Andamento
1	510870	48000.002796/2003-12	2º e 4º Termos Aditivos 010/2004-MME	05/10/2006 04/12/2008	05/10/2007 31/12/2009	Revitalização de 2.043 Sistemas Fotovoltaicos instalados na Região Norte.	16/10/2006 08/12/2008	12.179.887,00	2.947.887,00	1.732.000,00	ELETRONO RTE	00.357.038/ 0001-16	Execução do Objeto em Andamento
1	626377	48000.001098/2008-12	001/2008-MME	26/06/2008	31/12/2009	Elaboração do Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amazonas.	27/06/2008	406.200,00	300.000,00	106.200,00	SDS/AM	05.562.326/ 0001-26	Execução do Objeto em Andamento
1	626368	48000.001116/2008-58	002/2008-MME	26/06/2008	30/06/2009	Elaboração do Diagnóstico do Setor Mineral do Estado de Sergipe.	27/06/2008	195.600,00	150.000,00	45.600,00	CODISE	13.146.642/ 0001-45	Execução do Objeto em Andamento
1	538476	48000.002355/2005-82	1º Termo Aditivo 013/2005-MME	22/12/2008	21/12/2009	Implementar o Núcleo de Referência Tecnológica em Energias Alternativas da Universidade Federal do Acre - UFAC.	26/12/2008	361.300,00	49.100,00	67.000,00	FUNDAPE	02.646.829/ 0001-91	Execução do Objeto em Andamento
1	631791	48000.001481/2008-62	003/2008-MME	29/08/2008	29/04/2009	Concepção, elaboração e edição de Manual Técnico de Lapidação de Gemas.	03/09/2008	87.800,00	69.800,00	18.000,00	IBGM	29.527.793/ 0001-83	Execução do Objeto em Andamento
1	537268	48000.002769/2005-10	3º Termo Aditivo 004/2005-MME	26/12/2008	30/12/2009	Aplicação de tecnologia de gaseificação de biomassa e posterior queima do gás em motores de combustão interna para geração de eletricidade em pequena escala.	29/12/2008	1.461.500,00	194.500,00	885.000,00	FINATEC	37.116.704/ 0001-34	Execução do Objeto em Andamento

Tipo	SIAFI/ SIASG	Instrumento				Objeto	Publicação	(R\$)			Beneficiário		Situação
		Processo	Termo	Assinatura	Vigência			Pactuado	Liberado 2008	Contrapartida	Sigla	CNPJ	
1	515006	48000.002936/2004-33	4º Termo Aditivo 018/2004-MME	22/12/2008	30/12/2009	Assistência técnica e difusão de informações de programas do Ministério de Minas e Energia.	26/12/2008	5.309.700,00	470.000,00	1.152.000,00	CEPEL	42.288.886/0001-60	Execução do Objeto em Andamento
1	592343	48000.000903/2007-00	001/2007-MME	01/07/2007	30/06/2012	Assistência Médica aos Servidores do Ministério de Minas e Energia.	05/07/2007	10.316.880,00	1.230.710,00	-	GEAP	03.658.432/0001-82	Execução do Objeto em Andamento
1	538474 (1)	48000.002358/2005-16	4º Termo Aditivo 011/2005-MME	26/12/2008	26/12/2009	Compra e instalação de um túnel de vento na cidade de Fortaleza-CE, para apoiar a nascente indústria de energia eólica que ora se estabelece na região Nordeste.	30/12/2008	1.080.000,00	195.369,00	180.000,00	CENEA	07.138.190/0001-57	Execução do Objeto em Andamento
1	638878 (1)	48000.002566/2008-68	SICONV 701098	26/12/2008	25/12/2009	Caracterizar micro e pequenos empreendimentos e produção mineral nos municípios que compõem a região do Siridó e executar ações a curto prazo para sustentar a atividade.	31/12/2008	208.000,00	180.000,00	28.000,00	Fundação PaqTcPB	09.261.843/0001-16	Execução do Objeto em Andamento
1	639964 (1)	48000.002567/2008-11	SICONV 701162	30/12/2008	29/12/2009	Levantamento das potencialidades de aumento da abrangência dos processos empregados em Usinas de Flotação visando a recuperação de minerais valiosos.	31/12/2008	200.000,00	180.000,00	20.000,00	COOPETEC	72.060.999/0001-75	Execução do Objeto em Andamento
1	526362 (2)	48000.001937/2005-41	5º Termo Aditivo 001/2005-MME	12/01/2009	30/12/2009	Prestação de Serviços de Coordenação Técnica e Financeira dos projetos específicos do Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral.	20/01/2009	2.666.235,28	2.200.000,00	286.235,28	FUNDEP	18.720.938/0001-41	Execução do Objeto em Andamento

Tipo	SIAFI/ SIASG	Instrumento				Objeto	Publicação	(R\$)			Beneficiário		Situação
		Processo	Termo	Assinatura	Vigência			Pactuado	Liberado 2008	Contrapartida	Sigla	CNPJ	
1	- (2)	48000.002644/2008-24	SICONV 701796	29/12/2008	30/12/2009	Capacitação e implementação de Centros Comunitários de Produção e Unidades Demonstrativas de Produção, com foco no uso produtivo de energia no Estado do Amazonas.	31/12/2008	1.068.851,65	0,00	123.448,40	IDAM	01.171.012/0001-41	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
1	- (2)	48000.002552/2008-44	SICONV 701096	29/12/2008	30/12/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção para beneficiamento de leite produzido no Assentamento da Comunidade Divisa	31/12/2008	190.800,00	0,00	25.000,00	P. M. Rosário do Sul/RS	88.138.292/0001-74	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
1	- (2)	48000.002666/2008-94	SICONV 702588	29/12/2008	30/12/2009	Implantar um Centro Comunitário de produção e comercialização de plantas ornamentais para os pequenos produtores do Município de Barra do Pirai-RJ, bem como capacitar os gestores do CCP em gestão, organização e comercialização da produção, com o intuito de permitir o uso produtivo da energia elétrica, contribuindo para o aumento do trabalho e renda das famílias.	31/12/2008	120.000,00	0,00	20.000,00	P. M. Barra do Pirai/RJ	28.576.080/0001-47	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto

1	640154 (2)	48000.002655/2008-12	SICONV 702023	29/12/2008	30/10/2009	Implantação de uma Micro Usina para produção de álcool, rapadura, melão e açúcar mascavo para a Associação dos Agricultores Familiares de Angatuba, bem como capacitar os gestores do CCP em gestão, organização e comercialização da produção, com o intuito de permitir o uso produtivo da energia elétrica, contribuindo para o aumento do trabalho e renda das famílias.	31/12/2008	146.999,97	0,00	47.000,00	P. M. Angatuba/SP	46.634.234/0001-91	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
Tipo	SIAFI/ SIASG	Instrumento				Objeto	Publicação	(R\$)			Beneficiário		Situação
		Processo	Termo	Assinatura	Vigência			Pactuado	Liberado 2008	Contrapartida	Sigla	CNPJ	
1	- (2)	48000.002656/2008-59	SICONV 702020	29/12/2008	30/10/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção de beneficiamento de café para a Associação dos Cafeicultores do Bairro Santa Terezinha.	31/12/2008	163.700,00	0,00	63.700,00	P. M. Itai/SP	46.634.200/0001-05	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
1	- (2)	48000.002550/2008-55	SICONV 701092	29/12/2008	30/12/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção na forma de agroindústria para pasteurização e envasamento de leite e produção de queijo na comunidade de Santa Luzia.	31/12/2008	120.699,00	0,00	40.800,00	P. M. Tapurah/MT	24.772.253/0001-41	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
1	- (2)	48000.002554/2008-33	SICONV 701083	29/12/2008	30/12/2009	Implantar 6 (seis) centros comunitários de produção distribuídos nos municípios de Upanema/RN, Natuba/PB, Boca da Mata/AL, Jeremoaba/BA, Mundo Novo/BA e Itabela/BA e capacitar técnicos e dirigentes dos CCP'S com o intuito de permitir o uso produtivo da	31/12/2008	661.198,00	0,00	66.200,00	I.A.C.D.S/RN	06.068.973/0001-49	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto

						energia elétrica, contribuindo para o aumento do trabalho e renda das famílias.							
1	- (2)	48000.002553/2008-99	SICONV 701097	29/12/2008	30/12/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção para resfriamento e beneficiamento de leite na comunidade Rainha da Paz.	31/12/2008	101.428,68	0,00	23.700,00	P. M. Figueirópolis D' Oeste/MT	01.367.762/0001-93	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
1	- (2)	48000.002551/2008-08	SICONV 701094	29/12/2008	30/12/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção para resfriamento, beneficiamento e processamento de leite orgânico na comunidade de Genezaré.	31/12/2008	160.194,64	0,00	75.962,00	P. M. Carlinda/MT	01.617.905/0001-78	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto

Tipo	SIAFI/ SIASG	Instrumento				Objeto	Publicação	(R\$)			Beneficiário		Situação
		Processo	Termo	Assinatura	Vigência			Pactuado	Liberado 2008	Contrapartida	Sigla	CNPJ	
1	- (2)	48000.002657/2008-01	SICONV 702044	29/12/2008	30/10/2009	Implantação de um Centro Comunitário de Produção de resfriamento de leite e pastejo rotacional para os produtores rurais familiares, bem como capacitar os gestores do CCP em gestão, organização e comercialização da produção com o intuito de permitir o uso produtivo da energia elétrica, contribuindo para o aumento do trabalho e renda das famílias.	31/12/2008	111.554,45	0,00	11.555,00	P. M. Itaberá/SP	46.634.374/0001-60	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
2	-	48000.002649/2008-57	BRA/IICA/08/012 Coop. Técnica Internacional	22/12/2008	21/12/2011	Desenvolver e implementar políticas públicas para atender comunidades não supridas por energia elétrica, promovendo o uso produtivo e sócio-educativo - LUZ para TODOS.	23/12/2008	14.175.000,00	4.000.000,00	4.725.000,00	IICA	00.640.110/0001-18	Execução do Objeto em Andamento
4	640136 (2)	48000.002514/2008-91	SICONV 700872	29/12/2008	30/12/2009	Capacitação de técnicos e dirigentes de Centros Comunitários de Produção - CCP implementados em Minas Gerais, no âmbito do Programa Luz para Todos.	31/12/2008	573.590,00	0,00	60.000,00	INFC	03.475.900/0001-83	Aguardando liberação de recurso para início da execução do objeto
4	637952	48000.001704/2008-91	001/2008-MME	22/12/2008	21/12/2009	Monitoramento dos Telecentros Minerais implantados pelo Ministério de Minas e Energia.	29/12/2008	64.550,00	54.000,00	10.550,00	ATN	07.893.470/0001-70	Execução do Objeto em Andamento

Nota:

(1) Convênio/Termo Aditivo empenhado e celebrado no exercício de 2008. Recurso transferido utilizando-se o limite financeiro do exercício de 2009.

(2) Convênio/Termo Aditivo/Termo de Parceria empenhado e firmado no exercício de 2008. Aguardando liberação do recurso financeiro do exercício de 2009.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não houve ocorrência no período.

7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

7.1. SECRETARIA EXECUTIVA – SE

Projeto ESTAL

Para não se quebrar a unidade da descrição do Projeto, essa informação de financiamento com os recursos externos está contida no corpo do Relatório, disposto à página 82 e 83.

7.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

Quadro II.A.4 – Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	DOAÇÃO DE RECURSOS (ingressos externos)		Contraparti da nacional	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Carta-Convênio ATN/MT-6697-BR	US\$4.500.000,00	US\$2.250.000,00	US\$1.544.045,20	US\$2.250.000,00	Projeto Concluído	-	US\$1.544.045,20	Projeto Concluído	Foi pedido ressarcimento de despesas de anos anteriores ao BID, este aceitou e mandou recursos para a STN/MF que, por sua vez, afirma que não pode repassar estes recursos ao Projeto por estar concluso.
Carta-Convênio ATN/JF-6630-BR	US\$1.313.950,00	US\$898.950,00	US\$897.524,73	US\$415.000,00	Projeto Concluído	-	US\$897.524,73	Projeto Concluído	

8. Renúncia Tributária

Não houve ocorrência no período.

9. Declaração de Sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

Não houve ocorrência no período.

10. Operações de Fundos

Não houve ocorrência no período.

11. Despesas com Cartão de Crédito

11.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA

Tabela I - Cartão de Crédito Cooperativo: Série Histórica das Despesas

ANOS	FATURA		SAQUE	
	QUANTIDADE (1)	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
2006	30	17.299,85	14	2.230,00
2007	32	10.917,46	16	2.160,00
2008	16	7.839,16	-	-

Tabela II - Informações Sobre as Definições Feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG:	R\$ 60.000,00
Natureza dos gastos permitidos:	339030 e 339039
Limites concedidos a cada portador:* <i>Somatório de todos os Atos de Concessão de SF em 2008.</i>	
Portador	Limite
00037354191 - Genésio Soares de Oliveira	3.000,00
21436118115 - Antonio Deodorio do Nascimento	12.000,00
06654908104 - Teomar Andrade Gomes	5.000,00
10166173134 - Hisao Fujimoto	10.000,00
11501847104 - Dimas Figueiredo Nóbrega	6.000,00
25944983191 - Pedro Elcio dos Santos	500,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

12.1. SECRETARIA EXECUTIVA - SE

Projeto ESTAL, PNUD BRA 01/39 e PNUD BRA 99/01: As recomendações da CGU estão contidas no corpo do Relatório, disposto à página 113.

12.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

Relatório de auditoria nº 208718, exercício 2007

1. ITEM 1.1.2.1 CONSTATAÇÃO 005 – Baixa Execução Física e Financeira de Ação Governamental.

1.1 Recomendação: 001

Recomendamos à Unidade que adote providências no sentido de avaliar adequadamente as metas físicas e financeiras relativas às Ações sob sua responsabilidade e empreenda os esforços necessários e a coordenação dos recursos humanos e financeiros suficientes para que sejam atingidas as metas propostas.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: As execuções física e financeira abaixo do planejado estão associadas às necessidades de o Programa Luz para Todos postergar para os próximos exercícios, 2008 à 2010, a efetiva viabilização da universalização nas áreas que serão contempladas com a geração local, fora da rede elétrica - a geração distribuída - em função de os agentes executores não disporem de informações sobre o número e a localização dos domicílios sem energia elétrica. A escolha tecnológica dos sistemas de geração de energia teve sua 1ª fase concluída. A conclusão da universalização ficou, portanto, postergada para o período 2008-2010, quando efetivamente o LpT dinamizará junto aos agentes executores do Programa a etapa final com utilização de geração distribuída.

O LpT vem empenhando sérios esforços no sentido de deter os recursos humanos e financeiros para concluir a universalização e uso dos serviços de energia elétrica no Brasil. O Programa, para não expandir o tamanho de sua equipe, se vale de parcerias, principalmente quando se trata do uso dos serviços de energia elétrica, e de sua contribuição no processo de fomento à renda desse segmento social que está sendo incluído como consumidor de energia elétrica.

Nestas ações complementares à universalização dos serviços de energia elétrica nas comunidades rurais isoladas o Programa Luz para Todos - LpT promove as ações de capacitação e informação sobre o uso social e produtivo da energia elétrica, dentro de um processo do uso racional da energia e do uso produtivo, neste, dentro do conjunto de políticas pública de um processo indutor de rendas.

Item de Controle	MD/CMA	MDS
Processo nº (*)	48000.002189/2007-86	48000.002180/2007-75
Ofício – nº	279-SPC/CMA/MD, 21/8/07 174/SEE/MME, 16/10/07 Fax 102-ST/CMA, 6/11/07	1505/2007 SESAN/MDS, 14/8/07 246/SEE/MME, 21/9/07 35/SESAN/MDS, 20/8/07 239/SESAN/MDS, 5/11/07 2636/SESAN/MDS, 28//11/07 273/SEE/MME, 16/10/07 329/SESAN/MDS, 9/11/07
Plano de Trabalho	Obrigações MD/CMA Obrigações do MME	Obrigações MD/CMA Obrigações do MME
Portaria/MME nº Valor R\$	002, 6/9/07 R\$ 2.600.000,00	003, 21/9/07 R\$ 2.500.000,00 06, 4/12/07 R\$ 500.000,00
Acompanhamento Nota Técnica/Ata	NT 017/SEE/2007, 28/8/07	Ata 1ª Reunião do Comitê Gestor, 10/10/07 Ata Extraordinária, 26/11/07 Ata 5ª Reunião do Comitê Gestor, 30/4/08
Gestor Técnico Portaria MME	06, 12/3/08 Manoel Soares Dutra Filho	05, 10/10/07 João Fernandes de Moraes

No cumprimento de seu papel institucional o Programa LpT celebrou com vários ministérios Acordos de Cooperação Técnica para desenvolverem em conjunto as medidas cabíveis e possíveis para promoverem o desenvolvimento social numa soma de esforços, aproveitando a força indutora de promoção de desenvolvimento que representa a eletrificação rural. Dentro desses esforços, na execução orçamentária de 2007, o LpT desenvolveu dois importantes projetos: um com o Ministério da Defesa / Comando Militar da Amazônia para recapacitação da Hidrelétrica de Pari-Cachoeira com objetivo de substituir duas unidades geradoras com capacidades de 34,74 kW e 95,75 kW por outras duas unidades de 92,78 kW cada, para assegurar o atendimento de energia elétrica dos Pelotões Especiais de Fronteira, Comunidades Indígenas e demais comunidades do entorno da localidade de Pari-Cachoeira/AM; e outro com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS para a implementação de Centros Comunitários de Produção –CCP em com unidades rurais atendidas pelo Programa Luz para Todos – LpT/MME e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA/Leite/MDS.

Essas execuções do Programa LpT, via descentralização, não significam uma transferência de responsabilidade nem perda de controle para terceiros, mas sim aproveitar a capacidade de cada parceiro na sua especialização para um desenvolvimento conjunto nos processos de eletrificação,

onde cada parceiro aplica o melhor da sua especialização, como atesta o quadro abaixo de acompanhamento das transferências.

1.3 Providências a serem Implementadas

Ação SEE nº 01/2008: MANTER DEVIDAMENTE ATUALIZADAS AS AÇÕES QUE COMPREENDEM O PPA DA UNIDADE GESTORA.

Prazo limite de implementação: 30/07/2008

RESPONSÁVEL: SEE (gerentes de programas de todos os Departamentos)

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM 10 DE OUTUBRO DE 2008.

A abertura do SIGPLAN para os coordenadores de ações apenas ocorreu em 11 de setembro de 2008. O MPOG estabeleceu o dia 10 de outubro de 2008 como prazo para a primeira atualização do ano de 2008. A SEE manteve, desde então, suas ações atualizadas no SIGPLAN.

Ação SEE nº 02/2008: PROPOR A CRIAÇÃO DE PROGRAMA NO PPA QUE REPRESENTA AS AÇÕES/COMPETÊNCIAS DA UNIDADE GESTORA, ALÉM DO PROGRAMA 0273.

Prazo limite de implementação: 30/07/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM 09 DE JULHO DE 2008.

Foi proposta a criação de novo Programa por meio do Memorando nº 202, de 09 de julho de 2008, cuja resposta chegou por meio do Memorando nº 512, de 22 de julho de 2008, informando não haver previsão de criação de novo Programa. O Programa proposto foi enviado por email ao Sr. Marcos Antonio Pereira de Oliveira Silva, do MPOG, em 08 de julho de 2008, cuja resposta chegou no dia 24 de julho de 2008, informando não ser possível abrir novo Programa.

2. ITEM 1.1.3.1 CONSTATAÇÃO 008 – Gastos com diárias e passagens vedados pela legislação relativa a convênios na Administração Pública Federal. (Convênios 026 e 029/2004)

2.1 Recomendação: 001

Em face do exposto, recomendamos à Unidade que implemente controles adequados de forma a evitar aprovação de gastos cuja execução seja vedada pela legislação pertinente.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

2.3 Providências a serem Implementadas

Ação SEE nº 03/2008: EMITIR CIRCULAR PELA UNIDADE GESTORA ORIENTANDO OS DEPARTAMENTOS ACERCA DA GESTÃO DOS CONVÊNIOS.

Prazo limite de implementação: 30/07/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE

SITUAÇÃO: **CUMPRIDA EM 06 DE AGOSTO DE 2008.**

Enviado Memorando Circular n. 233/SEE/MME-2008, em 06 de agosto de 2008, aos Departamentos, informando às áreas a respeito da gestão de convênios.

2.4 Recomendação: 002

Recomendamos à Unidade que adote os procedimentos administrativos necessários e suficientes para elidirem as irregularidades identificadas no caso concreto sob análise, apontando, caso pertinente, os responsáveis pela sua ocorrência e o montante a ser ressarcido ao erário.

2.5 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: As irregularidades observadas pela SPOA/CGOF foram respondidas e justificadas pelo Executor (CEPEL) e estão sendo reavaliadas com as documentações complementares incorporadas aos processos. Assim, as irregularidades que forem eventualmente confirmadas deverão ser objeto de análise de eventuais responsabilidades e ressarcimento do respectivo montante ao erário.

2.6 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 04/2008: ACOMPANHAR A AVALIAÇÃO PELA SPOA/ CGOF DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ENCAMINHADA PELO CEPEL EM ATENDIMENTO À NOTA N.º 158/2007/CGOF, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007 E, AO FINAL, ADOPTAR AS PROVIDÊNCIAS RECOMENDADAS NO SENTIDO DE SANAR AS IRREGULARIDADES APURADAS.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Encaminhado, em 15 de maio de 2008, Memorando n. 129-SEE e, em 04 de junho de 2008, Memorando n. 019-DMSE/SEE, ambos enviando documentação complementar enviada pelo CEPEL para justificar constatação da auditoria. Aguardando análise e resposta da CGOF/SPOA.

3. ITEM 1.1.3.2 CONSTATAÇÃO 009 – Descumprimento do prazo legal para prestação de contas e não aplicação dos procedimentos administrativos e sanções previstas na IN 01/97. (Convênios 026 e 029/2004)

3.1 Recomendação: 001

Implemente controles adequados para gestão de convênios, de forma a evitar a ocorrência de impropriedades como as detectadas no caso em tela.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

3.3 Providências a serem Implementadas

Ação SEE nº 05/2008: CRIAR INSTRUMENTO GERENCIAL PARA CONTROLE DAS PRINCIPAIS ETAPAS DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS ANTES DO DECRETO N.º 6170/2007 E PORTARIA INTERMINISTERIAL N.º 127/2008 (PORTAL DE CONVÊNIOS).

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM 05 DE AGOSTO DE 2008.

Como não há nenhum sistema informatizado nos demais órgãos da APF, a SEE criou uma tabela (EXCEL) com todos os convênios de responsabilidade da Secretaria, cuja atualização ocorre mensalmente.

3.4 Recomendação: 002

Adote procedimentos administrativos necessários e suficientes para elidirem as irregularidades identificadas no caso concreto sob análise, apontando, conforme o caso, os responsáveis pela sua ocorrência.

3.5 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: Dois fatos contribuíram para o atraso na prestação de contas dos convênios referidos na recomendação em análise. O primeiro associado à demora

do envio da documentação do CEPEL para a análise final da prestação de contas sob argumentação de que ocorreu forte demanda de informações devido à prestação de contas do convênio n.º 026/1999 – CRESESB. Em segundo lugar, a SPOA/CGOF está com um grande volume de convênios para análise financeira, fato que tem comprometido os prazos de prestações de contas, não só dos convênios referidos, mas de uma série de outros convênios do MME.

3.6 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 04/2008: ACOMPANHAR A AVALIAÇÃO PELA SPOA/CGOF DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ENCAMINHADA PELO CEPEL EM ATENDIMENTO À NOTA N.º 158/2007/CGOF, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007 E, AO FINAL, ADOPTAR AS PROVIDÊNCIAS RECOMENDADAS NO SENTIDO DE SANAR AS IRREGULARIDADES APURADAS.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Encaminhado, em 15 de maio de 2008, Memorando n. 129-SEE e, em 04 de junho de 2008, Memorando n. 019-DMSE/SEE, ambos enviando documentação complementar enviada pelo CEPEL para justificar constatação da auditoria. Aguardando análise e resposta da CGOF/SPOA.

Ação SEE nº 06/2008: PROCEDER O ENCERRAMENTO DOS CONVÊNIOS OBJETO DA CONSTATAÇÃO APÓS A SOLUÇÃO DAS IRREGULARIDADES.

Prazo limite de implementação: 30/12/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Ação dependente da Ação SEE nº 04/2008.

4. ITEM 1.1.3.3 CONSTATAÇÃO 010 – Demora em aprovar a prestação de contas de convênio devido a indefinição quanto à destinação dos bens adquiridos pelo convênio. (Convênio 12/1999)

4.1 Recomendação: 001

Que promova o registro dos bens no Sistema Contábil do MME, na conta "Bens em poder de Terceiros" e emita logo em seguida parecer opinando sobre a aprovação final da prestação de contas do Convênio.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

4.3 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE n.º 07/2008: REGULARIZAR O CONTROLE PATRIMONIAL DOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: DPUE/PRODEEM

SITUAÇÃO: **PENDENTE** - Reprogramado para 30/04/2009.

Os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Convênio n.º 012/99-MME foram inventariados e valorados conforme reunião realizada no CEPEL nos dias 04 e 05 de dezembro de 2008 e registrados no patrimônio do MME conforme despacho, de 20 de novembro de 2008, da Chefe de Divisão de Gestão de Patrimônio. O processo de doação dos bens ao CEPEL está em andamento, aguardando pedido formal de doação. Tão logo a correspondência chegue ao MME o processo será conduzido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA.

Quanto à reprogramação do prazo para 30/04/09, considerou-se os tempos necessários à formalização do processo que envolve: elaboração de instrumento legal para doação, parecer da CONJUR, tramitação interna dos documentos, obtenção de assinaturas no MME e CEPEL.

Ação SEE n.º 08/2008: PROCEDER O ENCERRAMENTO DO CONVÊNIO n.º 12/99.

Prazo limite de implementação: 30/11/2008

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DPUE/PRODEEM

Ação dependente da Ação SEE n.º 07/2008.

4.4 Recomendação: 002

Que na celebração dos próximos Convênios preveja cláusulas contratuais contendo termo determinando a destinação dos bens adquiridos após a conclusão do objeto.

(1) Concordo

4.5 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 09/2008: EMITIR CIRCULAR PELA UNIDADE GESTORA ORIENTANDO OS DEPARTAMENTOS ACERCA CLÁUSULA DE DESTINAÇÃO DE BENS ADQUIRIDOS COM RECURSOS DE CONVÊNIOS.

Prazo limite de implementação: 30/07/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM 06 DE AGOSTO DE 2008.

Enviado Memorando Circular n. 233/SEE/MME-2008, em 06 de agosto de 2008, aos Departamentos, informando às áreas a respeito da gestão de convênios e inclusão obrigatória da cláusula acima referida.

5. ITEM 1.1.3.4 CONSTATAÇÃO 011 – Despesas irregulares em convênio, não glosadas pelo gestor. (Convênio 026/2004)

5.1 Recomendação: 001

Recomendamos à Unidade que adote procedimentos administrativos com vistas a apurar o montante a ser recolhido aos cofres públicos dos valores referentes aos seguintes pontos, identificados preliminarmente nos trabalhos de Auditoria de Gestão: a) glosa dos valores conforme o estabelecido na Nota nº 11/2008/CGOF, no valor de R\$ 36.749,03; b) ressarcimento de gastos indevidos, que não guardam correlação com o objeto do Convênio, no valor de R\$ 53.632,28.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: As irregularidades observadas pela SPOA/CGOF foram respondidas e justificadas pelo Executor (CEPEL), e estão sendo reavaliadas, com as novas informações enviadas. Especificamente no que tange à glosa dos valores identificados na Nota 11/2008/CGOF, no valor de R\$ 36.749,03, e ressarcimento de gastos indevidos, que não guardam correlação com o objeto do Convênio, no valor de R\$ 53.632,28, o Executor apresentou suas justificativas e comprovações que estão sendo reavaliadas pela CGOF. As irregularidades que forem confirmadas serão objeto de análise de eventuais responsabilidades e ressarcimento do respectivo montante ao erário.

5.3 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 04/2008: ACOMPANHAR A AVALIAÇÃO PELA SPOA/ CGOF DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ENCAMINHADA PELO CEPEL EM ATENDIMENTO À NOTA N.º 158/2007/CGOF, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007 E, AO FINAL, ADOPTAR AS PROVIDÊNCIAS RECOMENDADAS NO SENTIDO DE SANAR AS IRREGULARIDADES APURADAS.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Encaminhado, em 15 de maio de 2008, Memorando n. 129-SEE e, em 04 de junho de 2008, Memorando n. 019-DMSE/SEE, ambos enviando documentação complementar enviada pelo CEPEL para justificar constatação da auditoria. Aguardando análise e resposta da CGOF/SPOA.

Ação SEE nº 06/2008: PROCEDER O ENCERRAMENTO DOS CONVÊNIOS OBJETO DA CONSTATAÇÃO APÓS A SOLUÇÃO DAS IRREGULARIDADES.

Prazo limite de implementação: 30/12/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Ação dependente da Ação SEE nº 04/2008.

5.4 Recomendação: 002

Recomendamos à Unidade que exija a comprovação das despesas que não apresentaram notas fiscais ou que estavam identificadas como sendo de outros Convênios.

5.5 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

5.6 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 04/2008: ACOMPANHAR A AVALIAÇÃO PELA SPOA/ CGOF DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ENCAMINHADA PELO CEPEL EM ATENDIMENTO À NOTA N.º 158/2007/CGOF, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007 E, AO FINAL, ADOPTAR AS PROVIDÊNCIAS RECOMENDADAS NO SENTIDO DE SANAR AS IRREGULARIDADES APURADAS.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Encaminhado, em 15 de maio de 2008, Memorando n. 129-SEE e, em 04 de junho de 2008, Memorando n. 019-DMSE/SEE, ambos enviando documentação complementar enviada pelo CEPEL para justificar constatação da auditoria. Aguardando análise e resposta da CGOF/SPOA.

Ação SEE nº 06/2008: PROCEDER O ENCERRAMENTO DOS CONVÊNIOS OBJETO DA CONSTATAÇÃO APÓS A SOLUÇÃO DAS IRREGULARIDADES.

Prazo limite de implementação: 30/12/2008

RESPONSÁVEL: Gabinete SEE e DMSE

SITUAÇÃO: **PENDENTE**

Ação dependente da Ação SEE nº 04/2008.

6. ITEM 1.2.3.1 INFORMAÇÃO (007)

6.1. Recomendações relativas ao PRC do PRODEEM

Recomendamos, todavia, que sejam continuadas as gestões iniciadas, ressaltando que tal continuidade será objeto de verificações nos trabalhos de acompanhamento da gestão da Unidade.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

6.3 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 10/2008: DAR CONTINUIDADE A EXECUÇÃO DO PRC-PRODEEM POR MEIO DOS CONVÊNIOS CELEBRADOS COM AS EMPRESAS FEDERAIS.

Prazo limite de implementação – Região Norte: 31/12/2009

Prazo limite de implementação – Região Nordeste: 31/12/2008
reprogramada para 31/07/2009

Prazo limite de implementação – Região Sudeste/Centro-Oeste: 31/12/2008
reprogramada para 25/11/2009

Prazo limite de implementação – Região Sul: 31/12/2009
reprogramada para 31/07/2009

RESPONSÁVEL: DPUE/PRODEEM

Observação: compreendem as atividades do PRC-PRODEEM o inventário patrimonial e sua transferência, treinamento e capacitação, ações integradas com outros programas governamentais e assinaturas de termos de responsabilidade.

SITUAÇÃO: PENDENTE

A reprogramação das datas corresponde ao novo prazo de vigência dos convênios firmados com a Eletronorte (31/12/09), Eletrosul (31/07/09), Furnas (25/11/09) e Chesf (31/07/09). A Eletrosul já concluiu a execução do PRC, contudo, em razão da questão da destinação final dos equipamentos ainda estar em análise na CONJUR do MME, é necessário que a Eletrosul garanta a operacionalidade dos sistemas que foram mantidos instalados, bem como mantenha os sistemas removidos armazenados em seus almoxarifados.

Com relação às empresas Eletronorte, Furnas e Chesf, as novas datas previstas para conclusão do PRC são as consignadas nos últimos termos aditivos, e refletem o tempo necessário justificado por cada uma delas para tal.

Com vistas a monitorar o cumprimento ao Plano de Ação 2008-2009, foram realizadas duas reuniões de acompanhamento, nos dias 18 de setembro de 2008 e 21 de outubro de 2008, coordenadas pela Secretaria Executiva, com participações da CONJUR, SPOA e Assessor Especial de Controle Interno.

Ação SEE nº 11/2008: VIABILIZAR OS MECANISMOS LEGAIS PARA A TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DOS EQUIPAMENTOS REMANESCENTES DO PRODEEM.

Prazo limite de implementação: 31/10/2008

RESPONSÁVEL: DPUE/PRODEEM

SITUAÇÃO: PENDENTE

Foi elaborada Nota Técnica nº 04/DPUE/2008 com base de informações para que a CONJUR crie mecanismo legal para permitir a transferência patrimonial dos equipamentos. A CONJUR por meio de Folha de Despacho apresentou 10 questionamentos sobre o tema, respondidos pela SEE por meio da NT nº 05/DPUE/2008. Em 21/10/08 a Secretaria Executiva, por meio do Memo nº 793/2008/SE/MME solicitou informações à CONJUR sobre o assunto. A CONJUR, por meio do MEMO nº 139/2008 informou que, dada a complexidade da matéria, o assunto está em análise visando a emissão de parecer. Aguardando manifestação da CONJUR.

6.4 Recomendações relativas à Coordenação Nacional do Programa Luz para Todos

Em face do exposto, concluímos que a Unidade tem-se empenhado em promover melhorias em seus controles e mecanismos de gestão, mantendo com esta CGU-PR uma postura colaborativa e de acatamento das proposições pertinentes, o que se traduz em incremento gradual nos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade do Programa.

6.5 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) Concordo

6.6 Providências a serem Implementadas:

Ação SEE nº 12/2008: IMPLANTAR RELATÓRIO GERENCIAL COM O OBJETIVO DE CONSOLIDAR INFORMAÇÕES ACERCA DO ANDAMENTO DO PROGRAMA NOS ESTADOS.

Prazo limite de implementação: 31/07/2008

RESPONSÁVEL: DPUE/PLpT

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM AGOSTO DE 2008.

Criado modelo padrão de relatório e encaminhado para todos os coordenadores regionais.

Ação SEE nº 13/2008: REALIZAR, PERIODICAMENTE, REUNIÕES COM A PARTICIPAÇÃO DOS COORDENADORES REGIONAIS, ESTADUAIS, AGENTES EXECUTORES E ELETROBRÁS.

RESPONSÁVEL: DPUE/PLpT

SITUAÇÃO: CUMPRIDA EM NOVEMBRO DE 2008.

No ano de 2008 foram realizadas duas rodadas de reuniões, sendo a primeira:

06 de maio – Região Geométrica Norte
 15 de maio – Região Geométrica Nordeste
 19 de maio – Região Geométrica Sudeste
 26 de maio – Região Geométrica Sul

A segunda série de reuniões foi realizada:

02 de novembro – Região Geométrica Nordeste
 12 de novembro – Região Geométrica Norte
 24 de novembro – Região Geométrica Sudeste
 09 de dezembro – Região Geométrica Sul

7. ITEM 1.2.4.1 INFORMAÇÃO 006 – Acórdão n. 598/2003 – TCU Plenário – 2.3 Itens ainda não implementados.

7.1 Recomendação Item 9.1.8 – Levantamento de informações sobre os poços d'água que receberão sistema de bombeamento:

Fica caracterizada a necessidade de que se implementem medidas no sentido de efetuar os levantamentos determinados.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) Discordo

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: o PRODEEM estabeleceu convênio específico com a CPRM (Convênio n. 009/2002) e executou os levantamentos das características técnicas solicitadas em 90 mil poços de águas na região do semi-árido nordestino. A partir deste cadastro elaboraram-se os Atlas Digitais de Recursos Hídricos de seis estados do nordeste e do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

Foi implementado o Sistema de Informações de Águas subterrâneas (Siagas) e a CPRM passou a realizar acordos de cooperação para a transferência do sistema e a troca de dados. Atualmente aproximadamente 150 mil poços estão cadastrados no SIAGAS, com acordos já formalizados em 16 estados.

O referido convênio foi objeto de avaliação durante o processo de auditoria das contas do exercício de 2007, por meio da SA 208718-001, não ocorrendo nenhuma constatação.

Assim, entendemos que o item 9.1.8 está **cumprido**.

RESPONSÁVEL: DPUE/PRODEEM

7.3 Recomendação Item 9.3.1 – Determinação de ressarcimento dos equipamentos com defeito de fabricação:

Recomendamos que sejam acompanhados os trabalhos e os resultados obtidos ao longo do presente exercício, para verificação do cumprimento da presente determinação.

7.4 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) Concordo parcialmente

JUSTIFICATIVA DO POSICIONAMENTO: Considerando o exposto no ofício nº 74/08 – SEE/MME, de 28 de abril de 2008, em continuidade aos trabalhos de verificação propostos na nota técnica CEPEL DP – 14.311/08, apresentamos em anexo (Anexo 3), o plano de inspeção técnica a ser realizado conjuntamente por pessoal especializado do MME, CHESF e CEPEL, a partir de 14/07/2008. O referido plano contempla a verificação do equipamento instalado em 42 (quarenta e dois) poços de águas distribuídos entre os Estados de PE, BA, PB e PI. Após a realização da inspeção o CEPEL deverá apresentar relatório conclusivo sobre a solução dos problemas de corrosão nos sistemas de bombeamento Total Energie.

Com relação à questão da vazão, informamos que está em processo de aprovação por parte da FADE/UFPE o contrato que deverá ser estabelecido com o CEPEL para a realização dos ensaios finais de capacidade de bombeamento, conforme minuta em anexo (Anexo 3). Aclaramos que já

se encontram disponíveis em Recife, conforme nota de entrega e documentação em anexo (Anexo 3), os equipamentos que serão utilizados nos testes acima mencionados.

Ação SEE nº 14/2008: INSPECIONAR OS SISTEMAS DE BOMBEAMENTO PARA EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE IRREGULARIDADES DE FORNECIMENTO.

Prazo limite de implementação: 31/12/2008

RESPONSÁVEL: DPUE/PRODEEM

SITUAÇÃO: **PENDENTE** - Reprogramado para 30/04/2009.

O CEPEL e técnicos do MME e da CHESF, realizaram inspeções técnicas “in loco” em diversos poços da região Nordeste com objetivo de coletar dados e amostras para proceder análises referentes aos processos corrosivos nas bombas. O material coletado foi avaliado no laboratório do CEPEL. O parecer oriundo das análises foi encaminhado pelo CEPEL ao MME em 29 de outubro de 2008 por meio do ofício DTE nº 40638/08.

Quanto aos ensaios de desempenho dos sistemas de bombeamento foi celebrado um contrato entre CEPEL e a Universidade Federal de Pernambuco para a realização dos testes, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2008. O contrato, devido a vários imponderáveis climáticos, técnicos e logísticos foi objeto de aditamento de prazo e prevê o término dos trabalhos de avaliação para abril de 2009.

12.3. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA

NÚMERO DO RELATÓRIO: 208723 (subitem 4.1.2 – Atuação das unidades da CGU no exercício)

DESCRIÇÃO: Constatação (039) – Constatações do Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão de 2006, pendentes de regularização:

RELATÓRIO 190261 - COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS – CGRL

Item 3.1.1.1 – Não aplicação de medidas punitivas a licitantes que deixaram de encaminhar documentos, provocando atraso em Pregão Eletrônico.

Recomendação: Que passem a aplicar as medidas punitivas previstas no artigo supracitado, quando couber, a fim de coibir que tais práticas venham a ocorrer de forma recorrente nas licitações feitas pelo MME.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) - após análise de pendências constantes em procedimentos licitatórios por descumprimento de itens editalícios por parte de empresas participantes, a unidade enviou os processos indicados pela auditoria à Consultoria

Jurídica para análise e parecer, devidamente instruídos, com proposição de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002.

Item 3.2.1.2 – Falha de controles internos para o controle de garantia contratual.

Recomendação: Revisar os controles internos dos procedimentos aplicáveis e conscientizar os servidores envolvidos para que se exija futuramente a garantia no momento da assinatura do contrato, quando houver previsão de tal exigência no instrumento convocatório.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – foi implementada mudança com respeito ao momento de entrega da garantia, concedendo prazo de 72 horas após assinatura do contrato, para que seja apresentada, uma vez que para sua emissão os bancos exigem a cópia do contrato assinado, para posterior liberação da garantia, o que impedia a entrega na data da assinatura do contrato. Foi estabelecido ainda no edital e no contrato, cláusula prevendo a aplicação de penalidade para o caso das empresas não entregarem a garantia no prazo estabelecido, as quais têm sido observadas rigorosamente, inclusive com aplicação de punição.

Item 3.2.3.1 – Prorrogação de Contrato de serviços, enquadrado indevidamente, como continuado.

Recomendação: Que o gestor evite prorrogar contratos de prestação de serviços como sendo de caráter continuado quando o mesmo não puder ser enquadrado no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) - a Unidade tem licitado, anualmente, os serviços apontados pelos auditores como não sendo de natureza continuada, fatos já conferidos durante a realização das últimas inspeções de auditoria.

Item 3.2.5.1 – Pagamentos efetuados com descumprimento de Cláusulas Contratuais.

Recomendação: Tendo em vista que a ressalva deste ponto já foi objeto de questionamento por parte desta auditoria, recomendamos, mais uma vez, que o MME exija da contratada o cumprimento das cláusulas contratuais estipuladas, fazendo uma reavaliação dos custos e dos quantitativos dos componentes (material, mão-de-obra e equipamentos/ferramentas) necessários a realização dos serviços com as respectivas composições contendo as discriminações dos serviços com as respectivas composições dos seus custos, objetivando reduzir o valor do contrato. Para essa redução de valor recomendamos, especialmente, a reavaliação da necessidade do quantitativo atualmente existente (02 profissionais especializados) para realizar os serviços demandados e o item que se refere aos materiais mensais que são gastos.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – o contrato atual é resultante de novo procedimento licitatório, com observância às recomendações acima.

Item 3.2.6.2 – Improriedades cometidas na aplicação de multa por descumprimento contratual.

Recomendação: Que sejam apuradas as reais razões que acarretaram na demora da emissão da LI e DI averiguando se a Atersa foi responsável direta ou indiretamente pelo atraso ocorrido na entrega dos equipamentos. E caso fique comprovado a culpa por parte da empresa, que seja instaurado o devido processo administrativo, assegurando a ampla defesa e o contraditório, para a aplicação da multa contratual.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) - Foram enviadas correspondências à UNAFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e ao Chefe de Gabinete da Secretaria da Receita Federal, para confirmar as datas corretas das greves deflagradas pelos portuários e pelos fiscais da receita, de modo a apurar a veracidade das justificativas apresentadas pela empresa Atersa.

Paralelo a isso, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração encaminhou o Memorando nº 21 à Secretaria-Executiva do MME informando sobre a existência de problemas pendentes de solução decorrentes da gestão do PRODEEM, sendo o primeiro relacionado às divergências existentes entre o Sistema de Patrimônio do MME e o SIAFI, decorrentes da aquisição dos sistemas fotovoltaicos e, o segundo, do registro de 25 (vinte e cinco) desses sistemas no patrimônio do MME sem sua efetiva localização para a respectiva conferência, haja vista a entrega e instalação ter ocorrido em outras unidades da federação.

De acordo com a Nota Técnica emitida pela Secretaria de Energia Elétrica, atualmente, esse mesmo material (cerca de 1.100 sistemas fotovoltaicos) estão estocados e sem instalação ou aproveitamento em diversos almoxarifados das empresas federais de energia elétrica e sem o registro patrimonial.

Com esse propósito o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 400, de 12 de novembro de 2009, instituiu Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos acima referidos, que deram origem aos processos nº 48000.002854/2006-51 e 48000.002785/2007-66.

Aguarda-se, pois, a conclusão dos trabalhos da comissão, uma vez que o seu resultado irá subsidiar tomada de decisão do Senhor Subsecretário, juntamente com as informações prestadas pela UNAFISCO e pela Receita Federal, quanto à pertinência ou não da aplicação da multa, levando-se em conta que o atraso na entrega dos referidos equipamentos não ensejou prejuízos para a Administração.

Item 3.2.6.3 – Item de serviços pagos em desacordo com o Edital da Licitação.

Recomendação: Considerando, como já foi visto na constatação de auditoria, que o MME já pagou 80% do contrato e o elevador ainda não se encontrava instalado até o fim de nossos trabalhos de auditoria, em 17/11/2006, e que pelo termo aditivo assinado ainda se teria o prazo até 30/11/2006 para a empresa contratada fornecer e instalar completamente o elevador de carga, informamos que o resultado final da execução deste contrato será verificado e avaliado no próximo trabalho de auditoria desta Secretaria.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – elevador totalmente instalado, recebido definitivamente e pago.

RELATÓRIO 190260 – COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – CGOF

Item 1.1.1.1.- Atraso na análise das Prestações de Contas Finais de Convênios e deficiência na implementação de recomendações da CGU em exercícios anteriores.

Recomendação: Recomendamos que o MME elabore e execute um plano de trabalho que estabeleça metas, prazos e responsáveis para a eliminação das deficiências e atendimento da Legislação.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) - Por meio do Relatório nº 190260, referente ao exercício de 2006, a equipe de Auditoria da CGU, constatou que havia “*atraso na análise das Prestações de Contas Finais de Convênios e deficiência na implementação de recomendações da CGU em exercícios anteriores*” e recomendou “*que o MME elabore e execute um plano de trabalho que estabeleça metas, prazos e responsáveis para a eliminação das deficiências e atendimento da Legislação*”.

A resposta foi apresentada por meio do Plano de Providências da CGOF/SPOA, como segue: “a solução para o atraso na análise financeira das prestações de contas de convênios é a criação de uma Unidade específica para as atividades relacionadas a convênios, fora da estrutura da SPOA, nos termos da proposta encaminhada pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração ao Secretário-Executivo do MME, por meio da Nota nº 01/SPOA/2007, de 3 de maio de 2007”.

Atualmente, a análise financeira da prestação de contas de convênios e as atividades correlatas continuam sendo desempenhadas pela Coordenação de Contabilidade, subordinada à CGOF/SPOA. Dessa forma, as atividades relacionadas a convênios estão concorrendo com as ações típicas da Coordenação de Contabilidade e prejudicando o seu desempenho. Soma-se a isso o fato de que, além de responder pela contabilidade do MME, essa Coordenação também é responsável pelo acompanhamento da contabilidade das Unidades Vinculadas.

No exercício de 2008, tendo em vista as alterações na legislação aplicável a convênios, com a publicação do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 127, de 29 de maio de 2008 (criação do Portal dos Convênios), a CGOF apresentou uma nova proposta de criação de uma “unidade de gestão de convênios”, no âmbito do MME, por meio da Nota nº 072/CGF/2008, de 26 de novembro de 2008 (Processo nº 48000.002383/08-42).

A proposta é para que seja criada uma unidade específica para as atividades relacionadas a convênios, fora da estrutura da CGOF, que ficará apenas com as competências relacionadas às atividades típicas de órgão setorial dos sistemas federais de Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade.

Essa nova unidade deverá ter suas atribuições ampliadas para além da análise financeira da prestação de contas de convênios, dando maior ênfase ao papel de subsidiar, por meio de relatórios gerenciais, a tomada de decisão por parte da Secretaria-Executiva, com relação à definição de diretrizes e à alocação de recursos para a celebração dos convênios sob responsabilidade das Secretarias e podendo funcionar efetivamente como uma “consultoria de convênios”.

As atribuições dessa “unidade de gestão de convênios” deverão ser as seguintes:

- I - prestar orientação às áreas-fim do Ministério quanto às normas para celebração, execução e prestação de contas de convênios;
- II - elaborar relatórios gerenciais sobre a execução dos convênios, para subsidiar o acompanhamento e a tomada de decisão por parte do Secretário-Executivo;
- III - providenciar: a) a publicação dos convênios e seus aditivos no Diário Oficial da União; b) a divulgação dos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas dos convênios em sítio eletrônico específico denominado Portal dos Convênios; e c) a notificação à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do conveniente sobre a celebração de convênios e a liberação dos recursos transferidos;
- IV - acompanhar a execução financeira dos convênios, informando quaisquer irregularidades observadas; e
- V - analisar as prestações de contas dos convênios e emitir parecer quanto à regularidade da utilização dos recursos financeiros transferidos.

Para tanto, será necessária a edição de uma Portaria da Secretaria-Executiva, estabelecendo que as atividades (intituladas conjuntamente como “atividade de gestão de convênios”), ficam subordinadas diretamente ao Secretário-Executivo Adjunto. Em seguida será necessária a edição de outra Portaria da Secretaria-Executiva, delegando competência a um determinado servidor para coordenar e supervisionar essas atividades.

Além disso, posteriormente, deverá ser editada uma Portaria para substituir ou complementar a Portaria SE/MME nº 375, de 16 de dezembro de 2004, definindo as novas orientações e procedimentos para celebração, execução e prestação de contas de convênios, em consonância com a nova legislação.

Com isso, a Coordenação de Contabilidade da CGOF poderá se dedicar exclusivamente às atribuições típicas de um órgão setorial do Sistema Federal de Contabilidade. Dessa forma, certamente, tanto as atividades relacionadas a convênios quanto as atividades relacionadas à Contabilidade serão desempenhadas de maneira mais satisfatória.

RELATÓRIO 190364 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

Item 1.1.1.1 – Comentário Recomendação: Que envide esforços junto à Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia, no sentido de que a mesma continue providenciando as ações necessárias à realização de concurso público, o mais breve possível, de forma a reduzir a carência de servidores ativos permanentes em seu quadro, bem como resguardar a continuidade de suas políticas públicas.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – Concurso Público realizado em 2008 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com destinação de cargos técnicos para o MME - Analista de Infraestrutura especializados em várias áreas do ramo da Engenharia.

Item 1.1.3.1 – Item 5.1.2.1 constante do Relatório nº 154097, referente à Auditoria de Acompanhamento da Gestão de 2004.

Recomendação: Em que pesem as medidas adotadas pela Unidade no sentido de regularizar o assunto, recomendamos que continue envidando esforços a fim de promover o ressarcimento dos valores devidos pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – aberto processo específico e encaminhado em 2008 à PFN para inscrição do débito da FHGDF em dívida ativa.

Item 1.2.1.1 – Servidor aposentado com proventos proporcionais recebendo a rubrica 00356 – Art. 184, inciso II da Lei nº 1.711/52, vantagem devida a servidor aposentado com proventos integrais (item 5.2.1.2 constante do Relatório nº 154097, referente à Auditoria de Acompanhamento da Gestão de 2004).

Recomendação: Considerando que o assunto já vem sendo acompanhado na seara jurídica da União, recomendamos à Unidade que envide esforços no sentido de acompanhar o caso em referência, de modo a apresentar a esta Controladoria posicionamento atualizado sobre o assunto quando da realização da próxima Auditoria de Gestão.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA) – o processo está em tramitação judicial (Proferido o acórdão, estamos aguardando pronunciamento da AGU).

RECOMENDAÇÃO GERAL: Que a Unidade continue envidando esforços no sentido de atender as recomendações constantes do Relatório de Avaliação da Gestão 2006 e regularizar as situações nele descritas.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Todas as recomendações acima foram observadas e acatadas pelas unidades competentes da SPOA/SE conforme constatado pela equipe de auditoria na última inspeção.

RELATÓRIO 208727 – COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

DESCRIÇÃO:

Item 1.1.1.1 – constatação (008) – Infra-estrutura de rede de dados com riscos de segurança.

Recomendação 001: Recomendamos à CGTI que realize gestões junto aos setores responsáveis do MME, visando:

- a) a realização de processos licitatórios para a implantação de um sistema de detecção e alarme e combate a incêndio nos “armários de telecomunicações” e na “sala de equipamentos”;
- b) a realização de processos licitatórios para implantação de um sistema de controle e acesso aos “armários de telecomunicação” e na “sala de equipamentos”;
- c) a realização de estudo sobre a permanência do “No-break”, com seu “bastidor de baterias” e o “quadro de disjuntores” no mesmo ambiente da “sala de equipamentos”;
- d) agilização do processo licitatório para a aquisição de grupo gerador;
- e) melhorar o sistema de refrigeração da sala de equipamentos, com a utilização de equipamentos de maior rendimento térmico e adequados para o funcionamento 24h por 7 dias, e com baixa manutenção.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÕES ACATADAS) – instalado ambiente de alta disponibilidade (sala cofre) com todos os recursos acima requisitados e necessários para manter boa refrigeração, controle de acesso de pessoas, dispositivo de alarme etc, no intuito de proteger os investimentos feitos pelo MME na área de informática. Também já foi instalado o novo grupo gerador de energia, de modo que foi saneado todas as impropriedades indicadas nesse quesito pelo grupo auditor.

Item 2.1.1.1 – constatação (010) – Fragilidades na gestão de desenvolvimento de sistemas devido a carência de servidores efetivos na área de Tecnologia da Informação.

Recomendação 001: Em face das impropriedades detectadas e considerando o restrito campo de novas atuações atualmente disponíveis aos gestores, recomendamos que empreenda gestões junto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de:

- a) viabilizar a seleção e contratação de profissionais da carreira de Tecnologia da Informação, a exemplo do que vem sendo realizado por outros órgãos da Administração Direta, inclusive esta Controladoria-Geral da União.
- b) promover alteração na legislação vigente, em particular no que tange ao Decreto nº 4.050/2001, de forma a possibilitar a requisição de pessoal qualificado e outros órgãos/entidades da Administração Pública em cargos inferiores ao DAS de nível 4, de forma a recompor os

quadros especialistas do Ministério até a contratação de servidores efetivos na área de Tecnologia da Informação.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÕES ACATADAS) – a criação da carreira de TI é proposta que tem sido reiterada sempre ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por ocasião das reuniões do Fórum/SPOA, visto que esse pleito virá atender não só o MME, mas também os demais órgãos da Administração Direta; no entanto, a questão em foco não depende de gestão específica do MME, pois a competência para tratar de matérias relacionadas ao pessoal civil no âmbito da administração federal direta, das autarquias e das fundações públicas é do Órgão Central do SIPEC (SRH/MP).

Item 3.1.1.1 – constatação (009) – Falta de detalhamento do serviço que foi executado, falta de detalhamento do cálculo dos Pontos de Função e aplicação indiscriminada do “Fator de Ajuste” em todos os sistemas desenvolvidos.

Recomendação 001:

- a) que sejam inseridas, nos processos de pagamento, as planilhas de memória de cálculo de pontos de função dos serviços desenvolvidos;
- b) que para os próximos processos licitatórios sejam desenvolvidos termos de referência buscando separar por itens de serviço e que para cada tipo de serviço seja na melhor medida do possível, indicado os artefatos a serem produzidos; e
- c) que seja realizada avaliação dos “Fatores de Ajuste”, de forma a adequar estes fatores a realidade de cada sistema, inclusive aos sistemas já desenvolvidos e que seja realizado glosa dos valores pagãos à Squadra em excesso.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÕES ACATADAS) - os fiscais de contrato foram instados a cumprir essa recomendação em qualquer contrato de desenvolvimento de software baseado na metodologia de ponto de função. Foi feito recálculo dos pontos de função pagos à empresa Squadra, bem como a glosa correspondente ao valor pago incorretamente.

RELATÓRIO 208730 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL

DESCRIÇÃO:

Item 1.1.1.1 – constatação (011) – Concessão de diárias ocorridas em finais de semana ou feriado sem as devidas justificativas.

Recomendação 001: Faça-se cumprir as determinações contidas nos dispositivos legais que regem a matéria, ou seja, as determinações constantes no Decreto nº 5.992, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA)

Item 1.1.1.2 – constatação (012) – Recolhimento de diárias recebidas a mais com prazo superior a 5 dias.

Recomendação 001: Que seja realizado pela Secretaria, um efetivo acompanhamento do cumprimento dos prazos estabelecidos nos instrumentos que regulam e regem a matéria, assim como, orientação adequada aos servidores sobre o assunto.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA)

RELATÓRIO 208731 – COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

DESCRIÇÃO:

Item 1.1.1.2 – constatação (013) – Fragilidade no cadastramento dos servidores da Unidade.

Recomendação 001: Manter os registros devidamente atualizados.

Providências Adotadas: (RECOMENDAÇÃO ACATADA)

Item 2.1.2.1 – constatação (002) – Atendimento parcial das recomendações da CGU (Relatório nº 190364 – Coord. Geral de Recursos Humanos – CGRH, referente a Avaliação da Gestão de 2006, a Unidade providenciou a regularidade das constatações nele registradas, salvo os itens abaixo relacionados, que por sua vez, encontram-se ainda pendentes de regularização:

a) **Item 1.1.1.1:**

Recomendação: Que envide esforços junto à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, no sentido de que a mesma continue providenciando as ações necessárias à realização de concurso público, o mais breve possível, de forma a reduzir a carência de servidores ativos permanentes em seu quadro, bem como resguardar a continuidade de suas políticas públicas.

b) Item 1.1.3.1 – Item 5.1.2.1 – constantes do Relatório nº 154097, referente à Auditoria de Acompanhamento da Gestão de 2004.

Recomendação: Em que pesem as medidas adotadas pela Unidade no sentido de regularizar o assunto, recomendamos que continue envidando esforços a fim de promover o ressarcimento dos valores devidos pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

c) Item 1.2.1.1 – Servidor aposentado com proventos proporcionais recebendo a rubrica 00356 – Art. 184, inciso II da Lei nº 1.711/52, vantagem devida a servidor aposentado com proventos integrais. (Item 5.2.1.2 constante do Relatório nº 154097, referente à Auditoria de Acompanhamento da Gestão de 2004.

Recomendação: Considerando que o assunto já vem sendo acompanhado na seara jurídica da União recomendamos à Unidade que envide esforços no sentido de acompanhar o caso em referência, de modo a apresentar a esta Controladoria posicionamento atualizado sobre o assunto quando da realização da próxima Auditoria de Gestão.

d) Item 1.2.1.2 – Pagamento da rubrica 356 – Dif. Prov. art. 192, Inc. II da Lei 8.112/90, na sequência 2. (Item 2.2.1.3, subitem 5 do Relatório de Auditoria nº 161613/2004).

Recomendação: Que acompanhe as providências a serem tomadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão pertinentes à criação da referida rubrica, de forma a informar esta controladoria quando da realização dos próximos trabalhos de Auditoria de Gestão.

Recomendação 001: Que envide esforços no sentido de regularizar os fatos acima apontados.

RECOMENDAÇÃO GERAL: Que envide esforços no sentido de regularizar os fatos acima apontados.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: (RECOMENDAÇÕES ACATADAS)

RELATÓRIO 208731 – COORDENAÇÃO-GERAL DE COMPRAS E CONTRATOS - CGCC

DESCRIÇÃO:

Item 1.1.1.1 – constatação 011 – Contratações não formalizadas por meio de termo de contrato.

RECOMENDAÇÃO 001: Abster-se de realizar contratações sem a devida formalização contratual nos casos vetados na lei nº 8.666/93 e nas orientações básicas do Tribunal de Contas da União para Licitações e contratos. O Contrato é um instrumento que possibilita a administração das garantias básicas tanto na execução quanto na qualidade do objeto contratado.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: (RECOMENDAÇÃO ACATADA)

13.Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU

13.1. SECRETARIA EXECUTIVA – SE

Projeto ESTAL e PNUD BRA 01/39 e PNUD BRA 99/01: As recomendações do TCU estão contidas no corpo do Relatório, disposto às páginas 114.

13.2. SECRETARIA DE ENERGIA ELÉTRICA – SEE

▪ Acórdão no 1103/2008 – TCU – Plenário, proferido na Sessão Extraordinária de 11 de junho de 2008, referente ao TC 014.698/2002-7

✓ Determinação para que o MME, no prazo de 60 (sessenta) dias informasse a respeito das providências adotadas para a redefinição dos critérios para o enquadramento de consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, de acordo com a recomendação constante no subitem 9.1.3 do Acórdão 344/2003-Plenário.

Através do Aviso nº 180/2008/GM-MME, de 18 de agosto de 2008, o MME encaminhou ao TCU a Nota Técnica/DGSE/SEE nº 022, de 12 de agosto de 2008, cumprindo a determinação (item 9.1 do Acórdão citado).

✓ Monitoramento da Auditoria (Ofício nº 478/2008-TCU/SEFID).

Diligência atendida através do Ofício nº 2552/2008/SE-MME, de 18 de dezembro de 2008, que encaminhou a Nota Técnica DGSE/SEE Nº 033, de 11 de dezembro de 2008.

▪ **O Acórdão nº 598/2003 – TCU – Plenário recomenda e determina a revitalização do Programa de Desenvolvimento de Estados e Municípios – PRODEEM.**

Informamos que no período de 2008 a execução do Plano de Revitalização e Capacitação - PRC do PRODEEM apresentou uma evolução, notadamente na execução dos trabalhos de campo pelas empresas federais.

Em 2008 foram inspecionados em campo, por amostragem, 20% dos sistemas de energia solar fotovoltaica revitalizados.

A questão relativa à transferência dos sistemas foi amplamente discutida e se encontra em fase final de análise pelos técnicos Consultoria Jurídica do MME. Em razão da complexidade do tema, fez-se necessário discutir, exaustivamente, todas as possibilidades abordando a questão legal e a processual das transferências.

Com relação ao Sistema Gerencial do PRODEEM – SGP foram cadastrados 2102 sistemas ao longo de 2008, o que representou um acréscimo de 162% no total de sistemas cadastrados. A inclusão de registro, usando como chave o tombamento patrimonial dos sistemas, vem ocorrendo sistematicamente pelas empresas conveniadas.

13.3. SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS - SPG

No âmbito da SPG, informa-se que não foram financiados projetos ou programas com recursos externos.

13.4. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - SPE

Não houve ocorrência nesse período.

13.5. SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERA - SGM

Não houve ocorrência nesse período.

13.6. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SPOA

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
<p>Of. nº 006/2008-TCU/SECEX-1, de 25/01/2008 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo)</p> <p>(Processo nº TC.026.170/2006-4)</p>	<p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 37/2008/TCU-Plenário, sobre convênio da GEAP – Fundação de Seguridade Social, para conhecimento e requisita informações sobre pesquisas de preços, cópias de instrumentos jurídicos celebrados e outros – prazo de resposta 15 dias.</p>	<p>- Cientes em 31/01/08;</p> <p>- Encaminhado cópia à CGRH (Drª Ana Soares), em 01/02/2008, para articular resposta com Dr. Mauro da CONJUR;</p> <p>- Encaminhado, de ordem, Ofício nº 17/SPOA/SE-MME em resposta ao TCU, em 12/02/2008, com cópia da documentação requisitada.</p>
<p>Of. nº 0113/2008-TCU/SECEX-AL, de 13/03/2008 (dirigido ao SPOA)</p> <p>(Processo nº TC.004.698/1999-1)</p>	<p>- Encaminha cópia do Processo TC.004.698/1999-1 e apensos (TC 009.765/2002-0, 010.803/2002-6, 010.804/2002-3 e 010.805/2002-0), atendendo solicitação contida no Ofício nº 0027/SPOA/SE-MME, de 05/03/08.</p>	<p>- Ciente em 13/03/2008.</p>
<p>Of. nº 1.213/2008-TCU/SECEX-1, de 27/03/2008 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo)</p> <p>(Processo nº TC.005.740/2008-2)</p>	<p>- Trata-se de diligência para saneamento do processo de representação decorrente do Contrato nº 68/2005-MME (Pregão Elet. nº 35/05 – locação de máquinas impressoras) – prazo de resposta 15 dias.</p>	<p>- Encaminhado Memº nº 40/SPOA/SE-MME ao Sr. Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, em 08/04/2008, com informações e cópia de documentos para subsidiar resposta da SE ao TCU.</p>
<p>Of. nº 1.324/2008-TCU/SECEX-1ª, de 16/04/08 (dirigido ao SPOA)</p> <p>(Processo nº TC.006.952/2008-9)</p>	<p>- Solicita glosa mensal, até apreciação definitiva, da diferença entre o valor mensal proposto pela empresa 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda – R\$ 698.500,00 (Contrato nº 7/2008), e o valor mensal ofertado pela empresa DF Extintores Cursos e Sistemas Contra Incêndio Ltda – R\$ 595.000,00;</p> <p>superior em R\$ 103.00,00 - prazo de resposta 15 dias.</p>	<p>Encaminhado Memº nº 56/SPOASE-MME à CGCC, em 23/04/08, determinando glosa da fatura nº 1.593/08, decorrente do Contrato nº 007/08-MME, celebrado com a empresa 5 Estrelas, no valor de R\$ 8.625,19 e R\$ 11,18;</p> <p>- Encaminhado Ofício nº 50/SPOA/SE-MME à empresa 5 Estrelas Sistemas Ltda, em 23/04/08, comunicando sobre as glosas mensais no contrato nº 007/08-MME, requeridas pelo TCU, até apreciação definitiva da matéria por aquela Corte;</p>

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Cont.)

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
	<p>- Determina, também, oitiva do SPOA sobre o Pregão Elet. nº 3/08, e sobre a contratação da empresa 5 Estrelas Sistemas Ltda por preço</p>	<p>- Encaminhado Ofício nº 52/SPOA/SE-MME ao TCU-SECEX 1, em 23/04/08, informando sobre as glosas feitas nas faturas decorrentes do Contrato nº 07/08-MME</p>
<p>Of. nº 1.326/2008 - TCU/SECEX-1ª, de 16/04/08 (dirigido ao SPOA)</p> <p>(Processo nº TC. 006.952/2008-9)</p>	<p>-Trata-se de audiência do SPOA, determinada pelo Min. Benjamin Zymler, em função de representação da empresa Santa Helena Urbanização e Obras Ltda versando sobre irregularidades no Pregão Elet. nº 03/2008-MME (serviços de brigadistas) – prazo de resposta 15 dias:</p> <p>a) violação do caráter competitivo (exigências habilitatórias descabidas);</p> <p>b) inabilitação de empresas devido ao atestado de capacidade técnica - quantitativo;</p> <p>c) contratação da empresa 5 Estrelas Sistema de Segurança Ltda por preço superior.</p>	<p>- Recebido resposta da CGCC – Memº nº 36/CGCC/SPOA/SE-MME, em 21/05/2008, com informações sobre as glosas requeridas pelo Memº nº 56/SPOA/SE-MME, bem como Nota Técnica com as razões de justificativas sobre a condução do Pregão nº 03/2008 e documentação comprobatória (subscrita pela pregoeira SIMONE MARCIA BORGES);</p> <p>- Encaminhado Ofício nº 61/SPOA/SE-MME ao TCU, em 05/05/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta;</p> <p>- Encaminhado Ofício nº 77/SPOA/SE-MME ao TCU, em 21/05/08, com cópia da Nota Técnica emitida pela CGCC e documentação comprobatória.</p>
<p>Of. nº 1.428/2008– TCU/SECEX-1, de 07/05/08 (dirigido ao SPOA)</p> <p>(Processo nº TC. 006.952/2008-9)</p>	<p>- Resposta ao Ofício nº 61/SPOA/SE-MME, de 05/05/08, concedendo prorrogação do prazo de resposta da diligência constante do Ofício nº 1.326/2008=TCU-1 SECEX.</p>	<p>- Ciente em 07/05/2008.</p>

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Cont.)

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
<p>Relatório de Levantamento (Fiscalis nº 268/2007, de 13/05/2008-SEFTI/DATI-TCU)</p> <p>(Processo nº TC 008.380/2007-1)</p>	<p>- Apresenta relatório com levantamento de auditoria em decorrência do Acórdão nº 435/2007/TCU-Plenário – sobre governança de tecnologia da informação na Administração Pública Federal.</p>	<p>- Ciente em maio/2007.</p>
<p>Of. nº 1.641/2008-TCU/SECEX 1, de 14/07/08 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo)</p> <p>(Processo nº TC.005.740/2008-2)</p>	<p>- Trata-se de diligência para saneamento do processo de representação de supostas irregularidades sobre o Pregão Elet. nº 35/2005-MME (Contrato nº 68/2005-MME) – locação de máquinas impressoras.</p> <p>- Requisita informação sobre a quantidade mensal de cópias e impressões extraídas no segundo semestre de 2006 pelas impressoras objeto de locação por meio dos Contratos nº 068/05-MME (Hora H) e 033/2006-MME (CTIS) – prazo de resposta 8 dias.</p>	<p>-Encaminhado Ofício da SE-MME ao TCU, em 25/07/2008, solicitando prorrogação do prazo de resposta;</p> <p>- Encaminhado Memº nº 94/SPOA/SE-MME ao Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, em 30/07/08, com as informações e documentação requisitada, para subsidiar resposta da SE ao TCU.</p>
<p>Of. nº 1.653/2008 – TCU/SECEX 1, de 29/07/08 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo)</p> <p>TC.005.740/2008-2</p>	<p>- Resposta ao Ofício da SE, de 25/07/08, concedendo prorrogação do prazo de resposta da diligência constante do Ofício nº 1.641/2008-TCU-1 SECEX</p>	<p>- Ciente em 29/07/2008.</p>
<p>Memorando nº 565/2008-GM, de 07/08/2008, do Assessor Especial de Controle Interno/MME (dirigido ao SPOA)</p>	<p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 1.276/2008-TCU/Plenário, para conhecimento, que trata da execução de despesas com suprimento de fundos e sobre a concessão e utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal.</p>	<p>-.Ciente em 07/08/2008.</p> <p>- Encaminhado Memº nº 106/SPOA/SE-MME à CGRL, em 08/08/2008, para observância às recomendações exarada pelo TCU.</p>

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Cont.)

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
<p>Aviso nº 1.025-Seses-TCU/Plenário, de 13/08/08 (dirigido ao Sr. Ministro)</p> <p>Memº-Circular nº 624/2008-GM/MME, de 21/08/08, do Assessor Especial de Controle Interno/MME (dirigido ao SPOA)</p>	<p>- Encaminha Acórdão nº 1.603/2008-TCU/Plenário, sobre levantamento de auditoria da Situação da Governança de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal</p>	<p>- Ciente em 21/08/2008 e repassado cópia à CGTI para conhecimento e observância no que pertine à área de TI deste Ministério.</p>
<p>Of. nº 265/2008 – TCU/SECEX 1, de 21/08/08 (dirigido ao SPOA)</p> <p>(Processo nº TC.006.952/2008-9)</p>	<p>- Encaminha Acórdão nº 1.731/2008-TCU/Plenário (respectivo relatório e voto), para conhecimento e adoção de medidas propostas no subitem 9.3, em face da representação formulada pela empresa Santa Helena Urbanização e Obras Ltda:</p> <p>9.3) Determina que a SPOA:</p> <p>9.3.1) promova os devidos acertos com a contratada no Pregão nº 03/2008-MME, com relação aos descontos anteriormente feitos por medida cautelar daquela Corte;</p> <p>9.3.2) em futuras licitações de prestação de serviços de bombeiro particular:</p> <p>a) forneça justificativas técnicas adequadas para estabelecer número mínimo de postos de experiência anterior na capacitação técnico-operacional;</p>	<p>- Ciente em 21/08/2008 e encaminhado cópia à CGCC para as providências cabíveis com relação ao acerto financeiro com a empresa contratada – 5 Estrelas Sistemas Ltda, e observância às recomendações feitas pelo TCU.</p>

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Cont.)

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
	<p>b) abstenha-se de exigir apresentação de declaração, por empresa de formação de brigadistas, de que a licitante vem reciclando seu pessoal, bastando certificado de formação de bombeiro particular emitido por empresa credenciada junto ao Corpo de Bombeiros Militar;</p> <p>c) abstenha-se de prever, como exigência de habilitação, requisitos que não estejam previstos nos arts. de 28 a 31 da Lei nº 8.666/93; e</p> <p>d) estabeleça que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante.</p>	
<p>Memorando nº 631/2008-GM, de 26/08/2008, do Assessor Especial de Controle Interno/MME (dirigido ao SPOA)</p>	<p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 1.753/2008-TCU/Plenário, para conhecimento, que trata da Terceirização na Administração Pública Federal – serviços de vigilância e limpeza e conservação.</p>	<p>- Ciente em 26/08/2008 e encaminhado cópia à CGCC para conhecimento e observância às recomendações feitas pelo TCU.</p>
<p>Of. nº 284/2008 – TCU/SECEX 1, de 16/09/08 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo) (Processo nº TC.015.660/2006-7)</p>	<p>- Solicita encaminhamento dos seguintes esclarecimentos, para subsidiar o saneamento do processo de Tomada de Contas da Secretaria Executiva do MME – exercício de 2005 – prazo de resposta 15 dias:</p> <p>a) informar a respeito da conclusão da OS 13939 (Sistema de Apoio à Decisão – Contrato nº 017/03-MME/CPqD);</p>	<p>- Encaminhado Memorando nº 127/SPOA/SE-MME, à Secretaria Executiva, em 23/09/2008, com esclarecimentos e documentação comprobatória acerca do item “a”</p>

SPOA - Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União – TCU (Cont.)

DOCUMENTO	ASSUNTO/RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS/SPOA
	<p>b) fornecer a documentação atinente à questão tratada no subitem 3.2.14.1 do Relatório de Auditoria nº 175.829 (Projeto PNUD BRA/99/011);</p> <p>c) encaminhar cópias dos processos referentes aos contratos 2004/002560 , 2004/002403 e 2004/002483, considerando irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 175.829 (Projeto PNUD BRA/00/011).</p>	
<p>Of. nº 1.821/2008 – TCU/SECEX 1, de 13/10/08 (dirigido ao Sr. Secretário Executivo)</p> <p>(Processo nº TC.019.239/2007-8)</p>	<p>- Apresenta Analista de Controle Externo – Alexandre Ballesterro da Silva, para realizar inspeção na SECEX/MME, para saneamento do Proc. TC 19.239/2007-8.</p>	<p>- As solicitações para disponibilidade de sala, dos processos requisitados, de cópia de documentos e esclarecimentos diversos foram todas atendidas no decorrer da inspeção que durou uma semana.</p>
<p>Aviso n 1.296/GP/TCU, de 16/12/2008</p> <p>(Processo nº TC-005.740/2008-2)</p>	<p>- Encaminha cópia do Acórdão nº 5.115/2008 para conhecimento do Ministro/MME, que trata da Representação formulada pela</p>	<p>- Ciente em 29/12/2008 por meio do Memo nº 961/2008-GM, expedido pelo AECI/MME.</p>

14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

14.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
(*) Admissão	49	49
Desligamento	09	09
Aposentadoria	03	03
Pensão	28	28

(*) Analistas de Infraestrutura
Fonte: SPOA/MME

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrência no período.

16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

16.1. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO – SPOA

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA	QTDE	DESPEZA
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	266	10.254.316,25	254	12.228.737,25	288	13.025.118,50
(*) Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	44	904.701,50
Total Pessoal Próprio	266	10.254.316,25	254	12.228.737,25	332	13.929.820,00

(*) Retorno dos anistiados da extinta CAEEB
Fonte: SPOA/MME

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	138	6.091.130,25	153	8.817.890,25	160	9.181.210,38

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	26	2.206.738,89	19	1.933.744,35	13	1.798.166,03

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	50	1.034.824,66	50	1.124.974,86	52	1016374,91
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	98	1.612.812,52	108	3.411.723,82	131	3.597.988,99
Estagiários	50	183.328,06	51	162.552,96	51	170.463,71
Total Pessoal Terc. + Estagiário	198	2.830.965,24	209	4.699.251,64	234	4.784.827,61

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	53	2.236.133,37	46	2.834.341,50	50	3.095.230,25
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	32	1.525.789,50	33	1.722.595,50	36	1.805.134,50
Total do Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	85	3.761.922,87	79	4.556.937,00	86	4.900.364,75

DESCRIÇÃO:	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	-	-	-	-	1	38.747,37
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	99	3.023.213,62	98	3.318.684,87	99	3.221.471,64
Total do Pessoal Cedido pela Unidade	99	3.023.213,62	98	3.318.684,87	100	3.260.219,01

DESCRIÇÃO:	2008	
	QTDE	DESPESA
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	196	9.936.187,05
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	395	19.872.374,11
Total Geral	591	29.808.561,16

17. Outras Informações Consideradas Pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão

Não houve ocorrência no período.

18. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins

Não houve ocorrência no período.

ANEXO

ANEXO I

Síntese das Principais Realizações de 2008, do âmbito do MME

Abaixo, apresenta-se uma síntese mais abrangente do realizado em 2008 sob a supervisão do MME. (parte do texto da Mensagem Presidencial, lida na abertura da Sessão Legislativa de 2009).

Ao longo dos Relatórios das diversas Secretarias, os mesmos temas estão descritos, sob forma de Programas/Ações e seus respectivos desempenhos em 2008.

Energia Elétrica

Em 2008, dentre as obras estratégicas para o suprimento da oferta de energia elétrica, no médio prazo, destaca-se a celebração, dos contratos de concessão para a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, que representarão juntas um acréscimo de 6.450 MW na capacidade de geração do sistema elétrico e garantirão o fornecimento de energia a partir de 2012.

Geração e Transmissão

A capacidade de geração de energia elétrica atingiu, em 2008, 110.423 MW, incluídos 8.170 MW referentes à importação. A entrada em operação da UHE Castro Alves (RS), com 129 MW, da Usina Termoelétrica (UTE) Jesus S. Pereira (Vale do Açu/RN), com 367,9 MW, e das usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), com 592,05 MW, estão entre as obras que contribuíram para esse resultado. Em agosto do referido ano, iniciou-se a construção da UHE Santo Antônio de 3.150 MW, no Rio Madeira em Rondônia, cuja entrada em operação acontecerá até maio de 2012. Em novembro foi emitida a licença de instalação parcial da UHE Jirau de 3.300 MW, a ser também implantada no Rio Madeira, com início previsto de operação em janeiro de 2013.

Em 12 de agosto de 2008, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) autorizou a realização das obras de regularização em concreto da área de construção para a Usina de Angra III. As condicionantes impostas pelo IBAMA foram respondidas e entregues, pela Eletronuclear, em novembro de 2008. Aguarda-se a emissão da licença de instalação definitiva para março de 2009.

O sistema de transporte de energia elétrica alcançou, em 2008, a extensão de 90.672 km, dos quais 1.766 km são referentes aos sistemas isolados, e foram energizados 3.438 km de linhas de transmissão (LTs), sendo que, entre 2003 e 2008, foram construídos 18.165 km. Os resultados obtidos foram a maior integração dos subsistemas elétricos, a ampliação da capacidade de transferência de energia elétrica entre as Regiões, com aproveitamento da diversidade hidrológica do País, e a garantia das condições necessárias para o suprimento de eletricidade com a qualidade e a confiabilidade requeridas pela sociedade.

Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Ocorreram no ano de 2008 o leilão da UHE Jirau, no Rio Madeira (RO) dois leilões de compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração (A-3 e A-5); e o leilão de energia de reserva, que totalizaram 6.131,71 MW médios de energia contratada e 13.019,36 MW de potência instalada. A mencionada UHE de Jirau foi leiloada em maio, sendo contratados 1.382,71 MW médios para suprimento ao mercado cativo (regulado), ficando 592,59 MW médios para o mercado livre, equivalentes a 30% da energia assegurada.

O 1º Leilão de Compra de Energia de Reserva, realizado em agosto, contratou 548 MW médios de energia elétrica provenientes de 31 empreendimentos de geração a partir de biomassa, proporcionando o aumento da participação dessa fonte na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis. Esses empreendimentos adicionarão 2.369,40 MW de potência instalada ao Sistema Integrado Nacional - SIN e demandarão investimentos de R\$ 4,6 bilhões.

O leilão A-3, para contratação de energia elétrica com início de suprimento a partir de 2011, realizado em setembro, resultou na contratação de 1.076 MW médios, provenientes de 10 empreendimentos de geração que acrescentarão 1.935,39 MW ao SIN e importarão investimentos de R\$ 3,5 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (75,4%) e gás natural (24,6%), dos quais 91% encontram-se no sub-mercado Nordeste e 9% no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste.

No 7º Leilão A-5, realizado também em setembro, foram contratados 3.125 MW médios gerados a partir da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguazu/PR (121 MW médios) e de 23 empreendimentos de geração termelétrica (3.004 MW médios), que acrescentarão 5.414,56 MW ao SIN com investimentos previstos de R\$ 11,3 bilhões. Os empreendimentos contratados têm como fonte primária óleo combustível (64%), gás natural (22%), carvão mineral importado (9%), hidráulica (4%) e biomassa (1%), dos quais 15 estão no sub-mercado Nordeste, 08 (oito) no Sudeste/Centro-Oeste e 1 no Sul, com início de suprimento para 2013. As concessões e autorizações de geração, resultantes dos leilões de energia elétrica, realizados em 2008, que não foram efetivadas, serão outorgadas em 2009.

O leilão de transmissão, realizado em junho, contratou 3.000 km de linhas de transmissão e 20 subestações, dentre as quais a interligação Tucuruí-Manaus-Macapá e reforços da Rede Básica nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Essas instalações de transmissão têm previsão de início de operação para 2012, quando 99,9% do sistema elétrico brasileiro estarão interligados e propiciará uma significativa redução no consumo de combustíveis fósseis na região Norte e do custo da geração de energia elétrica. São estimados investimentos de R\$ 2,86 bilhões. Já no 2º leilão de transmissão, realizado em outubro, foram contratados 275 km de linhas de transmissão e 7 subestações, para atender à ampliação da Rede Básica do SIN nos Estados do Piauí, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, com investimentos estimados em R\$ 589 milhões.

O leilão de transmissão, realizado em novembro, licitou 2.044 km de linhas e 09 (nove) subestações para ampliações da Rede Básica no Estado de Mato Grosso do Sul e Goiás e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e das Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), que permitirão a comercialização dos excedentes de energia elétrica, produzidos a partir de biomassa de

cana-de-açúcar. Estes sistemas de transmissão têm início de operação previsto para julho de 2010. O investimento total previsto de R\$ 969 milhões irá gerar, durante a construção, cerca de 9.500 empregos. As outorgas serão concedidas no primeiro semestre de 2009. Em outro leilão, realizado também em novembro, foi licitado o sistema de transmissão para interligar as Usinas de Santo Antônio e Jirau ao SIN, compreendendo 5.446,60 km de linhas de transmissão e 7 Subestações, com entrada em operação para 2013, cujas concessões serão outorgadas no primeiro semestre de 2009. São estimados investimentos de R\$ 7,2 bilhões para esse empreendimento.

Assim, nos 04 (quatro) leilões realizados no ano de 2008 foram licitados 13.626 km de linhas de transmissão e 85 novas subestações ao SIN, com investimentos de R\$ 11,53 bilhões e geração de 59.600 empregos. Foram concedidas 18 novas outorgas de transmissão de energia elétrica que totalizaram 4.930 km de linhas de transmissão e 23 novas subestações.

Licenciamento ambiental dos projetos do setor elétrico

No âmbito do PAC, em 2008, na área de geração e transmissão de energia elétrica, considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas licenças ambientais para 07 (sete) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 08 (oito) Usinas Hidrelétricas (UHEs), 21 Linhas de Transmissão - LT, 79 Usinas Termelétricas (UTES) e 07 (sete) autorizações de acesso à terra indígena para estudo de inventário e viabilidade de bacias hidrográficas. Dentre os empreendimentos licenciados, destacam-se o início da construção das mencionadas UHE de Santo Antônio e a Licença de Instalação (LI) parcial para ensecadeira da UHE Jirau, antecipando em 06 (seis) meses a previsão de geração de energia.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa:

Criado pela Lei 10.438/02, o Proinfa é um programa de viabilização de fontes alternativas de geração de energia elétrica (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa), para contratação, etapa, de 3.300 MW, em partes iguais para cada tipo de fonte.

O Governo tem se pautado por iniciativas e ações que ampliem a participação das fontes renováveis na matriz energética, com ênfase na eficiência energética, considerada a fonte mais limpa e mais barata. Nesse contexto, o Proinfa, com investimentos privados da ordem de R\$ 11 bilhões, tem como objetivos estratégicos a diversificação da matriz energética, a redução das emissões de gases de efeito estufa e a promoção da complementaridade das fontes eólicas e de biomassa com as hidrelétricas. A meta final é a instalação de 3.300 MW, quando estiverem concluídos os 144 empreendimentos que o integram. Até 30 de dezembro de 2008, 70 usinas estão em operação, que correspondem a 1.593,23 MW.

Petróleo e Gás

A exploração de petróleo e gás natural proporcionou novos horizontes ao País, em decorrência da grande potencialidade do aproveitamento de nossos recursos petrolíferos. A partir do final do ano de 2007 e durante todo o ano de 2008, foram anunciadas descobertas na nova província exploratória denominada de Pré-sal. Para ilustrar sua dimensão, vale mencionar que apenas as descobertas, com

volumes recuperáveis estimados, de Tupi (05 a 08 bilhões de barris de óleo equivalente – boe), Iara (3 a 4 bilhões de boe) e Jubarte (1,5 a 2 bilhões de boe) totalizaram entre 9,5 e 14 bilhões de boe. Isso equivale às reservas provadas brasileiras, em 2007, que foram de 14,8 bilhões de boe. As reservas provadas de gás natural, contabilizadas em 2008, atingiram 365 bilhões de m³.

Em relação à produção de petróleo e gás, no final de 2007 e durante 2008, as plataformas Juscelino Kubitschek-JK, P-52, P-54 e P-53 entraram em operação. Dentre essas, destaca-se a plataforma JK, a primeira unidade a produzir na seqüência do Pré-sal, no campo de Jubarte. Como resultado da entrada em operação dessas plataformas a produção brasileira atingiu a média de 1,9 milhões de barris por dia de petróleo, cerca de 4% superior à produção de petróleo no mesmo período de 2007.

Em relação à produção e à oferta de gás, destacam-se as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS) na região sudeste do País, com o início da operação da fase II do campo de Peroá e o aproveitamento do gás produzido nas plataformas P-52 e P-54, na Bacia de Campos, e a ampliação da oferta no Campo de Manati, no Estado da Bahia, que possibilitaram, no decorrer de 2008, compensarmos o declínio natural dos campos já existentes e produzir 58,4 milhões de m³ de gás natural, aumento de 19% em relação a 2007. Dessa produção, 29,4 milhões de m³/dia foram ofertados ao mercado nacional, representando crescimento de 35% em relação aos 21,8 milhões de m³/dia ofertados em 2007.

Décima Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e Terceira Rodada de Campos Marginais

É importante ressaltar a realização, em 2008, da 10^a Rodada de Licitações, com a oferta de 130 blocos exploratórios localizados em sete bacias sedimentares terrestres maduras e de novas fronteiras. No total, 54 blocos foram arrematados, o que representa 68% da área oferecida. A Petrobras arrematou 27, o maior número de blocos. Foram arrecadados R\$ 89,4 milhões em bônus de assinatura. O programa exploratório mínimo superou as expectativas para uma rodada com oferta de blocos exclusivamente em terra, totalizando investimentos da ordem de R\$ 611,1 milhões na fase de exploração.

Ressalta-se ainda que, no primeiro trimestre de 2009, está prevista a 3^a Rodada de Campos Marginais, com oferta de 19 áreas inativas com acumulações marginais na Bacia do Recôncavo.

Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Ao longo de 2008, o Governo atuou destacadamente na coordenação de reuniões com todos os agentes da cadeia da indústria do gás natural com o objetivo de buscar o consenso em torno do novo marco regulatório do setor. O amplo acordo firmado entre esses agentes resultou na aprovação do PLC nº 90/2007, pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2008. O novo marco regulatório trará avanços importantes que contribuirão para consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Entre eles, destacam-se a introdução do regime de concessão para novos gasodutos, a atribuição de competência ao MME no planejamento da expansão da malha de transporte, a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento, o acesso regulado aos gasodutos e o tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

As grandes descobertas na área do Pré-sal tornaram necessário o aprofundamento do debate sobre um melhor aproveitamento desses recursos por parte do Estado brasileiro. Dessa forma, instituiu-se em 2008 uma Comissão Interministerial com a finalidade de estudar e propor as alterações necessárias na legislação no que se refere à exploração e à produção de petróleo e gás natural nas áreas do Pré-sal. As sugestões dessa Comissão deverão ser amplamente discutidas pela sociedade brasileira durante o ano de 2009.

Infra-Estrutura de Transporte de Gás Natural

Com relação à expansão da infra-estrutura de transporte de gás natural, em 2008, a carteira de projetos monitorados totalizava 3.101,5 km de novos gasodutos. Desse total, 754 km foram concluídos (24%), 1.784,5 km estão em fase de construção ou testes (58%) e 563 km estão em fase de projeto ou em licenciamento ambiental (18%). Com crescimento de 12% em relação ao ano passado, a malha de transporte passou de 6.424 km, em dezembro de 2007, para 7.178 km, em dezembro de 2008. Destaca-se, em particular, o início da construção do último trecho do Gasene, entre Cacimbas (ES) e Catu (BA), que interligará as malhas do Sudeste e do Nordeste. Esse gasoduto tem 954 km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³/dia

Por seu lado, entrou em operação comercial o gasoduto Catu (BA) – Itaporanga (SE) com 196 km de extensão e capacidade de 10 milhões de m³/dia, que permite escoar o gás natural de Manati e do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene). Com a conclusão desse gasoduto e o aumento de produção de Manati, o Estado da Bahia passa a ser exportador de gás natural para o Nordeste do País. Também já se encontra em operação o gasoduto Cabiúnas (RJ) - Vitória (ES), trecho inicial do Gasene, com 303 km de extensão, que permite o envio do gás natural produzido na Bacia do Espírito Santo para atender a região Sudeste.

Destaca-se também a entrada em operação do trecho Taubaté-Japeri do Gasoduto Campinas-Rio, com 255 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, que permite um aporte de até 1,6 milhão m³ de gás ao mercado consumidor

Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em 2008, entrou em pré-operação o terminal de GNL de Pecém (CE). Esse terminal possui capacidade de regaseificação de até 6 milhões de m³/dia, sendo prevista a sua operação comercial a partir de janeiro de 2009. O gás processado em Pecém será usado, prioritariamente, para a geração de energia elétrica nas usinas Termo Ceará (CE), Termofortaleza (CE) e Jesus Soares Pereira (RN). Encontra-se também em fase de conclusão a construção do terminal de GNL da Baía de Guanabara (RJ), com capacidade de regaseificação de até 14 milhões de m³/dia. O início da operação comercial do terminal está previsto para fevereiro de 2009 e permitirá o pleno atendimento das usinas termelétricas Barbosa Lima Sobrinho (RJ), Leonel Brizola (RJ) e Araucária (PR).

Refino, HBIO, Plangás e Petroquímica

No setor de refino, no âmbito do PAC, destaca-se a conclusão, em 2008, das obras de construção e montagem da Unidade de Coqueamento Retardado da Refinaria Duque de Caxias e da Unidade de Separação de Propeno da Refinaria Henrique Lage.

Com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias, deve-se destacar o HBIO, processo que possibilita a utilização de óleo vegetal na corrente de formulação de óleo diesel. Desde julho de 2008, esse processo já se encontra disponível nas Refinarias Gabriel Passos, Presidente Getúlio Vargas, de Paulínia e Alberto Pasqualini.

Dos investimentos em petroquímica constantes no PAC, destacam-se o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com capacidade de processamento de petróleo de 150 mil barris/dia, investimentos previstos de cerca de R\$ 19 bilhões, até 2012, e a Petroquímica Suape (PE), com previsão de investimentos próximos de R\$ 1,4 bilhão, até 2010.

Em relação à área de transporte marítimo de combustíveis, destaca-se a continuação do processo de ampliação e substituição da frota nacional de navios petroleiros, iniciada em 2007, que resultará na construção de 49 navios e 2 super-petroleiros no Brasil. Até 2008, 26 navios já foram licitados, com investimento previsto superior a R\$ 4 bilhões. O processo licitatório para os demais navios foi iniciado em 2008 e tem conclusão prevista para 2009.

Biocombustíveis

Em 2008, houve importantes avanços no setor de biocombustíveis, com a convergência de esforços, investimentos e medidas governamentais de modo a consolidar a posição do Brasil como protagonista nesse crescente mercado. Os derivados da cana-de-açúcar, em especial o etanol, já respondem por 15,9% das fontes de energia primária do Brasil, ocupando a segunda posição, depois do petróleo.

A produção de etanol e de biodiesel evoluiu significativamente e o Governo empenhou-se em parcerias com outros países. Abriu-se ao grande debate do ano, centrado no suposto conflito entre segurança energética e segurança alimentar. A crítica internacional já se mostra convencida de que é possível ao Brasil e também a outros países atenderem a oferta de alimentos e de combustíveis de fontes renováveis desde que prossigam na trajetória de implantar sistemas produtivos sustentáveis sob os aspectos ambiental, social e econômico.

A Conferência Internacional de Biocombustíveis realizada em São Paulo, em novembro de 2008, por iniciativa do Governo, foi um passo decisivo nesse sentido, quando esses temas centrais foram debatidos por representantes de 92 países, 26 organismos internacionais e mais de 3 mil participantes, entre brasileiros e estrangeiros. Ao final da Conferência ficaram claros os desafios, mas igualmente a possibilidade de transformá-los em oportunidades de desenvolvimento pelas vias da sustentabilidade e do engajamento de novos países na produção e no consumo.

A transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas é uma medida fundamental para ampliar as exportações, de forma organizada e sob padrões técnicos, que possibilitem a consolidação do mercado internacional e o ingresso de novos países participantes, propiciando o surgimento de fontes descentralizadas de energia renovável. No âmbito do MERCOSUL, o Brasil também tem promovido diversas reuniões e encontros visando consolidar dados, informações e políticas públicas objetivando inserir os biocombustíveis como novo vetor de convergência do Bloco, ampliando as bases de produção e de comercialização com vistas a um mercado global.

Em 2008, foi criada a Petrobras Biocombustível, subsidiária integral da Petrobras, que tem por missão produzir biocombustíveis de forma segura e rentável, com a estruturação de cadeias produtivas agrícolas de suprimento, sustentabilidade social e ambiental. Um dos objetivos da estatal, no médio prazo, é produzir biocombustíveis de segunda geração. Investimentos deverão ser incrementados para assegurar o desenvolvimento de tecnologias competitivas que utilizem, principalmente, biomassa residual. No caso específico da lignocelulose, a meta é vencer esse desafio até 2015.

Biodiesel

O ano de 2008 marcou o início da mistura obrigatória B2 (2% de biodiesel com 98% de diesel de petróleo), possibilitado pelas diversas ações empreendidas, a partir de 2006, com o objetivo de estruturar a cadeia de produção e distribuição desse novo combustível. Esse sucesso permitiu antecipar, para julho de 2008, a mistura B3, a superação da marca de 1,1 bilhões de litros de biodiesel ao longo do ano, e a manutenção de aproximadamente 80 mil famílias de agricultores familiares engajadas na produção de matérias-primas para fabricar biodiesel e outros co-produtos, como a glicerina e a torta. A geração de empregos na região nordeste e no semi-árido será reforçada com a atuação da Petrobras Biocombustíveis que, em 2008, inaugurou plantas de biodiesel em Quixadá (CE) e Candeias (BA).

Em termos de impacto econômico, cabe destacar a redução da importação de diesel e a correspondente economia de divisas da ordem de US\$ 1 bilhão, em 2008.

O Brasil já dispõe de uma capacidade instalada de produção da ordem de 3,6 bilhões de litros de biodiesel por ano e 49 usinas em operação comercial. Mesmo considerada modesta para o potencial brasileiro, a produção e comercialização de 2008 superou a marca de 1,1 bilhões de litros, praticamente o triplo da verificada em 2007, o que inseriu o Brasil, num espaço de quatro anos, no rol dos principais produtores e consumidores mundiais de biodiesel, atrás apenas da Alemanha e dos Estados Unidos da América.

O diferencial brasileiro é que essa posição vem sendo mantida com inclusão social e redução de disparidades regionais.

Etanol

Atualmente, o setor sucro energético nacional conta com 417 usinas em operação. Em 2008, a produção de etanol situou-se ao redor de 26 bilhões de litros, superando em 15,5% a do ano anterior (22,5 bilhões de litros). Na exportação, o desempenho foi ainda mais expressivo, passando de 3,5 para 5,2 bilhões de litros entre 2007 e 2008, com crescimento de 48,5% e receita cambial de US\$ 2,5 bilhões, tendo como principal destino o mercado norte-americano. Esses números asseguram ao Brasil a posição de maior exportador e segundo maior produtor mundial de etanol.

O mercado interno tem sido responsável por absorver a maior parte da produção de etanol nos últimos anos. Atualmente, a demanda interna anual de etanol combustível é da ordem de 20 bilhões de litros e seu consumo supera o da gasolina. Embora seu preço flutue entre os períodos de safra e entressafra da cana-de-açúcar, o etanol hidratado vem se mantendo competitivo (preço inferior a 70% do preço da gasolina) nos principais centros consumidores do País e deverá ser o principal fator de

expansão do setor, com uma produção estimada em 17,2 bilhões de litros na safra 2008/2009, representando aumento de 20% sobre a produção da safra passada. O principal fator de crescimento do etanol hidratado está associado ao sucesso do veículo bicomcombustível (*flex fuel*). Desde seu lançamento, em março de 2003, já foram comercializadas mais de 7 milhões de unidades. Em 2008, o licenciamento de veículos que usam indistintamente gasolina e etanol hidratado representou quase 90% das vendas de veículos leves, cuja frota em circulação já alcança cerca de 25% do total.

Geologia e Mineração

Iniciado em 2008, o subprojeto Cartografia Geológica da Amazônia, com orçamento total de R\$ 177 milhões, cobrirá, em etapas sucessivas até 2012, todas as áreas de maior potencial mineral da região.

Na área da gestão pública, as ações de modernização tecnológica e recomposição da estrutura física e de pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) já surtem efeitos positivos nos resultados das atividades relativas às outorgas de títulos, fiscalização e fomento das atividades minerárias, que foram significativamente ampliadas em virtude do elevado aquecimento do setor mineral brasileiro. Um importante marco no setor constitui a implementação da Agenda 21 Local Mineral a partir da realização de eventos em vários Municípios (Congonhas e Jeceaba, em Minas Gerais; Vale do Ribeira, em São Paulo, e em 10 Municípios no noroeste do Espírito Santo).

Em 2008, foi lançado o Plano Nacional de Agregados Minerais para Construção Civil (PNACC) e o 1º projeto resultante das ações propostas pelo Plano: a elaboração do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Atlas dos Agregados Minerais para a Construção Civil. Outro tema discutido pelo setor no último ano foi a revisão do sistema de Royalties/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e a política de tributação como instrumento indutor do desenvolvimento nas regiões mineradoras.
